



CASSIO EDUARDO CÂNDIDO SOUZA

**PRÁTICAS ESTRUTURANTES E DE MERCADO NA
CONSTRUÇÃO DO IMPACTO EM SUSTENTABILIDADE: OS
PROCESSOS DE TRANSLAÇÃO E INSCRIÇÃO NA PRODUÇÃO
DE CAFÉ CERTIFICADO NO CONTEXTO SUL-MINEIRO.**

**LAVRAS – MG
2019**

CASSIO EDUARDO CÂNDIDO SOUZA

**PRÁTICAS ESTRUTURANTES E DE MERCADO NA CONSTRUÇÃO DO
IMPACTO EM SUSTENTABILIDADE: OS PROCESSOS DE TRANSLAÇÃO E
INSCRIÇÃO NA PRODUÇÃO DE CAFÉ CERTIFICADO NO CONTEXTO SUL-
MINEIRO.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão de negócios, economia e mercados, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Paulo Henrique Montagnana Vicente Leme
Orientador

Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Castro Júnior
Coorientador

**LAVRAS – MG
2019**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Souza, Cassio Eduardo Cândido.

Práticas estruturantes e de mercado na construção do impacto em sustentabilidade: Os processos de translação e inscrição na produção de café certificado no contexto sul-mineiro / Cassio Eduardo Cândido Souza. - 2019.

218 p. : il.

Orientador(a): Paulo Henrique Montagnana Vicente Leme.

Coorientador(a): Luiz Gonzaga Castro Júnior.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2019.

Bibliografia.

1. Construção de Mercados. 2. UTZ. 3. Café. I. Leme, Paulo Henrique Montagnana Vicente. II. Castro Júnior, Luiz Gonzaga. III.

CASSIO EDUARDO CÂNDIDO SOUZA

**PRÁTICAS ESTRUTURANTES E DE MERCADO NA CONSTRUÇÃO DO
IMPACTO EM SUSTENTABILIDADE: OS PROCESSOS DE TRANSLAÇÃO E
INSCRIÇÃO NA PRODUÇÃO DE CAFÉ CERTIFICADO NO CONTEXTO SUL-
MINEIRO.**

**STRUCTURING AND MARKET PRACTICES IN SUSTAINABILITY IMPACT
CONSTRUCTION: TRANSLATION AND INSCRIPTION PROCESSES IN CERTIFIED
COFFEE PRODUCTION IN SOUTHERN MINAS GERAIS CONTEXT.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão de negócios, economia e mercados, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 17 de abril de 2019.

Dr. Paulo Henrique Montagnana Vicente Leme. UFLA.

Dr. Luiz Gonzaga de Castro Júnior. UFLA.

Dr. Daniel Carvalho de Rezende. UFLA.

Dr. Marlon Dalmoro. UNIVATES.

Prof. Dr. Paulo Henrique Montagnana Vicente Leme
Orientador

Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Castro Júnior
Coorientador

**LAVRAS – MG
2019**

*Ao lendário pastor etíope que revelou
a melhor bebida do mundo ao mundo,
para que ele se torne-se si.
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Temet nosce

Conhece-te. Em geral, se pensa que um mestrado é um grau de escolaridade ou uma titulação. Pobres aqueles que pensam assim. Eu vejo como uma oportunidade fabulosa de autoconhecimento, gestão de expectativas, tempo e de oportunidades de mudança. Saber mais de mim, e, portanto, poder contar a minha história enquanto pesquisador em uma dissertação, dissertar sobre o que fiz, foi o melhor que me ocorreu nessa experiência. Então, que seja a minha história e como eu gostaria de lembrá-la, citando Gabriel Garcia-Marquez em *Vivir Para Contarla*.

“Moço, peço licença, eu sou novo aqui”. No primeiro dia em que fui à UFLA como mestrando ouvia Meu Mundo É o Barro, d’O Rappa, uma das minhas bandas favoritas, que conta a história de um cara que chega em um ambiente estranho e hostil e tem fé e que “um dia vão ouvir falar de um cara que era só um Zé”. Estou certo que este Zé será lembrado.

A saber: me encantam as citações, sobretudo as em latim, assim como encantavam os superlativos a José Dias, em *Dom Casmurro*. E meus agradecimentos assim serão:

Audaces fortuna juvat

A sorte favorece os corajosos. E a coragem nasce da dedicação. As estradas percorridas na jornada se abrem na medida em que se acredita que o próximo quilômetro existe sem vê-lo. Logo, encontrando a beleza e conforto no que está e naqueles que sempre estiveram ao meu lado.

Nesse momento eu gostaria de agradecer a minha família, especialmente minha mãe Benedita e meu irmão Kaio por conviverem com o fardo de um filho/irmão ausente em muitas coisas. Por vários dias, semanas e até meses de silêncio para que essa dissertação fosse possível. Parte desse trabalho, também é deles e a eles agradeço por estarem ao meu lado nesse caminho. O reencontro com meu pai, Carlos, a quem também agradeço ao grande apoio que me deu, ainda que com a distância física entre nós. Obrigado aos meus amigos – todos eles – a quem devo muitas horas de convivência, paciência e alegria.

Desde muito cedo, a ideia de um mestrado me parecia um interessante processo de desenvolvimento pessoal, e a primeira pessoa com quem compartilhei isso, durante a formatura de meu irmão, e que agradeço, foi o grande Professor de história Najjar Porcel, dos velhos tempos de E.E. Cardeal Leme – motivador exemplar, cuja única mácula é de ser aficionado por um rival futebolístico ao meu time. Não somente, porém figuras que me marcaram a minha

adolescência como os professores Carlos, de matemática; Robertinho, também; Carmela, de várias disciplinas; Sandra, de história; e Luiz Carlos Pizzi, o filósofo. Meu muito obrigado à essas pessoas que me formaram cidadão.

Eu agradeço também os meus mestres da Unipinhal, que me formaram enquanto administrador: Professor Gleidson Patto, também filho da UFLA; Euzébio Belli, meu orientador na graduação; e, sobretudo, Professor Evangelista Assis, que muito me motivou e inspirou ao longo desse caminho.

Docendo discimus

Ensinando, aprendo. O convívio acadêmico foi de extrema valia para mim ao longo dessa jornada. Foram vários quilômetros viajados por essa experiência, suficientes para percorrer distâncias impensáveis em ônibus ou carro. Tudo pela experiência de estar em uma das melhores universidades do Brasil.

Nesse momento eu agradeço meu orientador Professor Dr. Luiz Gonzaga de Castro Júnior pela acolhida, pelo direcionamento e pela paciência e parcimônia ao longo da minha orientação. Muito obrigado por possibilitar este trabalho e meu crescimento.

Também, ao coorientador e amigo de longa data Professor Dr. Paulo Henrique Leme. Quis a vida que nossos caminhos se cruzassem novamente. Muito obrigado por compartilhar seu conhecimento, sua paixão pelo café e por me orientar ao longo desse trabalho, auxiliando para que ele fosse útil a quem realmente ele importa: o pequeno produtor de café.

Aos Professores Daniel Carvalho, Cleber Castro e Valéria Brito, do departamento de administração e economia; e aos Professores Rubens Guimarães e Antônio Nazareno, do departamento de agricultura. Agradeço de forma especial o convívio que tivemos, pois considero que foram aqueles que mais pude aprender, seja do café ou dos meandros teóricos e metodológicos.

Agradeço, por fim, aos meus colegas. Pessoas iluminadas. A turma 2017/1 certamente entrou para a história como a maior concentração de seres iluminados da história da Universidade Federal de Lavras. Obrigado pelas risadas e pelo convívio, ainda que reduzido devido às distâncias, dentro da universidade. Admiração e gratidão eterna.

Ludere causa ludendi

Jogar pelo jogo, ou jogar pelo prazer de jogar – a máxima de uma das coisas que mais amo: o futebol. Há uma única escolha a se fazer em processo de pesquisa para que não se perca a motivação: ame-o, e tenha prazer ao longo do trabalho. Então, primeiramente eu gostaria de

agradecer aos amigos da Coopercam, a Cooperativa dos produtores de café da acolhedora Campos Gerais – MG: Douglas Braga, Renata Madeira, Tchaikovsky Amaral e Alexandre Flávio por todo o apoio, ajuda e hospitalidade de me receberem na cooperativa e de me ajudarem a contatar os produtores que foram entrevistados neste trabalho.

Agradeço, principalmente, a cada produtor que tomou tempo de seu dia tão atribulado e duro para participar dessa pesquisa. É por eles e para eles que esse trabalho existe. Agradeço imensamente as horas dependidas por eles naquela semana chuvosa de novembro.

Também agradeço a todo o pessoal da certificação UTZ que me apoiou no desenvolvimento deste trabalho Lucas Negri, Mariana Barbosa e Jefferson Andrade, este último direto da UTZ em Amsterdã. Sem a sua ajuda esse trabalho não teria sido possível, e agradeço a confiança e anuência ao longo desse processo. Construimos isso juntos.

Sors nihil frustra facit

O destino não faz nada em vão. Em *Dom Casmurro*, Bento Santiago diz que “um homem se consola mais ou menos das pessoas que perde”. Este mestrado foi uma jornada, e como acreditei nos quilômetros que se desdobravam sem vê-los, há também que se preparar pelas coisas que hão de vir, e vieram.

Ao longo desses meses conheci pessoas incríveis, gratas surpresas e experiências. Porém jornadas não são feitas apenas de chegadas, mas também de partidas. Agradeço, em especial, e de todo meu coração, a pessoas que, por circunstâncias da vida, talvez não queiram seus nomes mencionados nessas linhas.

Foi uma experiência em que, sobretudo, pude crescer como pesquisador, ser humano, como pessoa. Com certeza todas as horas dedicadas a este trabalho ajudaram e pagar uma dívida de longos anos comigo mesmo. Não apenas o trabalho, mas a experiência de ter estado onde estive, com as pessoas que estive, nos caminhos que andei, nos meus pensamentos (os certos e os errados), naquilo que senti, que ouvi e que eu falei.

O caminho foi longo, mas devo dizer que foi menos acidentado do que achei que seria. Se as palavras voam e o que é escrito permanece para a posteridade, se somos assombrados pela vastidão da eternidade, quem voa sou eu que deixo minha singela contribuição neste trabalho para todas as pessoas envolvidas na cadeia produtiva do café: de cientistas a aficionados; de consumidores a produtores.

Veni vidi vici

Heeded my words not, did you? 'Pass on what you have learned': Strength, mastery, hmm... but weakness, folly, failure, also. Yes, failure, most of all. The greatest teacher, failure is. Luke, we are what they grow beyond. That is the true burden of all masters.

Yoda in Star Wars Episode VII: The Force Awakens.

RESUMO

O mercado do café é um segmento dinâmico da economia global e congrega diversos atores da cadeia de suprimento em diferentes níveis de interação e relacionamento para tornar a comercialização desse produto viável. Um dos componentes que formam o valor desse produto e que vem ganhando notoriedade é a sustentabilidade e o respeito a questões socioambientais na origem produtora do café, um aspecto que se torna relevante para o consumidor final. Buscando endereçar essas preocupações, o setor cafeeiro vem adotando os esquemas de certificação voluntários de terceira parte como alternativas para compor seu portfólio de produtos sustentáveis. O objetivo é o de oferecer aos consumidores a informação de que esses produtos chamados de sustentáveis melhoram as condições de gestão, sociais e ambientais das fazendas nas quais são implementados. A ação do consumidor de demandar um produto sustentável; a ação da indústria de alterar uma estrutura de governança; e a ação do produtor de certificar-se voluntariamente são exemplos de como as ações realizadas por diferentes atores em um mercado impactam nas ações de outros, criando arranjos e estruturas de mercado únicas. Utilizando como base teórica os Estudos de Mercados Construtivistas este trabalho buscou identificar como as Práticas de Mercado (transação, representação e normativas) conduzidas pela UTZ provocam Translações na estrutura do sistema produtivo de pequenos produtores de café, podendo alterar atividades de gestão, agronômicas, sociais, ambientais e de governança, em um grupo de produtores de café certificados associados à uma cooperativa na região do sul de Minas Gerais. Por meio da realização de entrevistas com produtores certificados, analisando o processo de formação do grupo, suas características e desempenho da Unidade Gestora através de análise conteúdo por categorias, foi possível inferir que as Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ alteram tanto as Práticas de Mercado conduzidas pela Unidade Gestora como pelos produtores. Como principais resultados, os produtores mencionaram as transformações de operação, estéticas e de visão como benefício principal da UTZ, elencando a disciplina para realizar os processos de certificação como o maior desafio, sendo capazes de indicar como eram as práticas de condução da propriedade antes e depois da certificação, além das alterações em diversos aspectos filosóficos e relacionais abordados ao longo do processo de certificação. Identificou-se que não apenas a UTZ, mas produtores e Unidade Gestora do grupo de certificação realizam Práticas de Mercado e Práticas Estruturantes, sendo possível inferir que os processos de Inscrição são relevantes para realizar o transporte de uma Prática de Mercado de mesma natureza conduzida por um ator para a perspectiva de um segundo ator, e que esses processos são facilitados pelas Práticas Estruturantes que os atores conduzem a fim de promover a assimilação ou dissociação dessas Inscrições. As Práticas de Mercado conduzidas por UTZ, Unidade Gestora e Produtor interagem entre si, através de processos de Inscrição, que acarretam Cadeias de Translação, transbordando através dessas assimetrias, e enquadrando o mercado a partir da assimilação dessas Inscrições. Assim, os elementos propostos pelos EMC, assim como as relações de ordenação fundamentadas em Práticas de Mercado conferem dotam o mercado de dinamismo.

Palavras chave: Construção de Mercados; UTZ; Café; Sustentabilidade; Inscrições.

ABSTRACT

Coffee market is a dynamic segment of the global economy and congregates several actors of the supply chain in different interaction and relationship levels to make the trading of this product viable. One of the components that is form such product's value and which is becoming more and more notorious is sustainability and the respect to socio-environmental issues at the coffee producing origin, an aspect which becomes relevant for the final consumer. Aiming to address these concerns, coffee sector is adopting third party voluntary certification schemes as alternatives to compose their sustainable product portfolio. The objective is to offer to consumers with the information that these so-called sustainable products improve management, social and environmental conditions of the farms in which they are implemented. The action of the consumer to demand a sustainable product; the action of the industry to alter a governance structure; and the action of the producer to voluntarily certify are examples on how these actions carried out by different actors in a market impact in another's actions, creating unique market arrangements and structures. Using the Market Making as theoretical basis this paper aimed to identify how the market practices (transaction, representation and normative) conducted by UTZ provoke translations in the production system structure of small coffee growers, being able to alter their management, agronomical, social, environmental and governance activities, in a group of certified producers associated to a cooperative in southern Minas Gerais region. By carrying out of interviews with certified producers, analyzing the group formation process, its characteristics and Managing Unit performance through category content analysis it was possible to infer that market practices conducted by UTZ alter market practices conducted by the Managing Unit as well as by the producers. As main results, producers mentioned the operation, aesthetic and vision transformations as main benefits of UTZ, ranking discipline to carry certification processes out as main challenge, being able to indicate how the practices of farm conduction were prior and after certification, besides the alterations of several philosophical and relational aspects entailed along the certification process. It is identified that not only UTZ but producers and group certification Managing Unit conduct market practices and structuring practices, being possible to infer that inscription processes are relevant to allow the transport of one same-natured market practice conducted by an actor to a second actor's perspective, and that these processes are facilitated by the Structuring Practices these actors insert in the market aiming to promote assimilations or dissociations of these inscriptions. The market practices conducted by UTZ, Managing Unit and Producer interact among each other, through inscription processes, which lead to translation chains, overflowing the market through these asymmetries, and framing the market with the assimilation of these inscriptions. Therefore, the proposed elements by Market Making, as well the ordering relationships based on Market Practices grant dynamism to the market.

Key words: Market Making; Certification Scheme; UTZ; Coffee; Sustainability; Inscriptions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Representação da estratégia da UTZ: A Lemniscata da Mudança..... | 23 |
| Figura 2 – Disposição das teorias de estudo dos mercados..... | 35 |
| Figura 3 – As Práticas de Mercado conduzidas pelos atores..... | 38 |
| Figura 4 – Translações nas construções de mercado..... | 41 |
| Figura 5 – Processos de tradução na perspectiva dos EMC..... | 43 |
| Figura 6 – Transbordamento no Arranjo de Mercado..... | 47 |
| Figura 7 – Enquadramento no Arranjo de Mercado..... | 48 |
| Figura 8 – Nova configuração de mercado após Enquadramento..... | 48 |
| Figura 9 – Multiplicidade de mercados..... | 50 |
| Figura 10 – Perspectivas de Análise dos EMC: Translacional..... | 55 |
| Figura 11 – Representação Translacional das Cadeias de Translação..... | 56 |
| Figura 12 – Representação em perspectiva das Translações no mercado..... | 56 |
| Figura 13 – Representação Inscricionária das Cadeias de Translação..... | 57 |
| Figura 14 – Representação Translacionária das traduções no mercado..... | 58 |
| Figura 15 –Relação Estrutura e Inscrição na perspectiva Inscricionária..... | 58 |
| Figura 16 – Perspectivas Translacional e Inscricionária no plano do Arranjo de Mercado..... | 59 |
| Figura 17 – Atributos das certificações em café..... | 62 |
| Figura 18 – Processo de certificação UTZ sumarizado..... | 87 |
| Figura 19 – Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ e sua relação com o produtor..... | 91 |
| Figura 20 – Percurso Teórico e Metodológico do estudo..... | 93 |
| Figura 21 – Localização da Região do Sul de Minas, Campos Gerais e Lavras..... | 95 |
| Figura 22 – Sequência metodológica utilizada no estudo..... | 98 |
| Figura 23 – Extensão Geográfica do grupo, em número de cidades..... | 107 |
| Figura 24 – Número de fazendas no grupo certificado..... | 107 |
| Figura 25 – Número de fazendas com mão de obra contratada..... | 108 |
| Figura 26 – Número total de trabalhadores fixos no grupo certificado..... | 109 |
| Figura 27 – Média de trabalhadores fixos por fazenda..... | 109 |
| Figura 28 – Área total, em hectares, do grupo certificado..... | 110 |
| Figura 29 – Área cultivada total, em hectares do grupo certificado..... | 111 |
| Figura 30 – Média da área cultivada, em hectares, por fazenda..... | 111 |
| Figura 31 – Produção estimada em sacas de 60 Kg..... | 112 |
| Figura 32 – Produção efetiva em sacas de 60 Kg..... | 113 |
| Figura 33 – Média da produção efetiva por fazenda, em sacas de 60 Kg..... | 113 |
| Figura 34 – Média da produtividade por fazenda, em sacas de 60 Kg por hectare..... | 114 |

| | |
|--|-----|
| Figura 35 – Número de Não Conformidades nas auditorias pelo grupo certificado. | 115 |
| Figura 36 – Distribuição das Não Conformidades por terma do Código UTZ. | 116 |
| Figura 37 – Atores identificados no contexto da pesquisa. | 160 |
| Figura 38 – Etapa de constituição do grupo 1: Não-certificação. | 161 |
| Figura 39 – Etapa de constituição do grupo 2: Vinculação. | 162 |
| Figura 40 – Etapa de constituição do grupo 3: Adaptação. | 164 |
| Figura 41 – Etapa de constituição do grupo 4: Certificação. | 165 |
| Figura 42 – Consolidação das etapas de constituição do grupo de certificação. | 165 |
| Figura 43 – Práticas de Representação conduzidas dentro do grupo de certificação. | 169 |
| Figura 44 – Práticas Normativas conduzidas dentro do grupo de certificação. | 171 |
| Figura 45 – Práticas de Transação conduzidas dentro do grupo de certificação. | 173 |
| Figura 46 – Práticas Estruturantes conduzidas dentro do grupo de certificação. | 179 |
| Figura 47 – Modelo Teórico dos EMC com as Práticas de Mercado observadas. | 182 |
| Figura 48 – Interações observadas nas Práticas de Representação. | 193 |
| Figura 49 – Interações observadas nas Práticas Normativas. | 195 |
| Figura 50 – Interações observadas nas Práticas de Transação. | 196 |
| Figura 51 – Modelo final proposto para a certificação com base nos EMC. | 199 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Relação da população do estudo e amostragem. | 96 |
| Tabela 2 – Distribuição das fazendas de café no Brasil. | 97 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Conceitos centrais dos Estudos de Construção de Mercado. | 51 |
| Quadro 2 – Impactos positivos das certificações..... | 87 |
| Quadro 3 – Consolidação das práticas identificadas na atuação da UTZ..... | 89 |
| Quadro 4 – Categorias analíticas iniciais para Análise de Conteúdo. | 103 |
| Quadro 5 – Categorias analíticas intermediárias e finais para Análise de Conteúdo. | 104 |
| Quadro 6 – Percepções sobre o Funcionamento da Certificação UTZ..... | 120 |
| Quadro 7 – Percepções sobre os Benefícios da Certificação UTZ..... | 124 |
| Quadro 8 – Percepções sobre os Desafios da Certificação UTZ. | 126 |
| Quadro 9 – Alterações na gestão provocadas pela Certificação UTZ. | 129 |
| Quadro 10 – Alterações nas práticas agrícolas provocadas pela Certificação UTZ..... | 133 |
| Quadro 11 – Alterações nas práticas sociais provocadas pela Certificação UTZ. | 137 |
| Quadro 12 – Alterações nas práticas ambientais provocadas pela Certificação UTZ..... | 139 |
| Quadro 13 – Alterações na conformidade legal provocadas pela Certificação UTZ. | 141 |
| Quadro 14 – Percepções da filosofia sustentável da Certificação UTZ. | 144 |
| Quadro 15 – Percepções sobre o modelo de negócio da Certificação UTZ. | 146 |
| Quadro 16 – Percepções da relação entre produtor e Certificação UTZ. | 148 |
| Quadro 17 – Percepções da relação do produtor e gerência do grupo certificado. | 150 |
| Quadro 18 – Percepções dos mecanismos de venda da certificação. | 153 |
| Quadro 19 – Percepções sobre a agregação de valor com a certificação. | 155 |
| Quadro 20 – Percepções sobre a transparência da formação e uso do prêmio. | 156 |
| Quadro 21 – Percepções sobre a relação com a cooperativa. | 158 |
| Quadro 22 – Relações entre as Práticas de Mercado identificadas. | 180 |
| Quadro 23 – Relações entre as Práticas de Mercado identificadas. | 184 |
| Quadro 24 – Tensões no mercado de natureza metodológica. | 186 |
| Quadro 25 – Tensões no mercado de natureza funcional..... | 187 |
| Quadro 26 – Arranjos de Mercado observados. | 190 |
| Quadro 27 – Benefícios da Certificação UTZ no Brasil na revisão de literatura. | 202 |
| Quadro 28 – Temas do Código de Conduta UTZ observados em Campo. | 203 |
| Quadro 29 – Relação das Práticas de Mercado, atores, Inscrições e estruturas. | 206 |

LISTA DE SIGLAS

AAA – Programa Triplo A (Nespresso).

APP – Área de Preservação Permanente.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

COOPERCAM – Cooperativa de Produtores de Café de Campos Gerais.

EPI – Equipamento de Proteção Individual.

EMC – Estudos de Mercados Construtivistas.

FLO – Fairtrade Label Organization.

FSC – Forest Stewardship Council.

GIP – Good Inside Portal, o sistema de rastreabilidade da UTZ.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICO – International Coffee Organization.

IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements.

MG – Estado de Minas Gerais.

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

RL – Reserva Legal.

TAR – Teoria Ator-Rede.

SAN – Sustainable Agriculture Network.

SGI – Sistema Interno de Gestão (de um grupo certificado UTZ).

USD – Dólares Americanos.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 19 |
| 1.1. Contextualização do tema | 19 |
| 1.2. Problema de pesquisa..... | 24 |
| 1.3. Objetivos | 27 |
| 1.4. Justificativa | 27 |
| 1.5. Estrutura e organização do trabalho..... | 29 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 30 |
| 2.1. Construir Mercados: Teoria Ator-Rede e Estudos de Mercado Construtivistas | 30 |
| 2.2. Estudos de Mercado Construtivistas | 35 |
| 2.2.1. Práticas de Mercado | 37 |
| 2.2.2. Translação e suas cadeias..... | 39 |
| 2.2.3. Dispositivos de Mercado | 44 |
| 2.2.4. Arranjos de Mercado | 45 |
| 2.2.5. Transbordamentos e Enquadramentos | 47 |
| 2.2.6. Multiplicidade e Performatividade..... | 49 |
| 2.3. Os Estudos de Mercado Construtivistas como perspectiva de análise | 51 |
| 3. REVISÃO DE LITERATURA..... | 60 |
| 3.1. Certificações socioambientais para café | 61 |
| 3.1.1. UTZ..... | 63 |
| 3.1.2. Rainforest Alliance..... | 64 |
| 3.1.3. Fairtrade | 65 |
| 3.1.4. Movimento Orgânico | 66 |
| 3.2. Certificação de café: uma profunda relação com a indústria | 67 |
| 3.3. Inserção da certificação de café nos meios de consumo..... | 71 |
| 3.4. Impactos da certificação de café nas unidades produtivas..... | 75 |
| 3.4.1. Certificação de café no contexto asiático | 76 |
| 3.4.2. Certificação de café no contexto africano | 78 |
| 3.4.3. Certificação de café no contexto latino-americano | 80 |
| 3.4.4. Certificação de café no contexto brasileiro | 82 |
| 3.5. Aplicação dos Estudos de Mercado Construtivistas à certificação agrícola UTZ ... | 84 |
| 4. METODOLOGIA | 93 |
| 4.1. Tipo de pesquisa | 94 |
| 4.2. Objeto de estudo e Sujeitos de Pesquisa | 95 |
| 4.3. Procedimentos e técnicas de coletas de dados | 98 |

| | |
|--|-----|
| 4.3.1. Observação participante | 100 |
| 4.4. Análise e interpretação dos dados | 101 |
| 4.4.1. Pré-análise: seleção do corpus | 102 |
| 4.4.2. Exploração dos dados: categorias analíticas | 103 |
| 5. RESULTADOS | 105 |
| 5.1. Levantamento das características do grupo certificado | 105 |
| 5.1.1. Extensão geográfica do grupo certificado | 106 |
| 5.1.2. Número de fazendas inclusas no grupo certificado | 107 |
| 5.1.3. Contexto de mão de obra do grupo certificado | 108 |
| 5.1.4. Área total e cultivada do grupo certificado | 110 |
| 5.1.5. Safras estimadas e colhidas do grupo certificado | 112 |
| 5.2. Análise do processo de certificação | 114 |
| 5.3. Entrevistas com os produtores certificados | 117 |
| 5.3.1. A implementação e manutenção da norma UTZ | 118 |
| 5.3.2. As alterações da certificação em nível de fazenda | 126 |
| 5.3.3. O entendimento da UTZ como filosofia sustentável | 141 |
| 5.3.4. A representação dos produtores na construção do programa | 147 |
| 5.3.5. A perspectiva de transação da certificação | 151 |
| 5.3.6. A construção de relacionamentos através da certificação | 157 |
| 6. DISCUSSÃO | 159 |
| 6.1. O processo de constituição do grupo de certificação | 159 |
| 6.2. As representações da certificação no contexto produtivo | 166 |
| 6.3. O contexto normativo da UTZ aos produtores | 169 |
| 6.4. O mercado transacional prático da certificação | 171 |
| 6.5. O contexto estrutural da certificação na prática | 174 |
| 6.6. Aplicação consolidada dos EMC no contexto da produção certificada | 179 |
| 6.6.1. As cadeias de Translações entre as Práticas de Mercado observadas | 181 |
| 6.6.2. Os processos de Inscrição observados | 191 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 200 |
| 7.1. O processo de certificação como viabilizador de impacto | 201 |
| 7.2. As atividades conduzidas ante e pós a certificação | 203 |
| 7.3. As Práticas de Mercado no contexto produtivo da certificação UTZ | 204 |
| REFERÊNCIAS | 210 |
| APÊNDICE I – Roteiro De Entrevista Semiestruturado | 218 |

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do tema

O café é uma das commodities mais consumidas no mundo e está tradicionalmente envolvido em muitos hábitos de diversas culturas ao redor deste planeta. Quantos primeiros encontros, ou quantos amigos foram feitos, quantos negócios foram fechados e quantas contendas já foram solucionadas ao redor de uma mesa com algumas xícaras de café? Certamente um sem-número delas.

Em termos financeiros, o café movimentou cerca de 117,5 milhões de sacas de 60 kg em 2017. Ao considerar uma média com os preços da commodity em outubro de 2017, com um simples cálculo podemos observar que esse mercado movimentou, ao menos, 24,7 bilhões de dólares, apenas contexto de exportação e importação, sem considerar cafeterias, supermercados e outros canais de reexportação da commodity (INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION, 2019).

Os países que desempenham papel chave para continuar suprindo esse mercado através da produção agrícola desse produto são o Brasil, que detém 32% da produção mundial; em seguida o Vietnã, com 18%; Colômbia com 8% e Indonésia, com 6%. (INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION, 2019) Como se nota, o Brasil tem um papel fundamental na manutenção das dinâmicas desse mercado através da sua posição de liderança na produção dessa commodity, além disso figura como segundo maior consumidor do mundo com algo em torno de 20 milhões de sacas por ano.

Todavia, historicamente, o café nunca foi simplesmente uma questão de oferta-demanda para que as dinâmicas do mercado pudessem ser explicadas (MORISSET, 1998), visto que diversos movimentos complexos de serem compreendidos influenciam na manutenção ou na mudança de certas condições desse mercado, como por exemplo o fato de que, apesar do preço do café ser um índice único para o mundo todo, a situação de cada origem produtora relacionada à política cafeeira e a qualidade da sua produção, podem alterar as dinâmicas do mercado. Uma dessas condições que vem ganhando notoriedade, de maneira global, é a inserção da sustentabilidade como um atributo importante na viabilização de uma transação de mercado.

O conceito de sustentabilidade é muito amplo, podendo ter diferentes perspectivas ao se considerar os âmbitos industriais e produtivos dentro do setor do agronegócio. A ONU (1987, p. 41) definiu desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”; e traduzindo isto para a agricultura sustentável, podemos mencionar com base

em Paterniani (2001, p. 303) citando Malavolta (1997) “a arte de modificar os ecossistemas, em termos econômicos e sem produzir danos irreversíveis”.

A necessidade de uma agricultura que não provoque danos irreversíveis ao ambiente cresce no mesmo ritmo da população global, que demandará os produtos dessa agricultura, dentro de um universo onde o aumento da intensidade da produção e a expansão da área plantada tem limitações econômicas, ambientais e mesmo sociais. A agricultura sustentável e seus conceitos são a chave para que todos esses desafios sejam endereçados (HÄNI, PINTÉR e HERREN, 2007). Um exemplo disso é o caso brasileiro, onde, ao analisar os últimos dez anos, se nota que a área agrícola de café diminuiu 18%, entretanto, a produtividade média aumentou 49% alcançando a marca de 30,54 sacos por hectare (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2018). Esses números podem representar tanto aumento de eficiência como aumento de intensidade de produção.

A sustentabilidade só pode ser atingida se todos os eixos – econômicos, sociais e ambientais – forem propriamente considerados e medidos ao elaborar essa complexa equação em direção ao desenvolvimento sustentável (HÄNI, PINTÉR e HERREN, 2007).

Dessa forma, a sustentabilidade agrícola vem sendo promovida dentro do segmento do agronegócio por vários atores dessa cadeia como forma de consolidar a viabilidade econômica, social e ambiental dos produtores de commodities agrícolas, já que é um fator que permite que as propriedades rurais possam realizar suas atividades agrícolas por mais tempo. Isso significa que as propriedades agrícolas podem ser mais resilientes às mudanças climáticas ou adaptando seus sistemas produtivos, ou considerando melhores condições para fixar uma próxima geração e agricultores no campo (KOLK, 2005; HÄNI, PINTÉR e HERREN, 2007; KOLK, 2011; FORMENTINI e TATICCHI, 2016).

É compreensível que alguém fique reflexivo em relação ao conceito de sustentabilidade, afinal, existem várias definições, aplicações, conceitos e meios pelas quais ela pode ser convertida em valor; mas o ponto que deve ser mantido em foco é a sustentabilidade como meio de assegurar que os produtores possam produzir seu produto de forma que lhes seja rentável, responsável e ambientalmente seguro; que a indústria possua segurança em relação ao produto que ela está manufacturando; e que ao consumidor possa ter a garantia que está consumindo um produto que foi produzido e processado de acordo com essas diretrizes. A sustentabilidade, nesse sentido, é um fator que integra diferentes elos de uma cadeia produtiva, no caso o café, em torno de um mesmo ideal e gerando renda nesse processo (SAES, 2004).

Todavia, houve algumas mudanças no mercado de café nas últimas duas décadas (KOLK, 2011). A sustentabilidade, em meados dos anos 80, era um diferencial de mercado

mais no aspecto mercadológico de agregação de valor ao produto, hoje tem cada vez mais se tornado uma condicionante para adentrar mercados; principalmente em mercados importadores mais tradicionais (KOLK, 2011). Isso ocorre porque a sustentabilidade passou a ser demandada pelas indústrias em uma tentativa de endereçar as vontades de seus *stakeholders*, como uma estratégia de governança da indústria torrefadora de café.

Nesse processo de tratar a sustentabilidade como um “custo de transação” (WILLIAMSON, 2007) as indústrias passaram a exigir padrões mínimos de sustentabilidade de seus fornecedores. Esse cenário estimulou o surgimento de ONGs que se propunham à, de alguma forma, endereçar os desafios desse fornecimento sustentável, como por exemplo segurança alimentar, rastreabilidade, cuidado com o meio ambiente, uso racional de recursos, e respeito com os trabalhadores e produtores envolvidos nesse processo; ou mesmo a emancipação dessas iniciativas corporativas que, ao ganharem robustez, se converteram em novas empresas/ONGs.

Essas ONGs, para dar forma a esses requisitos e viabilizá-los através de um sistema credível de verificação, deram surgimento aos programas de certificação agrícola como uma alternativa, propondo uma convergência de valores na cadeia agrícola, por um lado assegurando a sustentabilidade do produtor agrícola, e, por outro comunicando e direcionando esta demanda à indústria (KOLK, 2011).

Existem exemplos de certificações de sustentabilidade para a cultura do café internacionalmente reconhecidos que possibilitam acesso à mercados para os produtores que detêm essas certificações, como a UTZ, a Rainforest Alliance e o Fairtrade, e a certificação orgânica, que são as certificações mais presentes no contexto brasileiro de produção de café (SAES, 2004; KOLK, 2005; KOLK, 2011; LEME, 2015; BENNETT, 2017). Considerando as diferenças entre si e suas normatizações, todas elas têm o propósito de elevar o nível de sustentabilidade dos produtores de café através da implementação de boas práticas agrícolas e de gestão, elevando o nível de tecnologia e eficiência nas propriedades (KOLK, 2011).

Se o propósito dessas certificações é elevar o nível de sustentabilidade dos produtores de café e se a sustentabilidade é um requisito para acessar certos mercados, pode-se considerar a certificação como uma ferramenta relevante para que esses objetivos – de elevação de nível sustentabilidade, acesso à mercados e profissionalização – sejam cumpridos (DAVIRON e PONTE, 2006).

A dinâmica do mercado dos cafés certificados é complexa e seus atores nem sempre possuem papéis bem definidos nessa dinâmica. Todavia, o que se percebe é que há uma variedade de estudos (NASSAR, 2002; DAVIRON e PONTE, 2006; HÄNI, PINTÉR e

HERREN, 2007; CHIU, GOMEZ, *et al.*, 2016; FORMENTINI e TATICCHI, 2016; BENNETT, 2017; DEFRIES, FANZO, *et al.*, 2017; MACGREGOR, RAMASAR e NICHOLAS, 2017; GUIMARÃES, LEME, *et al.*, 2018) visando compreender como se comportam indústria e consumidor nesse contexto. E quanto ao produtor rural?

Nesse contexto, a UTZ é um ator extremamente relevante no cenário da sustentabilidade no mercado de café pois trata-se do maior programa de certificação para a cultura do café no mundo (cujos detalhes numéricos serão abortados adiante). Porém, um aspecto que reforça a UTZ como um ator único nessa cadeia é a sua abordagem estratégica. Não se trata de uma sigla, e sim uma nomenclatura com origens na Guatemala, local onde a certificação UTZ começou suas atuações em campo em direção ao fomento da sustentabilidade agrícola em uma abordagem holística considerando aspectos gerenciais, sociais e ambientais.

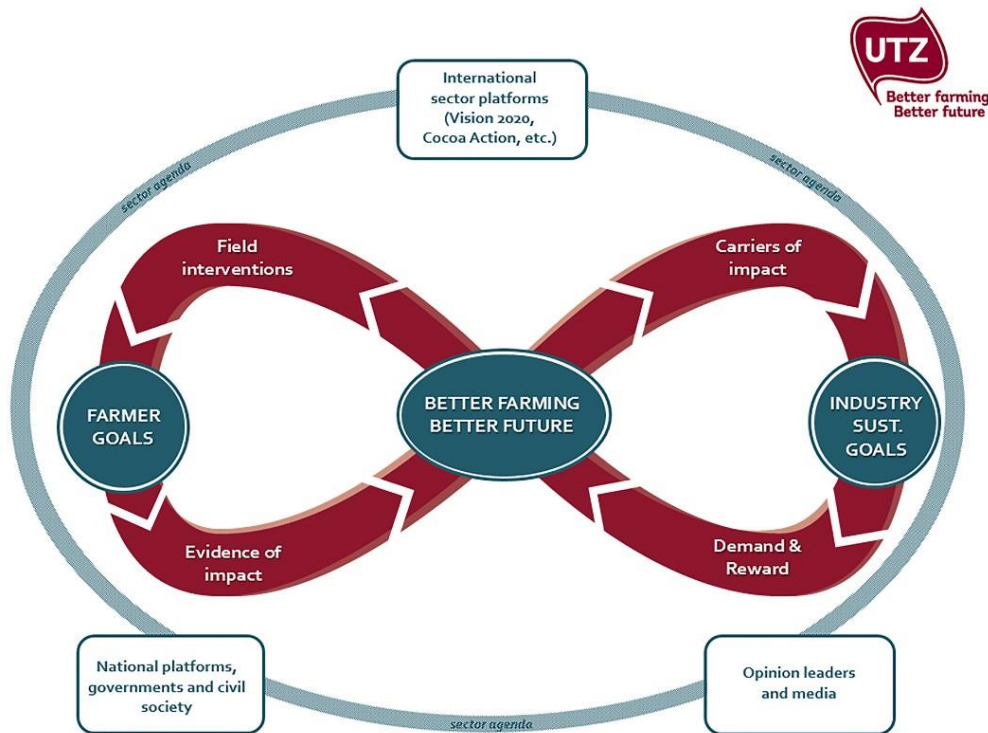
A UTZ é uma ONG sediada na Holanda que representa um esquema voluntário de sustentabilidade, que pode ser adotado por membros da cadeia de suprimento do café (BENNETT, 2017), que visa promover agricultura sustentável através da certificação da produção agrícola em critérios econômicos, agrícolas, sociais e ambientais, fomentando melhores condições para comunidades e áreas agrícolas. A UTZ coloca suas práticas em um Código de Conduta, e ao cumprir com as práticas prescritas no Código, o produtor pode ser considerado um produtor certificado e sustentável, podendo vender seu produto com um valor adicional ao preço de mercado em remuneração à sustentabilidade empregada na propriedade.

Em uma perspectiva mais ampla, a UTZ busca difundir sua filosofia como organização através da promoção de práticas, propriedades rurais e projetos de sustentabilidade, conectando produtores e mercado, em uma perspectiva em que a sustentabilidade tenha cada vez mais valor, não apenas monetário em forma de um prêmio ou valor adicional ao produto comercializado, mas nos benefícios sociais e ambientais representados em sua Teoria da Mudança (UTZ, 2016). A Teoria da Mudança da UTZ é o documento onde a UTZ coloca os pontos de entrada de seu programa de sustentabilidade em relação aos desafios da agricultura nos dias atuais, propondo benefícios derivados da implementação das práticas estabelecidas em seu Código de Conduta em todos os eixos da sustentabilidade (UTZ, 2016).

O programa UTZ reconhece questões relevantes à sustentabilidade e busca realizar impactos positivos, promovendo melhorias em como os produtores trabalham com temas como: mudanças climáticas, questões de gênero, trabalho infantil, produtividade e fortalecimento de grupos produtores são desafios que devem ser endereçados com urgência na área agrícola. Por essa razão, desenvolveu o posicionamento de *sector change*, ou mudança de setor, que visa estruturar ações coordenadas para conscientizar e influenciar os atores do setor dessas

necessidades através de suas intervenções no mercado para endereçar essas questões (UTZ, 2017). A Figura 1 ilustra a visão da UTZ, do ponto de vista de representação estratégica, essa interação entre demandas de produtores e indústria para fomentar a sustentabilidade.

Figura 1 – Representação da estratégia da UTZ: A Lemniscata da Mudança.



Fonte: UTZ (2017).

Em outras palavras, a UTZ abertamente se posiciona como um ator que visa alterar as práticas do mercado para modificar o comportamento de outros atores, como governos, sociedade civil, mídia e formadores de opinião, e as plataformas¹ nacionais e internacionais que são fóruns de discussão em que membros da comunidade cafeeira se reúnem para discutir temas relevantes à sustentabilidade. Conectando os objetivos de vida dos produtores rurais e mensurando o impacto obtido com o programa nessas propriedades, a UTZ conecta esses produtores com o mercado, recompensando esses produtores e demandando intervenções de campo para melhorar ainda mais o nível desses produtores.

Com as práticas para influenciar tanto o eixo de produção de café como o eixo do consumo, a UTZ quer influenciar toda a agenda de um setor no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável de produtores rurais. Logo, abordar a UTZ sob perspectiva, não

¹ Exemplos de plataformas incluem o Sustainable Coffee Challenge e a Global Coffee Platform.

apenas da sua missão de sustentabilidade, mas também sob a ótica do meio estratégico pela qual ela visa construir esse processo a torna um objeto de estudo relevante.

Considerando que o modelo teórico dos Estudos de Mercados Construtivistas abordam a questão da economização dos bens no mercado, ou seja a sua concepção de valor para que seja um bem que possa ser transacionado em um dado mercado, através de práticas e dispositivos, e enxergando o impacto positivo como um bem de mercado tanto para a UTZ, produtor e consumidores, é relevante entender como esse processo de economificar os impactos positivos e a sua construção nos produtores rurais se dão através das práticas e dispositivos lançados pela UTZ e outros atores dentro do contexto produtivo da pequena propriedade rural.

Ao se retomar a estratégia da UTZ vemos elementos como mensuração de impactos, comunicação de impactos e construções de mecanismos de demanda e recompensa dos produtos certificados. Essa construção estratégica é produto da economização do conceito de sustentabilidade que vem ocorrendo desde a década de 80 na setor cafeeiro, e pode ser um objetivo de estudo para os Estudos de Construção de Mercado.

Estudar a certificação UTZ sob a lente teórica dos Estudos de Mercados Construtivistas permite a compreensão de como a sustentabilidade e os impactos propostos pela certificação são economizados no mercado, tornando esses fatores valorados e passíveis de troca monetária. Considera-se que não existe um estudo prévio que aborda a questão das certificações e suas premissas de impacto sob uma ótica mercadológica ao produtor.

1.2. Problema de pesquisa

A compreensão sobre como os mercados operam é um tema recorrente na administração, e dentro dos mais variados segmentos, busca identificar as dinâmicas de funcionamento e consolidação de mercados, ou, por exemplo, explicar porque certos mercados se estabelecem melhor do que outros. Uma das teorias que passou a ser utilizada com mais frequência pela estudos organizacionais em mercados são os Estudos de Mercado Construtivistas (EMC) (MANSON, KJELLBERG e HAGBERG, 2015).

Os EMC buscam compreender o mercado partindo da proposta de que suas características totais não podem ser descritas, e direciona seu foco entender como os mercados performam, ou seja, ganham forma e se consolidam. Assim, os EMC colocam que os atores de um dado mercado conduzem Práticas de Mercado (de Representação, Normativas e de Transação), que dão a forma do mercado em que estão inseridos e disseminando essas práticas (KJELLBERG e HELGESSON, 2007).

É importante salientar que o termo Práticas de Mercado não se refere somente a práticas mercadológicas ou práticas em função do mercado. Entende-se a Prática de Mercado do ponto de vista estrutural e construtivista, em que a Prática é colocada em ação dentro de um dado mercado, a fim de dotá-lo de dinâmica (KJELLBERG e HELGESSON, 2006).

O produto da interação entre as Práticas de Mercado são as cadeias de Translações, que despejam atributos no mercado auxiliando na sua configuração e funcionamento, determinantes para sua configuração – e posteriormente, arranjo desse mercado onde as peças que o compõem estão dispostas em um encaixe que permita uma dinâmica (CALLON, 2015).

O mercado, nesse sentido, é o ambiente onde algo é transacionado. Para que esse ‘algo’ seja comercializado, as Práticas de Mercado devem ser conduzidas pelos atores (humanos e não-humanos) para que estas resultem em Translações, para que estas consolidem o arranjo do mercado (ÇALISKAN e CALLON, 2010). Os arranjos, em conjunto com as práticas, atribuirão o valor desses bens, os meios pelo qual as partes poderão adquiri-lo e vendê-lo, como o preço será formado e como a transação se consolida (MUNIESA, MILLO e CALLON, 2007).

Sumarizando o processo de certificação, o produtor deve cumprir com uma série de critérios de controle colocados no em um Código de Conduta, contra os quais ele será auditado por uma entidade certificadora externa, para que ele possa transacionar seu produto como certificado e receber um adicional de preço por esse processo. Esse processo estrito de verificação e auditoria visa garantir a credibilidade dos atores envolvidos nessas atividades e assegurar que o produtor rural entre em um processo de melhoria contínua.

O ponto em questão é que os produtores devem cumprir com as práticas gerenciais, agrícolas, sociais e ambientais demandadas no Código de Conduta, estabelecendo um conjunto de atividades a serem realizadas por esses produtores, como se fosse um manual. O produtor deve realizar essas práticas ao longo de todo o processo de certificação – antes e após a auditoria – para que seja capaz de garantir estar cumprindo integralmente com a norma e garantir que seu produto seja certificado.

Em geral, uma certificação possui sistemas de auditoria surpresa, que podem ser realizados ao produtor sem aviso prévio (UTZ, 2018), o produtor deve realizar profundas mudanças na sua capacidade de governança para garantir que a norma seja cumprida durante toda a validade do certificado, sob pena de perder a certificação caso sejam encontradas irregularidades. Assim, pode-se inferir que há uma mudança em como a fazenda realiza suas atividades práticas cotidianas devido aplicação da certificação.

Assim, pode-se adotar como premissa o impacto positivo da sustentabilidade derivado da certificação como um bem. Esse bem possui um valor, é valorizado por atores na cadeia e

no mercado, e as partes se organizam para ‘adquirir’ esse bem. Uns através da obtenção da certificação para que possam disponibilizá-lo, outros através da compra do produto para distribuí-lo, por exemplo, e as Práticas de Mercado consolidam os meios pelo qual essa dinâmica de transação acontece; inclusive sob a perspectiva de o produtor optar por se voluntariar em aderir a um programa de certificação, as práticas demandadas e as regras e interações impostas pelo processo.

Para embasar essa discussão teórica, foi utilizado o trabalho de Leme (2015) que utilizou o modelo teórico dos EMC e a noção dos mercados performativos e realizou um resgate histórico da atuação da UTZ Certified no Brasil, apontando as Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ Certified em seu contexto de mercado, também identificando as Práticas Estruturantes aplicadas pela UTZ Certified para auxiliar na construção de seu mercado de atuação. A proposta de Leme (2015) sugere que a UTZ utilizou de mecanismos para modificar seu mercado, enquanto ator do mesmo, utilizando ferramentas e práticas para conduzir o mercado de acordo com a sua estratégia.

Aas Práticas de Mercado identificadas por Leme (2015) no caso da UTZ ilustraram como seu mercado pôde ser construído a partir de ações, questiona-se como essas ações podem modificar o comportamento dos produtores certificados por ela, uma vez que várias dessas ferramentas que Leme (2015) identifica são controladas pela UTZ e tem relação direta com a aplicação da certificação em uma fazenda. A aplicação dessas ferramentas cujo controle é detido pela UTZ eventualmente pode provocar alterações dentro do aspecto rural, conforme os próprios produtores certificados UTZ indicam (GRÜNINGER, SCHIESARI, *et al.*, 2015).

Observa-se nas obras sobre o assunto um foco quantitativo, não identificando o processo na propriedade antes e após a adoção da certificação, sem observar como se deu o processo de modificação dessas propriedades. Esses estudos também não observam qual função os produtores desempenham no processo de desenvolvimento desse mercado, tampouco como as Práticas conduzidas por eles edificam processos de Translação e Inscrição, identificáveis pelas perspectivas de análise Translacional e Inscriçionária que são distintos meios de analisar o mercado a partir de seus elementos construtores.

Os Estudos de Construção de Mercado assumem o fato que o mercado é dinâmico, e compreender a função dos atores e o que tipo de ações realizam, é um fator importante para compreender como os mercado são constituídos. Um ator realiza ações para constituir e operacionalizar um mercado, e em conjunto com outros atores estabelece relações sociais que tornam esse mercado funcional. Essa é uma lacuna a ser explorada no contexto do café certificado.

Dessa forma, a lacuna teórica considerando a certificação e os Estudos de Mercados Construtivistas se redige em uma problemática de pesquisa: qual o papel do produtor rural na construção do mercado de cafés certificados a partir da adesão voluntária à esquemas de certificação sob a premissa da melhoria de desempenho de critérios relevantes ao seu nível de sustentabilidade socioeconômica e ambiental?

1.3. Objetivos

Para auxiliar a endereçar essa problemática, estabelece-se como objetivo geral **identificar como as Práticas de Mercado conduzidas pela certificação e seus mecanismos provocam Translações na estrutura da propriedade e nas práticas cotidianas de gestão de pequenos produtores de café**. Como objetivos específicos, que auxiliarão nessa construção, enumera-se:

- a) Contextualizar e explicar o funcionamento do processo de certificação aplicado ao pequeno produtor, sob a premissa de forma de viabilizar mudanças de comportamento em relação a temas de relevância à sustentabilidade;
- b) Identificar os benefícios e desafios na adoção da certificação UTZ na perspectiva do pequeno produtor certificado, através do apontamento das práticas de gestão, agronômicas, sociais, ambientais e de governança realizadas ante e pós adoção da certificação UTZ;
- c) Apontar as Práticas de Mercado e Estruturantes conduzidas pelos Produtores e Unidade Gestora no contexto de operação da certificação, relacionando-as com as Práticas de Mercado e Estruturantes da UTZ (LEME, 2015).
- d) Identificar como as Práticas de Mercado se transportam entre os atores identificados no contexto observado.
- e) Apontar como as Cadeias de Translação são efetivadas na perspectiva dos atores identificados no contexto de certificação, identificando pontos de referência nos Arranjos de Mercado quanto a sua efetivação no contexto empírico.

1.4. Justificativa

Portanto, parte-se do princípio teórico dos Estudos Mercado Construtivistas, em que as Práticas de Mercado permitem Translações que modificam a estrutura do mercado. Essas Práticas de Mercado são conduzidas por atores e se efetivam com base nas condições que a estrutura de mercado vigente oferece.

Justifica-se o contexto de pequenos produtores pois, considerando os dados do censo agropecuário do IBGE de 2006, é possível observar que os produtores de café de até 50 hectares no Brasil são responsáveis por 66,72% da área de café plantada no país e por 60% da produção de café total do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006), portanto, evidenciando a relevância do contexto de pequeno produtor para a cafeicultura brasileira. Em seu trabalho, Moreira et al (2011) posicionam a UTZ como uma certificação mais direcionada a fazendas de médio e grande porte, o que pode ser devido à não compreensão de como essas Práticas de Construção de Mercado (LEME, 2015) se traduzem na esfera de produção agrícola, ainda mais, em pequenos produtores.

Sobretudo, a proposição de se enxergar o processo de mudança de práticas organizacionais que a adoção da certificação causa através de seu processo de construção de mercados nas unidades produtivas de café pode auxiliar na evidenciação não apenas o resultado do impacto que a certificação eventualmente pode causar em uma fazenda, mas no *continuum* de eventos e momentos que edificam esse processo de mudança. Em outras palavras, entender o processo de construção do impacto através das alterações nas práticas conduzidas pelas propriedades rurais, ao adotarem a certificação, pode auxiliar a melhor entender a própria resiliência que a certificação UTZ propõe promover.

A melhoria do processo de gestão através da certificação é um dos principais objetivos visados pela UTZ em seus produtores certificados. Este é um objetivo que busca evidenciar outras formas de impacto positivo da adoção da certificação, e é algo especialmente interessante se considerarmos os pequenos produtores de café no Brasil – aqueles que tem menores áreas plantadas e fazem do cultivo do café um importante componente de sua renda - que na maioria das vezes são menos eficientes que os produtores de médio e grande porte, portanto, diminuindo sua capacidade de obter uma renda digna, influenciando sua capacidade de permanecer no mercado.

Entende-se que, em uma perspectiva macro, o impacto sustentável na propriedade rural, ou o aumento da resiliência deste produtor à uma série de restrições ambientais e sociais, é o principal veículo de entrada e objetivo primário da certificação UTZ, como ela mesma coloca em sua estratégia. Logo, compreender as práticas que levam a economização desse bem em nível de produtor, e, portanto, à construção desse mercado, é uma contribuição relevante.

Através desse trabalho será possível compreender qual a função do produtor na construção do mercado de cafés certificados, possibilitando ir além da premissa de que este ator cumpre com regras impostas pela certificação. Ao ampliar essa perspectiva, será possível melhor entender a relação certificação-produtor sob a perspectiva de construção e observando

consonância ou dissonância de Práticas de Mercado e outros elementos inerentes à essa construção.

Por fim, uma justificativa gerencial relevante é compreender como e até que ponto os esforços de uma ONG internacional como a UTZ e as relações com seus produtores certificados realmente se traduzem em alterações e melhoria de desempenho nas atividades e práticas cotidianas de pequenos produtores. Também entendendo se Dispositivos de Mercado foram ou são mais eficazes para consolidar esses esforços da UTZ no contexto do produtor, conhecendo a opinião dos produtores sobre esse processo e a identificando da imagem da UTZ enquanto negócio.

1.5. Estrutura e organização do trabalho

Para que todos os objetivos do trabalho sejam satisfeitos, o mesmo deverá traçar o panorama mais completo possível acerca da temática da certificação na cadeia do café. Portanto, o trabalho será estruturado da seguinte forma:

- a) Referencial teórico que objetive contextualizar:
 - A construção de mercado com base nos Estudo de Mercados Construtivistas (EMC), base teórica deste trabalho; juntamente com o conceito de EMC sistematizado à certificação UTZ, para embasar as intervenções metodológicas, conforme Leme (2015);
 - Uma análise das certificações mencionadas neste trabalho, para que a compreensão sobre as mesmas ao longo deste não seja prejudicada;
- b) Revisão de literatura considerando artigos e estudos que colocam a relevância das certificações socioambientais:
 - Contextualizada à realidade da indústria;
 - Da perspectiva de consumo e de mercado;
 - E no contexto de unidade produtiva, considerando diferentes origens produtoras e os potenciais benefícios de sua aplicação.
- b) Metodologia de coleta de análise dos dados para intervenção em campo;
- c) Os resultados, descrevendo as características dos sujeitos de pesquisa e as percepções dos mesmos acerca da certificação em diversas vertentes.
- d) A discussão, realizando uma correlação entre os resultados obtidos e as bases teóricas utilizadas neste estudo.
- e) Conclusões, considerações e referencial bibliográfico utilizado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Construir Mercados: Teoria Ator-Rede e Estudos de Mercado Construtivistas

Aqui se apresenta o referencial teórico que será utilizado como base para este estudo, dividido nas temáticas expostas na seção ‘estrutura do trabalho’. Inicia-se com a Teoria Ator-Rede como pano de fundo para a Construção de Mercado, seguida pelos Estudos de Mercado Construtivistas.

Ao abordar o conceito de Construção de Mercado é preciso considerar o pano de fundo teórico da Teoria Ator-Rede, que traz importantes contribuições sob a ótica das relações sociais entre seus constituintes (CALLON e LAW, 1997) e sua estrutura (CALLON, 1997) já os Estudos de Mercado Construtivistas compreendem o mercado enquanto performatividade, ou seja, aquilo que o constitui enquanto dinâmica (KJELLBERG e HELGESSON, 2006; MANSON, KJELLBERG e HAGBERG, 2015) sobretudo naquilo que compreende como as diversas versões platonicamente ideais de um mercado se convertem na versão que se efetiva. O panorama Teoria Ator-Rede – Estudos de Mercados Construtivistas configuram uma evolução do entendimento de como o mercado se desenvolve do ponto de vista de performatividade, estrutural (CALLON e MUNIESA, 2005), e sociotécnica (LATOUR, 1996).

A Teoria Ator-Rede, a partir daqui referida como TAR, surge devido à necessidade de compreender eventos que transcendem o ambiente organizacional, através dos estudos de ciência e tecnologia de Bruno Latour, complementados por Michel Callon e John Law, propondo meios de aceitar as incertezas inerentes ao convívio social nesse contexto (ANDRADE, 2004). Posteriormente, em um contexto interorganizacional, buscando explicar, sob diferentes pontos de vista, o relacionamento entre as firmas, como por exemplo, alianças estratégicas ou atributos de confiança e cooperação (ANDRADE, 2004). Os pilares que deram origem a TAR estão dispersos em vários autores, de Foucault até Michael Serres, nos ramos da antropologia, sociologia e filosofia, tendo Thomas Khun como uma referência relevante com seus conceitos radicais sobre sociologia da ciência e tecnologia (MUNIESA, MILLO e CALLON, 2007; CRESSMAN, 2009), ainda que ignore as perspectivas de consumo em detrimento da produção (FLIGSTEIN e CALDER, 2015).

A TAR vem sendo trabalhada por diversos autores dos quais podemos mencionar Emirbayer e Goodwin (1994), que em um contexto da década de 1970, a propuseram como “uma nova abordagem nas ciências sociais, trazendo uma gama de metodologias diversas, cuidadosamente distinguidas a partir das perspectivas de cultura agência e estrutura”

(ANDRADE, 2004, p. 2). Todavia, é em 1973 com Mark Granovetter que os estudos organizacionais se aproximam da abordagem de redes sociais, buscando compreender as integrações micro-macro, para analisar separadamente agências e estruturas (ANDRADE, 2004).

Segundo Cressmann (2009) TAR é atribuída aos pesquisadores Michel Callon, Bruno Latour e John Law, colocando que essa teoria é melhor compreendida como algo que é performado e não algo que é resumido. A TAR é direcionada para compreender a ciência e a tecnologia do fazer, e foca no fluxo de atores em um determinado contexto de trabalho, direcionando seus olhares para os construtores dessas redes buscando rastrear as complexas relações existentes entre governos, tecnologias, conhecimento, textos, dinheiro e pessoas.

A análise de redes, como também é conhecida, vem com a proposta de compreender sistemas de interação por três perspectivas: cultura, que diz respeito a conexão de ideias e indivíduos; a perspectiva de agência, que considera o meio pelo qual as entidades que compõem um cenário estão dispostas; e a social, que, além da estrutura da rede, considera as relações dentro da mesma. Por definição, a TAR se propõe a “construir uma ponte entre o *gap* micro-macro”, ou seja, busca estabelecer relacionamentos entre atores de relevância distinta dentro de um mesmo contexto (ANDRADE, 2004, p. 2).

O posicionamento epistemológico da TAR nos auxilia a compreender por que temos a tecnologia e conhecimento que dispomos em um determinado campo do conhecimento através da análise das conexões entre esses fatores. Essa motivação que esta teoria carrega em compreender os processos que levaram à construção de tecnologia foram influenciadas às concepções filosóficas e sociológicas que permeiam este modelo (CRESSMAN, 2009).

Assim, “para a TAR, não existem causas, apenas efeitos; não há essências, apenas redes heterogêneas” e este modelo procura “se afastar de distinções convencionais e dicotomias” (CRESSMAN, 2009, p. 5). Latour (2003 apud CRESSMAN, 2009, p. 5) coloca que a “TAR começou com a pesquisa histórica e social da ciência para fornecer uma explicação social dos fatos científicos. [...] e ao falhar nesse objetivo propôs uma explicação social de tudo”.

Latour (1996, p. 373) conceitua ator como “uma definição semiótica – um ator – que é algo que age ou para o qual uma atividade é fornecida por um outro...um ator pode ser literalmente qualquer coisa, desde que seja a fonte de ação”, portanto, a TAR propõe a ideia de que o significado dos elementos humanos e não humanos deve ser compreendidos dentro da rede, “onde sua identidade é definida através de sua interação com outros atores”. (CRESSMAN, 2009, p. 4).

Um exemplo para ilustrar essa definição de Latour pode ser a de uma cooperativa. Em uma cooperativa agrícola, os produtores (atores) se reúnem para obter vantagens comerciais oriundas dessa união como compra de insumos mais baratos e facilitados, facilitação do acesso a mercado (ANTONIALLI, 2000) e criam uma entidade chamada Cooperativa. Os membros da cooperativa são atores e realizam atividades e funções distintas dentro da ‘rede’ cooperativa agora criada, para que a mesma possa seguir seu propósito; entretanto, a Cooperativa passa a ser um ator, realizando ações que impactam o mercado em que está inserida, e isso se nota, por exemplo, que a relação comercial entre um importador e os produtores da cooperativa, não se dá através deles individualmente, mas através da entidade Cooperativa que, os integra como uma rede, mas age no mercado como um ator.

Isso exemplifica o fato de que ‘um ator pode ser qualquer coisa’ já que isso depende da ótica da relação social e da função que esse ator desempenha dentro da rede em que está inserido. Considerando que existem macro e microestruturas dentro do contexto de rede, uma rede, em geral, é parte de uma macroestrutura, e as ações coordenadas dentro de micro redes impactam na macro rede. Em outras palavras isso significa que a rede por vezes assume a função de ator, a constatação desse fato depende puramente de uma perspectiva de análise de um determinado Ator-rede para contextualizar a sua função (DE CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013).

Cressman (2009) coloca que o termo ator-rede, ou seja, o fato de algo ser um ator e uma rede ao mesmo tempo pode até contrariar as noções de agência e estrutura, de conteúdo e contexto das ciências da administração e economia, entretanto, dentro da TAR, qualquer coisa pode ser um ator e uma rede, sendo isso apenas uma questão de perspectiva pela a qual se analisa o papel desse ator-rede. Todavia, se distingue de outras abordagens pois classifica elementos como humanos e não-humanos igualmente como atores em uma rede, o que acarreta no uso do “mesmo modelo de trabalho analítico e descritivo em relação à um humano, um texto ou uma máquina” (CRESSMAN, 2009, p. 3).

Often in practice we bracket off non-human materials, assuming they have a status which differs from that of the human. So, materials become resources or constraints; they are said to be passive; to be active only when they are mobilized by flesh and blood actors. But if the social is really materially heterogeneous, then this asymmetry doesn't work very well. Yes, there are differences between conversations, texts, techniques and bodies. Of course. But why should we start out by assuming that some of these have no active role to play in social dynamics? (CALLON e LAW, 1997, p. 168).

Considerando o segundo aspecto da TAR, a rede, se um ator pode ser tecnicamente qualquer coisa, não é diferente com uma rede. A ideia colocada na TAR sobre uma rede sociotécnica e heterogênea pode ser utilizada para descrever qualquer coisa: “pessoas, organizações, tecnologias, natureza, política, ordem social, são resultados, ou efeitos, de redes heterogêneas” (CRESSMAN, 2009, p. 4). O autor coloca que esse fato leva a duas consequências: a primeira é que toda e qualquer forma de ordenamento social, seja o trabalho ou a economia ou mesmo a educação é produto das associações de uma rede heterogênea, incluindo pessoas; e, a segunda é que não existe uma divisão entre macro e micro ator-rede dado que a mesma abordagem analítica e conceitual é aplicada a ambos, todavia, adota-se um conceito de dualismo onde o poder deste macro ator-rede funciona como um meio de engajar outros atores-rede ao invés de ser uma consequência do sucesso deste ator (CRESSMAN, 2009).

Esse segundo efeito é um dos princípios mais importantes da TAR, que é a Simetria, que é o fato de que uma mesma explicação deve ser empregada a todos os atores de uma rede, onde não podem ser separados e considerando os elementos humanos e não-humanos como iguais componentes dessa rede heterogênea (ALCADIPANI e TURETA, 2009; DE CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013).

Crawford (2004) coloca que a TAR pode ser entendida como uma teoria que aborda mecânicas de poder que considera que interações se estabilizam e reproduzem em detrimento de outras, levando à construção dos centros e periferias das redes e a consolidação da hegemonia. Embora as redes possuam um status mutável, a TAR se preocupa em entender como algumas redes são mais estáveis que outras, ou como podem assumir posições de dominação em relação a outras.

Andrade (2004) coloca que a rede reside quando situações co-ocorrem e quando não existe outra forma de organização fora do contexto “dependente do processo de intervenção e da contingência das associações e na tradução de significados inter-relacionados” (ANDRADE, 2004, p. 7) que são as Translações. Logo, a TAR “preconiza que as entidades (atores) são constituídas e adquirem seus atributos por meio do conjunto de relações (rede) que estabelecem umas com as outras, existindo por meio dessas relações” (ALCADIPANI e TURETA, 2009, p. 650).

Um dos conceitos centrais da TAR é a Translação, que pode ser entendido, como um transporte de deformação sendo um processo e um efeito ao mesmo tempo. O saber científico e os materiais que fazem parte desse conhecimento obtido e desenvolvido sofrem uma Translação à medida que as redes se tornam mais extensas ou concentradas e novas interações

acontecem, novos atores emergem e novas conexões resultam em mudanças de rede (CRAWFORD, 2004).

A “Translação é o processo de estabelecer identidades e condições de interação e caracterização de representações” (CRAWFORD, 2004, p. 2). Ou seja, uma Translação ocorre quando a representação de uma rede ou um ator é modificada no espaço-tempo, convertendo entidades, equalizando-as ou simplificando-as preservando as suas distinções; simplificando: é uma prática de equivalência que acarreta efeitos de deslocamento e de possibilidades alternativas. Ou, com mais simplicidade, Translação é o movimento pelo qual os atores alteram a rede para que um objetivo em comum a eles seja alcançado (ALCADIPANI e TURETA, 2009).

Crawford (2004) coloca as características dessas Translações que ocorrem dentro da rede: [1] alinhamento, que se refere ao nível que as redes são definidas em uma história e espaço comuns; [2] coordenação que é a convenção, codificação e regimentos que são adotados por esses movimentos [3] irreversibilidade, que é o grau de irreversibilidade que é possível de se observar em uma rede com relação à sua capacidade em retornar às interações da rede anterior, ou seja, antes da Translação.

Os conceitos trazidos por Crawford (2004) também compõem a base teórica dos Estudos de Mercados Construtivistas, que será abordada adiante, e partindo desses conceitos é possível observar como o entendimento de um dado mercado é um objeto que pode ser analisado pela perspectiva da TAR. Callon (1997, p. 8) contextualiza a aplicação da TAR para compreensão de mercados, observando como o seu foco está no processo das operações e não na simples ação social de seus atores:

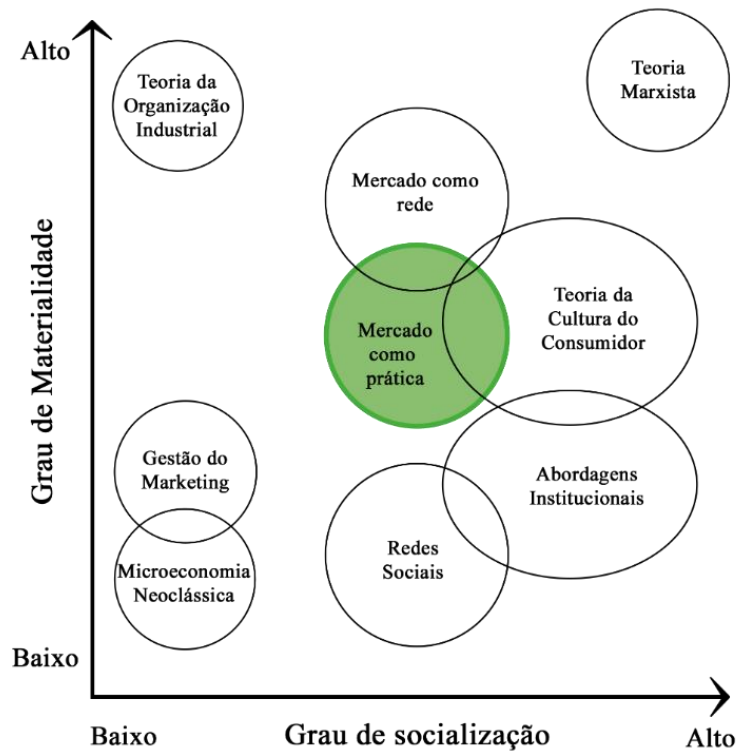
On the whole I find the assessment positive and encouraging. ANT enables one to go further than do traditional socioeconomics or analyses in terms of networks proposed by people like Granovetter. Markets are not embedded in networks. In other words, there is no point in adding social, interpersonal, or informal relations in order to understand their functioning. **A concrete market is the result of operations of disentanglement, framing, internalization and externalization.** To understand a market, it is necessary first to agree to take what it does seriously; that is to say, the construction of calculative actors who consider themselves to be quits once the transaction has been concluded (CALLON, 1997, p. 8, grifo nosso).

Resumindo, a TAR considera que atores humanos e não humanos se relacionam e se conectam através de redes sociotécnicas e heterogêneas e é através das Translações, que são os movimentos que ocorrem dentro de uma rede, novas redes e interações sociais são criadas.

2.2. Estudos de Mercado Construtivistas

As ciências sociais buscaram compreender os mercados de diversas perspectivas e abordagens teóricas e metodológicas, que vão desde a teoria da organização industrial até abordagens mais institucionais. Granovetter (1992 apud GEIGER, KJELLBERG e SPENCER, 2012) buscou realizar uma classificação dessas teorias de análise de mercado classificando-as pelo seu aspecto social, ou seja, a importância das relações sociais em sua concepção de análise, em função do seu aspecto materialista, que corresponde ao nível em que a realidade é levada em consideração para a análise do mercado, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Disposição das teorias de estudo dos mercados.



Fonte: Geiger, Kjellberg e Spencer (2012, p. 135).

Essa correlação indica como os graus de socialização estão dispostos nas teorias de análise de mercado, em um contexto onde, por exemplo, a microeconomia neoclássica considera basicamente os mecanismos de preço e quantidade e nenhuma relação social em sua teoria; ao passo que a teoria marxista tem o social como um forte componente do seu posicionamento de análise. As teorias de redes sociais e Mercado como Prática tem um nível semelhante de socialização, variando, em tese, apenas em sua materialidade (GEIGER, KJELLBERG e SPENCER, 2012).

Inspirados no “Mercado como Prática” ou Teoria da Cultura do Consumo, os Estudos de Mercados Construtivistas (EMC) são atribuídos à Michel Callon (KJELLBERG e HELGESSON, 2007; MANSON, KJELLBERG e HAGBERG, 2015), criando conceitos que buscaram explicar melhor como os mercados performavam, não considerando apenas atributos e interações econômicas, mas as relações sociais e outras interações dentro desse contexto de construção de mercados no sentido da forma (*shaping*) que esses mercados detém, partindo do princípio de que não é possível “listar as características típicas de um mercado, mas direcionando o foco para como os atores o fazem na prática (KJELLBERG e HELGESSON, 2007, p. 141). O termo ‘construtivista’, nesse sentido, remete a corrente filosófica construtivista, que defende a construção da realidade a partir de interações sociais e individuais, portanto, não independentes da ação humana; o que embasa a possibilidade de explicar a formação de um mercado, que é entendido como o ambiente onde a interação econômica se dá, a partir da interação de suas partes constituintes (JANSSEN e VAN BERKEL, 2014).

Dentro dos EMC, há o foco em compreender o conceito de economização (ÇALISKAN e CALLON, 2009), dentro dos mercados analisados. O neologismo economização, vem do inglês *economic*, porém com o sentido de tornar algo econômico, mercadológico, marketizável (CALLON, 2015), e nesse sentido, economificar um bem é “precifica-lo, estabelecer circuitos de comércio e redes de valor que tornam coisas, de forma comensurável, econômicas e trocáveis” (MUNIESA, MILLO e CALLON, 2007, p. 3), provendo arranjos com dispositivos que calculam preços, regem a competição entre os atores, e estabelecem metodologias de alocação de lucro, por exemplo.

Assim, para embasar a análise da performatividade do mercado, os EMC buscam compreender como esse processo de economização se dá nos mercados, e como se dá a abstração dos mesmos. Abstração é a ação de deslocar um bem transacionável para um espaço calculativo de valor formal, e tal processo é auxiliado por Dispositivos de Mercado como “técnicas de precificação, metodologias de contabilidade, instrumentos de monitoramento e protocolos comerciais”, por exemplo (MUNIESA, MILLO e CALLON, 2007, p. 4).

A TAR divide os atores em atores humanos e não humanos com base na sua capacidade de agência; o EMC não realiza uma ‘divisão’ ou classificação daqueles que detém agência no contexto teórico, ao invés disso, assume que tanto atores humanos como dispositivos não humanos (MUNIESA, MILLO e CALLON, 2007), remetendo ao conceito de Simetria, proposto pela TAR. O próprio Arranjo de Mercado (ÇALISKAN e CALLON, 2010) são dotados de agência, e, portanto, conduzem a formação do mercado.

Em algumas obras também é possível observar o termo ator ou invés de ator. Ambos os termos podem ser utilizados indiscriminadamente, no entanto, neste trabalho o termo utilizado ator para significar de forma mais contundente àquele que conduz ações dentro de um contexto mercadológico (MUNIESA, MILLO e CALLON, 2007).

2.2.1. Práticas de Mercado

Nos EMC encontramos o conceito de Prática de Mercado, pelo qual se entende todas as atividades desempenhadas para constituir um mercado. Segundo Kjellberg e Helgesson (2007), o alinhamento desse conceito é importante pois permite definir melhor o que exatamente está sendo formado através dessas práticas e permite compreender os processos que são realizados e contribuem para esses resultados.

O ponto de partida para esse modelo teórico é que as teorias do marketing, em geral, consideram como sendo possível descrever todas as características de um mercado. Todavia, os EMC consideram que é impossível fazer todas essas descrições de maneira completa. Essa distinção leva a uma alteração da metodologia de trabalho: enquanto no modelo teórico tradicional o foco está em identificar essas propriedades e características de mercado, o modelo do EMC busca compreender a formação dos mercados à medida em que estes vão sendo construídos e consolidados.

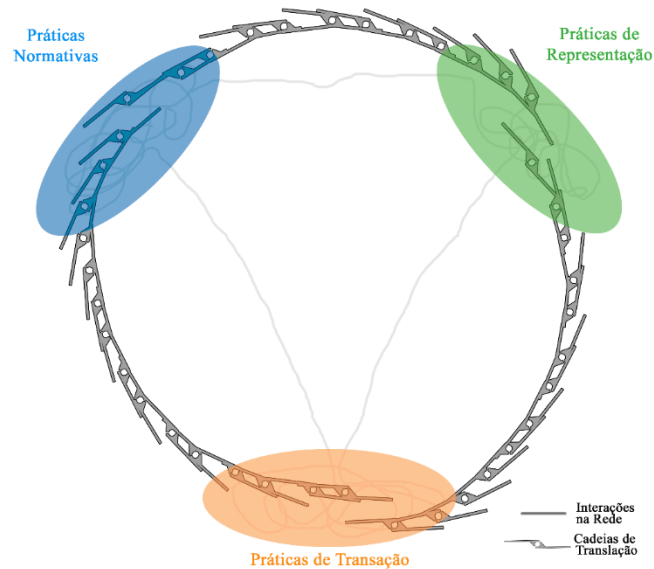
Nesse contexto, [1] as Práticas de Construção de Mercado (LEME e REZENDE, 2016), [2] as atividades que dão significado aos atores que pertencem a esse mercado, e as [3] práticas que colocam o mercado em movimento são todas consideradas Práticas de Mercado, capazes de modificar o dado mercado em questão. Essas Práticas podem ser conduzidas por qualquer ator inserido dentro do contexto de mercado, impactando em outros atores através da alteração do mercado como um todo.

Os autores encontram respaldo em Alderson e Cox (1948, apud KJELLBERG; HELGESSON, 2007) que já entendiam que não era possível fazer uma separação entre as atividades que se realizam dentro de um mercado e a interação sistemática entre os atores que nele estão inseridos. Isso ilustra a premissa de que qualquer Translação pode provocar alterações no mercado, dadas as condições favoráveis para a assimilação das mesmas no contexto em que elas são colocadas.

A construção de mercado, nesse sentido, é realizada através de Práticas de Transação, Práticas de Representação e Práticas Normativas, além das cadeias de Translações que ocorrem entre essas práticas, facilitadas pelas interações que ocorrem no mercado simultaneamente à

aplicação dessas práticas no mesmo. Essas práticas definidas por Kjellberg e Helgesson (2007) norteiam a aplicação dos EMC na análise dos mercados representadas na Figura 3.

Figura 3 – As Práticas de Mercado conduzidas pelos atores.



Fonte: Kjellberg e Helgesson (2007, p. 151).

Práticas de Transação estão relacionadas a toda e qualquer consumação de troca econômica que ocorra no mercado. Várias práticas corriqueiras da construção de um produto, estão inseridas nessa perspectiva, por exemplo especificação de produtos, preços que são negociados, entrega, teste de produtos e propaganda, entre outros (KJELLBERG e HELGESSON, 2007).

Práticas de Representação se relacionam com o meio pelo qual o mercado é retratado na prática e através das quais é possível descrever o funcionamento do mercado analisado. As Práticas de Representação são importantes pois são capazes de construir correlações espaciais e temporais entre as transações realizadas e o que o mercado representa para que possam explicar o funcionamento de um determinado produto em um mercado (KJELLBERG e HELGESSON, 2007).

Práticas Normativas correspondem a metodologias e diretrizes de como o mercado deve ser formado, ou reformulado, em relação ao seu funcionamento, na perspectiva de um ator ou grupo de atores. Relaciona-se, portanto, com as diversas tentativas de redirecionamento de mercado e as práticas de competição, normas voluntárias e o planejamento estratégico das atividades e objetivos dos atores que pertencem a esse mercado (KJELLBERG e HELGESSON, 2007).

As três categorias de Práticas de Mercado são igualmente importantes para a compreensão de como os mesmos estão estruturados e na visão de Kjellberg e Helgesson (2007), as Práticas de Representação, por exemplo, têm relação com o estabelecimento de direção de mercado, logo, é um importante critério a se considerar para a formulação do marketing estratégico da empresa, além de fundamentarem o entendimento dos mercados na sua realização prática:

We suggest that this threefold conceptualization of market practices is instructive when attempting to address issues concerning the practical realization of markets. It may, we argue, allow us to devise empirical studies on the shaping of markets. Concrete activities undertaken by various actors intersect and affect both the individual economic exchanges that take place, the images of markets that are produced and the objectives that actors establish for themselves and others (KJELLBERG e HELGESSON, 2007, p. 143).

A lógica pela qual isso se traduz na prática é a seguinte: qualquer atividade que é realizada dentro de um mercado vai contribuir para o estabelecimento de um caráter normativo, ou para consolidar uma transação individual, ou para criar uma representação do mercado. **As Práticas de Mercado, portanto, são as ocorrências ou fatos intangíveis que se dão dentro de um mercado que formatam o mercado como tal** (KJELLBERG e HELGESSON, 2007).

Em seu estudo, Kjellberg e Helgesson (2007) fazem uma analogia das Práticas de Mercado com a construção de um jardim: a ideia do que seria um jardim construído de forma correta emergiu da representação das pinturas inglesas da natureza dos jardins, o que seria uma Prática de Representação; o meio pelo qual o jardim recebe seus tratos: as podas, a fertilização, o combate aos insetos e ervas daninhas, e outras atividades cotidianas, são as Práticas de Transação; e a definição de quais flores seriam adequadas à este jardim que agora foi criado, estão relacionados com as Práticas Normativas. A analogia parece adequada e engloba todos os elementos mencionados pelos autores como Práticas de Mercado, todavia, o que seria capaz de explicar a habilidade do jardineiro e as tecnologias disponíveis para o mesmo para que ele possa cuidar desse jardim?

2.2.2. Translação e suas cadeias

Ao considerar o conceito de Translação, Kjellberg e Helgesson (2007) solucionam a questão de considerar as práticas como dimensões isoladas, atribuindo consequências às suas interações. Latour (1986, apud KJELLBERG e HELGESSON, 2007, p. 144) define Translação como “uma ideia, regra, texto, produto, tecnologia ou declaração que se espalha ao longo do tempo e espaço”, e esta visão se adapta à perspectiva dos EMC.

Com o uso do conceito de Translação, deixamos de identificar características existentes nos mercados (epistemologia), e passamos a identificar como esses mercados são produzidos (ontologia) (KJELLBERG e HELGESSON, 2007). Em suma, **as modificações nas práticas, normativas, de representação e de transação resultam em Translações que modificam e constroem o mercado às quais estão inseridas.**

É importante salientar que além das Práticas de Mercado influenciarem na construção do mercado em si, as Práticas de Transação, de representação e normativas influenciam umas às outras, provocando efeitos em cadeia que alteram as dimensões que o mercado opera naquele momento. Na Figura 4, a tipologia dessas dimensões é representada pelas setas que afetam as práticas do mercado entre si através das Cadeias de Translação.

Kjellberg e Helgesson (2007) citam alguns exemplos que demonstram como Práticas de Representação e normativas influenciam as Práticas de Transação, considerando contextos onde a representação estimula a comercialização; ou o caráter normativo alterou as transações em mercados financeiros consolidados. Os autores denominam **regras e ferramentas** como principais resultados das cadeias de Translações realizadas nesse contexto.

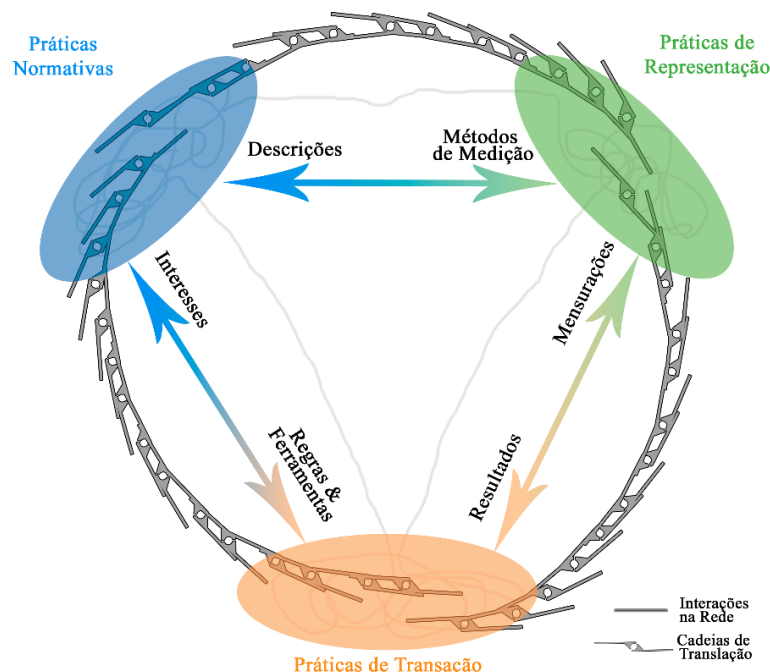
O mesmo ocorre em situações em que transações e representações influenciam o contexto de normatização de um mercado, já que a forma pela qual um mercado se comportará em direção a regulação depende de como essa representação no mercado ocorre, portanto, há uma cadeia de Translação resultando em uma relação de **descrição** desse mercado (KJELLBERG e HELGESSON, 2007).

Uma outra relação possível é a forma pela qual transações e normas afetam as representações, que tem relação direta com como o mercado é construído em termos quantitativos. Em outras palavras, Cadeias de Translação que determinam o que deve ser medido e como deve ser medido, resultam em uma relação de **mensuração** desse mercado (KJELLBERG e HELGESSON, 2007).

Com base nessas definições, Kjellberg e Helgesson (2007) propõem, com esses exemplos de interação com base em Translações, uma visão de como o mercado interage nessas três categorias de Práticas de Mercado e quais os resultados dessas Práticas de Mercado, ao interagirem, causam ao próprio mercado. Considerando as Cadeias de Translação que resultam em regras e ferramentas; originárias da influência da representação e normas nas Práticas de Transação; das descrições, influencias das representações e transações nas normatizações; e mensurações, influenciadas pelas normas e transações nas representações; os autores adicionam ainda: os resultados práticos dessas descrições; os interesses que permeiam as relações de

transação; e por fim métodos de mensuração para endereçar as necessidades normativas, que também podem ser entendidos como Cadeias de Translação, conforme a Figura 4.

Figura 4 – Translações nas construções de mercado.



Fonte: Do autor (2019), com base em Kjellberg e Helgesson (2007, p. 151).

O modelo apresentado auxilia na compreensão de como os mercados estão sendo continuamente constituídos, isto é, como os movimentos de Translação continuamente modificam o meio pelo qual o mercado opera. É possível relacionar esse modelo com diferentes configurações de mercado, como por exemplo [1] aqueles com menor quantidade de associações feitas entre representação, que resulta em instrumentos de mensuração mais justos e estáveis; da mesma forma, considerando aspectos de concorrência, menor quantidade de associações entre representação e transação resultam em regras mais estáveis e bem definidas de operação no mercado (KJELLBERG e HELGESSON, 2007).

Por exemplo, segundo Kjellberg e Helgesson (2007), [2] mercados onde há intensa ocorrência de transações expõem os atores desse mercado à mudança, ou não especificam os elementos transacionais com detalhamento. Questões como definição de competências, definição de objetos de contrato e condições de transação são endereçadas através de Práticas de Transação intensificadas, além de concomitantemente impactar nas Práticas Normativas e de representação desse mesmo mercado – levando à conclusão de que não se trata apenas de uma transação econômica, mas que o conceito também engloba transações de relacionamento.

Há [3] mercados que são formados por um forte aparato normativo. Em um cenário como esse, as Práticas Normativas são desenvolvidas pois as regras e ferramentas do mercado

foram estabelecidas de maneira insuficiente, logo, o uso de Práticas Normativas para direcionar o mercado pode ser utilizado; sabendo que isto impactará nas Práticas de Representação e transação. A não definição normativa parece caracterizar mercados já em transição, o que pode acarretar atores diferentes que desempenhem mesmas funções (KJELLBERG e HELGESSON, 2007).

Por fim, a quarta configuração diz respeito aos [4] mercados que, por vezes, adotam Práticas de Representação, normativa e de transação, onde as transações acontecem sob forte aparato normativo. Nesse contexto, a identificação da ocorrência do mercado é mais complexa devido ao fato de o papel dos atores ser bem definido, já que alguns se ocupam das transações, outros na definição das normas e outros ainda na descrição desse mercado (KJELLBERG e HELGESSON, 2007). Logo, o que se entende é que as Cadeias de Translação entre as práticas fomentam umas às outras permitindo que elas participem em um processo ativo de construção do mercado em que ocorrem.

Dessa forma, as cadeias de Translações refletem como as Práticas de Mercado são alteradas ao longo do curso de uma dada configuração de mercado. O termo em inglês *translation* citado por Kjellberg e Helgesson (2007) revela que é possível entendê-la tanto como **Translação** como **tradução**.

Ainda que ambos os conceitos estejam relacionados às modificações das Práticas de Mercados ao longo da existência de uma dada configuração de mercado, o conceito de Translação de Kjellberg e Helgesson (2007) está relacionado com como as Práticas de Mercado acarretam em cadeias Translações que causam outras Práticas de Mercado, resultando em uma nova configuração de mercado performada².

No caso da tradução, temos que buscar respaldo em Latour (1986) que discorre sobre o processo de tradução em uma concepção de construção da realidade, onde coloca que a tradução é um transporte de um objeto para uma outra posição:

In a linear perspective, no matter from what distance and angle an object is seen, it is always possible to transfer it —to **translate** it— and to obtain the same object at a different size as seen from another position. In the course of this translation, its internal properties have not been modified (LATOUR, 1986, p. 7).

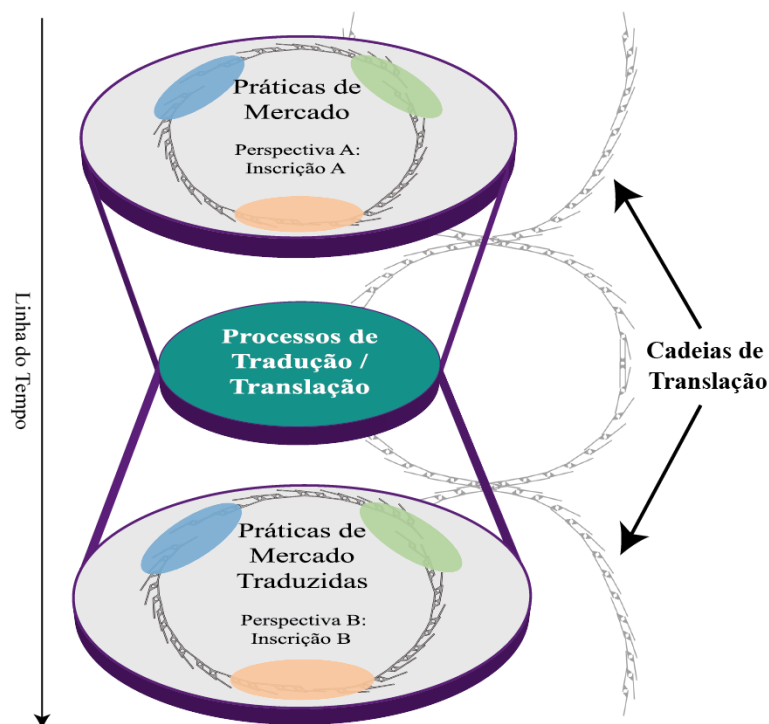
² Ver a seção 2.2.1. Multiplicidade e Performatividade.

Latour assume que a tradução de um objeto para uma outra posição possibilita explorar esse objeto de uma perspectiva linear, ou seja, enxergar o objeto por uma outra posição, porém, sem modificar o objeto em si - o que chama de Consistência Ótica, na visão de Irvns (1973, *apud* Latour, 1986).

Todavia, estabelecendo uma analogia com a proposta de Latour, podemos enxergar a Prática de Mercado como um “objeto” e, com base em Latour (1986), entendendo que essa prática pode ser traduzida sem perder sua Consistência Ótica, podemos inferir que a outra posição a qual Latour se refere pode ser um outro ponto da configuração de mercado, ou mesmo a visão de um outro ator.

A posição do objeto é sem dúvida crucial na perspectiva linear proposta por Latour (1986), entretanto, as traduções dos discursos envolvidos na veiculação dessas práticas, uma vez que estejam em outra posição, podem ser alteradas sob uma perspectiva prática e até literária (BACHUR, 2016). Esse é o conceito **Inscrição** trazido por Latour (1986) como uma forma crucial de veicular essas traduções (*translations*) ao longo do processo de percepção da realidade. Em curtas palavras, uma nova Inscrição é um novo meio de perceber algo, que inicialmente não foi modificado da perspectiva de objeto enquanto traduzido/transladado. Esse processo de tradução em perspectiva linear, é representado pela Figura 5.

Figura 5 – Processos de tradução na perspectiva dos EMC.



Fonte: Do autor (2019), com base em Leme (2015, p. 196).

Conforme colocado na Figura 5, a Translação tem duas perspectivas de observação: a primeira, relacionada com como as práticas modificam práticas dentro de um contexto de configuração de mercado; e a segunda, relaciona com como essas práticas são externamente veiculadas e ‘inscríticas’ de uma nova posição uma vez que são traduzidas por outros atores preceptores dessa realidade, logo, atores do mercado, que na perspectiva dos Estudos de Construção do Mercado, conduzem Práticas de Mercado (KJELLBERG e HELGESSON, 2007) e de Construção do Mercado (LEME e REZENDE, 2016).

Dessa forma, Translações estão relacionadas com a transformação estrutural do mercado e com a interação entre Práticas de Mercado de natureza distinta, enquanto as Inscrições estão relacionadas com o transporte dessas Práticas entre as perspectivas dos atores.

2.2.3. *Dispositivos de Mercado*

Muniesa et al (2007) cunham o termo “Dispositivo de Mercado” através da relação entre o meio pela qual a economia opera e a materialidade das agências e são dispositivos que articulam ações ou estimulam ações alheias e são justamente eles que dão o caráter dinâmico dos mercados, evitando com que sejam estáticos e inanimados. Em um sentido mais amplo, são os dispositivos que disseminam a agência dentro do mercado auxiliando na economização de um bem (ou ator).

O termo dispositivo vem do francês *dispositif*, em referência à Michel Foucault, denotando que o dispositivo tem agência, fazendo com que atores em um dado mercado tomem ações e também executem ações por si só (MUNIESA, MILLO e CALLON, 2007), porém, não tecnológicos o suficiente para serem isentos de interações sociais (ÇALISKAN, 2007).

Os Dispositivos de Mercado podem auxiliar na abstração dos mesmos, desassociando elementos de elementos e os associando a outros elementos, quantificando capacidades econômicas e objetos de mercado, sabendo que esses dispositivos não estão exclusivos ao momento da compra de um produto, mas sim em um condutor de relações sociotécnicas, ou redes, dentro do contexto de um mercado (MUNIESA, MILLO e CALLON, 2007).

Os autores Muniesa, Millo e Callon (2007) criticam a abordagem desse termo pois, em geral, a literatura aborda o conceito de dispositivo com um foco excessivo no consumo, onde quase que exclusivamente o trata como ferramentas do marketing, por exemplo propaganda, limitando seu entendimento. Todavia, Dispositivos de Mercado representam um conceito muito mais amplo, funcionando como ferramentas diversas, híbridas e que evoluem conforme o arranjo do mercado progride (MCFALL, 2009).

Os dispositivos alteram muitos fenômenos de mercado, que ocorrem por interações sociais, práticas institucionais e ferramentas tecnológicas (MANSON, KJELLBERG e HAGBERG, 2015), portanto, o coletivo de dispositivos é o que dá forma e dinamismo ao mercado de fato (CALLON e MUNIESA, 2005). Nesse sentido, os dispositivos são partes integrantes e relacionadas aos Arranjos de Mercado ajudando-os ou forçando-os com sua agência (MUNIESA, MILLO e CALLON, 2007) permitindo o seu funcionamento dos mercados e enfatizando a estrutura social (FLIGSTEIN e CALDER, 2015).

Çaliskan (2007) exemplifica como a formação do preço, que em tese é uma atitude corriqueira no mercado, pode ser utilizada como dispositivo para alterar as diversas dimensões do mesmo, na qual os comerciantes ‘produzem’ diversas formas de preço e realizam as transações conforme aquelas que melhor lhes convém; portanto, não se tratam apenas de uma questão de oferta e demanda, mas sim, de uma complexa interação entre atores dentro do processo de condução do mercado através de dispositivos.

Portanto, **Dispositivos de Mercado são os diversos objetos físicos materiais e discursivos que intervém na construção dos mercados, apresentando características híbridas e evolutivas, relacionando com o arranjo do mercado e auxiliando na economização ou abstração de um bem ou mercado** (MUNIESA, MILLO e CALLON, 2007; ÇALISKAN, 2007; ÇALISKAN e CALLON, 2010).

Uma distinção final nesse ponto é necessária entre Práticas de Mercado e Dispositivos de Mercado, pois sua diferenciação pode ser confusa até certo ponto: Práticas de Mercado estão relacionadas com o quê (fato) ocorre em um dado mercado; Dispositivos de Mercado estão relacionados com o quê (ator) traduz ou leva à cabo essas ações para o contexto do mercado (CALLON e MUNIESA, 2005). A função de ambos elementos é causar transformações no mercado através de Translações (estruturais no arranjo e em Práticas de natureza distinta) e Inscrições (transporte de Práticas entre diferentes ordenamentos do mercado).

2.2.4. Arranjos de Mercado

Kjellberg e Helgesson (2007) reconhecem que os mercados são construídos continuamente, todavia, abordam as temáticas de como são conduzidos e modificados. Como são construídos? Essa complexa combinação de Práticas de Mercado e dispositivos dá origem aos Arranjos de Mercado, que refletem como os bens são comercializados e valorados dentro do mercado concebido, ou seja, sua constituição (LEME e REZENDE, 2016). Para que esses arranjos tomem forma, as Translações devem ocorrer com base nas Práticas Normativas, de representação e de transação que são conduzidas pelos atores (atores e dispositivos) provocando

Transbordamentos, ou seja imperfeições no mercado, e posteriormente, Enquadramentos nesse mesmo mercado.

A noção de Arranjo de Mercado vem do francês *agencement*, **que está relacionado com como as partes envolvidas nesse mercado se ajustam, de forma a permitir uma dada configuração dessas partes, resultando em um arranjo** (ÇALISKAN e CALLON, 2010).

De acordo com Çaliskan e Callon (2010), são cinco os Arranjos de Mercado: [1] o processo de pacificação dos bens, que corresponde ao processo da evolução previsível da qualidade de um produto para que essa estabilidade facilite ações organizadas para edificar relações de transação; [2] as agências marketizantes, se referindo a capacidade dos atores de competirem pelo direito de definir bens e valor; [3] os encontros de mercado, que se refere ao encontro dos bens a serem valorados com os atores que valoram esses bens; [4] a formação dos preços, se refere a aplicação de metodologias de valoração para indexar um valor monetário ao bem; [5] e a manutenção do desenho do mercado, que diz respeito a definição, consolidação e aprimoramento desses arranjos a partir dos Práticas de Mercado realizadas no mercado.

O arranjo de **pacificação de bens** é a garantia do controle, utilidade e a previsibilidade dos bens transacionados em um dado mercado. Pacificação, é utilizada no sentido literal – acalmar ou tornar passivo os bens para que possam ser atribuídos de valor e é auxiliado por Dispositivos de Mercado que favorecem a previsibilidade como identificadores de direito de propriedade, padronizadores, regendo a relevância dos atores. (ÇALISKAN e CALLON, 2010).

O arranjo da **Agência Marketizante** diz respeito quando os atores do mercado atribuem valor aos bens pacificados e identificam quais bens devem ser valorizados dentro de um determinado mercado. A agência marketizante participa da valoração e incorporação do bem ora pacificado no mercado, assegurando a performance do bem ao longo do processo de transação, auxiliado por Dispositivos de Mercado que facilitem a atribuição de valor como leis, regras, ferramentas de cálculo e procedimentos decisórios (ÇALISKAN e CALLON, 2010).

Os **Encontros de Mercado** se referem ao encontro de atores no processo de qualificação de um bem tornando-o disponível a um cliente final em potencial, sabendo que Encontros de Mercado geram imperfeições no mercado (Transbordamentos, a seguir), que são corrigidos posteriormente com os processos de atribuição de valor. Os Dispositivos de Mercado são importantes nesse arranjo para facilitar os encontros entre os envolvidos em uma potencial transação de um bem já pacificado e marketizado, por exemplo as tecnologias de localidade, endereçamento e localização e meios de comunicação (ÇALISKAN e CALLON, 2010).

O arranjo de **Formação de Preço** é o arranjo em que o encontro do valor ora atribuído pelas agências marketizantes e a expectativa de preço dos clientes finais acontece. Esse arranjo

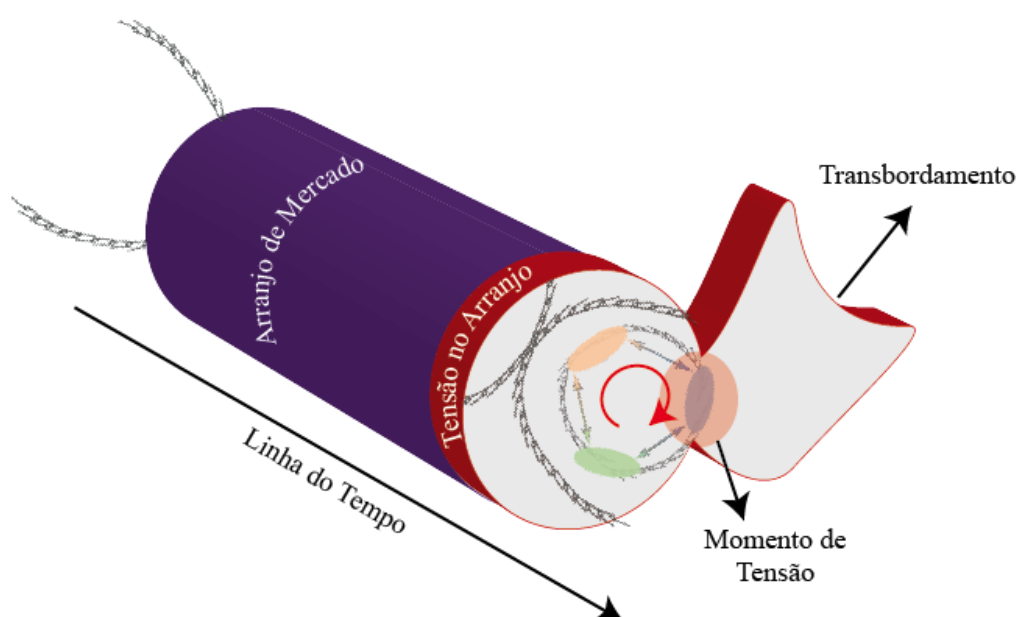
coordena a relação de concordância entre os bens ora pacificados e marketizados com o cliente final. Esse processo compreende a atribuição de valor e qualidade dos bens, logo valores qualitativos e quantitativos, que tornam o bem único para um dado cliente, sendo que a concordância no preço do bem é permitida via Dispositivos de Mercado conhecidos como valorímetros, que podem ser ferramentas, procedimentos, máquinas, que auxiliem na tradução do valor do bem em termos monetários (ÇALISKAN e CALLON, 2010).

O arranjo de **Desenho de Mercado** remete às coordenações de relações sociotécnicas e como essas influenciam na performatividade do mercado, criando uma versão dinâmica do mercado, consolidando os processos de economização e abstração. Os Dispositivos de Mercado nesse arranjo têm a função de permitir o funcionamento regular do arranjo em questão, como por exemplo, coordenadores de bases de dados codificadas, e como otimizar esses recursos para que o Arranjo de Mercado possa ser aprimorado e mantido (ÇALISKAN e CALLON, 2010).

2.2.5. *Transbordamentos e Enquadramentos*

Transbordamentos **refletem imperfeições nos arranjos de um determinado mercado** e, à medida que práticas são conduzidas para propor novos arranjos e não se efetivam, revelam os dispositivos que compõem esse mercado, e podem ser provocados por momentos de tensão (uma nova prática ou nova tradução inserida no mercado). A visibilidade dos dispositivos permite que os atores analisem as possibilidades de melhoria do Arranjo de Mercado (ÇALISKAN e CALLON, 2010), conforme mostra a Figura 6.

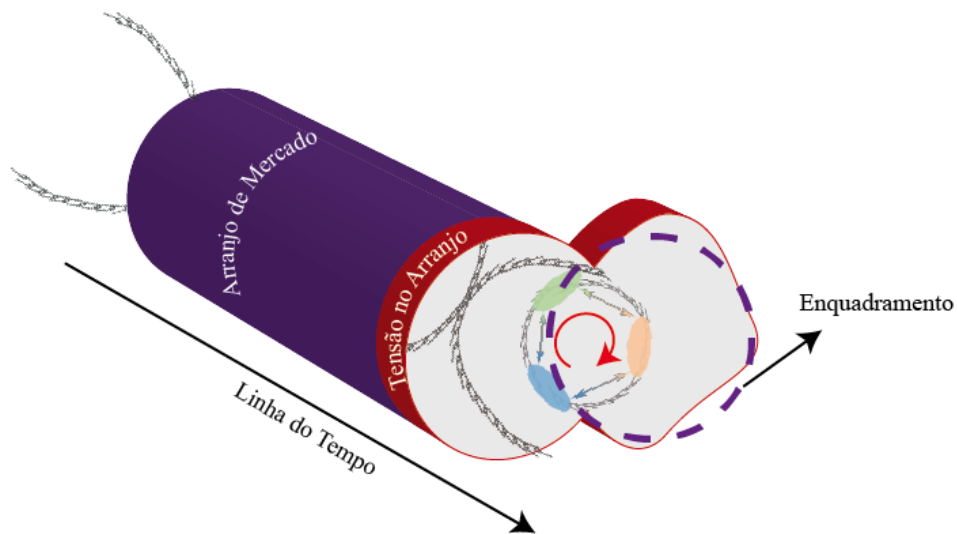
Figura 6 – Transbordamento no Arranjo de Mercado.



Fonte: Do autor (2019), com base em Leme (2015).

Enquadramentos remetem **ao processo de estabilização e melhoria de um Arranjo de Mercado**, convergindo atores, captando e dissociando suas relações na rede, rompendo com uma rede anterior e se enquadrando em uma nova situação de Arranjo de Mercado (ÇALISKAN e CALLON, 2010). Esses Enquadramentos também se referem ao processo de consolidação de Arranjos de Mercado, significando que, um arranjo pode transbordar e ser enquadrado e não necessariamente se tornar um novo Arranjo de Mercado, representado na Figura 7.

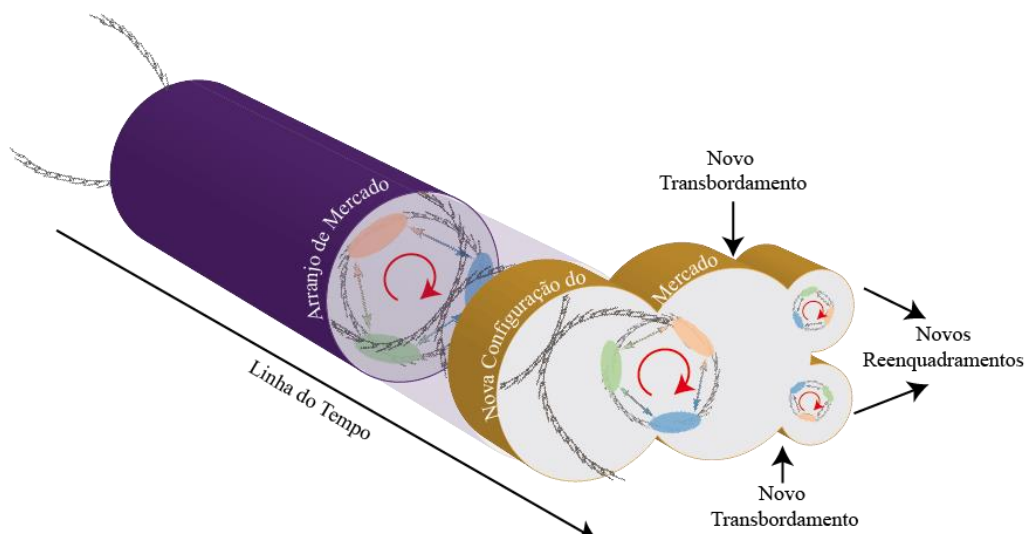
Figura 7 – Enquadramento no Arranjo de Mercado.



Fonte: Do autor (2019), com base em Leme (2015).

O Enquadramento resulta, portanto, em uma configuração/Arranjo de Mercado estabilizado e melhorado, sendo o processo de Transbordamento/Enquadramento recorrente dentro da estrutura do mercado, conforme representa a Figura 8.

Figura 8 – Nova configuração de mercado após Enquadramento.



Fonte: Do autor (2019), com base em Leme (2015).

2.2.6. *Multiplicidade e Performatividade*

O conceito de multiplicidade de mercados significa que todo e qualquer mercado existe, entretanto, pode ser que os movimentos necessários para que esse mercado se converta em uma realidade ocorram, ou não (KJELLBERG e HELGESSON, 2006). Isto é, com base em uma ideia de um mercado, ou seja, nas Práticas de Representação desses mercados, imagens desses mercados são moldadas e, de acordo com as Práticas Normativas e de transação e outras Translações e dispositivos podem determinar se essa ideia de mercado se materializará.

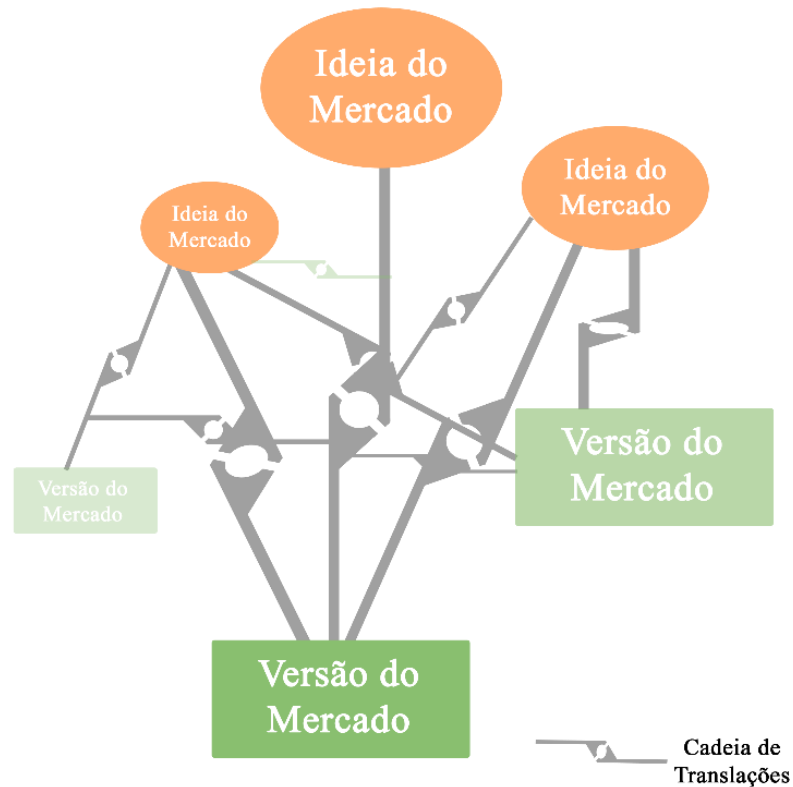
A compreensão de como os mercados performam é o foco do raciocínio de Kjellberg e Helgesson (2007), ou seja, como esses mercados acontecem na prática; assim, o termo *performar* é a reflexão de uma determinada realidade (MANSON, KJELLBERG e HAGBERG, 2015). O conceito de performatividade, segundo Kjellberg e Helgesson (2006), está relacionado com o **processo pelo qual mercados ideais são estabelecidos e como as práticas e dispositivos desempenhados contribuem para que uma dessas ideias de mercado se ‘materializem’ em uma versão efetiva e prática do mesmo.**

Os autores determinam dois tipos de performatividade: a [1] *austiniana*, que diz respeito “às práticas que possuem uma relação exclusiva entre uma teoria e o mercado real” e [2] *genérica*, onde “uma variedade de ideias (teorias, categorias sociais), em alguma forma não-exclusiva, tomam parte na moldagem da realidade” (KJELLBERG e HELGESSON, 2006, p. 845). Sobretudo, a performatividade é capaz de explicar como um dado Dispositivo de Mercado desenvolvido para uma dada função no mercado foi bem-sucedido ou não, ou efetivamente auxiliou na consolidação de um dado Arranjo de Mercado, considerando as cadeias de Translações realizadas a partir da ação dos atores e da ocorrência das Práticas de Mercado (MCFALL, 2009).

A performatividade é o objeto principal da perspectiva *Translacionária*³ dos Estudos de Construção de Mercado devido ao fato de seu foco estar direcionado nas Translações que ocorrem e possibilitam o surgimento de uma nova versão do mercado, ou mesmo, na compreensão de certos movimentos, transposições e Inscrições que edificam a construção de versões completamente diferentes da atual versão do mercado, causando rupturas profundas em como um dado mercado opera. A Figura 9 representa esse conceito de mercados ideais e as versões do mesmo que são materializadas como resultado de certas cadeias de Translações que ocorrem no contexto.

³ Ver seção 2.3. Os Estudos de Mercado Construtivistas como perspectiva de análise.

Figura 9 – Multiplicidade de mercados.



Fonte: Kjellberg e Helgesson (2006, p. 850).

Em resumo, os EMC são uma área de estudo que entende que os mercados são constituídos a partir da interação de atores, ou seja, elementos humanos (atores) e não humanos (dispositivos e práticas). Buscam compreender como os mercados performam e traduzem para a realidade certas condições através de Translações em suas Práticas de Representação, normativas e de transação, modificando a estrutura do mercado, com Enquadramentos que solucionam os Transbordamentos de um determinado Arranjo de Mercado, resultando em novos Arranjos de Mercado (LEME e REZENDE, 2016).

Esses elementos humanos e não humanos são chamados de atores e realizam as Práticas de Mercado que, ao interagirem entre si, fazem com que determinadas versões do mercado se tornem realidade e se materializem em Arranjos de Mercado, buscando entender como esse processo de performatividade acontece (LEME e REZENDE, 2016).

Enquanto modelo teórico conceitual, os Estudos de Construção do Mercado buscam nomear fatores e características que denotam o movimento do mercado, com base no princípio de que um mercado não pode ter suas características totalmente descritas, direcionando o foco para entender quais são os fatores que se movimentam nessa perspectiva, compreendendo seus movimentos e origens, não buscando descrever as características de um mercado observado, seja ideal ou performado.

2.3. Os Estudos de Mercado Construtivistas como perspectiva de análise

Para delinear e sumarizar os conceitos chaves dos Estudos de Mercado Construtivistas, propõe-se no quadro 1, com base em Leme e Rezende (2018) a exposição desses conceitos de forma resumida, relacionando seus termos em inglês e obras em que foram conceitualizados.

Quadro 1 – Conceitos centrais dos Estudos de Construção de Mercado.

| Conceito | Definição | Referências |
|---|---|---|
| Abstração (<i>Abstraction</i>) | Transporte de um bem economizado para um espaço formal de cálculo de preço. Exemplo: Inserção do bem em um espaço de atribuição de valor. | Çaliskan e Callon (2010). |
| Assimetria (<i>Asymetry</i>) | Desequilíbrios na relação de poder e recursos que causam modificações no comportamento de outros atores dentro de um dado Arranjo de Mercado. Exemplo: Tensões causadas por relações de poder envolvendo uma parte sobressaindo à outra. | Callon (2015). |
| Ator/Ator (<i>Actor/Actant</i>) | Qualquer elemento que intervém na rede, criando relacionamentos de dependência com os outros elementos e traduzindo os seus desejos numa linguagem própria. Um ator pode ser humano ou não humano como artefatos tecnológicos. Exemplo: Atores humanos e não humanos condutores de Práticas de Mercado. | Callon (1986); Latour (1994); Miranda (2009). |
| Arranjo / Agenciamento Sociotécnico (<i>Socio-technical agencements</i>) | Agenciamentos são arranjos dotados da capacidade de agir de maneiras diferentes, dependendo de sua configuração. Agenciamentos são operadores de Translações, e a Translação é o módulo básico onde os agenciamentos são construídos. O ato de elementos heterogêneos na rede de se ajustarem uns aos outros. Agenciamentos sociotécnicos (STAs) são compostos de seres humanos (corpos), bem como dispositivos materiais, técnicos e textuais. Exemplo: A disposição/configuração de atores e dispositivos em um dado contexto de mercado, efetivado e produzido a partir das transações realizadas no arranjo sociotécnico. | Callon (2009); Çaliskan e Callon (2010). |
| Arranjos de Mercado (<i>Market Arrangements</i>) | Um tipo de arranjo econômico. Nos Arranjos de Mercado a ênfase está na concepção, produção e circulação de bens, sua valoração, a construção e a subsequente transferência de direitos de propriedade através de mediações monetárias, mecanismos de transação e sistemas de preços. Exemplo: O produto resultante do ajuste/encaixe das partes envolvidas em um Mercado permitindo uma configuração com um propósito definido. | Çaliskan e Callon (2010). |

Fonte: Do autor (2019); com base em Leme e Rezende (2018).

Quadro 1, continuação.

| Conceito | Definição | Referência |
|--|--|---|
| Cálculo de Valor (<i>Calculation, Calquotation, Qualquotation</i>). | Objetificar e singularizar o mesmo, ou seja, definir suas propriedades de forma objetiva, de modo que este possa fazer parte do mundo do consumidor. Este trabalho de ajuste é a substância de qualquer transação de mercado. Sendo assim, as propriedades dos produtos são co-elaboradas, por diversos profissionais de mercado. Exemplo: Definição de condições mínimas para dispor um objeto à um adquiridor. | Callon e Muniesa (2005) Cochoy (2008); Çaliskan e Callon (2010); Cochoy et al (2016) |
| Dispositivo de Mercado (<i>Market Device</i>) | Dispositivos são objetos com agência que articulam ações: eles agem ou fazem outros agirem. Também podem ser considerados como arranjos materiais e discursivos que intervêm na construção de mercados. São componentes de Arranjos de Mercado. Exemplo: Objetos, dotados de agência, elaborados por atores, que interferem na construção do mercado, catalisando ou auxiliando à tomada de ações de atores envolvidos no mercado. | Muniesa et al. (2007); Çaliskan (2007); Cochoy (2008); Çaliskan e Callon (2010). |
| Enquadramento (<i>Framing</i>) | É uma operação de desarticulação que permite a miríade de associações entre atores serem ordenadas e classificadas. É um processo de estabilização dos Arranjos de Mercado, ou seja, o momento de um Enquadramento permite que as relações em uma rede sejam captadas e dissociadas umas das outras. O Enquadramento estabelece um limite em torno do qual interações ocorrem, independentemente do contexto. Exemplo: Meio pelo qual a configuração de mercado assimila e estabiliza o Transbordamento, modificando a configuração de mercado o Arranjo de Mercado. | Callon (1997, 1998); Araújo (2007); Cochoy (2008); Çaliskan e Callon (2010); Oliveira (2013). |
| Economização (<i>Economization</i>) | Ato de converter um bem em econômico, isto é, dotá-lo de elementos mínimos para o transacionar em um espaço de troca de valores. Bens economizados possuem atributos de previsibilidade, mecanismos de precificação e propostas de valor definidas. Exemplo: Reconhecimento do bem por seu valor. | Callon e Muniesa (2005) Çaliskan e Callon (2010). |
| Inscrição (<i>Inscription</i>) | Meio pelo qual as Práticas de Mercado traduzidas são veiculadas ao longo do mercado pelos componentes do agenciamento sociotécnico. Exemplo: O meio de veiculação das traduções entre as perspectivas de análise. Discursos, textuais e práticas. São rastros deixados pelas Translações dentro de práticas de mesma natureza. | Latour (1986, 1994, 1996). |

Fonte: Do autor (2019); com base em Leme e Rezende (2018).

Quadro 1, continuação.

| Conceito | Definição | Referência |
|--|--|--|
| Mercado/ Configuração de Mercado (<i>Market</i>) | <p>Mercados são arranjos sociotécnicos ou agenciamentos com três características: (1) organizam a concepção, a produção e a circulação de bens e propriedade; (2) são arranjos de constituintes heterogêneos (dispositivos, conhecimento, habilidades etc.); (3) delimitam e constroem um espaço de confrontação e disputas de poder. Mercado é, assim, um processo contínuo de Translação ligando as transações, as representações e as Práticas Normativas em cadeias hemicíclicas e reversivas que interceptam e interferem umas nas outras.</p> <p>Exemplo: Um ambiente onde são realizadas trocas econômicas onde os atores são capazes de conduzir suas Práticas de Mercado e Construção de Mercado ou Estruturantes.</p> | Araújo (2007), Kjellberg e Helgesson (2007), Araújo <i>et al.</i> (2010), Çaliskan e Callon (2010), Leme (2015). |
| Multiplicidade (<i>Multiplicity</i>) | <p>Possibilidade de todo mercado existir, desde que as Translações necessárias ocorram para sua existência.</p> <p>Exemplo: Premissa de que todo mercado é possível de se ocorrer.</p> | Kjellberg e Helgesson (2006, 2007). |
| Ordenamento (<i>Order</i>) | <p>Ordem processual em que processos tecnológicos ocorrem dentro de um contexto de rede social.</p> <p>Exemplo: Sequência de eventos em um contexto de mercado.</p> | Law (1992). |
| Performatividade (<i>Performativity</i>) | <p>Processo de compreensão das Translações e movimentos ocorridos para que uma configuração de mercado se materializasse.</p> <p>Exemplo: Entendimento prático da conversão de mercados hipotéticos em práticos.</p> | Kjellberg e Helgesson (2006, 2007). |
| Prática de Construção de Mercado/Prática Estruturante ⁴ (<i>Structuring Practice</i> ⁵) | <p>Práticas que estruturam a operação de um mercado. Não configuram Práticas de Mercado, porém são relevantes para auxiliar na estabilização de um dado Arranjo de Mercado e seus modelos de operação.</p> <p>Exemplo: Práticas que não são normativas, de representação ou de transação que auxiliam na manutenção de um dado Arranjo de Mercado ou na estruturação de outras práticas.</p> | Leme (2015); Leme e Rezende (2016) |

Fonte: Do autor (2019); com base em Leme e Rezende (2018).

⁴ Utiliza-se, neste trabalho, Prática de Construção de Mercado e Prática Estruturante de forma indiscriminada, embora nos trabalhos de Leme (2015, 2016), conste apenas a terminologia de Práticas de Construção de Mercado.

⁵ Tradução livre do termo pelo autor uma vez que nas referências não é apresentada uma tradução do termo.

Quadro 1, parte final.

| Conceito | Definição | Referência |
|--|--|--|
| Prática de Mercado (<i>Market Practice</i>) | <p>Conjunto de práticas, incluindo arranjos materiais que contribuem para performar mercados. Todas as atividades que contribuem para a constituição de mercados.</p> <p>Exemplo: Práticas conduzidas que dão forma a determinadas configurações de mercado.</p> | Callon (1998); Araújo et al (2008); Callon e Muniesa (2005); Kjellberg e Helgesson (2006, 2007). |
| Rizoma (<i>Rhizome</i>) | <p>O rizoma quebra a estrutura de subordinação, como em um sistema arbóreo de organização do conhecimento, com taxonomias e classificações (hierarquias). No modelo rizomático, qualquer elemento poderá influenciar e modificar outro elemento.</p> <p>Resumo: Aplicado aos Estudos de Construção de Mercado significa o rompimento de um ordenamento.</p> | Deleuze e Guattari (1987) |
| Transbordamento (<i>Overflow</i>) | <p>Os Transbordamentos são os resultados das imperfeições ou do fracasso das tentativas de Enquadramento e do processo que as envolveram. Momentos de Transbordamento marcam o surgimento de imperfeições nos Enquadramentos, e ao fazê-lo tornam visíveis dispositivos materiais, legais ou outros dispositivos de Enquadramentos que inspiram debates sobre como estes podem ser melhorados.</p> <p>Resumo: Imperfeições causadas nos Arranjos de Mercado, provocadas por momentos de tensão.</p> | Callon (1997, 1998); Araújo (2007); Cochoy (2008); Çaliskan e Callon (2010); Oliveira (2013). |
| Translação (<i>Translation</i>) | <p>O transporte de transformações, não é um ator entre outros, nem mesmo uma força por de trás dos atores carregada por alguns deles. Refere-se a todos os deslocamentos por entre outros atores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação. Em lugar de uma rígida oposição entre contexto e conteúdo, as Cadeias de Translação referem-se ao trabalho graças ao qual os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses. Pode envolver atos de deslocamento ou substituição dos atores da rede, sempre que envolverem uma transformação.</p> <p>Resumo: Movimentos de modificação (Translação) e ressignificação (tradução) das Práticas de Mercado e de Construção de Mercado, na sua configuração.</p> | Latour (1986, 1994, 1996), Tureta <i>et al.</i> (2006), Tonelli (2016). |

Fonte: Do autor (2019); com base em Leme e Rezende (2018).

É interessante observar que os conceitos colocados no Quadro 1 não são divididos entre suas origens na Teoria Ator-Rede ou nos Estudos de Mercados Construtivistas, conforme realizaram Leme e Rezende (2018). Trata-se de uma forma de salientar a complementariedade

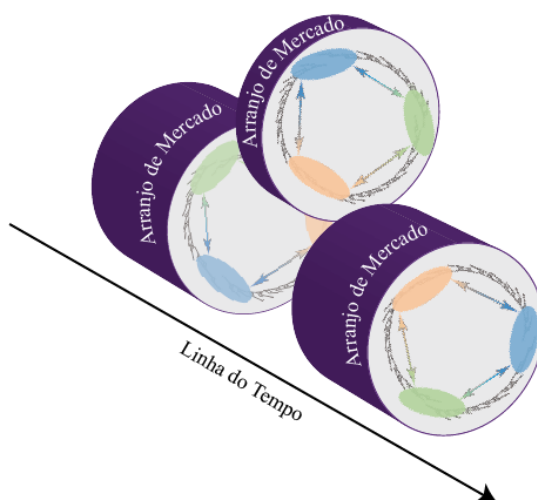
dos conceitos, considerando, novamente, a TAR como plano de fundo para a perspectiva de análise da Construção de Mercados. Sobretudo, é importante salientar novamente a ‘herança’ da TAR para o contexto de análise dos EMC, onde qualquer coisa pode assumir qualquer identidade, seja um ator ou uma prática, dependendo do contexto de análise em que se observa esse objeto. A complementariedade dos conceitos reforça a ideia de dinamicidade dos modelos.

Uma vez que os conceitos estejam delineados, é necessário compreender os fundamentos os Estudos de Construção de Mercado enquanto perspectiva teórica. A grande vantagem dos EMC nesse sentido é a possibilidade de realizar análises em duas perspectivas: a Translacional (ou linear) e a Inscricionária, cada qual com o foco e produtos derivados de si.

Primeiramente, a perspectiva Translacional de análise dos EMC tem relação com a proposta de Kjellberg e Helgesson (2007), onde o foco da análise é entender as Práticas de Mercado e como elas se movimentam alterando umas às outras, originando novas Práticas de Mercado. A perspectiva translacional também tem relação com os trabalhos de Callon (1997), com Law (2005), e Muniesa (2015); Latour (1986); e Çaliskan (2010), e analisa o Arranjo de Mercado em si e suas configurações marketizantes, incluso suas Práticas de Mercado, observando como Arranjo de Mercado é alterado ao longo de seu funcionamento e operação.

A Figura 10 representa um Arranjo de Mercado como um cilindro tridimensional que percorre uma determinada faixa de tempo em que o mercado analisado está em operação. Um ponto de referência no Arranjo de Mercado é representado por uma fatia do mercado, enquanto o a história do Arranjo de Mercado é representada pela totalidade do cilindro, observando o posicionamento distinto das Práticas de Mercado em cada momento denotando movimentação ao longo da linha do tempo.

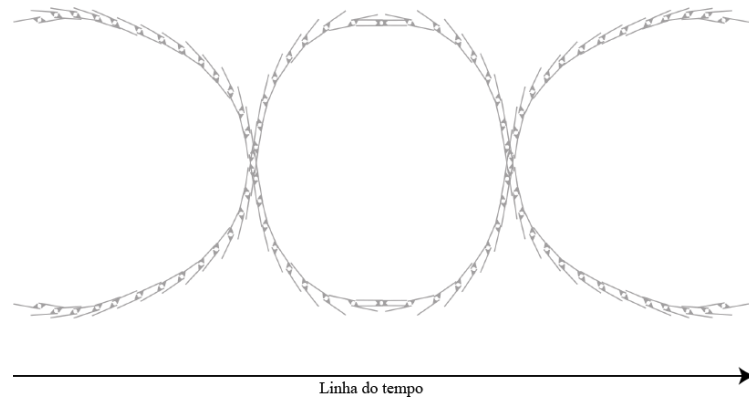
Figura 10 – Perspectivas de Análise dos EMC: Translacional.



Fonte: Do autor (2019), com base em Leme (2015).

No segundo momento observam se as Translações que ocorrem ao longo do Arranjo de Mercado. As Translações são representadas por pequenos eixos de uma corrente interligados, salientando que são uma cadeia de pequenos eventos e modificações que alteram Práticas e Arranjos de Mercado, ao longo da execução das Práticas e da linha do tempo do Arranjo, respectivamente. Cadeias de Translação, na perspectiva Translacional, se veem na Figura 11:

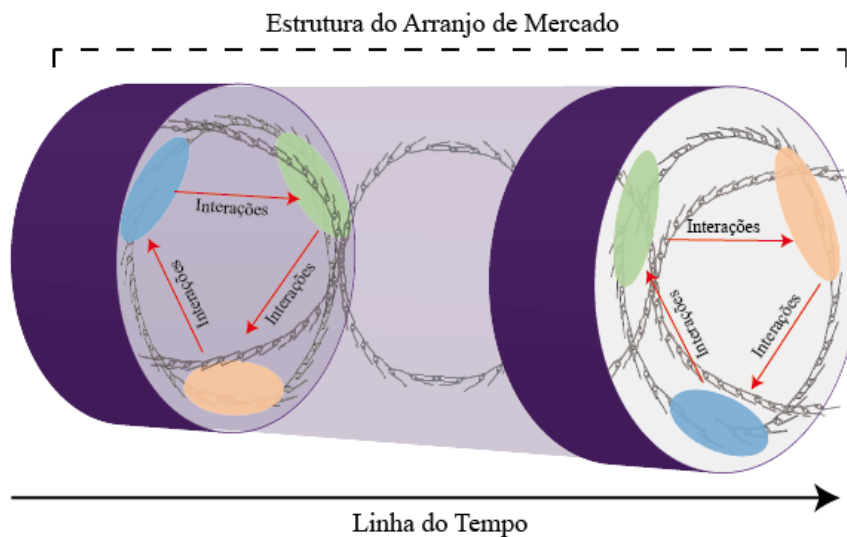
Figura 11 – Representação Translacional das Cadeias de Translação.



Fonte: Do autor (2019).

A Figura 12 representa essa perspectiva colocando as Práticas de Mercado e o Arranjo de Mercado juntamente com os elementos de Translação:

Figura 12 – Representação em perspectiva das Translações no mercado.



Fonte: Do autor (2019).

A perspectiva Translacional, portanto, observa processos de translação em Práticas de Mercado de natureza distinta, ou seja, como Práticas de Representação alteram as de Transação ou Normativas. Como produto dessa interação, surgem as Cadeias de Translação, objeto de análise dessa perspectiva.

A perspectiva Inscricionária, por sua vez, considera o transporte das Práticas de Mercado entre os atores de um Arranjo de Mercado. Essa perspectiva também possui Translações, porém seu objeto de estudo é entender as **Inscrições**, ou seja, os meios de transporte que as Práticas de Mercado utilizam entre um ator e outro ao longo do Arranjo de Mercado.

Nas perspectiva Inscricionária, as Translações são observadas em um forma circular para evidenciar os diferentes ordenamentos dentro do Arranjo de Mercado. Como colocado anteriormente, Translações podem acarretar novas Práticas de Mercado e Estruturante, e observar esse movimento em uma perspectiva circular, permite observar as diferentes ‘camadas’ de ordenamento que compõem uma Prática de Mercado, revelando como cada ator participa desse processo, conforme representa a Figura 13:

Figura 13 – Representação Inscricionária das Cadeias de Translação.

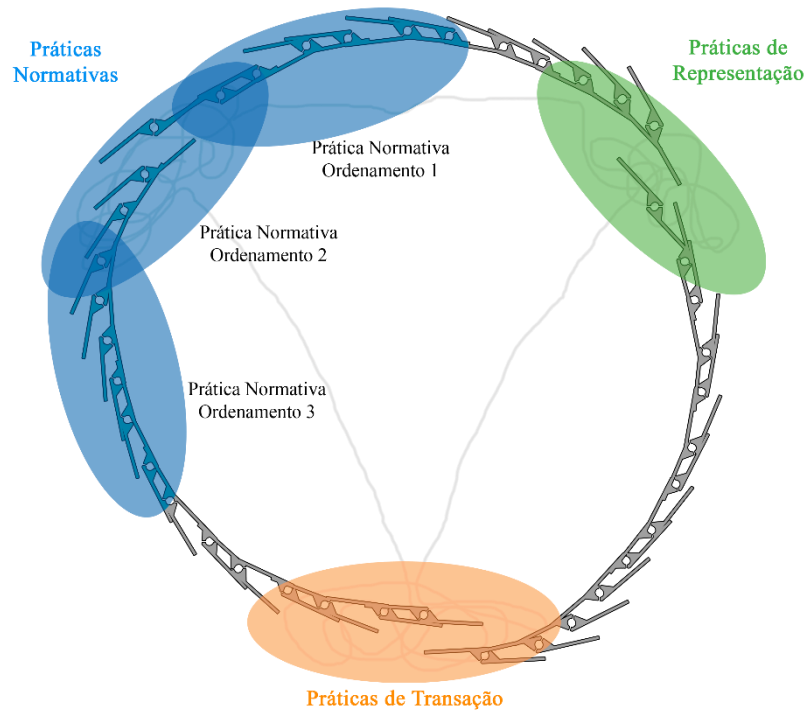


Fonte: Do autor (2019).

Sob essa perspectiva, se entende que as Práticas de Mercado de um determinado ator realizam modificações em outras Práticas de Mercado de mesma natureza de outros atores, isto é, um ator que implementa Práticas Normativas influencia nas Práticas Normativas de outros atores, e não apenas nas Práticas de outra natureza.

Isso revela ordenamentos, isto é, processos sequenciais lógicos de funcionamento do mercado, onde alterações causam ‘efeito dominó’ que reverbera no mercado, acarretando diferentes assimilações de Práticas de Mercado entre esses atores, conforme a Figura 14.

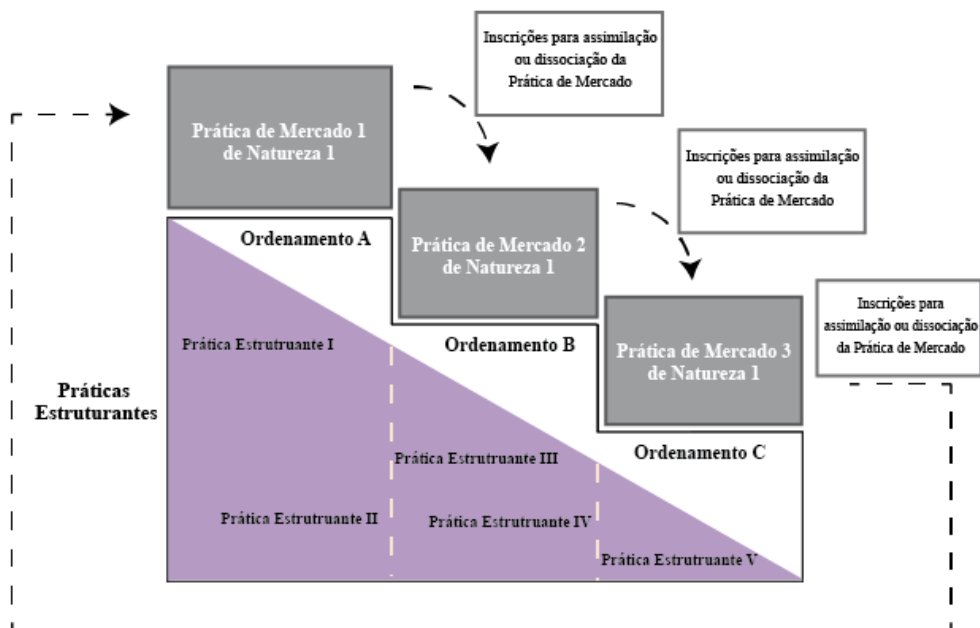
Figura 14 – Representação Translacionária das traduções no mercado.



Fonte: Do autor (2019).

Os processos de Inscrição demonstram os rastros de como uma Prática de Mercado é transportada de uma ator A para B sem que ela seja alterada em si, podendo até gerar novas Práticas de Mercado. As Práticas Estruturantes nos permitem revelar esses rastros ao longo do ordenamentos, indicando as interações sociais, conforme a Figura 15.

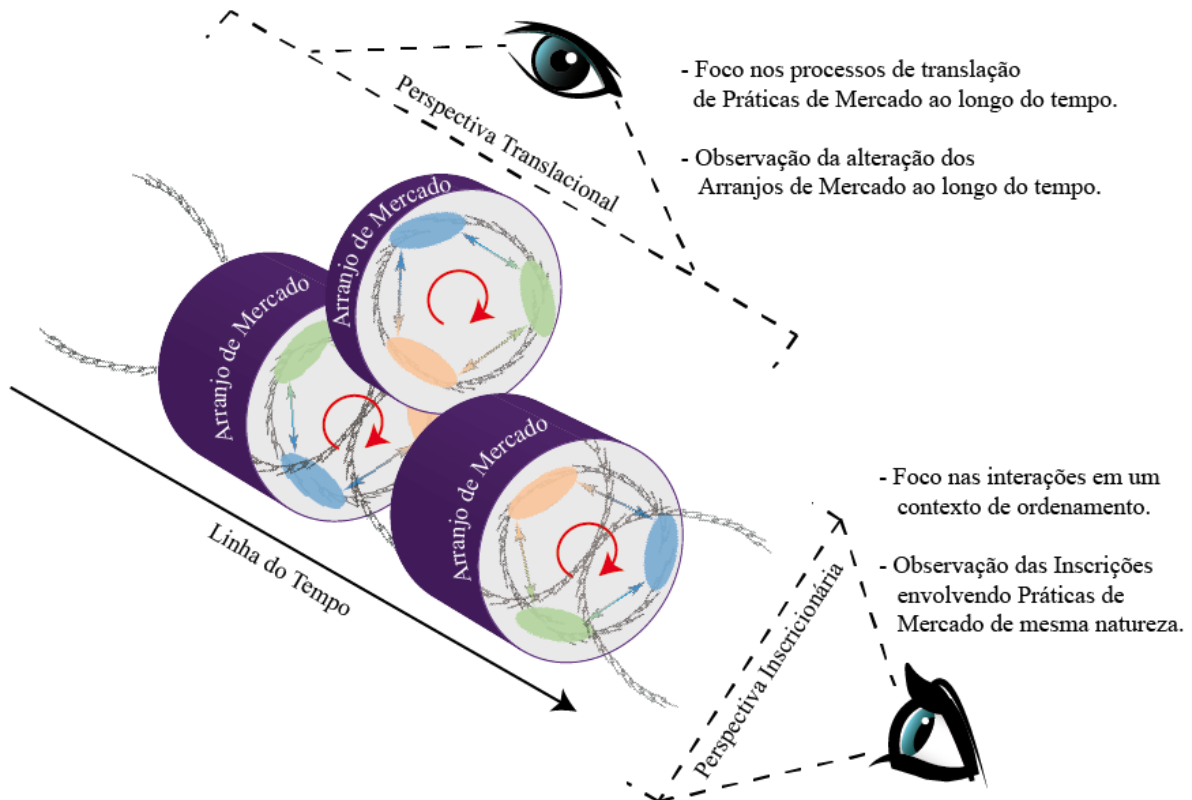
Figura 15 –Relação Estrutura e Inscrição na perspectiva Inscricionária.



Fonte: Do autor (2019).

Dessa forma, colocando ambas as perspectivas no mesmo plano, pode-se observar que a Perspectiva Inscricionária direciona sua visão para os processos de Inscrição entre Práticas de Mercado de mesma natureza, enquanto a Translacional analisa as Cadeias de Translação entre Práticas de Mercado de natureza distinta. Ambas são dinâmicas e consideram os mesmos elementos dos Estudos de Construção de Mercado, conforme representa a Figura 16.

Figura 16 – Perspectivas Translacional e Inscricionária no plano do Arranjo de Mercado.



Fonte: Do autor (2019).

Essas perspectivas enriquecem teoricamente os Estudos de Mercado Construtivistas pois propõem análises mais direcionadas para compreender os componentes que realizam a Estruturação desses mercados. Ao segregarem, ao menos conceitualmente, as Práticas de Mercado dos Ordenamentos que as conduzem, é possível analisar com um maior nível de detalhe como uma Prática de Mercado se converte em outra ou o que esta Prática de Mercado está auxiliando a modificar.

Esse estudo utilizará ambas as perspectivas: a Translacional, que possibilitará a identificação das Práticas de Mercado conduzidas por outros atores além da UTZ; e a Inscricionária, identificando como essas Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ são assimiladas por essas outras partes do ordenamento.

3. REVISÃO DE LITERATURA

O objetivo desta revisão de literatura é expor a relevância da certificação de café enquanto temática de mercado e de sustentabilidade socioambiental em propriedades rurais na perspectiva do estado da arte do tema. Para estruturar a revisão, criou-se três categorias: contexto de indústria, mercado e consumo, e produção. A razão dessa divisão é prover através da revisão o panorama mais completo possível sobre essa temática.

A técnica utilizada para condução dessa revisão de literatura foi a revisão bibliográfica sistemática, onde considerou-se artigos de periódicos classificados na Qualis-CAPES de A1 até B2 como principal fonte de insumo para condução da revisão.

A busca desses artigos considerou as bases científicas: Periódicos CAPES, para identificação de artigos no contexto brasileiro, independente do ano de publicação; a Web of Science, com o objetivo de identificar o estado atual dos estudos produzidos na área considerando, portanto, apenas artigos de 2015 até 2017; e a Science Direct, como fonte de artigos pontuais conceituais para estruturação da revisão.

As utilizadas as palavras chave em português: UTZ; Sustentabilidade; Café; Gestão Agrícola; Pequeno produtor; e em inglês: UTZ, Sustainability; Coffee; Agricultural Management; Smallholder. A estratégia das buscas foi o uso das palavras chaves determinadas previamente. Foi utilizada a estratégia de busca em pares, já que a aplicação das cinco palavras chaves na mesma tentativa não resultou em buscas efetivas.

Foram encontrados 34 artigos referentes ao tema da certificação, sendo que 14 deles especificamente tratando dos impactos da implementação de alguma certificação no contexto de pequenos produtores de café. É importante salientar que o termo *smallholder*, que faz referência a propriedades rurais de pequeno porte, limitou a revisão de literatura nesse sentido, o que revela um tema ainda incipiente em pesquisa.

O tema da certificação aplicada às cadeias de produção e processamento de café está presente em diversos estudos, de diversos autores, nas mais variadas perspectivas. Solér et al (2017) colocam que existem várias perspectivas para enxergar a questão das certificações e sustentabilidade, sob uma pauta institucionalista que trata da legitimidade das organizações e autoridade privada (REINECKE et al. 2012 apud SOLÉR et al, 2017); a perspectiva da política econômica, que é direcionada para questões de governança ambiental (GIOVANNUCCI e PONTE, 2005 apud SOLÉR et al, 2017); e a perspectiva de mercado que está direcionada à construção do mercado e aos impactos ambientais no mesmo (D'ANTONE e SPENCER, 2014 apud SOLÉR et al, 2017).

Vários trabalhos utilizam dessas diferentes perspectivas para contextualizar as certificações na esfera industrial, observando como a sustentabilidade pode ser colocada em um contexto de governança corporativa; ou na esfera de consumo, para compreender quais são os padrões e tendências do valor da sustentabilidade para o consumidor final; e, finalmente, na esfera da produção agrícola, para compreender quais são os impactos que a certificação pode oferecer às propriedades. A conjunção dessas esferas permite edificar e compreender o todo do valor que a sustentabilidade, através das certificações, significa para todo um mercado já construído e consolidado.

Mais precisamente a respeito dos estudos que buscam compreender o impacto da certificação no contexto produtivo, é possível observar que contemplam diferentes origens produtoras, diferentes contextos produtivos e diferentes direcionamentos de sustentabilidade para identificar seus impactos, sejam ambientais, sociais, econômicos ou mesmo gerenciais. A junção de uma perspectiva (autoridade, política e governança ambiental), com um contexto regional específico e uma certificação socioambiental cria um panorama único que retrata a realidade da sustentabilidade para aquela situação.

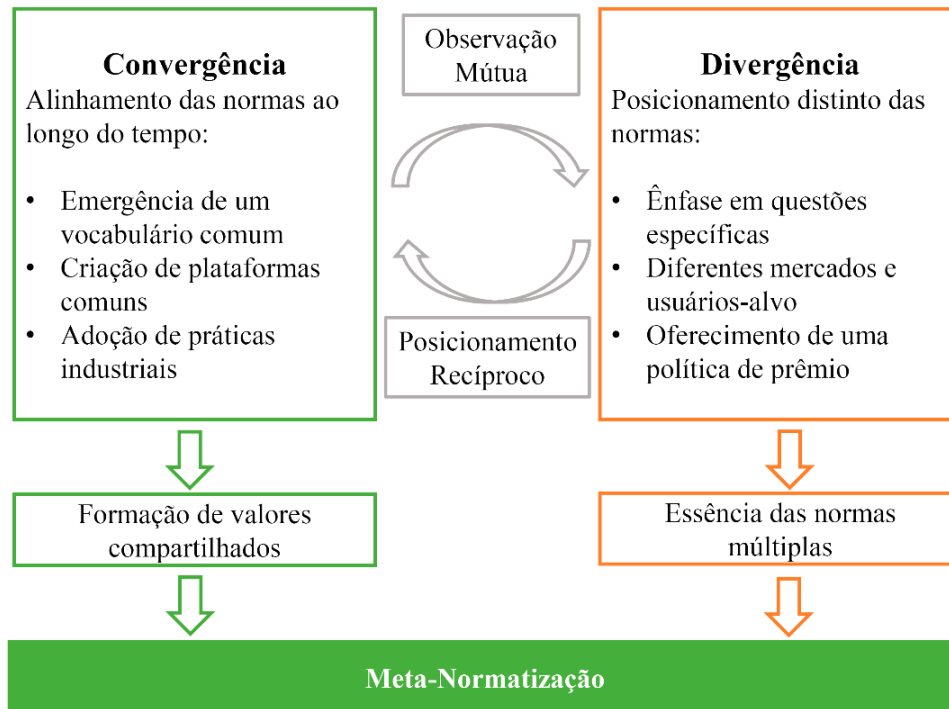
Várias certificações direcionadas ao café estão inseridas nesse mercado: a UTZ, que é o foco desse trabalho, que valoriza pontos de gestão, rastreabilidade e segurança alimentar; a Rainforest Alliance, que tem um direcionamento mais ambiental, de manutenção da biodiversidade nas unidades produtivas; o Fairtrade, que visa a inclusão de produtores de menor porte ao contexto de produção socialmente responsável; e a certificação orgânica, que busca oferecer produtos cultivados sem a adição de insumos químicos ao processo produtivo (GIULIANI, CIRAVEGNA, *et al.*, 2017).

3.1. Certificações socioambientais para café

Conforme colocado por Kolk (2011), o mercado de café vem recebendo cada vez mais novas iniciativas de sustentabilidade que visam transmitir confiança à consumidores de que o café que estão consumindo foi produzido em concordância com práticas amigáveis ao meio ambiente, socialmente responsáveis e que os produtores possuem viabilidade econômica para essas atividades.

Reinecke et al (2012) explica esse fenômeno como atributos de convergência e diferenciação, onde o primeiro engloba as práticas e demandas de certificação, e o segundo tem relação com grupos-alvo e o nível de profundidade dos critérios. Compreende-se que os processos de certificação sejam distintos também, e a Figura 17 descreve esses atributos.

Figura 17 – Atributos das certificações em café.



Fonte: Reinecke, Manning e Von Hagen (2012, p. 43).

É interessante compreender as dinâmicas das certificações nesse mercado de normas de sustentabilidade. Os conceitos de sustentabilidade trabalhados por essas normas são difusos, variando entre abordagens orgânicas, passando por visões ambientalistas, até modelos de gestão consolidadas e resiliência econômica; todavia, os requerimentos nas normas demandados dos produtores englobam basicamente as mesmas convenções internacionais norteadoras para trabalho, meio ambiente e produção agrícola.

Esses atributos de convergência e diferenciação contribuem para o fenômeno de meta-normatização, que é a ação conjunta desses atributos para o aumento do mercado de cafés certificados (REINECKE, MANNING e VON HAGEN, 2012). Se por um lado essa interação é interessante para aumentar a parcela de participação das certificações no mercado, por outro torna os impactos das certificações difíceis de serem analisados isoladamente, atribuindo, por exemplo, à certificação X um efeito x sendo que certificações Y e Z também possuem critérios que endereçam X. Ficam as variações, portanto, de diferenciação que permitem a análise desses impactos em campo.

Esse cenário vem se mantendo devido ao fato de que as indústrias torrefadoras de café adotam as certificações como instrumentos para fomentarem suas estruturas de governança em sustentabilidade, e porque existe uma necessidade dos consumidores em se sentirem conectados

ao produtor que cultivou o café consumido por eles (DAVIRON e PONTE, 2006; FORMENTINI e TATICCHI, 2016).

Das certificações mencionadas neste trabalho, a UTZ é a principal delas por ser um dos objetos de estudo, entretanto, várias outras também são citadas, e com certa relevância em alguns estudos levantados no referencial teórico, e serão brevemente conceituadas para que a revisão de literatura possa ser compreendida em sua totalidade. Para facilitar o entendimento desses conceitos, essa sessão se dedica a colocar as bases das práticas dessas certificações, dos pontos de vista de: origem, modelo de operação, tamanho do mercado de operação, direcionamentos à sustentabilidade e outras peculiaridades.

3.1.1. UTZ

A certificação UTZ surgiu em 2002 através da união de um produtor de café Belga na Guatemala, Nick Bocklandt e Waard de Grootte, o responsável de compras da torrefadora holandesa AholdCoffeeCompany. A torrefadora desejava aumentar as compras de café sustentável, entretanto, esbarrava na falta de oferta de produto certificado no mercado, logo, Waard começou a se dedicar a compreender as dinâmicas de preço e processo dessas certificações pois desejava saber a origem dos produtos dos quais fazia o *sourcing* para a empresa que representava (UTZ, 2016).

Ocorre que Nick Bocklandt, mesmo não certificado por outras certificações disponíveis antes da UTZ, já conduzia práticas sócio responsáveis na condução das suas lavouras de café na Guatemala, e desejava encontrar compradores que valorizassem o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade social na aquisição de suas matérias primas. Conheceram-se e estabeleceram um bom relacionamento comercial, que posteriormente, daria origem à um programa de sustentabilidade patrocinado pela AholdCoffeeCompany, e mais tarde, se tornaria a UTZ Kapeh, que no dialeto quiche, significa ‘café bom’ (UTZ, 2016).

Até 2007, a UTZ Kapeh se dedicava apenas a cultura do café, todavia, após uma reestruturação, passou a operar nas cadeias do cacau e do chá, alterando seu nome para UTZ Certified, e em 2014, também passou a operar na cadeia de certificação de avelãs (UTZ, 2016).

A UTZ Certified, em 2014, adotou uma nova estratégia de negócio e passou a se dedicar também a incluir tópicos como trabalho infantil, mudança climática e rendimento mínimo de subsistência de produtores, que são temáticas relevantes nos fóruns internacionais de sustentabilidade à realidade dos produtores. Por fim, adotando o nome mais simples: UTZ (UTZ, 2016).

Hoje, a UTZ é a maior certificação do mundo nas culturas de café e cacau, tanto em volume certificado como em área certificada, e visa promover seus conceitos fazendo com que “o mundo seja um lugar onde a agricultura sustentável seja a norma” (UTZ, 2017). Produtos com o selo UTZ estão disponíveis em mais de 13.000 versões, em mais de 130 países; e a UTZ, somando todas as culturas que trabalha, está em mais de 2,7 milhões de hectares cultivados, em mais de 850.000 produtores (UTZ, 2017).

Considerando apenas a cultura do café, a UTZ certificou em 2017 mais de 14,3 milhões de sacas de 60 kg de café, dos quais cerca de 4,9 milhões de sacas são provenientes do Brasil, que por sua vez conta com mais de 130.000 hectares certificados, em mais de 1000 empreendimentos certificados. (UTZ, 2017).

3.1.2. *Rainforest Alliance*

A Rainforest Alliance é uma ONG surgida em 1986 fundada por Daniel Katz e um grupo de voluntários que se dedicou a combater questões referentes ao desmatamento ao redor do mundo e em 1989 lançou seu primeiro programa de certificação voltado para a produção e extração de madeira de forma sustentável (RAINFOREST ALLIANCE, 2017).

Em 1990 criou sua primeira norma alternativa, para a cultura de banana, e já possuía escritórios descentralizados na América Central, consolidando florestas certificadas na Indonésia, México e outros países. Em 1992 uma mudança na norma permite a certificação de unidades exclusivamente de exploração agrícola e consolida a certificação de bananas nos Estados Unidos e Costa Rica (RAINFOREST ALLIANCE, 2017).

A partir do ano de 1993 começa um intenso processo de diversificação nas culturas trabalhadas pela Rainforest Alliance, com a criação do *Forest Stewardship Council*, o FSC que é um dos corpos de acreditação florestal mais conhecidos no mundo; em 1995 com a inclusão do programa de certificação em café; em 1997 com a introdução do cacau em seu portfólio de produtos. Em 1998 a Rainforest Alliance cria a SAN, *Sustainable Agriculture Network* que atualmente é o organismo que cria e gerencia os requerimentos de norma a serem aplicados nas propriedades para obter o selo Rainforest Alliance (RAINFOREST ALLIANCE, 2017).

A partir daí, além da diversificação, que em 2001 passou a incluir o escopo de produção de flores entre seus membros certificados, a Rainforest Alliance passou a direcionar esforços para o estabelecimento de parcerias com torrefadoras e vendedoras de café, onde mencionam-se exemplos dos casos de McDonalds, Kraft Foods, e Nestlé; esta última, estabelecida em 2009, que passou a utilizar o processo de certificação Rainforest Alliance para fazer o *sourcing* dos

cafés da sua linha Nespresso (RAINFOREST ALLIANCE, 2017). Vale esclarecer: o programa corporativo da Nestlé para sua linha Nespresso é o programa AAA⁶, todavia, este programa inclui práticas da Rainforest Alliance. Por fim, a partir do ano de 2010 a Rainforest passa a incluir gado; em 2012, especiarias; e em 2017 colaborou na última revisão da norma de certificação através da SAN (RAINFOREST ALLIANCE, 2017).

A SAN, apesar de ter sua criação apoiada pela Rainforest Alliance, hoje é uma associação de ONGs que publica uma norma de práticas sustentáveis que é adotada por várias certificações em várias cadeias de produção, portanto, apesar da certificação ser a Rainforest Alliance, na prática, a norma utilizada é de uma outra organização (SUSTAINABLE AGRICULTURE NETWORK, 2017).

Portanto, a norma da SAN se aplica a várias certificações e processos produtivos, e tem sua norma baseada nos pilares: Sistema de planejamento e gestão, que busca endereçar as questões de produtividade e lucratividade da propriedade, além de uma preocupação especial com a organização de grupos de produtores; conservação da biodiversidade, onde visa coibir o desmatamento e proteger a biodiversidade nas áreas de alto valor de conservação; conservação de recursos naturais, visando a redução da poluição ambiental para garantir a disponibilidade de solo fértil e água, racionalizando o uso de defensivos agrícolas; Bem-estar humano, que se preocupa com a proteção de pessoas e direitos dos trabalhadores das propriedades certificadas (SUSTAINABLE AGRICULTURE NETWORK, 2017).

O processo de certificação é através de uma auditoria externa conduzida por uma empresa acreditada pela SAN a realiza-la, ou pela própria Rainforest Alliance e seu corpo de auditores, que ao constatar o cumprimento da propriedade, permite que todos os produtos ali produzidos sejam vendidos com o selo Rainforest Alliance, portanto, uma certificação de propriedade, e não de produto (SUSTAINABLE AGRICULTURE NETWORK, 2017).

3.1.3. Fairtrade

O Fairtrade teve sua criação em 1988, juntamente com a icônica figura de Max Havelaar – um personagem criado para conscientizar o mercado dos casos de exploração de colhedores de café nas colônias holandesas. O Fairtrade tem origem holandesa através de uma iniciativa de uma agência de desenvolvimento daquele país, a Solidaridad (FAIRTRADE, 2017), se tornando um dos selos de sustentabilidade mais relevantes do mundo.

⁶ Lê-se Triple A, com pronúncia em inglês.

Para que pudesse ser reconhecido em diversos mercados consumidores, o Fairtrade adotou distintos nomes para esses destinos, como por exemplo, Transfair para Estados Unidos e Alemanha, ou mantendo o nome Max Havelaar para Bélgica e França, ou até colocando o nome da iniciativa em contextos mais locais como Rättvisemärkt e Reilu Kauppa na Suécia e Finlândia, respectivamente (FAIRTRADE, 2017).

Antes uma iniciativa global dispersa, passa a ter sede fixa na Alemanha e desde então adota uma estratégia de estabelecimento de escritórios em determinadas origens e países compradores. Outra característica é que o Fairtrade é representado por duas organizações, a FLO, que é o organismo que determina as regras da norma Fairtrade, e a FLO-Cert, que é a empresa que objetiva auditar os comercializadores e produtores (FAIRTRADE, 2017).

A norma Fairtrade tem foco no bem-estar das pessoas envolvidas no processo de produção e as auditorias são conduzidas pela FLO-Cert, que é um organismo, apesar de relacionado, independente ao Fairtrade. Essas auditorias buscam identificar principalmente se as políticas de preço mínimo Fairtrade e aplicação do prêmio de preço são praticadas dentro dos grupos produtores e compradores (FAIRTRADE, 2017).

A norma Fairtrade leva em consideração critérios como rastreabilidade, origem, contratos, utilização do logo Fairtrade, gestão das práticas de produção, gestão ambiental, solo é água, controle de pragas, resíduos, Organismos Geneticamente Modificados, biodiversidade, energia e emissões de gases estufa, associação livre de trabalhadores, trabalho forçado e infantil, condições de emprego, saúde e segurança no trabalho, desenvolvimento do negócio, democracia e transparência e não discriminação (FAIRTRADE, 2011).

É perceptível que a norma Fairtrade tem forte apelo social e de empoderamento de pequenos produtores, ao requerer que o prêmio seja reinvestido no grupo produtor.

3.1.4. Movimento Orgânico

O contexto de certificação orgânica compreende a produção de produtos sem a utilização de insumos químicos. Como cada país é livre para legislar acerca das produções de orgânico, como Estados Unidos, Canada, União Europeia, existem diversas normatizações que caracterizam um produto orgânico. Os produtos orgânicos possuem entrada em mercados através do cumprimento com a legislação orgânica daquele país de destino, podendo ser enxergado como uma questão de relacionamento entre produtor e comprador.

Como o objetivo é apenas contextualizar o que é uma produção orgânica dentro dos aspectos discutidos neste trabalho, cita-se a IFOAM, *International Federation of Organic*

Agriculture Movements, estabelece quatro pilares que norteiam a produção orgânica: Saúde, do solo, das plantas, animais e humanos; ecologia, da sustentação dos ecossistemas; Justiça, equidade e respeito pelas coisas vivas; e cuidado, pelas gerações do futuro (IFOAM, 2017).

3.2. Certificação de café: uma profunda relação com a indústria

Inicialmente, tratemos do tema do ponto de vista da cadeia industrial. A Gestão da Cadeia de Suprimento contextualizada à sustentabilidade remete à ideia de uma cadeia onde há uma estratégia corporativa para endereçar essa questão, sabendo que muitos desafios nesse âmbito vêm de desbalanceamentos nas práticas sociais, ambientais e econômicas. A ideia de uma Gestão Sustentável da Cadeia de Suprimento visa criar uma vantagem competitiva às empresas a partir de suas abordagens em relação à sustentabilidade, onde, um exemplo, é a implementação de estruturas de governança para que as indústrias tenham algum controle sobre seus fornecedores (FORMENTINI e TATICCHI, 2016).

Formentini & Taticchi (2016) abordam a questão da sustentabilidade sobre um contexto de estrutura de governança, onde uma empresa pode adotar diferentes estratégias: de liderança em sustentabilidade, ambientalista ou tradicionalista para traçar sua estratégia corporativa. Através de um estudo de caso em uma indústria de café de porte internacional foi identificado que o posicionamento em relação à estrutura de governança para sustentabilidade é de liderança em sustentabilidade, com iniciativas fortemente direcionadas à integração e ao controle da cadeia de suprimentos. O ponto de vista de governança também é abordado por Kolk (2005) e coloca que:

“Não foi apenas devido à inabilidade dos governos em endereçar as crises do café e outras soluções possíveis. Também tem relação com outros movimentos em direção às Responsabilidade Social Corporativa com ações [...] contra o trabalho infantil, poluição ambiental e danos a territórios indígenas” (KOLK, 2005, p. 229) (tradução nossa).

A questão dos modelos de maturidade, quando aplicados à Gestão da Cadeia de Suprimento pode-se apresentar como uma opção para avaliar as condições do processo e contribuir para a focalização das áreas que precisam ser melhoradas e que realmente importam para alcançar o nível de maturidade e os resultados de desempenho pretendidos (BARRA e LADEIRA, 2017). De forma geral, a aplicação desses modelos de maturidade na Gestão da Cadeia de Suprimento engloba um modelo de melhoria “capaz de descrever comportamentos típicos, exibidos por uma organização em diferentes níveis de maturidade (BARRA e LADEIRA, 2017).

Barra e Ladeira (2017) apontam que o surgimento das certificações no sistema industrial auxiliou na redução dos custos de transação e no aumento da padronização das práticas realizadas dentro do ambiente industrial, além da agregação de valor e de melhores práticas de processamento e venda. Em seu trabalho, os autores buscam identificar a questão da maturidade do sistema agroindustrial de café, considerando o alto volume de produtos certificados disponíveis e ofertados dentro dessa cadeia; que definem aspectos culturais, metodológicos e práticos como relevantes nessa questão (MCCORMACK et al, 2003 apud BARRA e LADEIRA, 2017).

Levy et al (2016) fazem uma ponderação do componente político acerca da sustentabilidade corporativa nos contextos em que uma empresa, por exemplo, adota um posicionamento de rotulagem ou de normatização. Essa estratégia “sugere um modelo estendido de governança onde atores privados tais como corporações e organizações da sociedade civil desempenham um papel ativo na regulação e no controle dessas transações de mercado” (SCHERER e PALAZZO, 2001 apud LEVY et al, 2016, p. 365).

Existe uma intensa discussão crítica acerca desses componentes políticos da sustentabilidade corporativa, já que alguns autores não assumem que essa perspectiva pode ter uma posição oportunista e de racionalidade assimétrica e que, ao considerar os pilares do capitalismo, a Sustentabilidade Corporativa pode refletir em uma “contestação entre os críticos das ONGs que pedem por mudanças e companhias tentando sustentar sua legitimidade corporativa, diminuindo ameaças regulatórias e mantendo posições de mercado” (LEVY, REINECKE e MANNING, 2016, p. 367, tradução nossa).

Ao considerarmos algumas certificações, além de um componente normativo, é possível observar componente político em sua tradução no mercado, como por exemplo, no Fairtrade e na Rainforest Alliance, que trazem um forte componente político e ideológico em suas abordagens em relação à sustentabilidade (LEVY, REINECKE e MANNING, 2016).

A questão da organização do mercado das certificações pode ser compreendida ao considerar-se três dimensões: econômica, normativo-cultural e governança. O que se entende dessas perspectivas, é que, de modo geral, a perspectiva normativa-cultural remete à ideia de que as certificações visam estabelecer uma agenda mais radical, colocando importadores e *traders* tradicionais em uma posição antagônica, não contribuindo para a Gestão Sustentável da Cadeia de Suprimento; do ponto de vista econômico, o foco dessas certificações seria atuar em nichos de mercado alternativos, objetivando descaracterizar-se do modelo de produto e comercialização tradicional; e do ponto de vista de governança, essas mesmas iniciativas de sustentabilidade, na prática, teriam objetivos e abordagens diferentes e movimentos

desorganizados, não objetivando colocar os valores da sustentabilidade para o mercado *mainstream* (LEVY, REINECKE e MANNING, 2016).

Posto isso, a inserção de modelos de certificação na Gestão de Cadeias de Suprimento tem relação com metodologias de maturidade aplicadas no contexto industrial, embasando as melhorias de *sourcing* e processamento a partir dessas mesmas metodologias. Contextualizando o modelo da certificação UTZ, por exemplo, com as metodologias de maturidade, destacam-se as boas práticas no processamento e na rastreabilidade do produto como pilares fundamentais, além de práticas mais estendidas no processo, de perspectivas sociais e ambientais, documentação de processo, medição dos processos e mesmo as boas práticas na lavoura. A UTZ, portanto, pode ser considerada um modelo de maturidade na Cadeia de Suprimento, claramente contribuindo para uma Gestão Sustentável da Cadeia de Suprimento, considerando seus requerimentos e abordagens transcendentais aos elos da Cadeia (BARRA e LADEIRA, 2017).

Contextualizando o modelo de maturidade às Práticas de Mercado, os Arranjos de Mercado são visíveis ao exemplificarmos a interação dos elos da cadeia de suprimento quanto a questão da certificação em cinco momentos: [1] a Pacificação dos bens, quando a UTZ estabelece o que é o produto certificado e o disponibiliza no mercado; [2] a Marketização, quando a UTZ promove esse produto a torradores para que façam uso de produtos sustentáveis; [3] o encontro de mercado, entre o produtor certificado e o torrador que demanda esse produto; [4] a formação do preço, onde ambos concordam no valor do prêmio; [5] a manutenção dessa dinâmica, que não necessariamente impede os atores de contestar esses arranjos.

É importante salientar que a adoção de normas e padrões, sejam corporativos ou de terceira parte contribui, na visão de Reardon e Farina (2002), não apenas para solucionar falhas do mercado, mas também para criarem instrumentos e ferramentas de diferenciação e para coordenação de cadeias de suprimento. Nassar (2002), por sua vez, indica que as certificações surgem pela qualidade insuficiente ou ausência de padronização do atributo de uma qualidade de um produto, nesse caso a sustentabilidade do café, visa, pelo lado da oferta, oferecer meios para obtenção dos atributos requeridos pela demanda; e pelo lado da demanda, a gestão deste atributo e comunica-lo aos consumidores.

Todavia, essa inserção das certificações dentro da Gestão da Cadeia de Suprimento também ocorreu de outras formas. Por exemplo, quando houve a possibilidade de inserção de selos 'éticos' em produtos manufaturados pela indústria, permitindo que esses torradores comunicassem esse valor para seu consumidor e capturassem parte desse retorno; posteriormente, a introdução de um prêmio para os cafés produzidos por produtores

certificados; o realinhamento de seus posicionamentos para uma visão menos radical e mais integradora da cadeia, a criação de critérios de rastreabilidade, produtividade, qualidade; e por fim o estabelecimento de Códigos de Conduta (LEVY, REINECKE e MANNING, 2016).

Esta última característica, salienta como as certificações e outros programas tem relação direta com a indústria, e considerando a criação de programas corporativos de conduta sustentável, Levy et al (2016) cita a Nespresso, a C.A.F.E Practices e o Processo Responsável da IllyCafé como iniciativas que ocorreram entre 2003 e 2011 que foram criadas para endereçar requerimentos específicos da indústria. A própria UTZ, ao ser criada pela AholdCoffeeCompany, foi uma iniciativa corporativa que transcendeu as fronteiras da empresa que a criou (LEVY, REINECKE e MANNING, 2016). De forma geral, embora possam haver exceções, normas relacionadas ao processo de produção e ao produto tendem a ser corporativas e privadas, enquanto normas de produção agrícola específicas tendem a ser públicas (REARDON e FARINA, 2002).

A abordagem de MacGregor et al (2017) classifica as certificações como um processo regulatório de adoção voluntária, tanto para produtores ofertarem o produto certificado como para a indústria demandar o mesmo produto; logo, busca tratar do tema de sustentabilidade em uma relação direta entre o produtor e o comprador, o *Direct Trade*⁷. Esse conceito diz respeito a uma estrutura informal de obtenção de cafés sustentáveis sem intermediários, ou seja, em uma relação contratual direta entre produtor rural e torrefação, que ambos decidem adotar (MACGREGOR, RAMASAR e NICHOLAS, 2017).

O questionamento é válido: se a indústria está preocupada com o bem-estar dos produtores, por que não investir nisso diretamente através da compra direta com o produtor, sem intermediários para que ele mesmo possa avaliar as melhorias? MacGregor et al. (2017) visam explorar essa questão através desse relacionamento entre produtor e comprador.

Esse modelo ganhou notoriedade através das críticas à comercialização de cafés commodity e certificados. Segundo MacGregor et al. (2017) o café commodity é criticado devido à falta de qualidade e transparência na cadeia de comercialização, ao passo que o café certificado é criticado devido à falta de incentivos aos produtores em melhorarem a qualidade; logo, o Direct trade seria um meio pelo qual a indústria poderia utilizar um método alternativo

⁷ Refere-se ao tipo de compra de café da direta interação entre produtor e torrador, se intermédio de comercializadores.

de negociação de cafés e ao mesmo tempo desenvolver relacionamentos comerciais mais longos.

Todavia, em seu estudo, ficou constatado que, na amostra considerada, o número de operações de *Direct Trade* vieram caindo, ao passo que a operação de compra e venda de cafés certificados, independente de qual certificação seja, aumentou. Em outras palavras, deixaram de ser criadores e acumuladores de dados com respeito aos produtores dos quais faziam as compras de café e passaram a ser apoiadores das normas de certificação (MACGREGOR, RAMASAR e NICHOLAS, 2017).

Por fim, a relação entre indústria e as certificações é explorada por Bennett (2017) do ponto de vista da governança corporativa das empresas de certificação, e não da sua aplicação como instrumento de governança das indústrias manufaturadoras. O que se reconhece é que, idealmente, as certificações deveriam adotar uma abordagem *multistakeholder* visando incluir representantes de diversos elos da cadeia produtiva em seus comitês de governança para conferir legitimidade moral à certificação. O autor coloca que explorar a inclusão de produtores nesses comitês de governança, por exemplo, é benéfico pois pode permitir a construção de habilidades e empoderamento para essa classe e seus interesses na cadeia (BENNETT, 2017).

Ao observar a relação indústria e certificação é possível constatar que há uma maior inclusão dos membros da indústria em seus comitês de governança, isso porque, apesar de ser benéfico e interessante para critérios de transparência, a inclusão de produtores pode ser desafiadora uma vez que “diz respeito à um indivíduo representando interesses e perspectivas de uma população diversa” (BENNETT, 2017, p. 55). No caso da certificação UTZ, segundo o trabalho de Bennett (2017), a UTZ reserva e inclui cadeiras a organizações de produtores em seus primeiros e segundos escalões de governança como forma de oferecer transparência à organização.

3.3. Inserção da certificação de café nos meios de consumo

Kolk (2011) traz em seu artigo ‘*Mainstreaming Sustainable Coffee*’ uma alusão a diversas mudanças que ocorreram no mercado de café desde a década de 1980, entre elas, a preocupação dos consumidores com temáticas como condições dos produtores, situação social e rentabilidade decrescente que passaram a ocorrer de forma mais intensificada; também conhecido como a Segunda Onda do Café (GUIMARÃES, LEME, *et al.*, 2018). Leme (2015) indica que essa mudança de paradigma tem relação com o aumento do fluxo comercial do café,

significando que atributos como origem, qualidade e sustentabilidade desses produtos passam a desempenhar uma função muito importante na manutenção desse mesmo fluxo.

Além da inserção de novos fatores relevantes para a manutenção dos fluxos comerciais do café, Kolk (2011) também salienta a mudança que o processo do consumo do café vem sofrendo através dos mercados relevantes, que são classificados em dois: o institucional, que compreende todo o consumo de café realizado fora do lar através de cafeterias e outros serviços; e o varejo que corresponde ao meio pelo qual o consumidor pode levar o café para sua casa. Muito embora preço e qualidade ainda sejam determinantes para o consumo do café, outros fatores de natureza intangível passaram a desempenhar um papel relevante nesse cenário de consumo (KOLK, 2011).

Com um cenário onde as iniciativas privadas de certificação e sustentabilidade estão disponíveis no mercado em uma variedade crescente (KOLK, 2011; MACGREGOR, RAMASAR e NICHOLAS, 2017), já que hoje vários selos de sustentabilidade tem atuação consolidada no mercado de cafés como a UTZ, Rainforest Alliance, Fairtrade, 4C, C.A.F.E Practices, programa Triple A entre outras iniciativas corporativas (BENNETT, 2017); Leme (2015), também nessa linha de raciocínio, aborda a questão por uma perspectiva de articulação de mercado, cuja disponibilidade depende de uma série de fatores:

A oferta de cafés certificados para consumidores ao redor do mundo depende fortemente de articulações entre os diversos atores da cadeia do café, de produtores a varejistas, pois, além de envolver questões comerciais, envolve a coordenação de ações de rastreabilidade e controle de origem do produto. O objetivo é oferecer um café certificado, que respeite questões sociais e ambientais em sua produção e comercialização, mas que também forneça sustentabilidade econômica para milhões de produtores ao redor do globo (LEME, 2015, p. 19).

A citação de Leme (2015) se refere à cafés certificados, e não propriamente cafés sustentáveis, todavia, de maneira geral, subentende-se que cafés certificados são entendidos como cafés de origem responsável ou sustentável. Kolk (2011, p. 2) faz referência a emergência de “várias normas de produção de café sustentável lideradas por ONGs e, em alguns casos, indústrias acompanhadas de programas de certificação e selos” (tradução nossa) e cita quatro dessas certificações como as mais relevantes desse mercado: Fairtrade, Rainforest Alliance, UTZ e a norma orgânica; que de forma geral, buscam motivar que produtores realizem uma cafeicultura sustentável através do endereçamento dos desafios da sustentabilidade na cadeia produtiva do café, conforme colocado por Leme (2015):

As certificações transmitem informações aos consumidores que garantem que a empresa respeita um padrão específico de qualidade de processo de produção e/ou de padrão de qualidade de produto. Para esta comunicação, utilizam símbolos estampados nas embalagens de diversos produtos e estratégias de comunicação específicas (LEME, 2015, p. 24).

Uma visão dessa diferenciação proposta por Saes (2004) é enxergá-la como capaz de prover melhor capacidade de distribuição de renda através dos cafés produzidos aos seus produtores. A autora pondera que, considerando que o preço dos cafés commodity vêm caindo ao longo do tempo, uma ideia profundamente explorada por Morriset (1998), cada vez há mais agregação de valor ao produto nos países consumidores destinatários das exportações.

Constata-se que as estratégias de diferenciação são relevantes para aumentar a retenção de recursos financeiros em nível de produção (SAES, 2004), sendo a certificação uma dessas alternativas. O que está alinhado com a visão de Kolk (2005, p. 7) sobre o tema, que coloca “que o principal problema é o fato de que os baixos preços de café são causados pela superprodução, e que a melhoria da qualidade do café e concomitantes preços mais altos não resolverão o problema”.

Kolk (2011) aponta que o mercado do café é mais direcionado à satisfação das demandas dos compradores e consumidores e que existe uma especial preocupação dos consumidores sobre como as grandes indústrias de torrefação vão endereçar as questões de sustentabilidade e como estas serão comunicadas ao mercado, sem excluir o fato de que existe um reconhecimento da importância dos conceitos de ecoeficiência que promovem redução do uso de energia e desperdícios gerando entradas financeiras e benefícios ambientais.

Outro fator, dessa vez colocado por Daviron e Ponte (2006), é que existe uma necessidade de conectividade entre o produtor agrícola e o consumidor, consolidando a transparência ao longo da cadeia produtiva do café pois, uma vez que os produtores estão adicionando valores simbólicos a seu produto, a sustentabilidade, é justo que eles saibam quem são seus consumidores, da mesma forma que os consumidores saibam quem são os fornecedores de seu café preferido.

Complementando a citação prévia de Leme (2015), Sóler, Sandström e Skoog (2017) discutem a possibilidade de a certificação auxiliar no posicionamento de mercado de cafés produzidos em áreas de alta biodiversidade ou de alta densidade de árvores de sombra. Embora concluam que esses cafés diferenciados não tenham espaço no mercado *mainstream* atualmente, ponderam que é uma possibilidade que a certificação auxilie na popularização desses cafés com alto valor de biodiversidade agregado (SOLÉR, SANDSTRÖM e SKOOG, 2017).

A delimitação das áreas de atuação dessas certificações é dividida por Kolk (2011) em categorias: missão, história, condições comerciais, cobertura da cadeia de suprimento e rastreabilidade, controle externo, participação de partes interessadas e comunicação com o consumidor; salientando que, embora os requerimentos de sustentabilidade das normas sejam muito semelhantes, o modo pelo qual se posicionam no mercado, principalmente em aspectos de cobertura da cadeia e comunicação com o consumidor é diferente. Todavia, semelhantes por serem todas iniciativas independentes do setor industrial, ou seja, de adoção voluntária.

Segundo MacGregor et al (2017) o ponto convergente dessas iniciativas de sustentabilidade e certificação é que todas buscam endereçar os desafios colocados como prioritários pela Organização das Nações Unidas, tudo isso em um mundo onde, embora o consumo de café mundial cresça, a condição de vida dos produtores permanece incerta.

Nesse sentido, Chiu, et al (2016) exploram uma relação dessa variável sustentabilidade sob a perspectiva do consumidor, isto é, se seria factível imaginar que os consumidores queiram pagar um prêmio, ou um diferencial de mercado, para cafés produzidos sustentavelmente. Em seu estudo, que contou com a elaboração de duas certificações fictícias e entrevistas com estudantes, foram identificadas três populações de consumidores quando o assunto é prêmio: [1] aqueles que defendem o pagamento do prêmio estritamente em formas não financeiras; [2] aqueles que defendem o pagamento do prêmio de forma financeira; [3] e aqueles indiferentes em relação ao pagamento de um prêmio. No estudo realizado, a primeira população representa 52,5% e são chamados de altruístas paternalistas; a segunda população representa 42,5% e são chamados fortes altruístas; e a última população representa 19,2%. Apesar de ser uma pesquisa que representa uma pequena amostragem (148 indivíduos) no mercado americano, foi constatado que as populações que desejam pagar um prêmio o estimam entre 20 e 23% do valor do produto e que as motivações para pagamento do prêmio são as mesmas: uma forma de contribuir para o bem-estar dos produtores que disponibilizam esses produtos no mercado (CHIU, GOMEZ, *et al.*, 2016).

No entanto, a pesquisa pontuou que os meios de restrição do pagamento do prêmio – sejam financeiros ou não – diferem consideravelmente, uma vez que, por exemplo, os altruístas paternalistas em geral apenas aceitam que o valor do prêmio suba à medida que este é relacionado à fatores não financeiros; o que também revela que o meio de pagamento de um prêmio também pode ser uma estratégia de mercado e não apenas o produto em si (CHIU, GOMEZ, *et al.*, 2016).

Não obstante, o consumidor também se encontra em uma problemática cruel: com tantos selos de sustentabilidade no mercado, como saber qual de fato é sustentável? O trabalho de

Jaffee & Howard (2016) busca explorar essa problemática, considerando as variações do selo Fairtrade dentro do mercado americano. Em sua discussão, identificam que a grande quantidade de selos que abordam a temática de comércio justo, ao invés de enriquecer a sustentabilidade dos produtores, tornam o processo comercial mais complexo uma vez que os consumidores não simplesmente buscam pelo produto com o selo, mas também devendo pesquisar informações adicionais para compreender a diferença entre esses selos. Todavia, há um lado positivo nesse fenômeno que força os consumidores a buscar meios mais consolidados de sustentabilidade para que possam participar.

Outra questão interessante é a compreensão do meio que as certificações competem. Não necessariamente as certificações competem em uma mesma parcela do mercado, e isso significa que, uma cisma nos processos de certificação, segundo Jaffee & Howard (2016), não necessariamente é ruim, uma vez que permite que a certificação se repositone e atinja parcelas do mercado que ainda não foram alcançadas por outras certificações, ainda que o contexto seja na certificação Fairtrade. O fato de como as certificações ocupam o mesmo espaço competitivo também é abordado por Reinecke et al (2012), onde apensar das mudanças cíclicas das normas e conceitos de sustentabilidade contidas em sua estrutura de governança, os selos tendem a se apoiar nos seus pilares de convergência para que possam aumentar sua participação no mercado em detrimento dos cafés convencionais, ou seja, sem certificação.

3.4. Impactos da certificação de café nas unidades produtivas

Os estudos acerca dos impactos da certificação em nível de fazenda são escassos, e no Brasil, artigos a respeito dos efeitos da certificação UTZ em pequenos produtores também não foram encontrados. Em outros países, há estudos a respeito de como a certificação se comporta nas unidades produtivas e quais mudanças a adoção de um programa de certificação potencialmente provoca.

Inicialmente, menciona-se o trabalho de DeFries, Fanzo et al (2017) que buscou identificar de uma maneira geral, se existem impactos positivos na adoção de certificação através da análise bibliométrica de artigos a respeito desse tema, considerando a análise de 24 casos identificados. Os autores identificam que existe um movimento entre o produtor e o consumidor dentro do contexto de certificação, em que o produtor só se sentirá motivado a entrar na certificação caso ele possa obter evidências de que essas práticas melhoram seu desempenho em relação à sua sustentabilidade; por outro lado, os consumidores só estarão propensos à pagar um diferencial por esse produto se compreenderem que essa iniciativa

sustentável de fato está contribuindo para a melhoria da vida dos produtores e aumentando seu nível de sustentabilidade.

Todavia, algumas críticas práticas acerca dos programas de certificação são trazidas através dessa revisão de literatura proposta por DeFries, Fanzo, et al (2017), como o fato de os pequenos produtores não serem capazes de arcar com os custos de transação da certificação, a necessidade de se estabelecer medidas para que produtores mais pobres também possam se beneficiar dessas iniciativas, e o fato de que esses programas são majoritariamente estabelecidos por ONGs e atores privados de países do Norte, deixando pouco espaço para que as entidades do Sul possam definir suas prioridades (DEFRIES, FANZO, *et al.*, 2017).

A proposta de DeFries, Fanzo, et al (2017) é identificar se os benefícios da certificação são significativamente diferentes se comparadas a unidades não certificadas, buscando nomear esses benefícios. Dos 24 casos identificados, apenas 6 eram relacionados com a certificação UTZ. Essa problemática de falta de casos relacionados diretamente com a certificação, não apenas a UTZ, mas qualquer certificação em café, também é abordada por Hagggar et al (2017) que, em sua análise, identificaram apenas dois artigos para a análise no contexto Latino-Americano, e nenhum deles expunha os benefícios da certificação da perspectiva ambiental.

Considerando as dimensões ambiental, social, econômica e não relacionada à certificação, a análise dos casos identificou que em 34% deles foram identificados fatores positivos, 58% foram identificados como indiferentes e 8% fatores negativos. Um exemplo que é trazido pelos autores é de que, no contexto econômico, há um alto índice de artigos colocando que o aspecto financeiro dos produtores é classificado como positivo ou como não significativo, o que pode salientar uma variável da metodologia utilizada para a condução do estudo, o que em outras palavras significa que apesar da incidência do prêmio, ele não vem contribuindo para a melhoria da situação econômica do produtor (DEFRIES, FANZO, *et al.*, 2017).

3.4.1. Certificação de café no contexto asiático

No contexto asiático, o trabalho de Bose et al (2016) buscou identificar os impactos da certificação no contexto de produção de café na Índia, com a ressalva de que a metodologia desse trabalho utilizou a certificação Rainforest Alliance como modelo de certificação ser estudado. O estudo aborda, sob uma perspectiva de quatro anos, de 2011 até 2014, quais foram os efeitos da certificação Rainforest Alliance na região de Karnataka, na Índia, que é a principal zona produtora de café do país; citando seus três principais problemas: [1] a perda de floresta nativa e expansão das lavouras; [2] a redução do potencial de sombra para as plantas de café; e

[3] o aumento da proporção de árvores exóticas nesse contexto (BOSE, VIRA e GARCIA, 2016), utilizando entrevistas para aferir essas questões.

É possível perceber que o direcionamento do estudo é mais ambiental, no entanto, inicia a narração das mudanças pelo aspecto gerencial, na qual os produtores reportaram que ou as práticas realizadas na propriedade já condiziam com as práticas requeridas pela certificação Rainforest Alliance, ou essas modificações eram relativamente fáceis de serem realizadas. Um exemplo trazido pelo trabalho é o não uso de agroquímicos banidos em listas de banimento relevantes nos Estados Unidos da América, em que, conforme estudo, a maioria dos produtores já reportou não utilizar produtos banidos antes de obterem a certificação (BOSE, VIRA e GARCIA, 2016). Com relação à proteção de espécies selvagens, os produtores reportaram que a certificação não adicionou benefícios, isso porque há um ato legal na Índia⁸ que instituiu proibições à caça de vida selvagem.

Outro dado interessante que o estudo traz é como a certificação acontece no contexto indiano, que, no caso, tem muita influência das empresas exportadoras e importadoras de café, conhecidas como traders, já que financiam os investimentos em certificação para que possam ter um certo controle dos grupos certificados. Conforme reportado por um produtor no estudo “Eu entrei na certificação devido à Ecom⁹. Um de seu pessoal esteve em minha fazenda e me explicou sobre a certificação Rainforest. Disse que eu não precisaria fazer muito e que eu obteria prêmio pelo meu café” (BOSE, VIRA e GARCIA, 2016, p. 950). Um fato também trazido pelo estudo é que, no contexto indiano, se dá mais valor à aferição governamental das análises de água e solo do que as conduzidas pelos produtores.

Com relação à custos, produtores reportaram que não tiveram aumento no custo de produção devido à aplicação da certificação, ou se tiveram, foi um aumento marginal. Em relação à produção de café arábica, o custo de produção está em 504,76 USD/acre ou 201,90 USD/hectare para fazendas certificadas e 644,37 USD/acre para unidades não certificadas (BOSE, VIRA e GARCIA, 2016), entretanto, o estudo não traz explicações do porquê da diferença de custo entre essas duas categorias de propriedades. No contexto de produtividade, as unidades certificadas contam com uma produção por hectare de 1771 kg de café verde, enquanto as não certificadas têm uma produtividade um pouco menor, de 1631,56 kg (BOSE,

⁸ Esse ato legal é o WPLA de 1972, referido e citado pelo próprio autor.

⁹ ECOM é um trader de atuação global com sede na Suíça, que também opera na cadeia do café.

VIRA e GARCIA, 2016). Traduzindo esses números para sacas de 60 kg/ha atinge-se o número de, respectivamente, 29,5 e 27,1.

A respeito das práticas ambientais, foi identificado que unidades certificadas e não certificadas possuem relativamente a mesma densidade de árvores para prover sombra em um contexto de cafeicultura sombreada. A maioria dos produtores que responderam às entrevistas disseram que não houve melhorias significativas no contexto ambiental após a adoção da certificação (BOSE, VIRA e GARCIA, 2016). Segundo Bose, Vira e Garcia (2016), que reportam ser a maior mudança a manutenção de registros que a certificação impõe para que sejam organizados e a questão dos cuidados para a saúde ocupacional dos trabalhadores das propriedades com o fornecimento de equipamentos de proteção, construção de chuveiros e banheiros para os trabalhadores e a construção de lixeiras e designação de áreas de armazenamento de insumos para a produção do café.

No contexto indiano, os autores discutem a desilusão dos produtores quando, na expectativa de encontrarem na certificação um grande modelo em prol da sustentabilidade e do diferencial de mercado, na prática observam uma realidade bem diferente, onde não existe muita dificuldade em obter a certificação e onde os benefícios mais fundamentais da certificação Rainforest Alliance são muito inferiores aos ora esperados. A percepção de que os *traders* estão se beneficiando de forma mais contundente que os produtores e a falta de comunicação entre os produtores e pessoas ligadas à certificação contribuem para um cenário onde as melhorias não são claramente identificadas (BOSE, VIRA e GARCIA, 2016).

3.4.2. Certificação de café no contexto africano

A aplicação das certificações no contexto africano, mais precisamente na Etiópia, é abordada no estudo de caso de Mitiku, De Mey, et al. (2017) que posiciona seu entendimento acerca da aplicação das normas de certificação no contexto de pequenos produtores em países em desenvolvimento. Primeiramente, deve haver uma preocupação das normas de certificação em conhecer os desafios da certificação sob a perspectiva de custo e necessidade de investimentos para pequenos produtores. Em segundo lugar, é importante prover e provar impacto para os produtores uma vez que isso é relevante para os consumidores que pagam um prêmio por isso, além de ser relevante para as próprias certificações entenderem quais são os impactos que estão levando à campo (MITIKU, DE MEY, *et al.*, 2017).

Embora o trabalho de Mitiku, De Mey, et al. (2017) não contemple a certificação UTZ em seu estudo de caso, apenas as certificações orgânica, Rainforest Alliance e Fairtrade, identifica impacto das certificações em 425 produtores, através de 7 cooperativas da região de

Jamma e Kaffa, na Etiópia. Em relação à certificação Fairtrade, constatou-se que há uma melhoria considerável no lucro do café negociado como certificado devido ao aumento de preço, e não produtividade; para a certificação orgânica, ao contrário, houve redução na produtividade, no lucro do café e lucro total da propriedade, mas, sem impacto no nível de pobreza do produtor; as propriedades orgânicas e Fairtrade demonstraram impactos positivos na produtividade, no lucro do café e no lucro total; por fim, no caso Rainforest, não se identificou impactos na produtividade, todavia houve aumento de lucro do café e da propriedade em um nível que contribuiu para a redução da pobreza (MITIKU, DE MEY, *et al.*, 2017).

A conclusão para o contexto etíope é que os modelos Rainforest e o combinado Fairtrade-Orgânico contribuem para a redução da pobreza nos produtores de café, todavia, não pelo aumento de produtividade ou qualidade, mas sim pela enorme diferença de preço entre esses cafés certificados e os até então convencionais. Uma comparação com um estudo semelhante realizado em Uganda mostra que os resultados foram consideravelmente diferentes, já que em Uganda o modelo Fairtrade mostrou-se efetivo na redução da pobreza daquele local (CHIPUTWA, SPIELMAN e QAIM, 2015).

Do ponto de vista ambiental, através de um estudo com 555 produtores na Etiópia, Takahashi e Todo (2017) comprovaram que houve uma melhoria considerável nas condições das áreas florestais em um raio de 100 km de fazendas certificadas pela Rainforest Alliance, salientando os impactos ambientais positivos.

Van Rijsbergen *et al* (2016) cita o estudo de Riisgaard *et al* (2009) que buscou compreender os benefícios da certificação na produção de café no Quênia, Etiópia e Uganda, identificando que houve apenas melhorias pontuais na produtividade, na qualidade e, portanto, no preço do mesmo. Especificamente sobre os benefícios da certificação UTZ no contexto queniano, coloca que os produtores tendem a ter melhor remuneração pelo produto certificado UTZ, mas, essa remuneração é extremamente sensível ao preço da commodity, isto é, à medida que o preço do café sobe, a remuneração extra pela certificação tende a desaparecer. Ainda, o autor compara os benefícios sociais obtidos com a certificação UTZ e Fairtrade para o contexto:

At cooperative and village level, Utz-certified cooperatives stay behind in terms of access to safe drinking water, whereas FT cooperatives made substantial improvements in this field (presumably financed from FT premium revenues). On the other hand, Utz cooperatives increased access to latrines to reinforce sanitary conditions. Nevertheless, there are more labor days lost due to poor health conditions in Utz-certified cooperatives. They also reduced their affiliation to other organizations and thus became more focused on their internal social network (VAN RIJSBERGEN, ELBERS, *et al.*, 2016, p. 278).

3.4.3. Certificação de café no contexto latino-americano

Trazendo a discussão para a América Latina, Giuliani et al (2017) abordam a questão dos benefícios em sustentabilidade sob uma perspectiva ambiental e social, sob a alegação de que existe uma ampla variedade de estudos que trazem os impactos do ponto de vista econômico das fazendas certificadas, sob os mais diversos programas de certificação. Seu estudo foca em regiões do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Guatemala e México, que são áreas de atuação de um comprador parceiro do estudo. Os conceitos de benefícios sociais e ambientais podem ser confusos em algumas realidades, especialmente devido à abrangência desses conceitos, logo, um esclarecimento é necessário:

Social conduct refers to practices that guarantee the safety and health of workers (e.g., use of protection when spraying pesticides and other chemicals) at farm level, and practices that support or enhance the socio-economic rights of workers, farmers, and their family members [...]. By environmental conduct, we mean the set of practices adopted by farms to allow better environmental management of their operations, ranging from recycling to more conscious and reduced use of pesticides (GIULIANI, CIRAVEGNA, *et al.*, 2017, p. 295).

Foi constatado que, embora os benefícios ambientais sejam percebidos pelos produtores e outros atores da cadeia, os benefícios sociais são realmente uma lacuna desse processo de sustentabilidade, isso porque estão relacionados com iniciativas que terão retorno em médio ou longo prazo ou porque não são realmente factíveis para pequenos produtores, como por exemplo, erradicar o trabalho infantil em um contexto onde isso pode ser uma realidade cultural. Por outro lado, o reuso de água para processamento do café e outras práticas ambientais contribuem para a redução de custo no curto prazo, portanto, aparentemente mais fáceis de serem adotadas pelos produtores.

Outra constatação é a presença de cooperativas para aquele contexto, conforme é colocado por Bruce (2016), entretanto, esse relacionamento mais próximo com a cooperativa não foi capaz de melhorar a conduta social dos produtores. Em países com corpo institucional e legislativo, o cumprimento com os requerimentos sociais parece estimulado pelo governo através dessas medidas regulatórias (GIULIANI, CIRAVEGNA, *et al.*, 2017).

O trabalho de Bruce (2016) busca conhecer um pouco mais da aplicação da certificação Fairtrade na Nicarágua, considerando variáveis como força de cooperativas e reforma agrária local em um contexto mais político, apesar da relação aparentemente paradoxal em um cenário onde, apesar do interesse na certificação diminuir, os requerimentos se tornam cada vez mais complexos para que produtores possam obter a certificação.

Bruce coloca que o Fairtrade, no contexto da Nicarágua, é aplicável à uma gama reduzida de produtores, isso porque é necessário que pertençam a cooperativas maiores e bem estruturadas, o que nem sempre é uma realidade plausível. A coordenação de iniciativas entre essas cooperativas e ONGs internacionais é o principal canal que leva a certificação aos produtores de café (BRUCE, 2016). É importante lembrar que o contexto latino-americano, muito devido aos governos de direcionamento socialista, encontrou no cooperativismo um meio de organizar produtores para obter melhores condições de mercado e crédito, tanto para venda como para obtenção de insumos (VASQUEZ-LEÓN, 2010 apud BRUCE, 2016).

Considerando esse contexto, o que se observa é que os diferenciais de mercado para cafés certificados são apenas marginalmente mais altos se comparados aos cafés convencionais negociados, “quase imperceptíveis quando o preço do café está em alta” (BRUCE, 2016, p. 487). Devido à demanda do produto, por uma questão de mercado, os produtores conseguem apenas prêmios para não mais de 20-30% da sua safra, e ao considerar a inserção de outros programas corporativos nesse contexto, aparentemente causou uma mudança na orientação de venda da cooperativa para algo mais bem estabelecido e consolidado do ponto de vista comercial, do que propriamente um comércio justo. Devido à essas mudanças, as cooperativas não são capazes de oferecer preços competitivos aos cafés certificados, o que limita os benefícios das certificações nessa região, todavia, salienta que a certificação é crucial na criação dessas cooperativas (BRUCE, 2016), mas sem relacionar a certificação com a sua manutenção.

Jena (2017) compara a certificação Fairtrade com a certificação orgânica para o contexto de produção na Nicarágua, demonstrando que, se por um lado a certificação Fairtrade auxiliou no aumento da produtividade, a certificação orgânica consegue fornecer uma vantagem competitiva no preço mais visível, todavia, no que diz respeito aos 233 produtores entrevistados, as melhorias não são significantes estatisticamente.

Haggar, Soto et al (2017) também realizam seu trabalho no contexto na Nicarágua, devido ao fato de ter uma zona produtora de café relativamente homogênea, entretanto, traz comparativos interessantes sobre como as certificações se aplicam em relação ao tipo de propriedade, mencionando que propriedades Fairtrade e Orgânicas são menores se comparadas às propriedades Rainforest Alliance e C.A.F.E. Practices; e que as fazendas certificadas UTZ estão em altitudes menores se comparadas com as outras certificações.

Nesse estudo o foco está em três indicadores: custo de produção, produtividade e lucro líquido considerando um cenário certificado UTZ em comparação com a média das propriedades não certificadas. Em relação à UTZ, observou-se que o custo de produção é mais

baixo que a média não certificada do país, todavia, a produtividade e lucro líquido também são inferiores (HAGGAR, SOTO, *et al.*, 2017).

Um estudo muito parecido foi conduzido no Peru buscando comparar unidades certificadas Fairtrade com unidades orgânicas e não certificadas. Observou-se que as unidades Fairtrade possuíam uma rentabilidade apenas um pouco maior que as outras unidades orgânicas e não certificadas, entretanto, foram identificadas mudanças importantes no comportamento de gestão de risco, no desenvolvimento do empreendimento, no uso dos insumos e na organização da propriedade como um todo (RUBEN e FORT, 2011).

Ibañez e Blackman (2016) buscaram compreender os impactos da certificação orgânica no contexto colombiano de produção, e sugerem que os benefícios ambientais são bastante perceptíveis em exemplos como a redução do uso de água de esgoto nas lavouras de café e a redução do risco de uso de insumos químicos; esta última, esclarecendo, sendo um risco apenas para o contexto orgânico de produção de café.

O estudo conduzido por Snider et al. (2017) com produtores de café na Costa Rica identificou uma relação direta entre certificações e o nível de confiança de mercado das cooperativas participantes nesses programas de certificação. Outros resultados foram constatados como a maior resiliência econômica e a maior inclusão de mulheres dentro dos grupos certificados através das cooperativas.

3.4.4. Certificação de café no contexto brasileiro

Moreira et al (2011) inicialmente busca aplicar a realidade da certificação no contexto brasileiro categorizando as certificações Fairtrade, Orgânico, UTZ e Rainforest em relação aos produtores de café. Suas conclusões indicam que as certificações UTZ e Rainforest seriam mais direcionadas a propriedades grandes e médias com nível de gestão documental considerável e com posicionamento de mercado definido através da agregação de valor, já as certificações Fairtrade e Orgânica estariam mais direcionadas à produtores de menor área cultivada e localizados em áreas com maior potencial de qualidade para o café.

O trabalho de Santos e Simão (2015) buscou identificar a conformidade de produtores no estado do Espírito Santo com aspectos de sustentabilidade. Sem identificar ou pautar seu trabalho por certificações, os autores enumeram temas relacionados à sustentabilidade e, através de entrevistas, buscam identificar se os produtores daquela região realizam ou não tais práticas.

Os temas para o levantamento desses dados foram: “rastreadibilidade, variedades, uso do solo e de fertilizante, proteção fitossanitária das plantas, irrigação, colheita e pós-colheita, gestão de resíduos e conservação do meio ambiente na propriedade, saúde e segurança de

trabalhadores, gerenciamento e gestão administrativo-financeira da propriedade” (SANTOS e SIMÃO, 2015, p. 3). Foi identificado que, no Brasil, poucos produtores naquela região possuem conformidade com os aspectos de sustentabilidade sendo o maior desafio as práticas de rastreabilidade e conformidades em irrigação, e a área com maior nível de cumprimento é o uso do solo e adubação. As outras variáveis têm índice de conformidade menor que 50%.

Na visão de Siqueira et al. (2011) há a possibilidade de implantação de sistemas de certificação orgânico para prover sustentabilidade aos produtores da região do Espírito Santo, entretanto, o modelo só é competitivo pois o produto é capaz de obter melhores preços no mercado, não necessariamente competitivo do ponto de vista de produtividade.

Além disso, Hardt, Borgomeo et al (2015) buscaram averiguar se o cumprimento de produtores com a norma Rainforest Alliance evidencia melhorias nos aspectos ambientais das fazendas brasileiras, dessa vez no estado de Minas Gerais. Após mais de uma década de análise, constatou-se que as fazendas certificadas possuíam melhor diversidade vegetal em suas propriedades do que fazendas não certificadas, contribuindo para o provimento de habitats para espécies selvagens da região (HARDT, BORGOMEIO, *et al.*, 2015).

Em uma ótica muito próxima da intenção deste trabalho, o estudo conduzido por Pinto, Gardner et al (2014) buscou compreender se a certificação Rainforest Alliance, sob o escopo de grupo, auxiliou na inclusão de pequenos e médios produtores dentro da perspectiva da sustentabilidade. Os autores colocam a ideia de que, comumente, se pensa que as certificações são direcionadas apenas às fazendas de grande porte e que o escopo de certificação de grupo pode ser uma alternativa interessante para que essas propriedades menores possam ingressar nesse universo de certificação (PINTO, GARDNER, *et al.*, 2014).

O contexto de certificação em grupo foi introduzido justamente com o intuito de aumentar o nível de equidade entre os produtores e auxiliar no seu acesso à esquemas de certificação, sendo coordenados por uma pessoa que assume a figura de líder deste grupo (PINTO, GARDNER, *et al.*, 2014). No estudo, comparando unidades certificadas individualmente e propriedades menores certificadas sob um grupo, buscou-se identificar diferenças e similaridades em relação ao modo que o café é produzido, o processo de certificação e o cumprimento em relação à norma Rainforest Alliance.

Muito embora os dois universos demonstrassem diferenças significativa nas áreas das propriedades, em termos de produtividade, possuíam números semelhantes entre 37 e 38 sacos por hectare. Com relação ao processo de auditoria, ficou constatado que, embora o tempo gasto para a auditoria dos membros individuais e em grupo fosse relativamente a mesma, o custo para a certificação em grupo era menor, uma vez que a auditoria se dá com base em uma amostragem

desses membros (PINTO, GARDNER, *et al.*, 2014). Portanto, conclui que o modelo de certificação em grupo é interessante para a inclusão de pequenos produtores no Brasil.

3.5. Aplicação dos Estudos de Mercado Construtivistas à certificação agrícola UTZ

Um produtor de café, cacau, chá, ou avelã pode se certificar através de uma adesão voluntária ao programa UTZ. O processo se inicia com o registro deste produtor no sistema de rastreabilidade da UTZ, que gerará a identificação no programa, e com a leitura de vários documentos relevantes para a certificação: O Protocolo de Certificação, O Código de Conduta, o Módulo de Cultura e outros documentos de orientação específicos (UTZ, 2017).

O primeiro desses documentos é o **Protocolo de Certificação**, que dita todas as regras e diretrizes do programa UTZ. Nele estão descritos requerimentos normativos, que vão desde quem pode ser certificado, escopos de certificação, culturas que podem ser certificadas, quando a certificação pode ocorrer, as regras de emissão do certificado, entre outros pontos relevantes ao programa. Como o programa UTZ demanda que o produtor passe por uma auditoria para avaliar sua conformidade, o Protocolo de Certificação também coloca as regras em relação às competências dos auditores e das empresas de auditoria que desejam operar com o programa UTZ (UTZ, 2018).

O segundo conjunto de documentos é a junção **Código de Conduta e Módulo de Cultura**, que trazem os requerimentos que os produtores devem cumprir e contra os quais serão auditados para que possam obter sua certificação. O código de Conduta traz requerimentos que devem ser aplicados nas fazendas certificadas independente da cultura que cultivem e está dividido em quatro blocos: Gestão, Práticas Agrícolas, Social e Ambiental. Já o Módulo de Cultura traz requerimentos específicos para a cultura certificada produzida na fazenda, conseqüentemente, existem quatro módulos disponíveis: café, cacau, avelãs e chá; este último, com duas variações: chá de ervas e rooibos, um arbusto típico sul-africano (UTZ, 2015).

Os temas do Código de Conduta englobam as seguintes temáticas: Identificação da área de produção, manutenção de registros; pessoas responsáveis; auto avaliação; gerenciamento de riscos e plano de gestão, treinamentos e ações de conscientização, rastreabilidade, prêmios e transparência, otimização do rendimento; Material de plantio e viveiro, manutenção da propriedade agrícola, diversificação, gestão do solo e fertilidade, manejo de pragas e doenças, registros das aplicações de pesticidas e fertilizantes, pesticidas e fertilizantes: aplicação, método e equipamentos, recipientes de pesticidas vazios e pesticidas obsoletos, pesticidas e fertilizantes: armazenamento, manuseio e diluição, irrigação, colheita e pós-colheita; Trabalho forçado e infantil, educação, liberdade de associação e negociação coletiva, horário de trabalho,

salários e contratos, discriminação e tratamento respeitoso, primeiros socorros e emergências, manuseio de pesticidas, higiene e de condições de vida; Água, proteção da natureza, adaptação climática, energia, ar e resíduos (UTZ, 2015).

A UTZ coloca que o seu Código de Conduta é elaborado em consulta pública com *stakeholders* do programa UTZ; mediado pelo seu sistema de governança, que possui membros de diferentes elos da cadeia produtiva; e está em linha com convenções da Organização Internacional do trabalho e os princípios da aliança ISEAL, que representa um movimento global de certificações em sustentabilidade (UTZ, 2017). Tudo isso, visando transparência máxima na cadeia de produtos certificados, requerendo mesmo das indústrias que cumpram com sua Norma Cadeia de Custódia, pois apenas com o certificado Cadeia de Custódia elas podem torrar cafés certificados e destinar ao consumo final.

O principal direcionamento da UTZ em relação à sustentabilidade é a abordagem de gestão de melhoria contínua da mesma. A UTZ, em seu Código, traz uma distribuição de seus pontos de controle em quatro anos de cumprimento sendo anualmente verificados pela auditoria realizada por uma entidade certificadora. Isso significa um sistema robusto de verificação do progresso dos produtores em direção à uma produção mais sustentável (UTZ, 2017).

A UTZ conta com diversos outros **documentos de orientação** para temas relevantes e estratégicos que estão contidos no Código de Conduta. Temas como: Adaptação climática, treinamentos, sistemas internos de gestão, análise de risco, salário de bem-estar, proteção à natureza, prêmio UTZ, manejo de pragas, volume certificado, além de uma específica contextualização para alguns requerimentos do Código de Conduta ao cenário brasileiro são disponibilizados aos produtores.

Um dos aspectos mais sensíveis de qualquer certificação é a questão do diferencial de mercado que o produtor pode obter através da certificação. A UTZ opta pelo sistema de prêmio livre, porém de ocorrência mandatória, onde o valor é acordado entre produtor e comprador, devendo o mesmo ser informado no sistema de rastreabilidade para garantir a transparência da transação (UTZ, 2015).

Um ponto importante que a UTZ coloca em seu Protocolo de Certificação é a menção ao fato de que a norma UTZ é uma norma global, ou seja, um mesmo Código deve ser aplicado em vários países. Sabendo que pode haver nuances na aplicação do Código de diferentes contextos, ela coloca que entre o que o Código pede e a legislação nacional, aplica-se o que for mais restritivo. Isso é importante para permitir que a ferramenta UTZ seja aplicável em diversos contextos de produção de café (UTZ, 2018).

Antes de receber a auditoria, a norma UTZ requer que o produtor faça uma auto inspeção, ou auditoria interna, isto é, uma simulação da auditoria em sua propriedade para que o produtor possa levantar possíveis falhas ao cumprimento do Código e possa resolver não-conformidades antes de passar pela auditoria de terceira parte, desenvolvendo um plano de solução caso sejam encontradas (UTZ, 2017).

Após o produtor aferir sua própria conformidade, ele contrata os serviços de uma **entidade certificadora** para realizar o que é chamado no Protocolo de Certificação UTZ de Auditoria Externa. Essa auditoria é realizada por uma empresa credenciada pela UTZ a ofertar esse serviço, com um auditor capacitado na interpretação da norma e é realizada em nível de propriedade rural. No caso de ser uma certificação de um grupo de produtores, uma cooperativa por exemplo, a auditoria também ocorre em um **Sistema de Gestão Interno**, que é uma instância de gestão criada pelos pleiteantes à certificação para gerir todos os requerimentos de certificação dos membros do grupo certificado como objetivo de oferecer mais transparência no processo de auditoria e verificação, responsável por conduzir Auditorias Internas em seus produtores, antes da Auditoria Externa.

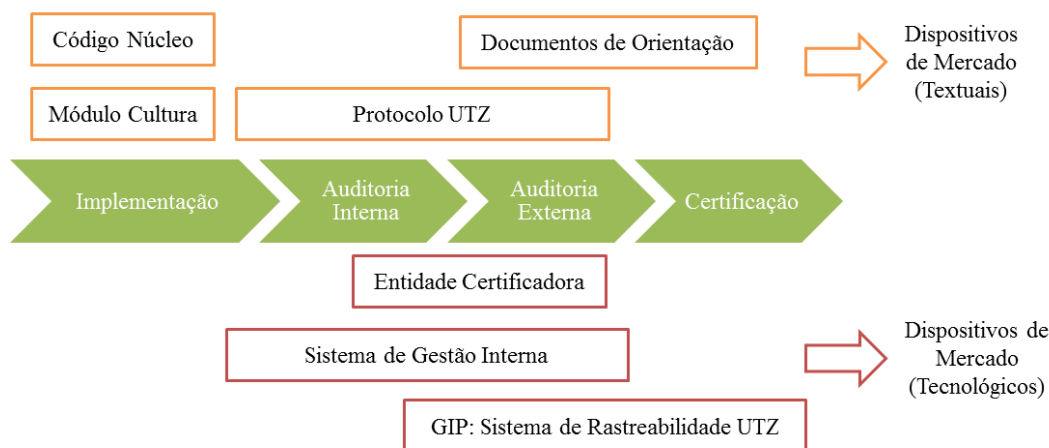
A **Auditoria Interna** é uma simulação da Auditoria Externa conduzida em todos os membros pertencentes ao grupo certificado, uma vez que a Auditoria Externa, no contexto de grupo, é realizada em uma amostragem desses produtores para que o processo seja viável e possível de ser manejado. Se não forem encontradas irregularidades, o produtor recebe o certificado UTZ, mas caso sejam encontradas, o produtor deve desenvolver um plano de correção a ser implementado em até 60 dias após a realização da auditoria (UTZ, 2018).

Uma vez certificado, todas as transações de café certificado devem ser registradas no **Portal de Rastreabilidade** da UTZ, o *Good Inside Portal* (GIP), cujas informações da venda devem ser colocadas de forma a garantir os parâmetros de rastreabilidade comercial que o programa tem como sua base, assegurando que o produto comercializado como certificado é, de fato, produzido em uma propriedade certificada e teve toda sua cadeia de suprimento monitorada e (UTZ, 2017).

Assim, o processo de certificação é composto de um fluxo de eventos que tem dispositivos textuais e tecnológicos adjacentes, sendo que os dispositivos textuais Código de Conduta, Módulo cultura, Documentos de Orientação e Protocolo de Certificação tem a função de determinar o caráter normativo da aplicação da UTZ na propriedade; enquanto os dispositivos tecnológicos estão relacionados com o caráter representativo da norma, especialmente do ponto de vista de asseguramento da credibilidade do processo. A Figura 18

tem o intuito de sumarizar esse processo complexo de documentos e interfaces que um produtor ou grupo de produtores deve percorrer para obter a certificação.

Figura 18 – Processo de certificação UTZ sumarizado.



Fonte: Do autor (2019), com base em UTZ (2016).

O tema das certificações é de extrema relevância e tratado de diversas perspectivas nos diversos eixos da cadeia produtiva do café. Porém, o que se observa nas obras consideradas na revisão de literatura deste trabalho é uma excessiva busca por indicadores quantitativos e a ausência da compreensão do processo e das práticas ante e pós certificação. Em outras palavras, a compreensão das práticas anteriores à certificação e as que passaram a ser realizadas após a adoção desses modelos, não pode ser observada até então. Os impactos positivos das certificações mencionadas e identificadas nesta revisão estão resumidos no Quadro 2, dispondo as certificações UTZ, Rainforest Alliance (RA), Fairtrade (FT) e orgânica (Org).

Quadro 2 – Impactos positivos das certificações.

| Local | Certificação | Impactos | Autores |
|---------|--------------|---|---|
| Índia | RA | Relacionamento com atores organizadores da certificação; Redução do custo da produção; Aumento da produtividade; Manutenção de registros; Saúde e segurança de trabalhadores. | Bose, Vira e Garcia, 2016. |
| Etiópia | Org, FT e RA | Aumento da lucratividade (FT); Redução da pobreza no campo (RA); Multicertificação como alternativa. | Mitiku, de Mey, <i>et al.</i> , 2017. |
| Etiópia | RA | Aumento da quantidade de florestas. | Takahashi e Todo, 2017. |
| | FT | Aumento da produtividade e qualidade do produto. | Van Rijsbergen, Elbers, <i>et al.</i> , 2016. |

Fonte: Do autor (2019).

Quadro 2, parte final.

| Local | Certificação | Impactos | Autores |
|--------------|---------------------|---|---|
| Uganda | FT | Redução da pobreza no campo. | Chiputwa, Spielman e Qaim, 2015. |
| | | Acesso à água segura e instalações sanitárias. | Van Rijsbergen, Elbers, <i>et al.</i> , 2016. |
| Quênia | UTZ | Aumento da produtividade e qualidade do produto. | Van Rijsbergen, Elbers, <i>et al.</i> , 2016. |
| Nicarágua | FT | Melhor relação com cooperativas. | Bruce, 2016. |
| | FT e Org. | Aumento da produtividade; Acesso à diferencial de mercado. | Jena, 2017. |
| Peru | FT e Org. | Melhoria na gestão de risco; Melhoria na gerência da propriedade; Melhor gestão de insumos. | Ruben e Fort, 2011. |
| Colômbia | FT e Org. | Redução uso da água (FT); Redução do risco químico (Org). | Ibañez e Blackman, 2016. |
| Costa Rica | RA, FT e Org. | Aumento da confiança de mercado com as cooperativas; Resiliência econômica; Inclusão de mulheres. | Snider, Galegos, <i>et al.</i> , 2017. |
| Brasil | UTZ, RA, FT e Org, | Gestão Documental; Potencial aumento de qualidade. | Moreira, Fernandes e Vian, 2011. |
| | Org. | Obtenção de melhores preços. | Siqueira, Souza e Ponciano, 2011. |
| | RA | Aumento da diversidade vegetal. | Hardt, Borgomeo, <i>et al.</i> , 2015. |
| | RA | Criação de grupos de inclusão de pequenos produtores. | Pinto, Gardner, <i>et al.</i> , 2014. |

Fonte: Do autor (2019).

Exposto isso, é necessário estabelecer uma nova ponte entre a detecção dos efeitos da certificação e a devida mensuração de suas causas e melhorias. Os Estudos de Mercados Construtivistas são uma possibilidade teórico-metodológica para abordar essa questão de maneira distinta, focando em como se deram os processos de mudança pós certificação com base nas atividades, demandadas pela certificação, praticadas por esses produtores certificados, partindo do pressuposto que o impacto positivo, como os exemplos vistos em diversos outros trabalhos, podem ser considerados um bem marketizável, passível de propor ou alterar um Arranjo de Mercado derivado de Práticas de Mercado conduzidos pelos atores nele inseridos.

As práticas conduzidas pela certificação UTZ podem modificar as práticas conduzidas e realizadas pelos seus produtores certificados, portanto, compreender essa transição é uma porta primordial para entender como se darão os indicadores quantitativos posteriormente obtidos nessas propriedades. Por exemplo: supõe-se que uma dada população deseja atingir o nível de 35 sacos por hectare, isso pode ser possível tanto adotando práticas de manejo

diferenciados como através da tradicional adubação. Assim, o indicador é o mesmo, e de mesmo valor, todavia, as práticas são distintas e entender o porquê são distintas e o quê as torna diferentes podem fornecer perspectivas sobre como as Translações ocorrem em nível de campo.

Nesse contexto de compreensão, é importante entender como essas Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ provocam cadeias de Translações que afetam ou modificam as Práticas de Mercado realizadas por seus produtores certificados. Entender as Translações provocadas por essas práticas auxilia a compreender essa alteração na dinâmica dos indicadores e metodologias de medição utilizadas para medir eficiência em sustentabilidade.

O esquema teórico contextualizado de Leme e Rezende (2016) buscou realizar uma análise da história da UTZ como organização e em que momentos da história ela utilizou de Práticas de Mercado para modificar o mercado em que estava inserida, propondo Práticas de Mercado e com isso criando novos Arranjos de Mercado. Em seu trabalho, visou caracterizar quais práticas foram conduzidas pela UTZ para alterar os arranjos do mercado, relacionando essas práticas com os possíveis Enquadramentos que ocorreram para consolidar ou aprimorar o então Arranjo de Mercado modificado a partir da ação da UTZ, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Consolidação das práticas identificadas na atuação da UTZ.

| Práticas Identificadas | Classificação a partir da reconstrução da UTZ no Brasil |
|--|--|
| Práticas de Representação | 1) As normas e as regras de outros sistemas de certificação e padronização (EurepGap/GlobalGap/ISEAL). |
| | 2) Filosofia UTZ, sua missão e visão e transformações ao longo do tempo. |
| Práticas Normativas | 1) Todas as Translações que modificam o mercado ocorrem sempre que se discutem as normas da certificação e sempre que uma nova versão do Código de Conduta entra em vigor. |
| | 2) O sistema de governança funcionando a partir de comitês deliberativos. |
| Práticas de Transação | 1) Práticas da formação do preço do café UTZ (incl. o prêmio de preço). |
| | 2) Práticas que ocorrem através do portal eletrônico (Member Portal e depois GIP) no controle e na transparência das transações. |
| Práticas de Construção de Mercado | 1) Práticas de controle interno no sistema de construção de mercado; |
| | 2) Práticas construtivas de dispositivos disseminando a filosofia de gestão; |
| | 3) Práticas de construção de fóruns híbridos; |
| | 4) Práticas ligadas à construção do sistema do portal eletrônico. |

Fonte: LEME (2016, p. 11).

Com respeito às Práticas de Representação, as normas e regras dos outros sistemas de certificação e o sistema de normatização da ISEAL, uma plataforma de certificações em sustentabilidade, resultou em uma influência dentro da própria UTZ, direta ou indiretamente, que teve de ser assimilada em sua estrutura para que essas práticas alterassem o mercado. Isso resultou em Enquadramentos do tipo encontros de mercado e pacificação de bens, onde Práticas

de Representação causaram Translações e Arranjos de Mercado foram elaborados para enquadrar estes Transbordamentos e consolidar novos Arranjos de Mercado (LEME e REZENDE, 2016).

Outra questão relacionada às Práticas de Representação é a filosofia da organização UTZ no discurso de seus representantes no Brasil, que é traduzido nas atividades diárias conduzidas por essas pessoas. Isso caracteriza um Enquadramento de agência marketizante para influenciar práticas cotidianas e de gestão da certificação (LEME e REZENDE, 2016).

Com respeito às Práticas Normativas, a elaboração do Código de Conduta da certificação reflete em Enquadramentos de pacificação de bens, e já que a construção desse vem da análise e consolidação de interesses do mercado, ocorrem encontros de mercado. Posteriormente, o Enquadramento de agência marketizante ocorre para influenciar as práticas dos produtores que almejam a certificação a operar de acordo com a norma (LEME e REZENDE, 2016).

Um outro caráter normativo da UTZ utilizado para modificar o mercado é sua estrutura de governança. Como esta é uma estrutura *multistakeholder* buscou-se nela refletir a filosofia e prática da UTZ considerando todos os atores por ela representados, logo, um Enquadramento de pacificação de mercado foi instituído para enquadrar as modificações dessa estrutura de governança no mercado (LEME e REZENDE, 2016).

Considerando Práticas de Transação, a formação do preço acrescentando o prêmio do café certificado, que leva inclui aspectos quantitativos, relacionado com a cotação em bolsa do café, e qualitativos, relacionado com o componente da sustentabilidade da certificação, institui o Enquadramento de encontro de atores e pacificação de bens para que essa prática possa ser trasladada ao mercado. Utilizando de agências marketizantes para influenciar o mercado a adquirir produtos certificados, provoca uma mudança no mercado (LEME e REZENDE, 2016).

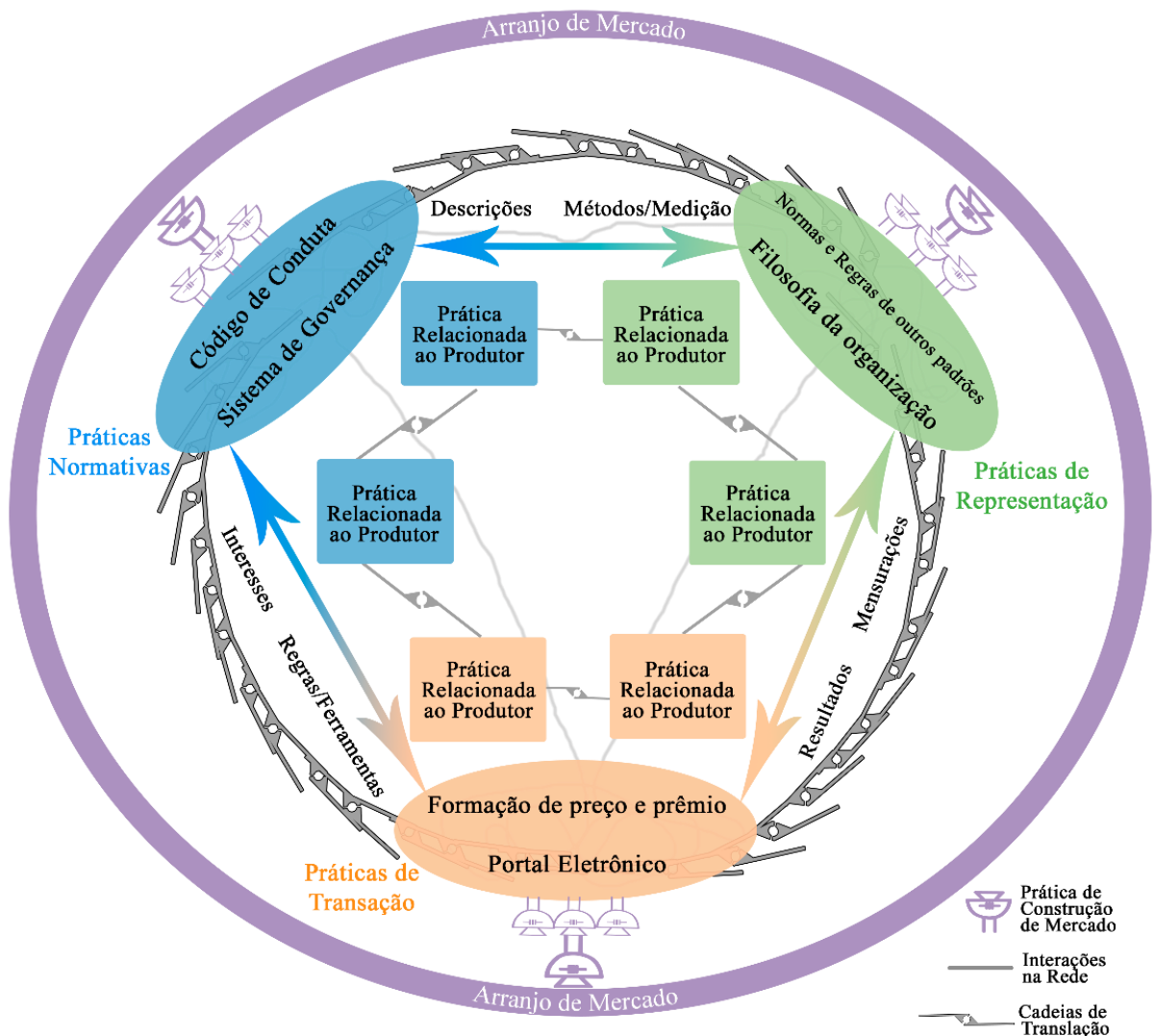
Por fim, todas as transações certificadas devem ser registradas em um portal de rastreabilidade online para que a transparência seja assegurada para produtores e compradores, o que sugere um Enquadramento de pacificação de bens para que essa prática possa manter as razões para que o produto certificado possa ser valorado como tal e possa influenciar o mercado para ter mais adeptos à aquisição de produtos certificados (LEME e REZENDE, 2016).

Todavia, Leme e Rezende (2016) identificam práticas que não se enquadram nas propostas por Kjellberg e Helgesson (2007), sugerindo que existem Práticas de Construção de Mercado, ou Práticas Estruturantes, além das Práticas Normativas, de representação e transação. Em uma analogia com uma construção, se as Práticas Normativas, de representação

e de transação são os tijolos de uma casa, as Práticas de Construção de Mercado são o cimento que mantém o prédio firme e estável.

Contextualizando à UTZ, em diversos momentos da sua história, conduziu práticas; essas práticas influenciaram o mercado de forma que ocorreram Transbordamentos; para que esses Transbordamentos pudessem ser assimilados, Enquadramentos foram instituídos; o que resultou em novos Arranjos de Mercado. Além das Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ diversos Dispositivos de Mercado foram utilizados para que o novo Arranjo de Mercado pudesse ter sua manutenção possível, conforme a Figura 19, adaptada de Leme e Rezende (2016).

Figura 19 – Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ e sua relação com o produtor.



Fonte: Do autor, com base de Leme e Rezende (2016, p. 11).

Salienta-se que existe um nível de interação entre as Práticas de Mercado relacionadas no modelo proposto pois, a partir das interações sociais entre certificação e produtor Cadeias

de Translação são colocadas no mercado e novas Práticas de Mercado podem ser resultados dessas transformações. O nível de interação entre produtor e certificação mostra que podem existir diferentes camadas de ordenamento dentro do contexto espírito da certificação, onde certos processos e interações devem ocorrer antes de outras em um desenho sequencial-metodológico proposto pela própria certificação. Assim, uma ação de um ator de fato pode ser uma consequência da ação de outro ator, questiona-se como esse processo se dá.

A sequência do modelo é a seguinte: Práticas de Mercado (de Representação, Normativas e de Transação) são conduzidas pela UTZ **interagem** entre si em cadeias de Translações (descrições, métodos de medição, interesses, regras e ferramentas, resultados e mensurações). Essa dinâmica sofre Transbordamentos, Enquadramentos e com as Práticas de Construção de Mercado/Estruturantes, o Arranjo de Mercado é construído e estabilizado, podendo incluir Dispositivos de Mercado e novas Práticas de Mercado – e o processo se repete (LEME e REZENDE, 2016).

Adicionado ao modelo, um nível interno de interações representando as relações sociais derivadas das Práticas de Mercado conduzidas pela UT resultando em Práticas de Mercado conduzidas pelos produtores certificados, que podem ter significados distintos em cada cadeia de Translação correspondente indicando diferentes aspectos de assimilação empírica desse mercado por parte de cada um dos atores envolvidos. A lacuna que este trabalho pretende preencher.

Quanto aos produtores rurais, entende-se que possuem certas particularidades enquanto atores no contexto de mercado, quando se parte da premissa de que são a parte da cadeia que mais assume risco no contexto produtivo e que buscam operar com cooperativas para que tenham maior possibilidade de diluir esses riscos (ANTONIALLI, 2000). Isso demonstra que possuem uma capacidade de agência limitada do ponto de vista comercial dentro da cadeia de valor do café.

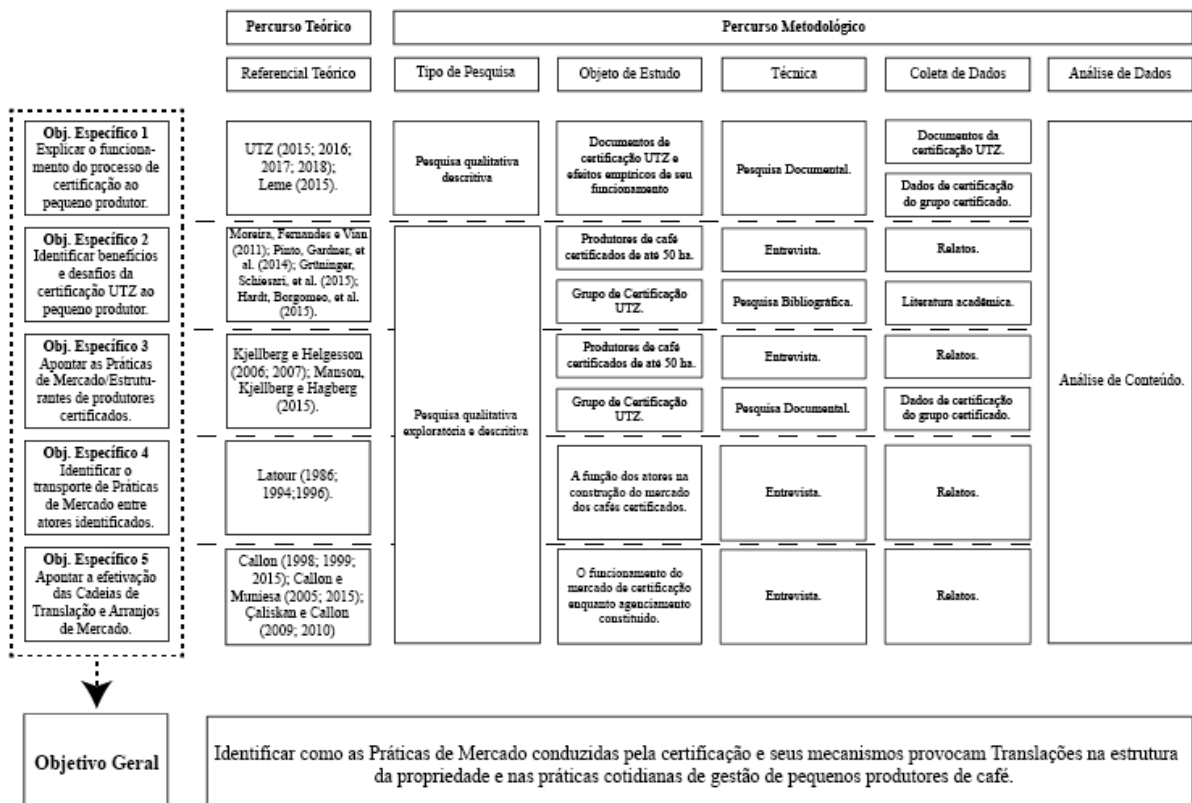
Trazendo as mesmas premissas para o contexto dos pequenos produtores e da certificação, a condição desses produtores em cumprir com a certificação sozinhos revela uma capacidade de agência limitada tanto do ponto de vista de investimento como do ponto de vista técnico de conhecimento dos critérios a serem aplicados – o que a certificação busca responder com a criação do modelo de certificação em grupo (UTZ, 2018). Caso o mesmo princípio se revele aplicável, é pode-se esperar que o grupo de certificação funcione como uma cooperativa, diluindo os desafios de implementação em uma outra entidade, porém reduzindo a capacidade de agência desses produtores.

4. METODOLOGIA

A temática da certificação socioambiental é relevante pois é um recurso largamente utilizado pela indústria para endereçar questões de sustentabilidade, além de haver um interesse acadêmico por entender como essas certificações se traduzem em impactos dentro do contexto da propriedade rural, ainda que escassos para realidade brasileira; e ao preencher esses espaços, construir pontes entre a visão do produtor com a realidade por ele experimentada diariamente. A certificação pode ser entendida como a busca pela sustentabilidade através de uma metodologia definida e consolidada, que é reconhecida e remunerada pelo mercado como atributo de agregação de valor.

Assim, a partir da reconstrução e entendimento das relações sociais dentro da operação da certificação em um contexto de pequena produção agrícola, pretende-se compreender qual função esses produtores desempenham e a sua importância na construção desse mercado, remetendo a problemática do estudo. A intervenção metodológica proposta neste estudo é resumida na Figura 20.

Figura 20 – Percurso Teórico e Metodológico do estudo.



Fonte: Do autor (2019).

4.1. Tipo de pesquisa

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa descritiva e exploratória pois permite a análise de variáveis isentas da interferência do pesquisador, dado que o objetivo do trabalho é a identificação e análise dessas variáveis que tem algum tipo de relação com algum processo que se deseja estudar (PEROVANO, 2014). Ainda, é um tipo de pesquisa adequado para a proposta deste trabalho pois evidencia os componentes de naturalidade, ou seja, o trabalho é realizado no seu próprio contexto, e da generalização pois evidencia variáveis que estão relacionadas com o objeto investigado (SANTOS e PARRA FILHO, 2011).

Além disso, reitera-se a importância da natureza qualitativa para explicar mudanças de comportamento e práticas que foram modificadas nas propriedades rurais, buscando compreender os efeitos da certificação socioambiental fora do âmbito de indicadores de performance, mas sim, sob a esfera de práticas alteradas e benefícios obtidos. Creswell (2010) coloca que os métodos qualitativos divergem dos quantitativos pois usam diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, métodos de coleta, análise e interpretação de dados.

As características básicas da pesquisa qualitativa, mencionadas por Creswell (2010) são a pesquisa em ambiente natural, ou seja, onde o fenômeno ou participantes estudados ocorrem ou estão inseridos; o pesquisador como instrumento crucial através da coleta pessoal dos dados da pesquisa; o uso de múltiplas fontes de dados, cujas principais são documentos, entrevistas e observações, considerando uma análise indutiva dos dados; resultando em uma lente teórica, interpretativa e holística da pesquisa.

Foi utilizado o estudo multicase descritivo como estratégia de pesquisa qualitativa, pois a mesma é indicada para pesquisas cujo foco seja o ‘como e o porquê’, onde não há exigência de controle sobre o evento pesquisado e o foco é direcionado à eventos contemporâneos (YIN, 2001). O estudo multicase investiga “fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real especificamente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

Levando em consideração, mais de um participante ou evento em sua avaliação, e colocando esses eventos ou participantes como unidades de análise, ao estabelecer um método para coleta e análise de dados, este contribuirá para a confiabilidade e validade dos dados obtidos a partir das metodologias utilizadas (YIN, 2001).

Segundo Godoy (2011) os estudos de caso descritivos são uma metodologia adequada para compreender fenômenos em certas situações. Entende-se que é a metodologia mais compatível para interpretar, nesse caso, as declarações dos produtores em relação às mudanças

das práticas proporcionadas em seu ambiente devidas à certificação UTZ, considerando o arcabouço teórico que norteia o trabalho.

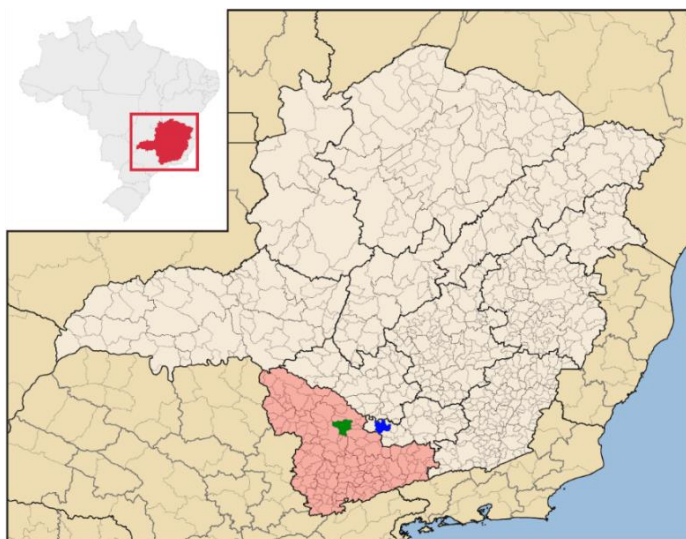
4.2. Objeto de estudo e Sujeitos de Pesquisa

O objeto de estudo principal deste trabalho são as práticas adotadas por produtores de café em escopo de certificação em grupo, situados na região de Campos Gerais – MG, com áreas de até 50 hectares de lavoura de café, após a adoção da certificação UTZ. Esses produtores foram selecionados a partir da lista de produtores cooperados fornecida pela Cooperativa Coopercam, atuante na região em que o estudo foi realizado.

Campos Gerais - MG foi escolhida por dois critérios: o primeiro, por conveniência devido à proximidade da cidade de Lavras e da universidade, e facilidade de acesso à cooperativa da cidade; e o segundo, pelo fato de a certificação UTZ estar organizada em função da cooperativa, ou seja, a grande maioria dos membros do grupo certificado objetivado no trabalho são cooperados à Cooperativa, facilitando acesso aos mesmos.

A Figura 21 mostra o Estado de Minas Gerais, e em vermelho claro, a região produtiva do Sul de Minas, a maior região produtora de cafés do Brasil; em verde a cidade de Campos Gerais que é a região onde os produtores amostrados se localizam; e em azul a cidade de Lavras para uma referência de pouco mais de cem quilômetros de distância entre ambas.

Figura 21 – Localização da Região do Sul de Minas, Campos Gerais e Lavras.



Fonte: Com base em Abreu (2006).

Considerou-se o seguinte: [1] para produtores que possuíam mais de uma fazenda, a soma da área cultivada total determinou a elegibilidade para a amostra; [2] nos casos onde uma fazenda possuía dois proprietários, foram considerados como um único indivíduo. Dessa forma,

chegou-se a uma população de 26 produtores detendo 36 fazendas, onde cinco foram considerados inelegíveis por excederem 50 hectares de área cultivada, portanto, 21 produtores.

Aplicou-se uma amostra de 61% dessa população elegível, ou seja, de 13 produtores certificados considerados para este trabalho, além de uma entrevista com o coordenador da certificação na Cooperativa. Essa amostragem levou em consideração o critério de saturação, que se refere ao fato da impossibilidade da adição de dados à uma dada categoria ou tema em análise, uma vez que os mesmos se tornam repetitivos ou redundantes, saturando o item analisado, atingindo o ponto de saturação teórica (THIRY-CHERQUES, 2009).

A população (em preto), indivíduos selecionados como parte da amostra e entrevistados (em verde) e inelegíveis (em vermelho, podem ser visualizados na Tabela 1, juntamente com dois técnicos de campo que acompanharam as entrevistas nomeados TecA (E14) e TecB.

Tabela 1 – Relação da população do estudo e amostragem.

| Nome do Produtor | Número de Fazendas | Área total cultivada |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Produtor AGN | 4 | 50,82 |
| Produtor AJS | 1 | 50,33 |
| Produtor AEC | 1 | 87,92 |
| Produtor DJS | 1 | 35,00 |
| Produtor EDO | 1 | 4,67 |
| Produtor FRC (E5) | 1 | 5,49 |
| Produtor GMS | 3 | 80,04 |
| Produtor GFC | 1 | 25,04 |
| Produtor IRV (E3) | 1 | 10,52 |
| Produtor IMG (E11) | 1 | 30,80 |
| Produtor JBG (E8) | 2 | 18,32 |
| Produtor JLS (E1) | 1 | 10,92 |
| Produtor JCF (E10) | 2 | 15,50 |
| Produtor JMJ (E2) | 1 | 15,00 |
| Produtor JMS | 1 | 24,18 |
| Produtor LED (E13) | 1 | 10,00 |
| Produtor LIR | 3 | 56,49 |
| Produtor LHP | 1 | 48,08 |
| Produtor, MAS (E6) | 1 | 5,75 |
| Produtor MGS | 1 | 7,00 |
| Produtor MJA (E7) | 1 | 3,75 |
| Produtor PFF | 1 | 9,16 |
| Produtor PVO (E9) | 1 | 12,00 |
| Produtor VMR (E12) | 1 | 4,56 |
| Produtor VPO (E4) | 1 | 4,97 |
| Produtor WRP | 2 | 22,95 |

Fonte: Do autor (2019).

Em estudos envolvendo produtores rurais, não foi identificado um consenso sobre como a amostra é determinada podendo variar por conveniência (HAAGSMA, VREDEVELD, *et al.*, 2016), e em menor número, por critérios estatísticos, sabendo que o maior desafio é determinar uma amostra estatística representativa para essa população (PETROKOFISKY e JENNINGS, 2018). A amostra nas pesquisas qualitativas, em geral, é determinada por conveniência e, com base no exemplo do estudo de impacto comissionado pela UTZ no Brasil, a amostragem foi de 15% do total de fazendas certificadas no país em 2015 (GRÜNINGER, SCHIESARI, *et al.*, 2015, p. 11).

Coloca-se novamente a importância de se trabalhar com produtores de menor porte, pois representam um retrato fidedigno da maior parte da população produtora de café no Brasil, considerando dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), conforme se coloca na Tabela 2:

Tabela 2 – Distribuição das fazendas de café no Brasil.

| Tamanho (ha) | N° de Fazendas | | Área de Café (ha) | |
|----------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Total | (%) | Total | (%) |
| 0 a 10 | 220.554 | 76,89% | 868.842 | 37,13 |
| 10 a 20 | 18.306 | 6,38% | 319.176 | 13,64% |
| 20 a 50 | 9813 | 3,42% | 373.230 | 15,95% |
| 50 a 00 | 2781 | 0,97% | 238.446 | 10,19% |
| >100 | 1656 | 0,58% | 407.394 | 17,41% |
| Não declarou | 33.733 | 11,76% | 133.000 | 5,68% |
| Total | 286.843,00 | 100,00% | 2.340.000 | 100,00% |

Fonte: Com base em IBGE (2006).

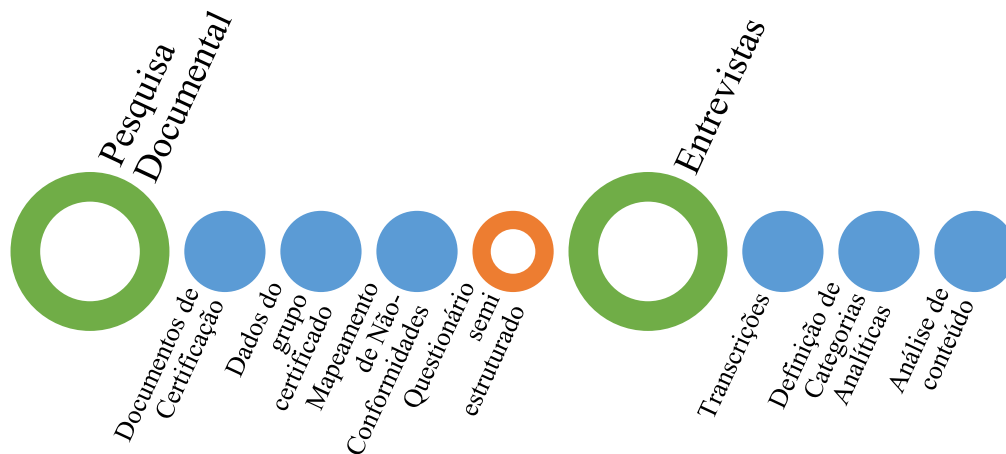
Um objeto de estudo secundário foi a própria certificação UTZ, uma vez que se pretendeu contextualizar as práticas dos produtores que foram modificadas ou não pelas Práticas de Mercado conduzidas pela própria UTZ, enquanto ator no mercado, e como as relações da UTZ para com seus produtores certificados se traduzem em ações ou impactos potencialmente marketizáveis por ambas as partes.

Sobretudo, o que se objetivou com as metodologias de coleta e análise de dados empregada neste trabalho foi uma triangulação dos dados coletados obtidos através da análise dos documentos de certificação e do grupo, das não-conformidades¹⁰ observadas e dos depoimentos dos entrevistados, possibilitando a construção e um panorama mais completo para a compreensão do contexto da certificação na população considerada no estudo. A Figura 22

¹⁰ Quando um produtor ou o grupo comete falhas em cumprir algum critério do Código UTZ, ele(s) recebe(m) uma não-conformidade durante a auditoria. Trata-se de uma falha em atingir determinado ponto de controle.

adianta a sequência lógica da utilização das metodologias de coleta e análise de dados que tem suas aplicações detalhadas nas seções a seguir.

Figura 22 – Sequência metodológica utilizada no estudo.



Fonte: Do autor (2019).

4.3. Procedimentos e técnicas de coletas de dados

Ao longo deste trabalho a pesquisa documental e a entrevista qualitativa semiestruturada foram os procedimentos de coleta de dados principais, sendo a pesquisa documental realizada primeiramente como um norteador e facilitador para compreensão do contexto para o qual as entrevistas foram realizadas, identificando as características do grupo certificado.

A técnica principal utilizada foi a entrevista qualitativa semiestruturada, gravada com o auxílio de um gravador para posterior transcrição, com os produtores definidos na amostragem, cooperativa e gerência do grupo certificado, sendo selecionada devido à flexibilidade que oferece ao pesquisador em elaborar perguntas à medida que o diálogo se desenvolve (GODOI e MATTOS, 2011). Triviños (1987) coloca que a entrevista semiestruturada é comumente embasada em modelos teóricos ou hipóteses preestabelecidas que tem relação com um determinado tema pesquisado, que permite o surgimento de novos focos a partir das respostas dos entrevistados, favorecendo a compreensão da totalidade do fenômeno estudado.

O uso de entrevista semiestruturada como metodologia de coleta de dados foi identificado em diversos trabalhos relacionados à certificação Rainforest Alliance em relação ao seu programa de certificação de café (RAINFOREST ALLIANCE, 2015) e da perspectiva de seu programa de conservação ambiental (RAINFOREST ALLIANCE, 2015), uma avaliação do programa de certificação de chá da UTZ no Sri Lanka (HAAGSMA, VREDEVELD, *et al.*, 2016), uma avaliação ampla da ISEAL sobre a perspectiva dos produtores e seus desafios

(ISEAL ALLIANCE, 2018), e uma revisão de literatura de impacto (PETROKOFISKY e JENNINGS, 2018).

As entrevistas foram realizadas com todos os componentes da amostra estabelecida, onde foram colocadas perguntas que visaram identificar as mudanças das práticas após a certificação, observando como se deram essas transições, e os impactos gerados por essas mudanças no contexto da certificação, sobretudo sob a perspectiva da observação direta da realidade, com relação aos acontecimentos em tempo real; e observação contextual, tratando do contexto do evento a ser estudado (YIN, 2001). Adicionalmente, lideranças da cooperativa foram incluídas entre os entrevistados para entender o valor e função dessa organização no contexto da certificação com base em Bruce (2016) e Pinto, Gardner *et al.* (2014).

Como a população foi composta majoritariamente de produtores rurais, a entrevista de forma espontânea foi utilizada, que permite a coleta de opiniões sobre fatos e não meramente a narração dos mesmos, o que favoreceu o trabalho por dois motivos: a possibilidade de, a partir de um roteiro prévio, elaborar novas perguntas e coletas de opiniões; e ao aumento da sensação de confiança e no aumento da coleção de detalhes dos fatos narrados – cruciais para uma pesquisa qualitativa de estratégia em estudo de caso (YIN, 2001).

As entrevistas foram realizadas diretamente nas propriedades dos produtores amostrados, o que permitiu observações *in loco* de como as práticas são realizadas pelos produtores para manutenção da certificação. Essas observações geraram um diário de campo com anotações, servindo de fontes adicionais de contextualização das entrevistas realizadas com os produtores (CRESWELL, 2010).

Para embasar os trabalhos das entrevistas em campo, utilizou-se a pesquisa documental como orientador dessas intervenções em duas frentes principais, sendo a primeira delas a análise dos documentos relevantes à certificação UTZ como a descrição do Código de Conduta e Protocolo de Certificação para prover direcionamento às perguntas do questionário em relação à situação na certificação dos produtores e o mapeamento geral das características do grupo.

Em um segundo momento, foram também analisados através da pesquisa documental relatórios de impacto de entidades privadas e de organizações não governamentais acerca da certificação UTZ em seu contexto de operação, bem como a relação de componentes do grupo e descrição das não-conformidades identificadas pelos auditores durante as auditorias em escopo de grupo. Foram obtidos dados em relação à não conformidades observadas em auditoria no período de 2016 a 2018, que é o período que compreende o tempo em que os produtores estiveram certificados desde seu primeiro ano de certificação até a realização deste trabalho.

O roteiro semiestruturado da entrevista se encontra no Apêndice I, composto de dezesseis perguntas feitas na intervenção em campo. O roteiro semiestruturado permite que novas perguntas sejam elaboradas ao longo da entrevista, isso significa, tomar oportunidades de esclarecimento e de estabelecer novos focos ao longo da condução da entrevista, afim de traçar o panorama mais completo possível do fenômeno pesquisado (CRESWELL, 2010).

Cada uma das perguntas realizadas foi relacionada com o modelo teórico utilizado nesse trabalho, deixando claro quais eram as Práticas de Mercado e Translações que visavam ser observadas através dos questionamentos realizados.

4.3.1. Observação participante

O pesquisador que conduziu esse trabalho vem trabalhando com a cultura do café e na certificação UTZ ao longo dos últimos oito anos, o que lhe dotou de capacidade analítica e experiencia extras para interpretar os dados obtidos ao longo do trabalho. Esse fator facilitou a identificação dos documentos necessários para certificação, bem como o entendimento do funcionamento, processo e dinâmicas da certificação ocorrendo no contexto analisado, como se observa ao longo do trabalho.

Tal experiencia proveu-lhe de acesso facilitado aos documentos referente a certificação do grupo, devido ao conhecimento de quais locais eram os mais adequados para viabilizar tal acesso. Os documentos referentes ao Protocolo de Certificação, Código de Conduta e processos de certificação foram obtidos diretamente do website da UTZ.

Todavia alguns documentos não estavam disponíveis diretamente. Os documentos referentes às não-conformidades do grupo foram obtidos junto ao departamento de Normas & Garantias da UTZ, na Holanda; os documentos referentes aos dados de composição do grupo quanto às características dos membros que o compunham foram obtidos parte com a Coopercam e parte com a Equipe de Suporte ao Membro da UTZ, no Brasil.

A divulgação desses dados foi condicionada à veiculação agregada, ou seja, sem identificar individualmente os produtores no conjunto de dados. A mesma codificação das entrevistas foi utilizada para identificar casos relevantes onde, por exemplo, um produtor declarou ter sido parte de uma amostra de auditoria, ou ter recebido uma não-conformidade em específico. A razão disso é uma restrição no Protocolo de Certificação da UTZ (UTZ, 2018, p. 37), que veda a veiculação de dados de maneira individualizada por produtor, preservando os dados obtidos ao longo do processo de auditoria.

Adicionalmente, foram obtidas autorizações da UTZ e da Coopercam para que tivessem os nomes de suas respectivas organizações citadas e mencionadas neste trabalho. A autorização

da Empresa Privada que coordena a gestão do grupo não foi obtida, portanto sendo mencionada como tal sempre que for referida neste trabalho.

Cabe ressaltar que em nenhum momento das entrevistas o pesquisador se apresentou como parte da UTZ, mas sim, como mestrando da Universidade Federal de Lavras. Dessa forma, preservando a transparência, veracidade das respostas e conforto dos entrevistados no momento da entrevista, sem possibilidade de indicarem respostas enviesadas devido às relações do pesquisador com a certificação UTZ.

4.4. Análise e interpretação dos dados

A análise dos dados é crucial para garantir a validade e a confiabilidade dos mesmos para à problemática da pesquisa, e com base nisso, a metodologia adotada para analisar os dados obtidos a partir das entrevistas foi a análise de conteúdo. Através da transcrição das entrevistas, buscou-se identificar as mensagens contidas naquele texto em relação às perguntas colocadas aos entrevistados, superando barreiras ocultas, conforme Mozzato e Grzybovski (2011, p. 734) salientando que “análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados”.

A análise de conteúdo foi utilizada nos documentos relevantes à certificação UTZ como Código de Conduta e Protocolo de Certificação, também, para contextualizar a resposta dos entrevistados em relação à situação pós-certificação; e nas entrevistas transcritas dos participantes pois a análise de conteúdo nos documentos permite que a linguagem e as palavras dos entrevistados sejam observadas, além de representarem dados criteriosos da realidade que se está buscando construir o conhecimento (CRESWELL, 2010).

Considerando a análise de conteúdo nos documentos, ela foi utilizada como base para a construção da explanação que, segundo Yin (2001), visa explicar um fenômeno através da conjunção de elos causais em relação a ele; neste caso a relação causal entre as Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ e as práticas de gestão, agronômicas, sociais, ambientais e de governança realizadas pelos produtores certificados, relacionando-as com as cadeias de Translações propostas pelos Estudos de Mercado Construtivistas.

A análise dos dados obtidos foi possível através de categorias analíticas que foram definidas após a aplicação do roteiro de entrevista semiestruturado considerando o teor das entrevistas realizadas e a visualização dos dados a partir de suas transcrições, usando como ponto de partida as características observadas no Quadro 2 (pág. 88). O objetivo das categorias analíticas é alinhar o produto obtido das entrevistas com os objetivos específicos de traçar um

panorama temporal da propriedade antes e após a certificação; e principalmente a identificação dos benefícios mencionados pelos produtores a partir da implementação da certificação UTZ em suas propriedades. A técnica de análise está em linha com os trabalhos conduzidos pelo ISEAL Alliance, onde os dados são coletados e categorizados após a sua coleta (RAINFOREST ALLIANCE, 2015; RAINFOREST ALLIANCE, 2015; HAAGSMA, VREDEVELD, *et al.*, 2016; ISEAL ALLIANCE, 2018; PETROKOFISKY e JENNINGS, 2018).

A análise de conteúdo aplicada neste trabalho foi realizada conforme na metodologia proposta no final da década de 70 por Bardin (2011) e sistematizada por Silva e Fossá (2015) como uma metodologia de identificar, de forma objetiva, determinadas características de mensagens analisadas, possibilitando a realização de inferências em um dado contexto social.

A análise das entrevistas coletadas foi conduzida nas três etapas propostas por Silva e Fossá (2015): [1] pré-análise, [2] exploração dos dados, e [3] interpretação. A fase de pré-análise englobou a leitura geral do material de entrevistas transcrito, organizando indicadores e definição dos documentos a comporem a análise de conteúdo (*corpus*), obedecendo os critérios propostos por Bardin de Exaustividade, que se refere a inclusão de todos os componentes referentes à pesquisa; a Representatividade, onde o *corpus* da análise de conteúdo é representativa ao universo pesquisado; a Homogeneidade, relacionado ao fato de que os objetos escolhidos para o corpus da análise obedecem critérios bem definidos; e Pertinência, onde os documentos selecionados de fato tem relação com os objetivos propostos pela a pesquisa.

A segunda fase da análise de conteúdo é a exploração do material, onde o corpus da análise é recordado em unidades de registro compostos por parágrafos ou palavras específicas, que darão origem as categorias iniciais de análise. Essas categorias iniciais são agrupadas de forma análoga, criando as categorias intermediárias, que por sua vez são agrupadas com o mesmo critério para criarem as categorias finais (SILVA e FOSSÁ, 2015). Por fim, na terceira etapa são realizadas as inferências e as interpretações através de uma análise comparativa entre as declarações observadas nas categorias de análise, indicando semelhanças e discordâncias.

4.4.1. Pré-análise: seleção do corpus

Para este trabalho foram consideradas como fontes documentais os relatórios de impacto financiados pela ISEAL Alliance, os dados descritivos da certificação do grupo certificado, os relatórios de não-conformidades observados nas auditorias de certificação e as entrevistas realizadas e transcritas com os produtores que cumpriram com os critérios de amostragem.

Na pré-análise definiu-se que o *corpus* da análise de conteúdo seria composto apenas da transcrição das entrevistas. Os outros documentos foram utilizados de duas formas: os dados

descritivos da certificação do grupo e suas não-conformidades como explicativos para o contexto em que as declarações dos produtores foram realizadas; e os relatórios de impacto e os artigos identificados na revisão de literatura para nortear a definição das categorias analíticas.

4.4.2. Exploração dos dados: categorias analíticas

As categorias analíticas foram definidas com base nos questionamentos realizados na entrevista de campo. A partir de cada temática de pergunta, uma categoria analítica foi proposta, totalizando em 16 categorias analíticas iniciais. O Quadro 4 indica as categorias iniciais da análise de conteúdo, onde o número entre parênteses indica a relação com o questionário.

Quadro 4 – Categorias analíticas iniciais para Análise de Conteúdo.

| Categorias Iniciais | Princípios Norteadores |
|--|--|
| Funcionamento da UTZ (1) | A percepção dos trâmites da certificação enquanto membro certificado relacionando-os com os efeitos da certificação. |
| Dificuldades de certificação (5) | A indicação dos maiores desafios para implementação da norma e manutenção da certificação por parte do produtor. |
| Benefícios da Certificação (14) | A identificação de benefícios chave para o contexto local que a certificação pode acarretar. |
| Alterações na Gestão (6) | A identificação dos atributos de gestão que foram modificados com a adoção da certificação. |
| Alterações nas práticas Agrícolas (11) | A identificação dos atributos técnicos e agrícolas que foram modificados com a adoção da certificação. |
| Alterações Sociais (12) | A identificação dos atributos sociais que foram modificados com a adoção da certificação. |
| Alterações Ambientais (13) | A identificação dos atributos ambientais que foram modificados com a adoção da certificação. |
| Cumprimento com legislação (15) | A interação dos aspectos da certificação com aspectos da legislação brasileira relevante aplicável aos produtores rurais. |
| Filosofia de Sustentabilidade (2) | As mudanças na visão da sustentabilidade provocadas pela adoção da certificação, profissionalmente e pessoalmente. |
| O negócio UTZ (4) | O entendimento da norma UTZ enquanto propósito filosófico de empoderamento e abertura de possibilidades ao produtor. |
| Representatividade e Participação (3) | A participação em espaços de debate para a construção da norma UTZ, comunicando sua realidade para seu desenvolvimento. |
| Relação com o grupo de certificação (16) | A compreensão da organização e entidades e atividades envolvidas no processo e manutenção da certificação do grupo. |
| Mecanismos de venda do Produto (7) | A observação e utilização de novos mecanismos de venda e desenvolvimento de novas relações comerciais via certificação. |
| Agregação de valor (8) | A percepção do aumento do valor do produto com a certificação. |
| Transparência do valor agregado (9) | O grau de conforto com a metodologia de estabelecimento do valor agregado e a sensação de remuneração adequada. |
| Relação com a cooperativa (10) | Nível de alteração que a adoção da certificação provocou no relacionamento entre o produtor e a cooperativa a qual pertence. |

Fonte: Do autor (2019).

Posteriormente, seis categorias intermediárias foram propostas ao agrupar as categorias iniciais por afinidade. Essas categorias intermediárias estão relacionadas com a contextualização dessas categorias iniciais em eixos de atividades, efeitos e práticas na propriedade rural ou que ocorrem no produtor. Logo, categorias finais agruparam as categorias intermediárias ao relacioná-las com o modelo teórico dos EMC, conforme o Quadro 5 resume.

Quadro 5 – Categorias analíticas intermediárias e finais para Análise de Conteúdo.

| Categorias Iniciais | Categorias Intermediárias | Categorias Finais¹¹ |
|--|---|--|
| Funcionamento da UTZ (1) | A implementação e manutenção da norma UTZ. | O contexto normativo da UTZ aplicado a realidade rural de pequenos produtores. |
| Dificuldades de certificação (5) | | |
| Benefícios da Certificação (14) | | |
| Alterações na Gestão (6) | As alterações da certificação em nível de fazenda. | |
| Alterações nas práticas Agrícolas (11) | | |
| Alterações Sociais (12) | | |
| Alterações Ambientais (13) | | |
| Cumprimento com legislação (15) | | |
| Filosofia de Sustentabilidade (2) | O entendimento da UTZ como filosofia sustentável. | As representações da certificação no contexto produtivo. |
| O negócio UTZ (4) | | |
| Representatividade e participação (3) | A representação dos produtores na construção do programa. | |
| Relação com o grupo de certificação (16) | | |
| Mecanismos de venda do Produto (7) | A perspectiva de transação da certificação. | O ambiente transacional prático da certificação acessado por pequenos produtores. |
| Agregação de valor (8) | | |
| Transparência do valor agregado (9) | | |
| Relação com a cooperativa (10) | A construção de relacionamentos via certificação. | |

Fonte: Do autor (2019).

¹¹ A etapa final da Análise de Conteúdo: Interpretação será realizada na etapa de Resultados, na seção 5.3. Entrevistas com os produtores certificados.

5. RESULTADOS

Conforme detalhado na seção anterior, a pesquisa documental foi um norteador importante para definir as perguntas dos questionários aplicados aos produtores. Ao analisar os documentos de certificação e a relação dos membros do grupo certificado, foi possível traçar as características do grupo certificado como um todo, e exclusivamente aos membros da amostra, possibilitando comparações.

Em um segundo momento da pesquisa documental, foi possível analisar a situação do grupo em relação à sua conformidade com a certificação, observando os dados das auditorias realizadas. Tais dados são colocados de maneira agregada e não identificada por critérios de confidencialidade do Protocolo UTZ (UTZ, 2018, p. 37).

As entrevistas ilustram, portanto, a percepção dos produtores em relação à certificação UTZ e indicam suas Práticas de Mercado que são conduzidas para fomentar esse processo de construção do mercado da certificação UTZ, no contexto do produtor.

5.1. Levantamento das características do grupo certificado

Os produtores considerados na amostra deste trabalho estavam certificados no momento de sua realização através de uma certificação em grupo, sob identificação UTZ_CF1000004607. Isso significa que um Sistema de Gestão Interno composto por entes reconhecidos pelo grupo faz a gestão da certificação em seus produtores, demandando ações e reconhecendo seus direitos (UTZ, 2015).

Os produtores componentes da amostra possuem dois parceiros nesse contexto, o primeiro é a Cooperativa Coopercam, responsável principalmente pelo relacionamento comercial e institucional com os produtores; e o segundo, uma Empresa Privada que realiza a gestão da certificação e viabiliza o processo de auditoria para o grupo. Cabe uma explicação: o Protocolo de Certificação UTZ permite que produtores sejam organizados por um ator da Cadeia de Suprimento, nesse caso a Cooperativa Coopercam entra como um braço operacional da Empresa Privada que detém os direitos de organização do grupo, e com a qual os produtores que querem adentrar ao grupo realizam um acordo de adesão.

A Empresa Privada arca com despesas de técnicos de campo da Cooperativa, auxiliando a cooperativa a estruturar um departamento exclusivo para assistência em certificação. Em contrapartida, o pessoal da cooperativa financiado pela Empresa Privada realiza o trabalho de captação de produtores para o grupo e preparação dos mesmos para a certificação. Além disso, a Empresa Privada arca com os custos materiais, da gerência central do grupo e auditoria.

Na certificação em grupo, o Sistema de Gestão Interno é auditado anualmente, e uma amostragem dos produtores que compõem o grupo é auditada; essa amostra é correspondente a raiz quadrada do número de produtores do grupo arredondada para cima (UTZ, 2018).

Em outras palavras, o que se quer dizer é que não há limitações da extensão que um grupo pode ter, nem quantos produtores pode conter, e na prática significa que podem existir produtores que não recebem auditorias externas anualmente por não fazerem parte da amostragem da auditoria. Como ferramenta mitigadora de risco, é compulsório ao Sistema de Gestão Interno organizar auditorias internas em 100% das fazendas presentes no grupo para assegurar seu cumprimento com a norma UTZ (UTZ, 2018).

O que se coloca a seguir é um detalhamento do perfil do grupo produtor analisado com base na pesquisa documental na relação de membros que compõem o grupo de 2016 até 2018 fornecida pela UTZ no Brasil, salientando os dados que correspondem ao grupo como um todo e ao contexto exclusivo dos produtores cooperados à Coopercam, na região onde o trabalho foi realizado. Todos os dados estão generalizados e não representam fazendas individualmente.

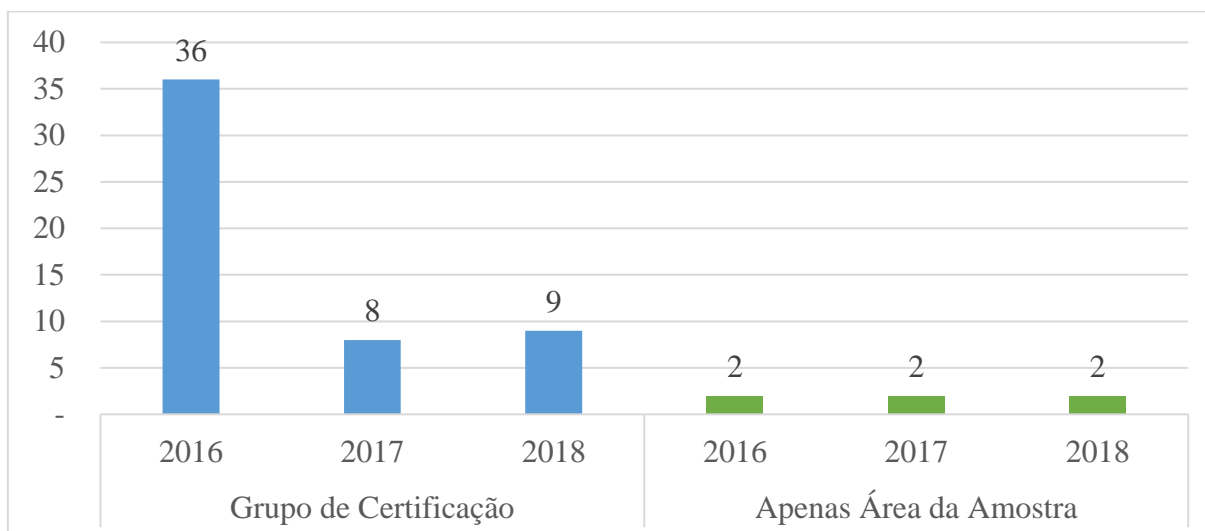
5.1.1. Extensão geográfica do grupo certificado

O grupo certificado analisado apresentou um decréscimo na sua extensão geográfica, isto é, o número de cidades diferentes onde constavam unidades certificadas dentro do grupo. Em 2016, o grupo contava com 36 cidades dentro de sua zona de abrangência, reduzindo para 8 em 2017, e 9 em 2018, sendo que todas as 9 cidades estão no contexto de produção de café da região do sul de Minas Gerais.

Essa redução foi drástica e notável entre os anos de 2016 e 2017, se deu através de uma reordenação na estrutura e no trabalho de coordenação do grupo certificado realizado pela Empresa Privada parceira, optando por trabalhar com grupos menores e mais homogêneos regionalmente, o que impactou, portanto, na abrangência geográfica do grupo certificado analisado. Essa modificação no contexto geográfico do grupo coincide com a aplicação de uma versão revista do Código de Conduta da UTZ, quando a versão atual se tornou mandatória, o que pode ter indicado um momento propício para a Empresa Privada redefinir suas estratégias de trabalho em campo com o grupo de certificação.

Dentro da área da amostragem, no entanto, as duas cidades, Campos Gerais e Campo do Meio, ambas em Minas Gerais, que estão dentro do escopo de atuação da Coopercam e da amostra estão inclusas no contexto da certificação desde 2016. Esses dados estão resumidos na Figura 23.

Figura 23 – Extensão Geográfica do grupo, em número de cidades.



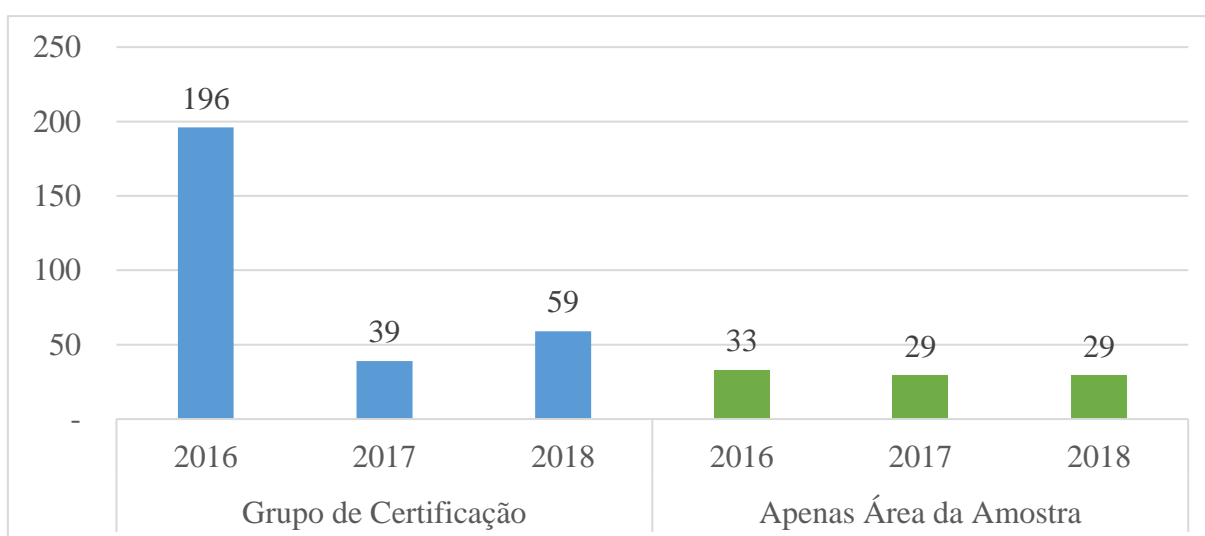
Fonte: Do autor (2019).

5.1.2. Número de fazendas inclusas no grupo certificado

No que concerne o tamanho do grupo certificado em número de fazendas componentes, observou-se também uma redução no número de fazendas de 196 em 2016, passando para 39 em 2017, e 59 em 2018. Tal redução é um reflexo lógico da alteração da extensão geográfica de abrangência do grupo certificado.

Em contrapartida, na área de amostragem, o número de fazendas incluídas na certificação permanece relativamente estável, embora apresentando uma redução inicial, saindo de 33 fazendas em 2016, passando para 29 nos anos de 2017 e 2018. A Figura 24 resume.

Figura 24 – Número de fazendas no grupo certificado.



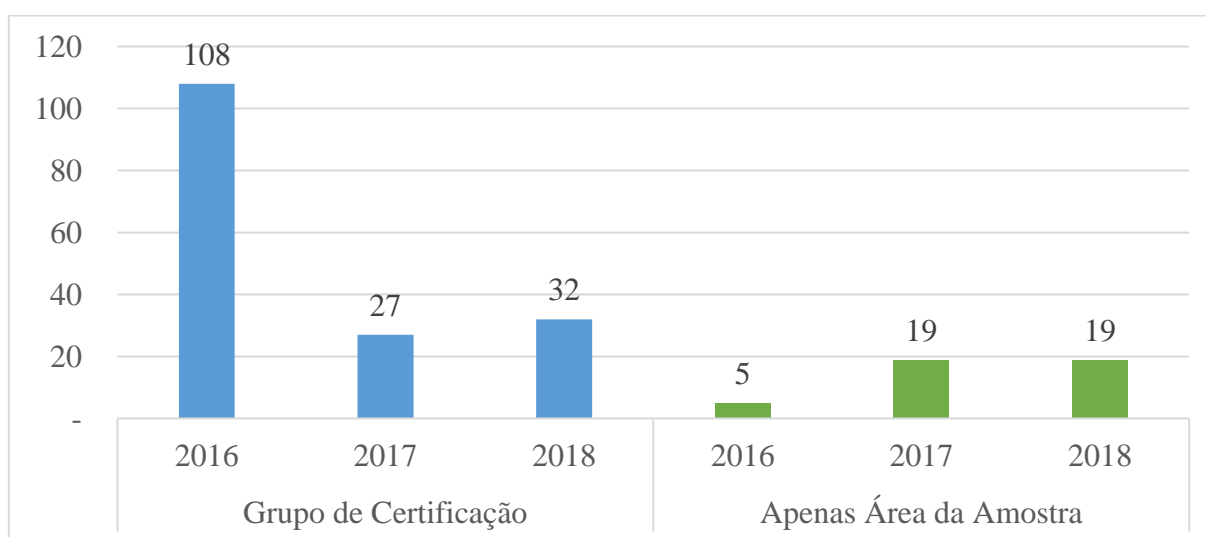
Fonte: Do autor (2019).

5.1.3. Contexto de mão de obra do grupo certificado

Neste fator foi possível identificar a quantidade de fazendas que possuíam mão de obra contratada em suas propriedades, e ao analisar o grupo certificado como um todo observa-se uma redução 108 unidades com mão de obra contratada em 2016, para 27 em 2017 e 32 em 2018; ainda que o movimento de 2016 e 2017 seja afetado pela reestruturação dos grupos no contexto de organização.

Entretanto, na área amostrada observou-se um aumento no número de unidades que utilizavam mão de obra contratada, saltando de 5 unidades em 2016 para 19 em 2017 e 2018. Os dados não distinguem qual é a função desses trabalhadores nessas propriedades, porém indica que, na nomenclatura da UTZ, ‘funcionários fixos’, isto é, com vínculos de trabalho de tempo indeterminados, comumente relacionado a atividades de gestão e tratos culturais. Estão resumidos esses dados na Figura 25.

Figura 25 – Número de fazendas com mão de obra contratada.

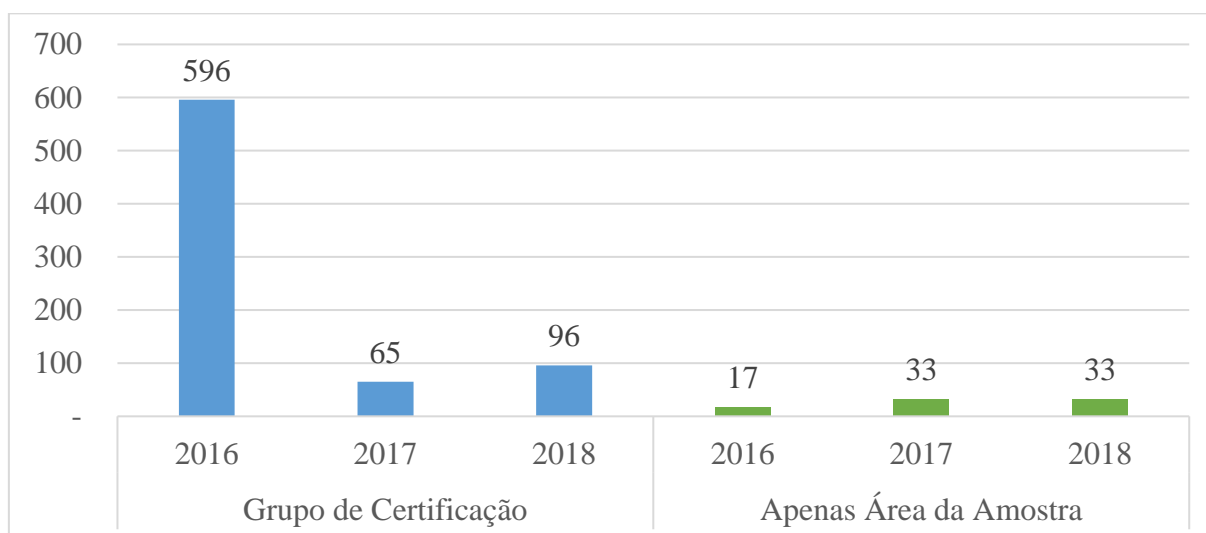


Fonte: Do autor (2019).

Em relação ao número de trabalhadores fixos empregados pelas fazendas do grupo certificado observado, observa-se também uma tendência semelhante tanto na totalidade do grupo como na área amostrada. No grupo certificado, as fazendas do grupo certificado somavam 596 trabalhadores em 2016, após o rearranjo organizacional, somavam 65 em 2017 e 96 em 2018.

Em relação à área amostrada, a soma de trabalhadores era de 17 em 2016 e 33 em 2017 e 2018. A Figura 26 resume esses dados com relação a situação dos trabalhadores das fazendas do grupo observado.

Figura 26 – Número total de trabalhadores fixos no grupo certificado.

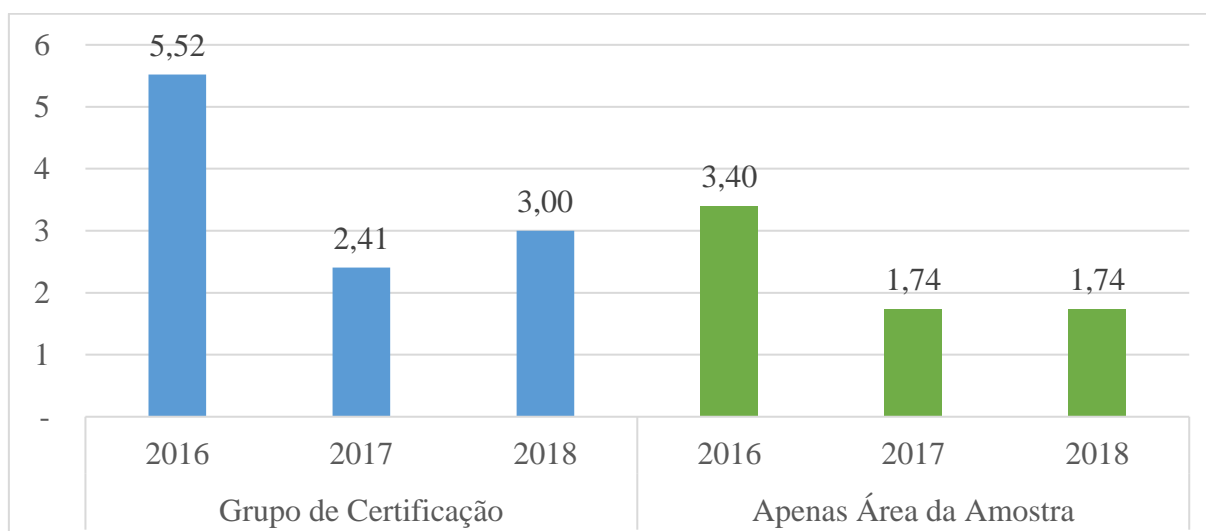


Fonte: Do autor (2019).

Um dado importante para identificar se de fato os produtores da área amostrada são pequenos produtores é a média de trabalhadores por fazenda certificada. Esse número é obtido com a razão da soma número de trabalhadores dentro das fazendas do grupo certificado pelo número de fazendas do grupo certificado.

Ao realizar o cálculo no grupo, observa-se uma redução da média de trabalhadores fixos por fazenda de 5,52 trabalhadores por fazenda em 2016, para 2,41 em 2017, e um aumento para 3 em 2018. Todavia, considerando apenas a área amostrada, houve uma queda de 3,4 em 2016 para 1,74 em 2017 e 2018; o que significa que a grande maioria das fazendas possui menos de 2 empregados contratados. A Figura 27 resume esses dados.

Figura 27 – Média de trabalhadores fixos por fazenda.



Fonte: Do autor (2019).

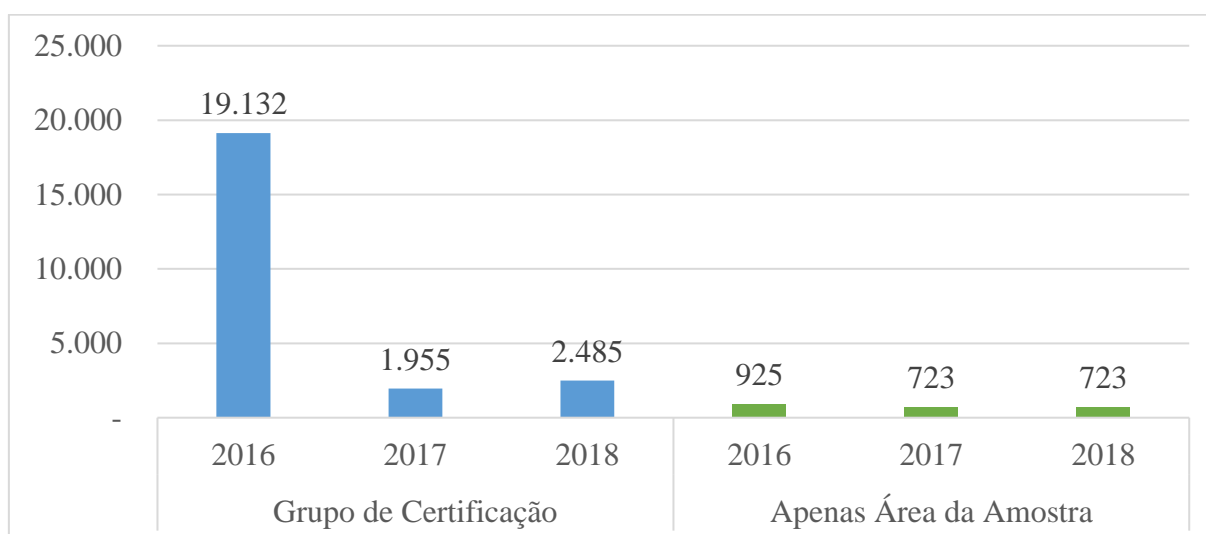
5.1.4. Área total e cultivada do grupo certificado

Outro dado relevante para a construção do contexto da pequena produção de café é a área das propriedades produtoras. A área total de uma propriedade é medida em hectares e se refere à área da fazenda incluindo todas as lavouras, áreas de proteção ambiental, reservas legais, estradas e a área ocupada por construções.

Nesse contexto, a soma de todas as fazendas do grupo de certificação representava 19.132 hectares em 2016, e após a reorganização, 1.955 hectares em 2017, e logo um aumento para 2.485 hectares em 2018, em linha com o aumento do número de propriedades dentro do grupo de certificação entre 2017 e 2018.

Em relação a área amostrada, a tendência na área total esteve em linha com o número de fazendas certificadas na região, observando que a área total era de 925 hectares em 2016, reduzindo para 723 hectares em 2017 e 2018, devido ao fato de todas as fazendas da área amostrada terem dado continuidade à certificação. A Figura 28 demonstra esses dados.

Figura 28 – Área total, em hectares, do grupo certificado.



Fonte: Do autor (2019).

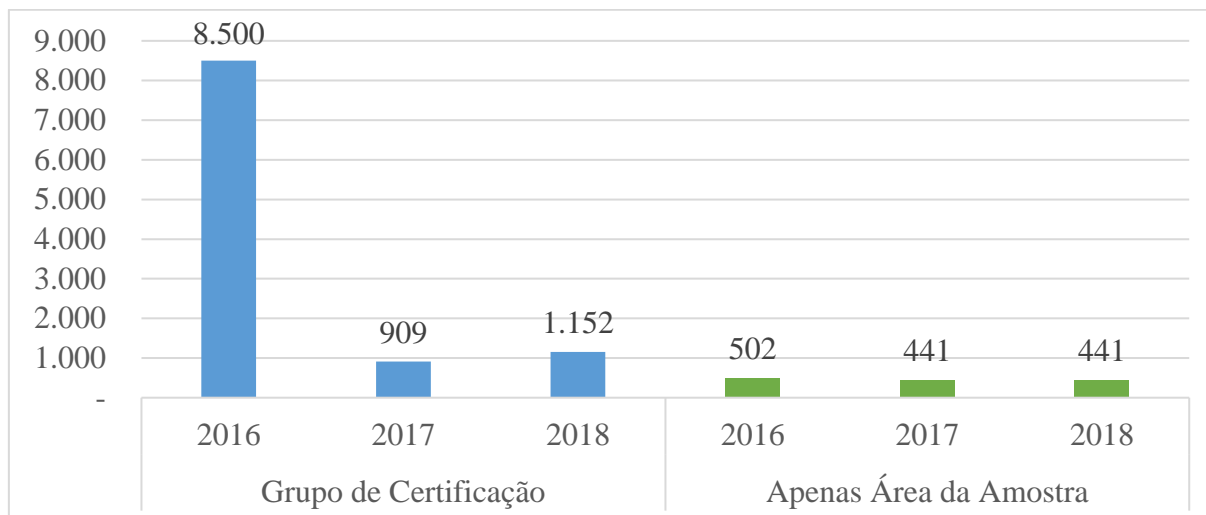
A área cultivada se refere à área líquida de produção de café na propriedade rural, e é com base nesse indicador que a produtividade da fazenda pode ser posteriormente calculada.

Em relação à área cultivada, o grupo detinha 8.500 hectares em 2016, e após a reorganização, drasticamente reduzindo para 909 hectares em 2017 e aumentando para 1.152 hectares em 2018.

Na área amostrada, observou-se 502 hectares de área cultivada em 2016, reduzindo-se para 441 em 2017 e 2018, o que está em linha com as movimentações de número de fazendas

certificadas no grupo e na área amostrada, e no aspecto da continuidade da certificação naquele contexto. A Figura 29 demonstra os dados obtidos.

Figura 29 – Área cultivada total, em hectares do grupo certificado.

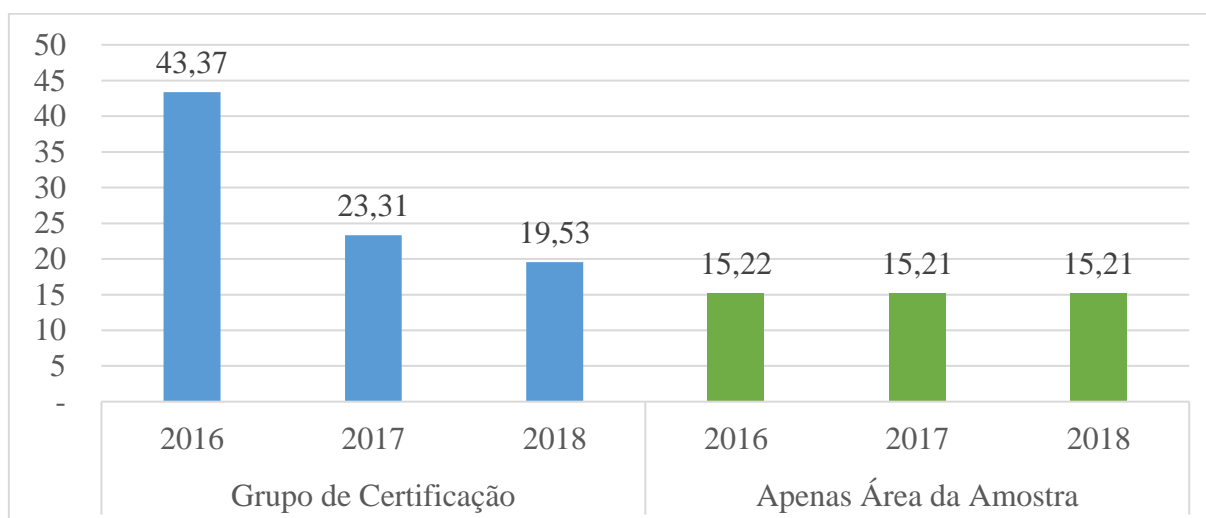


Fonte: Do autor (2019).

A média de área cultivada é obtida com a razão da soma da área cultivada total em hectares pelo número de fazendas. Trata-se de um indicador relevante para reafirmar a condição de pequenos produtores para o contexto de estudo. Ao observar o grupo de certificação em sua totalidade, observou-se uma redução na média da área cultivada por fazenda no grupo onde em 2016 era de 43,37 hectares, passando para 23,31 em 2017 e 19,53 em 2018.

A média de área cultivada em hectares por fazenda permaneceu a mesma no período analisado, apresentando 15,22 hectares em 2016 e 15,21 em 2017 e 2018. A Figura 30 resume.

Figura 30 – Média da área cultivada, em hectares, por fazenda.



Fonte: Do autor (2019).

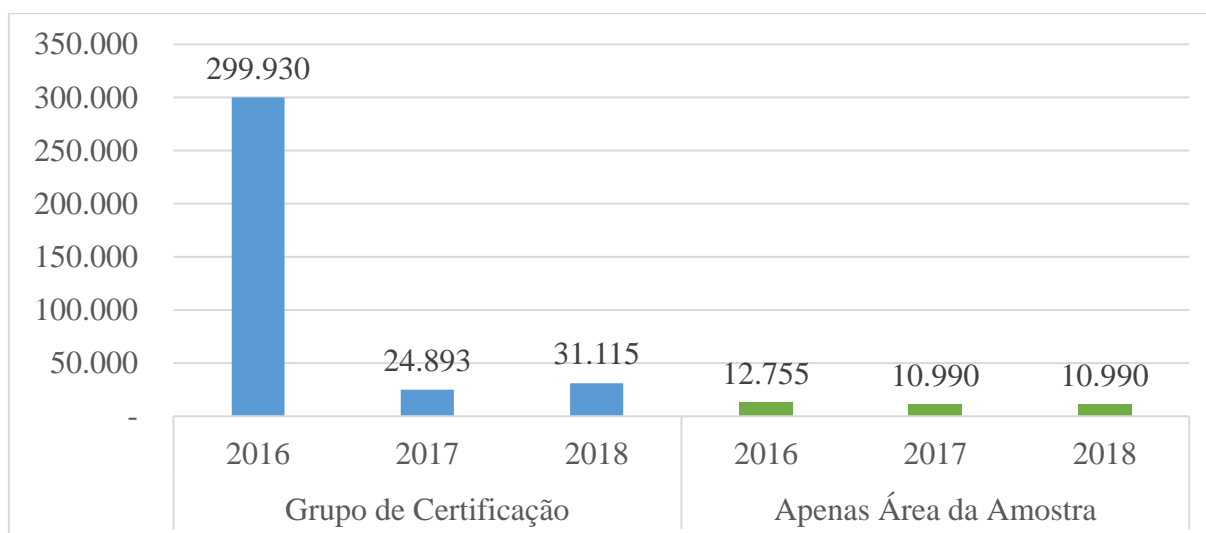
5.1.5. Safras estimadas e colhidas do grupo certificado

Por safra se entende a colheita do café que os membros do grupo realizam, ou a produção certificada em si. Possui dois indicadores sendo que a safra estimada é a produção prevista para um dado ano realizada no início do ano correspondente antes da colheita; e a produção colhida é o que de fato foi efetivamente colhido, sendo aferido ao final da colheita.

No tocante à estimativa de safra, a totalidade do grupo estimou uma produção de 299.930 sacas de 60 Kg de café em 2016, reduzindo para 24.893 em 2017, incrementando em 2018 para 31.115.

Na área de amostragem considerada para o estudo, em 2016 foram estimadas 12.755 sacas de 60 Kg, reduzindo para 10.990 nos anos de 2017 e 2018. Esses dados estão dispostos e resumidos na Figura 31.

Figura 31 – Produção estimada em sacas de 60 Kg.

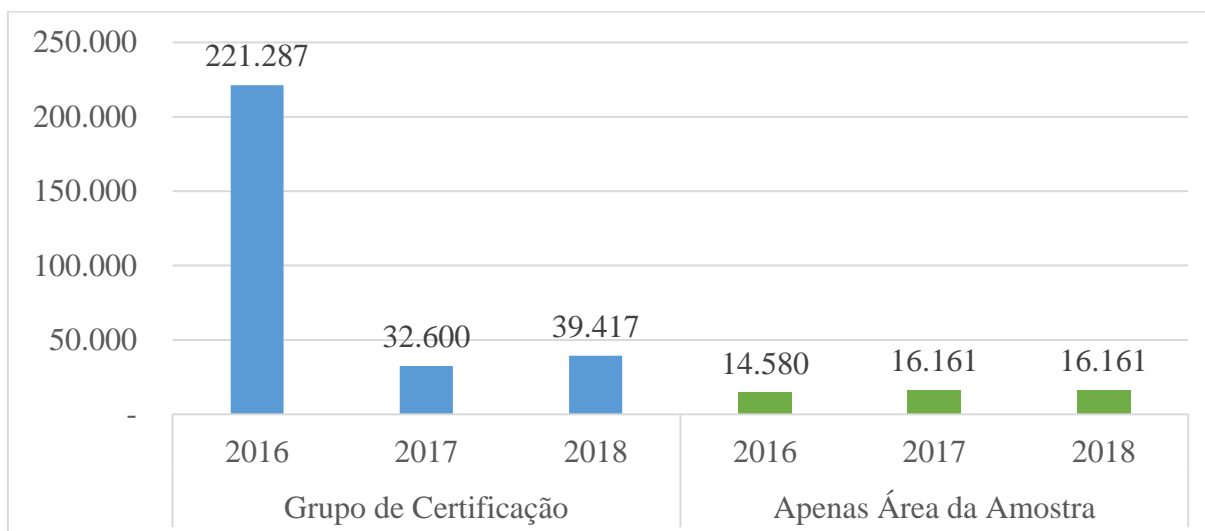


Fonte: Do autor (2019).

No que diz respeito à produção efetiva, o grupo certificado colheu em 2016 uma soma de 221.287 sacas de 60 Kg, em 2017 reduzindo para 32.600 sacas de 60 Kg devido à reorganização das fazendas do grupo, e em 2018, aumentando para uma produção de 39.147 sacas de 60 Kg.

Na área amostrada observou-se um aumento da produção efetiva, uma vez que em 2016 o efetivo colhido foi de 14.580 sacas de 60 Kg, aumentando para 16.161 nos anos de 2017 e 2018; ainda que seja curiosa essa repetição. Esses dados estão resumidos e dispostos na Figura 32.

Figura 32 – Produção efetiva em sacas de 60 Kg.

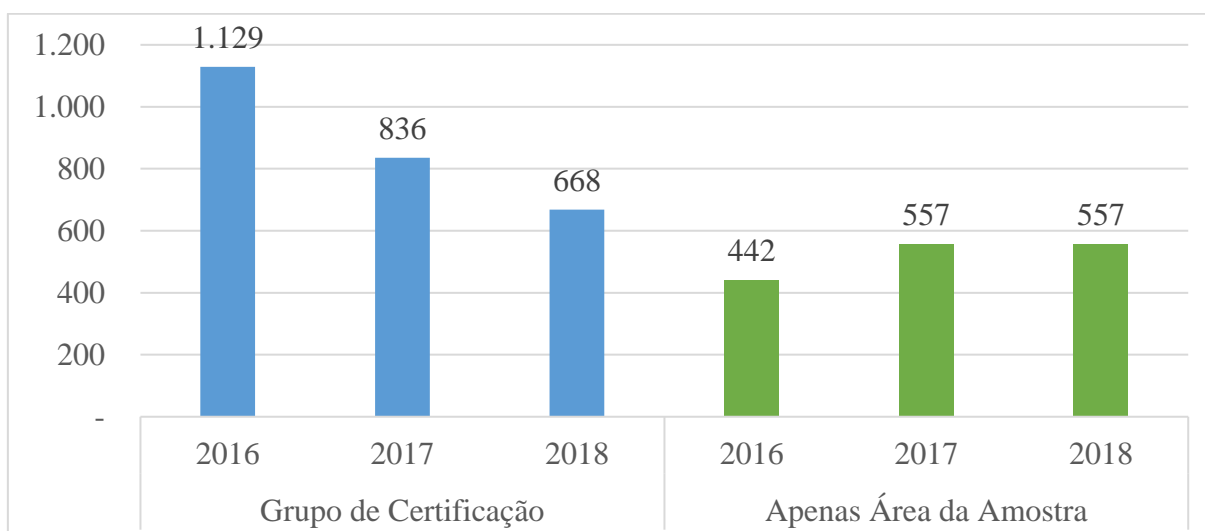


Fonte: Do autor (2019).

A média de produção efetiva por fazenda é um indicador relevante para observar e comparar com a área amostrada está em termos de produção média em relação ao restante do grupo de certificação, sendo também um indicador relevante para delinear o contexto da pequena produção. A média da produção é obtida pela razão da soma da produção efetiva em sacas de 60 Kg pelo número de propriedades do contexto a se analisar.

Em relação a totalidade do grupo, nota-se uma redução desde 2016 saindo de 1.129 sacas por fazenda para 836 em 2017 e 668 em 2018. Na área amostrada, no entanto, observa-se um aumento, saindo de 442 sacas por fazenda para 557 nos anos de 2017 e 2018; conforme se resume na Figura 33:

Figura 33 – Média da produção efetiva por fazenda, em sacas de 60 Kg.



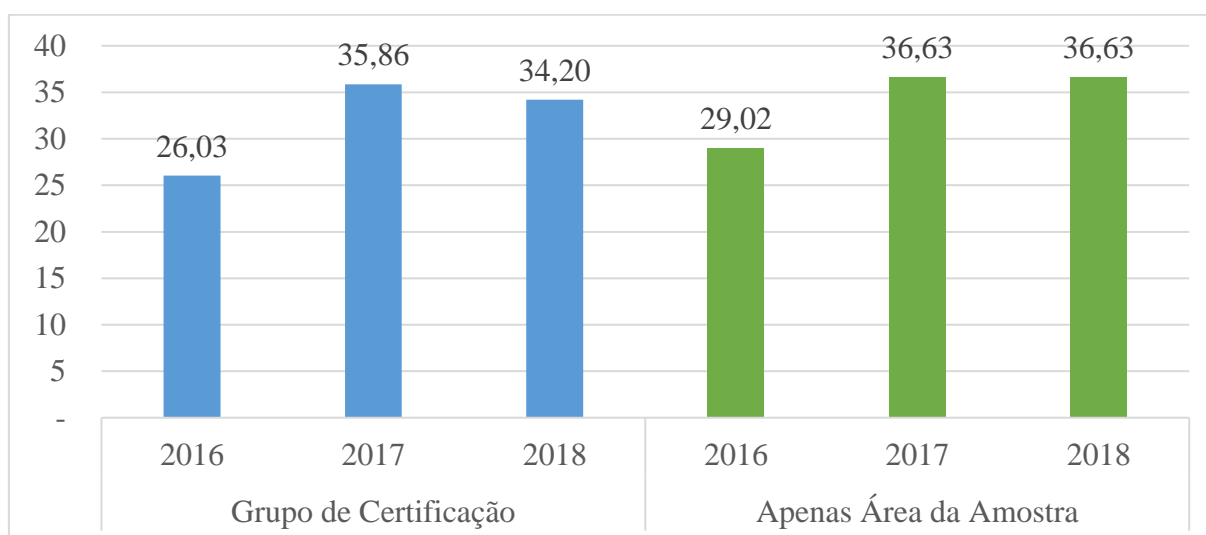
Fonte: Do autor (2019).

Um indicador também importante para delimitar o contexto de pequena produção o da média da produtividade dentro do contexto analisado. Esse indicador é relevante pois, na pequena produção de café, em geral, se observa produtividades elevadas por uma questão de manter-se competitivo em relação aos concorrentes no mercado.

Com relação ao contexto da totalidade do grupo, em 2016 observou-se uma média de 26,03 sacas de 60 Kg por hectare por fazenda, saltando para 35,86 em 2017, e reduzindo para 34,20 em 2018.

No contexto da área amostrada para este estudo, observou-se que em 2016 a produtividade média por fazenda era de 29,02 sacas de 60 Kg por hectare por fazenda, saltando para 36,63 nos anos de 2017 e 2018, indicando de fato uma produtividade elevada para o contexto do trabalho, conforme indica-se na Figura 34.

Figura 34 – Média da produtividade por fazenda, em sacas de 60 Kg por hectare.



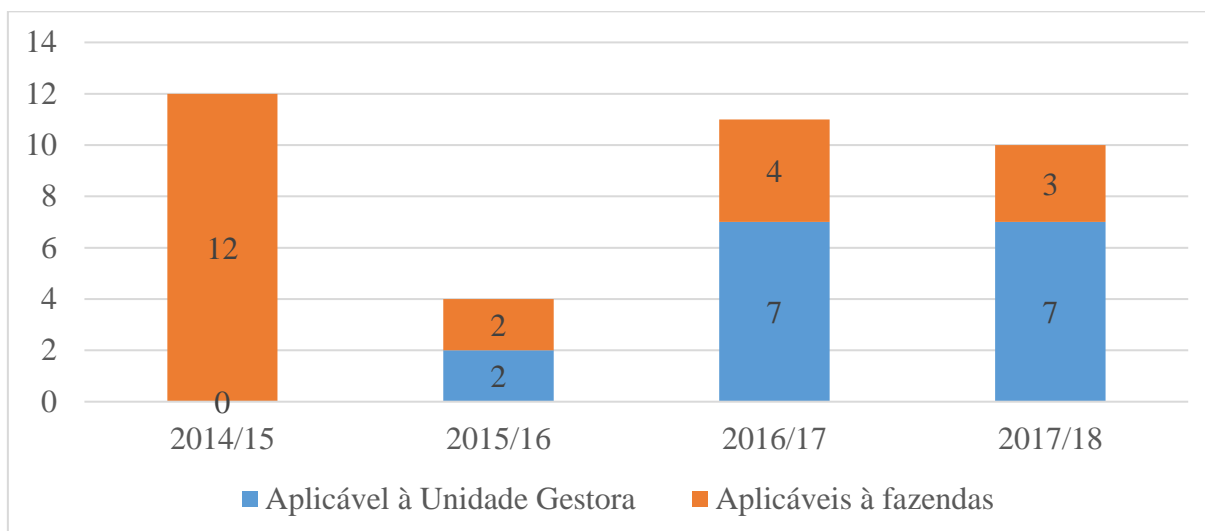
Fonte: Do autor (2019).

5.2. Análise do processo de certificação

A análise do processo de certificação considerou o período de 2014 até 2018, dispondo os anos em biênios onde a auditoria externa de certificação foi realizada, até a validade do certificado, respectivamente. Os dados foram disponibilizados pela UTZ Brasil, autorizada a divulgação agregada pelo departamento de Normas e Asseguramento na UTZ Holanda, divulgadas de forma agregada e generalizada, respeitando os critérios de confidencialidade.

Em relação ao número de não conformidades obtidas durante o processo de certificação, o grupo variou de 12 em 2014; 5 em 2015; 11 em 2016; e 10 em 2017, divididas entre não conformidades atribuídas à Unidade Gestora e produtores, conforme se observa na Figura 35.

Figura 35 – Número de Não Conformidades nas auditorias pelo grupo certificado.



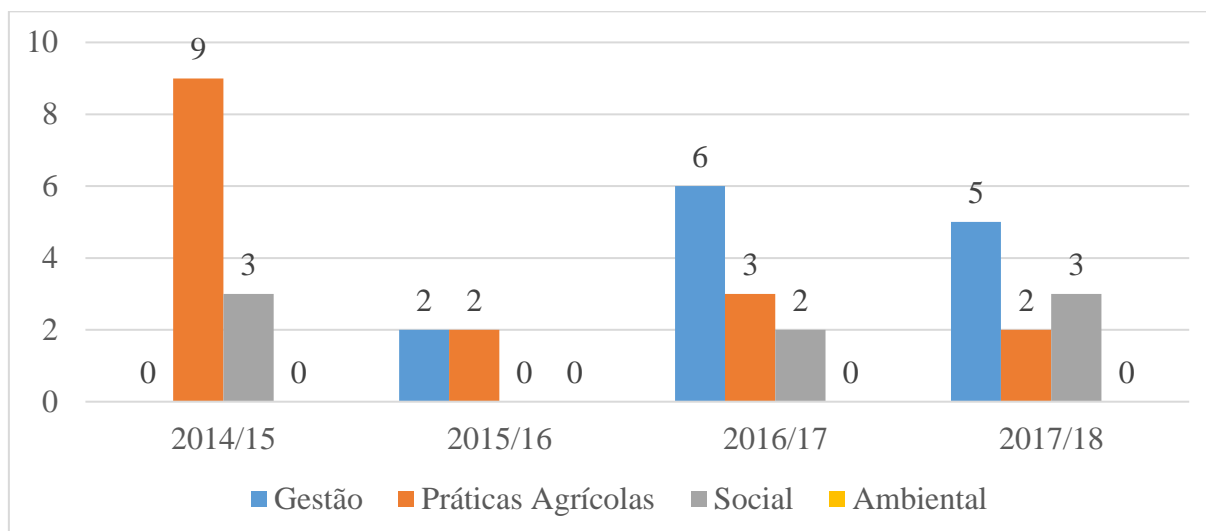
Fonte: Do autor (2019).

No ano de 2015, houve uma diferença fundamental no panorama da certificação pois foi o ano em que um novo Código de Conduta da UTZ entrou em vigor. O Código de Conduta atualmente em vigor está baseado em 118 pontos de controle em sua versão núcleo (UTZ, 2015), isto é, aplicável a todas as culturas certificadas, com a adição de 11 pontos de controle exclusivamente aplicáveis às lavouras de café (UTZ, 2015). Remete-se essa mudança também ao fato representado na Figura 21, onde a extensão geográfica do grupo foi reduzida drasticamente como uma forma de adaptar-se à nova norma em vigor e redefinição de premissas estratégicas que a Empresa Privada utilizada para gerir o grupo de certificação.

Isso ilustra que a composição do grupo de certificação é extremamente sensível ao contexto imposto pelo Código de Conduta e Protocolo de Certificação UTZ. Esses documentos são cruciais pois determinam a quantidade de recursos a serem despendidos pela Empresa Privada para organizar o grupo de certificação, o que pode ser determinante para sua viabilidade enquanto programa institucional da Empresa Privada.

O número de não conformidades é um indicador interessante para avaliar o desempenho do grupo em relação aos eixos da sustentabilidade em que a UTZ propõe a realizar o seu trabalho de intervenção no campo, sabendo que as não conformidades podem ser agrupadas nos eixos de sustentabilidade de gestão, práticas agrícolas, social e ambiental, respectivamente correspondentes aos blocos A, B, C e D do Código de Conduta em vigor. Na auditoria realizada no período 2014/15, realizada em uma versão do Código já não mais aplicável, possui os mesmos eixos de sustentabilidade, porém correspondentes aos capítulos 1 e 2, de 3 a 9, 10 e 11, respectivamente, e estão resumidas na Figura 36.

Figura 36 – Distribuição das Não Conformidades por terma do Código UTZ.



Fonte: Do autor (2019).

Na auditoria 2014/15 eram 97 pontos de controle aplicáveis ao grupo e seus membros, e as infrações observadas pela auditoria externa foram na parte agrícola e social do então Código de Conduta, e estavam relacionadas principalmente a fatores do Código, sendo na parte de práticas agrícolas como irregularidades no armazenamento de defensivos agrícolas, reutilização de embalagens de defensivos agrícolas, armazenamento de produtos obsoletos, descarte irregular de água residuária de processamento de café; e na social como a ausência de treinamento pertinente para trabalhadores, ausência de informações acerca da potabilidade da água oferecida para consumo nas propriedades rurais e a ausência de estoque de primeiros socorros. O Código de Conduta que era aplicável não foi encontrado para consulta, uma vez que já estava descontinuado, portanto as informações foram confirmadas pela UTZ Brasil.

Um aspecto que prevalece nos Códigos de Conduta UTZ independentemente da versão é o fomento da melhoria contínua das propriedades certificadas, e no Código de Conduta UTZ, isso é observado através do crescente número de pontos de controle a se cumprir ano após ano. Na prática isso significa que todo o ano a fazenda deve cumprir uma quantidade de pontos de controle maior que o ano anterior, até que ela seja capaz de cumprir todos os pontos de controle obrigatórios do Código de Conduta UTZ a critério de melhoria contínua, como é possível observar a seguir.

Na auditoria 2015/16 o grupo e suas fazendas deveriam cumprir com 73 pontos de controle do Código UTZ, e foram observadas auditorias nas partes de gestão e nas práticas agrícolas, salientando novamente que este foi o ano em que o atual Código de Conduta passou a entrar em vigor. Com relação a gestão foram observadas não conformidades como a ausência

de informação atualizada dos funcionários que trabalham na gestão do grupo e ausência de comprovação da realização de auditorias internas em algumas propriedades; na parte agrícola, irregularidades na armazenagem dos defensivos agrícolas.

Com relação a auditoria 2016/17, eram 99 pontos de controle aplicável ao grupo, e foram observadas não conformidades nas partes de gestão, agrícola e social, sendo com relação a gestão a desatualização da informação de membros do grupo, ausência de organograma de trabalho da gerência do grupo, ausência de informações relacionadas à colheita e identificação governamental, ausência de análise de risco nas propriedades, desconhecimento de alguns produtores acerca do programa UTZ, ausência de treinamentos mandatórios; na parte agrícola, reutilização de embalagens de defensivo agrícola, irregularidades de segurança no cômodo de armazenagem de defensivos; e na parte social, ausência de registros de monitoramento de saúde dos trabalhadores, ausência de registros de potabilidade da água oferecida para consumo.

Por fim, na auditoria de 2017/18 o grupo e suas fazendas deveriam cumprir com 117 pontos de controle do Código UTZ, observou-se irregularidades nas áreas de gestão, agrícola e social. Na área de gestão, ausência de mapas de identificação de lavouras e contagem das áreas produtivas, ausência de comprovação da realização de auditorias internas em algumas propriedades, ausência de acompanhamento de subcontratados, equipamentos fora da normatização legal de segurança; na parte agrícola, ausência de treinamento de subcontratado e reutilização de embalagens para transporte de café; e na parte social, ausência do acompanhamento médico de subcontratado, ausência de informações sobre a potabilidade da água oferecida para consumo e ausência de registro de entrega de equipamento de proteção individual para aplicação de defensivos agrícolas.

Ressalta-se que os pontos de controle foram endereçados com correções, para adaptação, e ações corretivas, para mitigação, das irregularidades encontradas, sendo consideradas como ‘fechadas’, o que possibilitou o seguimento do processo de certificação de acordo com as diretrizes do Protocolo de Certificação UTZ. Também, ressalta-se que como a auditoria é realizada por amostragem, logo, as não conformidades generalizadas acima podem não representar a realidade de todas as propriedades inclusas no escopo de certificação.

5.3. Entrevistas com os produtores certificados

Nesta seção se realiza a terceira etapa da análise de conteúdo de inferência e interpretação das falas dos entrevistados. Aqui serão descritas as categorias iniciais agrupadas dentro das categorias intermediárias; e na seção de discussão serão tratadas as categorias finais relacionando-as com os objetivos da pesquisa e com o modelo teórico utilizado.

5.3.1. A implementação e manutenção da norma UTZ

A categoria de implementação e manutenção da norma UTZ é o resultado dos fatores de funcionamento da norma, isto é, a percepção dos produtores sobre como os trâmites da certificação funcionam, conjuntamente com os desafios e benefícios percebidos a partir da transição de fazenda não-certificada para certificada.

Com relação ao funcionamento da certificação, nota-se que a maioria dos produtores desconhece o processo formal de certificação, uma vez que dos treze produtores entrevistados apenas E3 e E9 mencionaram esses aspectos.

E9 recebeu uma auditoria externa de uma entidade certificadora autorizada pela UTZ pois foi sorteado para a amostra da auditoria. Nesse caso, E9 recebeu uma não-conformidade pela falta da análise de potabilidade de água, sanando-a com a realização da análise:

Não, não, no caso aqui, aí eu já tinha adequado de novo *né*? Eles vieram, alertou, aí no caso aqui não deu, deu certo. Foi só no caso, o dia que ele veio não tinha o exame de água que eles pedem, mas aí providenciou e fez. Faltou, foi a única coisa que faltou no dia (E9).

Nenhum dos outros entrevistados mencionou o processo de auditoria externa durante a entrevista, indicando que jamais haviam sido sorteados no processo de amostragem da auditoria externa do grupo de certificação. Ainda, E3 coloca que não sabia que era um produtor certificado, e através de uma pesquisa no site da UTZ, descobriu que pertencia a um grupo de certificação financiado pela Empresa Privada.

Na verdade, a gente já *tava* vendo esse negócio de UTZ, aí falei '*ah* vou estudar um pouco mais, pra entender isso aí', aí eu digitei UTZ no *GOOGLE* e apareceu o site, que é dedicado só a certificação UTZ. Eu queria saber como é que, como que eu entrei nisso aí, depois eu descobri que era um grupo formado pela Empresa Privada (E3).

E3 também demonstrou conhecimento sobre os diferentes escopos de certificação oferecidos pela a certificação UTZ, e chegou a colocar a certificação em grupo como um importante elemento facilitador para os pequenos produtores devido ao fato de ter o seu custo menor, ao se comparar com o escopo de certificação individual:

E assim, o que eu penso, uma crítica que eu tenho da UTZ, é que ela não é um, ela não me parece, o que eu estudei no site, ela não me parece que é uma coisa pra pequeno produtor, o que eu entendi no site é que ela foi criada pra ser pra grandes fazendeiros. Pequeno produtor, se não existisse esses grupos ele *num* poderia entrar *né*? E essa Empresa Privada exige seja fiel a ela, pra que a gente continue nesse grupo (E3).

Com exceção de E3 e E9, o entendimento do tema “funcionamento da UTZ” está mais relacionado em como a UTZ se traduz dentro da propriedade rural. Um exemplo dessa contextualização é a fala de E1 onde, basicamente, a certificação se resume em levar anotações de rastreabilidade para a cooperativa: “Então essa parte aí acho que a gente faz é na cooperativa, eles levam o café *pra* lá e quando vende o café já tem as *notação*, entrega na mão deles *né?*”(E1).

E1, E2 e E6 mencionaram a mudança do aspecto gerencial de rastreabilidade, entendendo o ‘funcionamento da UTZ’ como as atividades cotidianas necessárias para a certificação, como os registros necessários para a manutenção e acompanhamento das atividades da fazenda:

Ah, a gente já tinha o costume sim. Por exemplo, vamos fazer a adubação hoje, aí eu já marcava no caderno, aí já marcava, por que aí passou 20 dias, 25 dias, 30 dias, a gente olhava lá e via que já *tá* fazendo 30 dias que eu fiz adubação, ou faz 30 dias que eu fiz uma foliar no café. Aí já tinha uma data certinha, *pra* não ficar perdido no tempo. A gente já tinha esse costume. Mas esse...melhorou um pouco, melhorou sim. Tinha muita coisa que a gente deixava de lado, né (E1).

Quatro entrevistados, E2, E6, E7 e E8 consideraram o funcionamento da UTZ como uma importante ferramenta de possibilidade de aprendizados e difusão de conhecimentos gerais, porém, principalmente no que diz respeito a tecnologias de manejo de lavoura, adubação e aplicação de insumos agrícolas. Para esses entrevistados, a certificação UTZ funciona como um propagador de conhecimento sobre a sustentabilidade:

Olha, ela trouxe várias vantagens pra gente, tipo é... tecnologia de aplicação, ela trouxe esclarecimento sobre manejo, sobre adubação, sobre áreas. Hoje mesmo *tava* comentando com um rapaz ali, que a gente se torna um pouco de agrônomo, de tanta aprendizagem que vem trazer pra gente (E2).

Oito produtores, E3, E4, E7, E9, E10, E11, E12 e E13 entenderam o funcionamento da UTZ como um ator promotor de organização da propriedade rural, fomentando mudanças na visão dos produtores para enxergar suas fazendas como empreendimentos rurais mais profissionais, dotando-os de ferramentas e metodologias relevantes para que sejam capazes de enxergar e quantificar essas mudanças. O termo organização é recorrentemente mencionado em diversas entrevistas, em diversos momentos como sendo um dos principais significados da UTZ em termos de sua contextualização em nível de fazenda.

A maioria dos entrevistados, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E10 e E13, relaciona o conceito de funcionamento da UTZ e de profissionalização com uma abertura de visão em relação ao

desenvolvimento de suas propriedades, sobre como a UTZ alterou os critérios de tomada de decisão para expansão de áreas de processamento e manejo agrônomo das lavouras:

A profissionalização, assim, através do conhecimento mesmo, da leitura, do conhecimento, cursos, cursos de custo de produção, por exemplo. Do conhecimento de como é que você identifica os defeitos na sua lavoura, praga, incidência de pragas, reconhecer pragas. E outra coisa, extremamente importante, é a organização, então essa organização tanto de maquinário, quanto de produtos né? E da estrutura mesmo da propriedade. Então, você passa a ver sua propriedade com o ponto de vista de empresa, que eu acho que isso, pequeno produtor, como é familiar né (E7).

Dessa forma, é possível inferir que a concepção do ‘funcionamento da UTZ’ difere entre os produtores porque a maioria deles não foi exposto ao processo de verificação externa como propõe a norma UTZ, logo, a atribuição do termo ‘funcionar’ é **traduzida** como os ressignificados de atividades e impactos cotidianos que a certificação proporcionou, gerando uma **nova Inscrição**, logo, concepção da realidade. Essas percepções acerca do funcionamento da certificação UTZ se resumem no Quadro 6.

Quadro 6 – Percepções sobre o Funcionamento da Certificação UTZ.

| Entrevistados | Percepções |
|--------------------------------------|---|
| E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E10, E13 | Abertura de Visão de desenvolvimento. Ser um empreendimento Rural. |
| E3, E4, E7, E9, E10, E11, E12, E13 | Organização da fazenda. Profissionalização. |
| E2, E6, E7, E8 | Aprendizagem e conhecimento. Melhoria nas tecnologias de manejo, adubação e aplicação. |
| E1, E2, E6 | Melhorias nos processos realizados: rastreabilidade e registros. |
| E3 | Certificação individual é um desafio sob a perspectiva de custo. |
| E3 | Descobriu através de pesquisa no site da UTZ que ele pertencia a um grupo de uma Empresa Privada. |
| E9 | Foi sorteado na amostragem recebeu uma não conformidade - falta de análise de água. |

Fonte: Do autor (2019).

Com relação aos que os produtores entendem como benefícios da certificação as respostas foram igualmente variadas e dispersas ao longo das entrevistas. Tais respostas foram mapeadas através da categorização de palavras chave ao longo da análise do conteúdo das entrevistas.

O benefício mais citado pelos produtores, no caso por E1, E2, E4, E6, E7, E8, E9 e E12 foi a contribuição da certificação UTZ para a elaboração de processos de rastreabilidade e gestão mais internalizados e efetivos. Os produtores que não detinham nenhum tipo de gestão

na propriedade, declararam que a UTZ é útil em edificar esses processos de gerência e acompanhamento; aqueles que detinham algum nível de gestão e acompanhamento de registros implementado, declararam que a UTZ contribuiu com melhores tecnologias de registro de dados, ou mesmo o aumento da quantidade de dados registrados. Ambos salientando como o incremento da rastreabilidade auxilia no acompanhamento das atividades e no processo decisório.

Um exemplo dessa integração de processos de rastreabilidade é a declaração de E4 sobre como esse desenvolvimento gerencial é relevante para outras áreas e aspectos da propriedade rural certificada, inclusive para a saúde do produtor rural:

Ah, a certificação hoje ela deu uma visão assim pa nois de como gerir uma propriedade, cê ter as anotações, cê cuidar do meio ambiente, até da própria saúde da gente né? Ajudou muito, por exemplo, hoje a gente faz exame de sangue, ante a gente não fazia, hoje cê já sabe como tá teu sangue né? Exame de água a gente não fazia, agora hoje já faz, então melhorou muito esse sentido também, da saúde né? (E4).

Uma característica nacional que marca a agricultura realizada em pequenas propriedades é a diversificação de produções agrícolas com o intuito de subsistência da família produtora rural, ou mesmo para diluição de riscos de produção e aumento da resiliência financeira. Um benefício citado pelos produtores E1, E2, E3, E4, E5, E6, E8 e E10 é o isolamento de animais como cães, galináceos e gado de diversos tipos das áreas de colheita, secagem e processamento do café, resultando em menor índice de perda de produto devido a contaminações ou danos físicos, conforme relatam E1 e E4:

*“A gente não tinha o costume, assim, de fechar cachorro muito na época da safra, hoje a gente fecha, as galinhas, a gente fecha na época da safra, tudo *organizadinho*” (E1). “A colheita também já melhorou, também. De primeira, *nois* largava muito em saco de *prástico*, hoje já. Cachorro andava em cima, hoje já não. Hoje isso aí já mudou muito. Até a, nesse ponto, já mudou. *Catava bosta* todo dia, jogava no lixo café, por causa da *bosta*” (E4).*

Os produtores E1, E5, E7, E10 e E13 relataram que um grande benefício da certificação é a implementação do cômodo de armazenamento de defensivos, crucial para o armazenamento e manuseio seguro dos produtos químicos utilizados no manejo da lavoura de café: “A casinha de agrotóxico a gente não tinha e colocou lá, já fez. A gente precisa fazer umas mudanças nela de novo ainda, mas...mudou um pouco. É...e mais alguma coisa que a gente não fazia, e hoje a gente faz” (E1).

Ainda na temática de defensivos, os produtores E3, E5, E6, E7 e E9 relataram benefícios gerais na armazenagem, aplicação e manejo dos defensivos químicos. Os produtores E2 e E6 foram enfáticos nos benefícios em relação à gestão das embalagens de defensivos utilizados.

Outro benefício interessante, colocado por E3, E5, E8, E9 e E12 é a orientação da UTZ para aumento da qualidade do produto devido ao melhor manuseio do mesmo nas partes de pós-colheita. Sobretudo, as ferramentas fornecidas pela UTZ para conscientizar o produtor da importância de atividades, até então, negligenciadas pelo modelo tradicional de conduzir a cafeicultura na região, conforme explica E14. E8 declara o seguinte, quando à qualidade:

Ah, cê sabe que o, cê produzir não é difícil, produzir não é difícil, agora você produzir da maneira que precisa ser produzido, com qualidade, é difícil, porque aí você não pode usar o que você podia usar de qualquer maneira hoje não pode, cê é certificado cê tem que, tem uma meta, tem que cumprir aquela meta ali, defensivo essas coisas, é uma coisa que, por exemplo, broca, broca é um trem que atrapalha a certificação, você não pode usar qualquer produto, cê tem que fazer, trabalhar na colheita, entendeu? A qualidade, adquiri a qualidade do produto (E8).

A certificação UTZ também foi apontada por E2, E7, E11 e E12 como uma importante ferramenta para tomadas de decisão com respeito à expansão das atividades da propriedade agrícola, conscientizando produtores sobre o planejamento necessário e técnicas de organização de layout dos processos e instalações dentro da fazenda, aumentando a eficiência da propriedade, conforme relata E2:

Mudou a visão da gente de pensar, mudou a organização da fazenda, aonde a gente. Igual o Douglas, na época me ajudou muito aqui, “oh, cê vai fazer aqui, cê vai fazer um depósito de adubo, ali cê depósito de defensivo, ali depósito de vasilhame, entendeu? (E2).

Ainda na temática de eficiência, os produtores E6, E7, E9 e E11 relataram como a certificação UTZ os auxiliou na economia de recursos e numa melhor metodologia de direcionamento de investimentos, auxiliando em uma melhor gestão financeira. Os produtores entendem que o aumento do nível de controle das atividades através das anotações e da rastreabilidade os auxilia a ter esse conhecimento, conforme coloca E7:

*E outra coisa, extremamente importante, é a organização, então essa organização tanto de maquinário, quanto de produtos né? E da estrutura mesmo da propriedade. Então, você passa a ver sua propriedade com o ponto de vista de empresa, que eu acho que isso, pequeno produtor, como é familiar né? Então assim, eu sou filha de um senhor, que ele já faleceu, ele nasceu na roça com o café, com boi e tal, e fazia tudo junto e misturado e ele faleceu, eu falei *vamo* lá cuidar. [...] Então assim, as nossas terras não são grandes pra ter*

essa produção assim de muito café. Necessariamente, a gente pode investir e ter um bom café, porque aí economicamente compensa, você tem lavouras menores, você baixa seu custo, porque não precisa de tanta gente pra cuidar, a própria família e mais uma pessoa pode cuidar e no trato do café, pós colheita, você tem um olho mais, apurado sobre o café, porque aí, eu aprendi isso também nas palestras dos profissionais, é aí que o produtor tem o prejuízo, na colheita, pós colheita.[...] (Você) Gasta melhor, gasta melhor. Porque quando você aprende coisas, conversando e com orientações, você tem outros produtos lá no seu estoque, você lê aquelas bulas todas e tal, você conversa, as vezes dá pra aproveitar aquilo, não isso aqui eu vou usar só ano que vem, você já guarda pra. Então, eu acho que você não gasta mais, você gasta melhor, mais consciente (E7).

Com relação à situação de trabalho, os produtores E2, E9 e E10 salientam aspectos relacionados à segurança do trabalho e das instalações de trabalho como benefícios relevantes da certificação UTZ em suas propriedades; enquanto os produtores E3, E7 e E11 destacam a melhor organização do trabalho, com mais responsabilidade e critério, dentro da lógica do processo produtivo; ainda, comenta-se o acesso à cursos de capacitação (E7) e uma melhoria do ambiente de trabalho dentro da propriedade rural (E11). É importante salientar, que esses benefícios relacionados ao trabalho são notados tanto por produtores que possuem mão de obra contratada como por aqueles que não a detém.

Por fim, benefícios relacionados ao aumento da qualidade ambiental da propriedade (E10, E11), o auxílio ao entendimento e cumprimento da legislação pertinente ao produtor rural (E7, E10) e conscientização da importância do monitoramento dos aspectos de saúde dos produtores, como o acompanhamento de exames de sangue periódicos (E4, E6), entre outros benefícios mencionados.

É possível observar que aos produtores são plenamente capazes de apontar benefícios ocasionados a partir da adoção da certificação e dos processos por ela propostos, isso porque eles é simples relacionar a condição das atividades realizadas na propriedade e o impacto que a certificação propôs nas mesmas, modificando-as para que estivessem em conformidade com os aspectos demandados da certificação na fazenda e do comportamento dos produtores, enquanto certificados. Isso é um importante componente da imagem da certificação UTZ para esses produtores como um elemento que promove mudanças positivas dentro do aspecto de gestão cotidiana da propriedade.

Essas percepções narradas pelos produtores dos diferentes benefícios da certificação observados nas propriedades dos entrevistados estão dispostas ordenadas pela quantidade de vezes mencionadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Percepções sobre os Benefícios da Certificação UTZ.

| Entrevistado | Percepções |
|---------------------------------|--|
| E1, E2, E3, E4, E5, E6, E8, E10 | Isolamento de animais na época de safra. |
| E1, E2, E4, E6, E7, E8, E9, E12 | Internalização de processos de rastreabilidade e gestão. Aprendizagem. |
| E1, E5, E7, E10, E13 | Implementação do Cômodo de defensivos. |
| E3, E5, E6, E7, E9 | Aplicação, manejo e armazenagem de agroquímicos. |
| E3, E5, E8, E9, E12 | Orientação para qualidade. Manejo seguro do produto. |
| E2, E7, E11, E12 | Melhores técnicas de layout e otimização. Organização. |
| E6, E7, E9, E11 | Economia de insumos e eficiência. |
| E2, E9, E10 | Aspectos de segurança no trabalho. |
| E3, E7, E11 | Trabalho com responsabilidade. |
| E2, E6 | Melhor manejo de nascentes e gestão de embalagens de defensivos. |
| E4, E6 | Maior cuidado com a saúde do produtor (exame de sangue). |
| E7, E10 | Respeito à legislação. |
| E10, E11 | Melhoria dos aspectos Ambientais. |
| E7 | Acesso a cursos de capacitação. |
| E11 | Bom ambiente de trabalho. |

Fonte: Do autor (2019).

Com relação às dificuldades de se manter a certificação ocorreram duas situações interessantes, uma opinião generalizada com relação à organização e disciplina; e entendimentos subjetivos quanto às dificuldades percebidas no processo.

No que diz respeito à impressão geral da dificuldade imposta pela certificação, os produtores E2, E3, E5, E6, E8, E9, E11 e E13 relataram que a maior dificuldade para manter o processo de certificação é a disciplina para realizar os processos de certificação, principalmente as anotações e registros que a certificação demanda. Em geral, a percepção é de que é uma tarefa trabalhosa de ser feita após um cansativo dia de trabalho, uma vez que a maioria deles trabalha na propriedade sozinho ou com auxílio da família.

Conforme coloca E4, o desafio da disciplina contextualizado à realidade de manter os registros e anotações em ordem:

O problema aqui em casa é que a gente faz tudo *né*? Por exemplo, *nois* que *panha* café, *nois* que limpa o café, *nois* que seca o café, *nois* que marca, que faz as *notação*, tem hora que *farta* um pouquinho de tempo *pro* *cê* ficar, anotar. Agora, por exemplo, se tiver uma pessoa que só anota, não tem, não tem nada de difícil *né*? *Cê* ficar lá, vou pagar *ocê* só pra anotar. Não, aí *tó* falando, aí não tem nada de difícil, mas a gente que faz tudo é muito corrido, aí tem hora que a gente pode deixar alguma coisa a desejar *né*? (E4).

No caso de um entendimento mais generalizado da disciplina de realização dos processos cotidianos da propriedade sob o contexto da certificação, cita-se E3:

É, disciplina, *cê* ter disciplina, *cê* ter rotina *né?* você saber que os, as, como é que a gente fala? As vasilhas *né?* As embalagens de agrotóxicos têm que ser devolvidas. É... tem que ser guardada, tem que ser lavada *né*, tem que lavar o EPI, tem que, essas coisas, isso aí é, é disciplina (E3).

O produtor E5 declarou diferentes perspectivas de desafio dentro do seu contexto de produção como a dificuldade de vender na hora correta e a dificuldade de saber o custo de produção, a adaptação em andamento aos novos planos de poda e de colheita implementados na propriedade, e a relutância de trabalhadores contratados em seguirem as normas da certificação, especialmente no que diz respeito ao uso do Equipamento de Proteção Individual. Sobre a questão da disciplina dos trabalhadores contratados em seguir as diretrizes da certificação UTZ na fazenda, declara E5:

É... usar protetor, mas, mas o pessoal é meio complicado, é... eles falam pra mim, até pra mim assim *oh*, em quatro dias eles colheu mais de mil medida de café. Foi cinco, seis maquininha, eu falo não é pra colocar no saco de adubo, tinha que usar a embalagem, *ah* isso é besteira, não arruma a embalagem, mas teve uns que não (E5).

Outras percepções de dificuldades foram colocadas pelos produtores de forma mais subjetiva e dispersa. Temas como a disposição e organização de turmas para cursos de capacitação (E1), a realização de adubação na época adequada (E7), a distância da UTZ para com o produtor certificado (E7), a capacidade de agregação de qualidade (E8), a manutenção da limpeza (E10) e os custos de manutenção da certificação (E12), conforme coloca E12:

Então, o maior desafio é o seguinte, é aquilo que vai me dar resultado, é preocupar com a qualidade, é preocupar com os empregados, que são tratados, que são todos registrados, todos é... fica, a despesa do empregado registrado, ela não é barata, não é fácil tocar com tudo organizado desse jeito, então o maior desafio é esse, é ser, é coordenar essa despesa que *ocê* tem e tratando seus empregados da melhor maneira possível e sendo remunerado de acordo com a precisão, com tudo que precisa (12).

Assim, infere-se que ao colocar o tema dificuldade da certificação, nota-se que os produtores tendem a colocarem evidência desafios relacionados ao contexto do trabalho gerencial e administrativo em geral, não apenas relacionado à certificação. No que diz respeito à certificação, fica mais evidente à questão dos custos incorridos da certificação e a disciplina de conduzir as atividades cotidianas dentro das normas da certificação. Ainda, E4 não relata

dificuldades. As opiniões acerca das dificuldades experienciadas pelos produtores estão resumidas no Quadro 8.

Quadro 8 – Percepções sobre os Desafios da Certificação UTZ.

| Entrevistado | Percepções |
|----------------------------------|--|
| E2, E3, E5, E6, E8, E9, E11, E13 | Disciplina para realizar os registros e procedimentos de acordo com a certificação. |
| E1 | Disposição para fazer os cursos requeridos pela certificação. |
| E4 | Sem dificuldades. |
| E5 | Falta de conhecimento para vender na hora certa e sobre o custo de produção. |
| E5 | Adaptação em andamento ao manejo de poda e da colheita proposto pela certificação. |
| E5 | Reticência de funcionários a seguirem orientações da certificação, como o uso de EPI. |
| E7 | Distância da UTZ para o pequeno produtor. |
| E7 | Realização das adubações na época correta devido as condições climáticas. |
| E8 | Agregar qualidade ao produto com as restrições que a certificação impõe, por exemplo: defensivos proibidos e manejo da Broca-do-café (<i>Hypothenemus hampei</i>). |
| E10 | Manutenção da organização e limpeza da propriedade. |
| E12 | Custos de manutenção da certificação (empregados e registros). |

Fonte: Do autor (2019).

No geral, foi possível observar que opiniões acerca do funcionamento, benefícios e desafios da certificação UTZ são muito pessoais, e embora foi possível observar alguns consensos, a variedade de respostas observadas indica esse fenômeno subjetivo. Outro ponto interessante é que aparentemente é mais fácil aos produtores relacionarem os benefícios com as modificações propostas pela certificação UTZ em suas propriedades, enquanto os desafios são colocados em uma perspectiva um pouco mais generalizada, também englobando o contexto negocial e os riscos incorridos da produção de café.

5.3.2. As alterações da certificação em nível de fazenda

As alterações observadas pelos produtores em suas propriedades refletem às modificações nas práticas gerenciais, agronômicas, sociais e ambientais que realizavam nas fazendas. Além desses quatro eixos, a governança da propriedade e questões relacionadas às adequações legais foram observadas.

Com relação às práticas gerenciais, correspondentes ao Bloco A do código UTZ, os produtores E1, E2, E6, E7, E8, E9, E10 e E12 relataram que antes da certificação costumavam

negligenciar atividades relacionadas a rastreabilidade e manutenção de registros considerando o nível de anotações de atividades que detinham como incompleto. Após a certificação, consideram ter melhorado sua prática de registro de informações e atividades relacionadas às atividades cotidianas da propriedade, desde formação de lotes de café colhido até as aplicações de insumos nas lavouras, utilizando esses documentos como ferramentas que auxiliam os processos de tomada de decisão, conforme explica em seu depoimento sobre rastreabilidade E12:

Melhorei aquilo que eu fazia, vamos, eu fazia 50% passei a fazer 95/90%, com a certificação. Melhorou, porque o seguinte todos os *talhão tá* dividido, eu já tinha de no talhão, tudo que eu fazia, até a organizar o serviço, o gasto, tudo, isso ajudou. Então, o que que ela ajudou? Ela ajudou que ela me deu condição de melhorar aquilo que eu já fazia bem, com muito mais facilidade (E12).

Os produtores E1, E6, E7, E8, E10, E11 e E13 mencionaram que antes da certificação UTZ ser implementada não detinham conhecimento sobre o custo de produção da saca de café na propriedade, e que hoje, como consequência desse processo de anotação de atividades, possuem esse conhecimento crucial para a tomada de decisão.

Outra alteração acarretada pela adoção da certificação UTZ relatada pelos produtores E5, E6, E7, E8, E11 e E12 é que antes da certificação não detinham nenhum tipo de critério para realizar as divisões das áreas produtivas (talhões) de sua propriedade, e que após a adoção da certificação UTZ e suas metodologias de gestão, hoje são capazes de realizar uma divisão mais eficiente das áreas produtivas da propriedade, otimizando a produção. Todos os produtores que mencionaram esta alteração, com exceção de E5, também mencionaram que são capazes de apontar os talhões mais e menos rentáveis, tomando decisões de renovação de lavoura ou a replicação de algum tipo de manejo que se mostrou mais eficiente, conforme indica E11:

Antes era tudo misturado, café de todos talhões, *cê* não sabia qual café que produzia mais, o café que, *cê* misturava, você não sabia qual talhão que *tava* rentável pra você, até pra você escolher a variedade de café de um talhão pra outro e mesmo no café, *cê* para..., *cê* faz os lote. Antes da certificação meu café era 40/50%, era uns café muito baixo de qualidade, hoje eu *tô* fazendo 90% de café bom (E11).

Uma consequência desse processo de divisão de talhões com base em critérios de eficiência provocado pela adoção de um processo gerencial mais robusto permitiu uma alteração relatada por E1, E2, E8, E11 e E13 que é a capacidade de trabalhar os cafés em lote, ou seja, separando cafés de manejo diferenciado ou potencial de qualidade maior como forma de melhor trabalhar as diferentes possibilidades de produtos obtidos dentro da fazenda.

Um aspecto interessante, nesse tema mencionado por E11 e E12 é o fato de que, através da implementação das práticas de gestão, a UTZ permite a criação de uma inteligência mercadológica para o produtor, permitindo que ele trabalhe de forma diferenciada os distintos níveis de qualidade de café que o produtor obtém em uma safra, conforme relata E12:

Primeiro, quando eu vou vender eu já sei o preço que *tá* o café normal e já sei o que que eu *tô* recebendo, se realmente eu *tô* recebendo a certificação, ou se eu *tô* sendo tapeado daquela, da certificação, entendeu? Primeiro eu sei o preço do café, depois que a gente negocia o preço do café que eu entro com o prêmio da certificação. Que eu até acho o seguinte, veja bem, na COOPERCAM, na Cooperativa X¹² todo café que eu coloco lá, eu sou remunerado pela certificação, na COOPERCAM um café mais baixo eles não remunera, entendeu? Então, eu acho que teria que remunerar todo café, se o café é todo certificado, deveria ser tudo remunerado, entendeu? (E12).

Os produtores E4, E8 e E10 também mencionaram que antes da certificação não tinham uma cultura de registrar as atividades realizadas na propriedade, negligenciando aspectos de rastreabilidade, e que hoje realizam essas atividades de forma mais completa. No entanto, enxergam como principal alteração as práticas de registro de atividades em relação aos tratamentos culturais realizados em suas lavouras de café, melhorando a gestão dos insumos utilizados na propriedade, racionalizando compras e reduzindo desperdício de produtos, relatando E4:

Não, antes não tinha nada disso não, isso era a *Deus dará né?* A gente não tinha controle de nada não, *dipois* que veio a certificação que a gente começou a ter mais controle *né?* Mas antes, não tinha nada disso não. Tinha muito desperdício, principalmente de agrotóxicos, que a gente ficava guardando *pra qui, pra li*, aí sobrava muito restinho *né?* Porque não tinha o local adequado *né?* (E4).

Os produtores E2 e E9 relataram que antes de adotarem a certificação detinham pouco conhecimento sobre critérios de seleção de locais para implementar instalações necessárias para a operação segura da propriedade, como por exemplo o cômodo de armazenamento de insumos agrícolas. Com a adoção da certificação UTZ, passaram selecionar as áreas de localização de instalações com maior critério, utilizando técnicas de otimização da produção visando eficiência de custo, inclusive, modificando o layout de instalações e maquinários para aumentar a eficiência do processo, alterando a visão do produtor, conforme relata E2:

¹² O produtor citou uma segunda cooperativa a qual é filiado, cujo nome foi ocultado deste trabalho.

Mudou a visão da gente de pensar, mudou a organização da fazenda, aonde a gente. Igual o *Tec A*¹³, na época me ajudou muito aqui, “*oh, cê vai fazer aqui, cê vai fazer um depósito de adubo, ali cê depósito de defensivo, ali depósito de vasilhame, entendeu?*” (E2).

Ainda com relação à parte gerencial, mas com maior foco no planejamento, os produtores E8 e E11 relataram que antes da certificação não realizavam nenhum tipo de planejamento das atividades agrícolas, tomando ações com base em sua experiência ou sem critérios bem definidos. Com a adoção da certificação UTZ, implementaram processos de planejamento de atividade embasados em dados coletados de suas próprias propriedades, aumentando a qualidade de seu processo de tomada de decisão e planejamento.

Outros processos relatados foram o incentivo à diversificação (E7), e de que a metodologia UTZ como um passo-a-passo que facilita a implementação de gestão, embora o produtor entendesse realizar processos de gestão eficientes (E3), salientando a UTZ como um modelo para aumentar a visibilidade da eficiência dos processos já implantados dentro da propriedade rural.

De forma geral, a parte de gestão é entendida pelos produtores como a forma que a certificação UTZ possibilita edificar processos mais bem embasados de tomada de decisão, disponibilidade de registros e eficiência do processo. Os impactos relacionados a gestão se resumem no Quadro 9.

Quadro 9 – Alterações na gestão provocadas pela Certificação UTZ.

| Entrevistado | Temática | Ante Certificação | Pós-certificação |
|----------------------------------|-----------------------------------|---|--|
| E1, E2, E6, E7, E8, E9, E10, E12 | Rastreabilidade e registros. | Negligência de atividades ao realizar anotações. Registros incompletos de atividades ou ausência dos mesmos. | Rastreabilidade completa das atividades da fazenda, assimilando a importância para a gerência e inovação. |
| E1, E6, E7, E8, E10, E11, E13 | Custo e eficiência econômica. | Desconhecimento do custo de produção da saca de café. | Ciência do custo de produção da saca de café e fatores que formam o custo. |
| E6, E7, E8, E11, E12 | Eficiência do processo produtivo. | Ausência de ou divisão dos talhões da propriedade sem critérios definidos. | Definição de critérios e divisão de talhões visando eficiência, apontando talhões rentáveis e não rentáveis. |

Fonte: Do autor (2019).

¹³ Refere-se ao implementador da norma UTZ cedido pela Coopercam, cujo nome foi codificado.

Quadro 9, parte final.

| Entrevistado | Temática | Ante Certificação | Pós-certificação |
|----------------------|-----------------------------------|---|---|
| E1, E2, E8, E11, E13 | Eficiência do processo produtivo. | Operação misturando todos os cafés colhidos. | Separação de cafés em lotes com base no talhão de origem, objetivando melhor qualidade. |
| E4, E8, E10 | Eficiência do processo produtivo. | Ausência de ou divisão dos talhões da propriedade sem critérios definidos. | Implementação de rastreabilidade para gestão dos recursos da fazenda, reduzindo desperdício de insumos. |
| E2, E9 | Eficiência do processo produtivo. | Ausência de ou construção de instalações relevantes à operação agrícola. | Adoção de planejamento de implementação de instalações visando otimizar o processo produtivo, crescimento e redução de custo. |
| E8, E11 | Eficiência do processo produtivo. | Tratos culturais realizados com base em experiência, sem critérios definidos. | Atividades agrícolas realizadas com base em um planejamento anual. |
| E11, E12 | Custo e eficiência econômica. | Gestão de comercial operando apenas com um parceiro, com cafés agregados independente de qualidade. | Desenvolvimento de inteligência de mercado, posicionando diferentes qualidades de produtos em diferentes parceiros. |
| E5 | Eficiência do processo produtivo. | Ausência de ou divisão dos talhões da propriedade sem critérios definidos. | Definição de critérios para divisão de talhões. |
| E3 | Gestão da propriedade. | N/D. | Sem mudanças observadas na gerência. Metodologia passo-a-passo é positiva no sentido de implementação. |
| E7 | Diversificação. | Foco econômico exclusivo na cultura do café. | Implementação de culturas de frutas para diversificação de renda. |

Fonte: Do autor (2019).

Com relação as alterações nas práticas agrícolas realizadas pelos produtores, diversos itens foram mencionados com maior especificidade, porém que puderam ser agrupados dentro de temáticas debatidas no Bloco B da certificação UTZ.

A temática de manejo de agroquímicos foi mencionada por diversos produtores em diversos aspectos. Um desses aspectos, mencionado por E4, E5, E7, E8, E9, E11 e E13, é a conscientização sobre o uso de defensivos agrícolas. Antes da certificação, não havia muito cuidado em saber que tipo de produto se estava aplicando, e após a certificação já são capazes

de fazer a leitura do rótulo para saber como aplicar o produto e sabem apontar se o defensivo pode ser utilizado em lavoura certificada, visto as restrições da UTZ para aplicação de defensivos listados em sua Lista de Pesticidas Banidos, conforme se orienta no Código de Conduta, conforme relata E5:

Como eu falei, mas, em si, você trabalha de outra forma, você pensa diferente, antes do certificado usava qualquer produto *num* tinha restrição, não tinha carência, não respeitava carência, agora depois que certificou, aí já pensa diferente. É a carência dos produtos, é o que eu posso usar, o que não posso usar, mudou muito (E5).

Ainda, os produtores E1, E5, E7, E10, E12 e E13 mencionaram que antes da certificação não possuíam uma instalação ou cômodo de armazenamento de defensivos, algo que mudou com a adoção da certificação, conforme relata E1: “A casinha de agrotóxico a gente não tinha e colocou lá, já fez. A gente precisa fazer umas mudanças nela de novo ainda, mas...mudou um pouco. É....e mais alguma coisa que a gente não fazia, e hoje a gente faz”.

Não obstante, E5, E6 e E13 mencionaram que antes da adoção da certificação os prazos de carência e reentrada nas áreas que receberam tratamento químico não era respeitado, e após a adoção da certificação passaram a respeitar esses prazos e indicar visualmente nas áreas proibindo ou permitindo a entrada, preservando sua saúde e segurança.

Os produtores E2 e E10 relacionaram esse ponto com o fato de antes da certificação não observarem a disposição e o descarte de embalagens vazias de agroquímicos, e que após a certificação, observam e respeitam os procedimentos para um descarte seguro desses materiais, preservando sua saúde e o ambiente, conforme coloca E2: “Melhorou é... que eu digo, que eu já disse o descarte de defensivo, a devolução de embalagem”.

Os produtores E3 e E8 salientam que antes da certificação não realizavam planejamentos de aplicação de insumos químicos, o que foi implementado após a adoção da certificação. E7 coloca que, com frequência, não seguia as recomendações do receituário agrônomo para poupar gastos, porém após a adoção da certificação, passou a seguir as recomendações feitas pelo agrônomo da cooperativa:

E assim o que eu tinha na minha cabeça assim, *ah* o agrônomo dava cinco o pessoal colocava três porque era caro, porque *ah* isso aqui *tá* bom, então assim, a gente segue assim à risca, à risca mesmo. Se não acha produto, porque as vezes o agrônomo receita uma coisa e não tem, eu não acho, eu vou ter que ir lá em Boa Esperança comprar o negócio, aí eu vou atrás dele, *cê* tem que misturar. Então assim, acho que deixou a gente mais responsável, acho que o agricultor fica mais responsável (E7).

Em uma segunda temática recorrentemente mencionada foram as formas que a certificação UTZ direcionou os planejamentos desses produtores em direção à produção de cafés de melhor qualidade através de procedimentos no pós-colheita. Os produtores E5, E6, E9 e E10 mencionaram que antes da certificação não realizavam nenhum planejamento da colheita, o que impactava negativamente no nível de qualidade do café, e após a adoção da certificação foram capazes de estabelecer planos de colheita, dimensionando o nível de maturação dos frutos com a força de trabalho disponível para a colheita de forma a atingir o maior potencial de qualidade possível, conforme coloca E9, exemplificando seu trabalho:

Ah, no nosso caso que a região é baixa, sempre foi de bebida, participando de curso, de uma coisa ou outra, aí a gente passa a prestar mais atenção, colher mais cedo é uma vantagem na qualidade do café. Ai tá procurando iniciar a colheita mais cedo, não deixar café na lavoura, buscar até duas vezes no dia (E9).

Embora mencionado anteriormente como benefício da certificação UTZ, os produtores E3, E5 e E6 também mencionam como alteração provada pela adoção da certificação o fato de, antes da certificação, os animais transitarem livremente pela lavoura e áreas de processamento do café, como o terreiro, causando contaminações e até perda de produto colhido. Após a adoção da certificação e o cercamento dessas áreas de processamento, isolando-as dos animais, reportam uma diminuição na quantidade de produto perdido devido a contaminações; o mesmo caso observado em E4, porém salientando que a certificação melhorou o transporte do café da lavoura para a área de processamento.

Ainda considerando a temática de qualidade e isolamento de animais para prevenir contaminações, E8 relatou que antes da certificação tinha dificuldades de considerar melhorias no processamento do café de sua fazenda, e que após a adoção da certificação UTZ, passou a desenvolver planejamentos para expandir as áreas de processamento, conforme relata:

Antes da certificação a gente tinha, é que também, também eu corria atrás, antes da certificação meu terreiro era de terra, tinha muitos animais em cima, né? Depois disso, meu terreiro é num lugar próprio só pra isso, cimentado. A gente tem mais cuidado com relação a seca do café, ao manejo do café, pra tornar um café de melhor qualidade né? (E8).

O produtor E1 relatou que através da certificação ele pode ter acesso a ferramentas para estruturar uma tomada de decisão que modificou seu modo de colheita de totalmente manual para semi-mecanizada, através do uso de implementos próprios para colheita manual, porém com maior eficiência.

Com relação aos tratos culturais, isto é, as atividades de manejo das lavouras de café, os produtores relataram diversas alterações promovidas pela norma UTZ. Os produtores E4, E5 e E9 relataram que antes da certificação UTZ não realizavam nenhuma análise de solo ou folha para determinar o que deveria ser aplicado em termos de adubação ou outros insumos químicos, comportamento que foi alterado pela adoção da certificação, conforme relata E4:

Antes *nois* não fazia nada de solo, não fazia nada de folha *né?* Hoje *nois* já faz as análise, veneno, os defensivos *memo* a gente jogava sem usar EPI, a proteção lá *né?* Hoje já usa, já tem essa visão maior de ter mais cuidado. Hoje *memo*, hoje a gente já não joga qualquer produto *né?* De primeiro se falasse assim, qualquer produto aí, *ah* isso é *baum* isso é, a gente jogava sem pesquisar, sem saber o que *cê tava* jogando, hoje já não joga mais (E4).

Os produtores E1 e E6 relatam que, antes da certificação tinham dificuldade em saber o que exatamente foi aplicado nos talhões das fazendas pois não tomavam anotações dessas atividades. Após a certificação, conseguem relacionar as partes de Gestão e de Práticas Agrícolas do Código UTZ e indicam que possuem maior controle e conhecimento dos insumos utilizados em suas lavouras.

Outras alterações mencionadas por produtores de forma mais isolada foram a aquisição de melhores tecnologias de aplicação de insumos (E2); a elaboração de planos direcionados para o aumento da fertilidade do solo da lavoura (E7); a capacidade de identificar pragas e doenças que afetam o cafeeiro (E10); o aumento da produtividade média da propriedade rural (E11); e a melhor utilização de técnicas de poda através de um planejamento visando redução de custos da lavoura (E11). Ainda, E1, E8 e E12 relatam que não percebem tantas alterações pois já realizavam práticas agrícolas como a UTZ demanda de seus produtores certificados ao longo do processo de certificação. As percepções de alterações relacionadas às práticas agrícolas estão resumidas no Quadro 10.

Quadro 10 – Alterações nas práticas agrícolas provocadas pela Certificação UTZ.

| Entrevistado | Temática | Ante Certificação | Pós-certificação |
|------------------------------|-------------------------|---|--|
| E4, E5, E7, E8, E9, E11, E13 | Manejo de agroquímicos. | Desinteresse em ler rótulos de defensivos agrícolas, não os relacionando com o risco. | Conhecimento sobre quais produtos não podem ser utilizados. Detém informação sobre o tema. |
| E1, E5, E7, E10, E12, E13 | Manejo de agroquímicos. | Ausência de uma instalação para armazenar defensivos agrícolas. | Cômodo de defensivos construído e operante. |

Fonte: Do autor (2019).

Quadro 10, continuação.

| Entrevistado | Temática | Ante Certificação | Pós-certificação |
|---------------------|-------------------------|--|---|
| E5, E6, E9, E10 | Qualidade do produto. | Manejo inadequado do café em nível de colheita. | Planejamento da colheita considerando maturação dos variedades x força de trabalho disponível, assegurando qualidade. |
| E3, E5, E6 | Qualidade do produto. | Animais com livre trânsito na lavoura e terreiro, contaminando café com excrementos. | Limitação do acesso de animais ao terreiro. Melhor manuseio da secagem, visando qualidade. |
| E4, E5, E9 | Tratos culturais. | Aplicação de insumos feitas sem a realização de análise de solo e folha. | Realização de análises de solo e folha para planejamento de aplicação de insumos. |
| E5, E6, E13 | Manejo de agroquímicos. | Prazos de carência e reentrada não eram respeitados, ou eram desconhecidos. | Respeito aos prazos de carência e reentrada demandados após a aplicação de agroquímicos. |
| E1, E6 | Tratos culturais. | Limitação de dados de rastreabilidade sobre aplicação de insumos. | Controle completo dos insumos utilizados na lavoura. |
| E2, E10 | Manejo de agroquímicos. | Pouca conscientização sobre manuseio de embalagens de defensivos. | Recolhimento, armazenagem e descarte de embalagens de forma apropriada. |
| E3, E8 | Manejo de agroquímicos. | Baixa conscientização sobre os riscos das atividades envolvendo insumos químicos. | Planejamento, cuidado e observação dos riscos das atividades que envolvem insumos químicos. |
| E8, E12 | Tratos culturais. | N/D. | Sem percepção de melhoria. |
| E1 | Colheita. | Utilização exclusiva da colheita manual. | Obtenção do conhecimento para decisão por semi-mecanização. |
| E1 | Tratos culturais. | N/D. | Percepção de ser a área que menos foi impactada por já praticar muito do que o Código UTZ pede. |

Fonte: Do autor (2019).

Quadro 10, parte final.

| Entrevistado | Temática | Ante Certificação | Pós-certificação |
|---------------------|-------------------------|---|--|
| E2 | Tratos culturais. | Baixo conhecimento sobre tecnologias de aplicação de insumos. | Utilização de tecnologias de aplicação mais eficientes. |
| E4 | Qualidade do produto. | Cafés colhidos em sacos plásticos expostos à animais causando perda de produto. | Isolamento de animais como forma de redução de perda de produto e qualidade. |
| E7 | Tratos culturais. | Ausência de um plano de manejo de fertilidade do solo. | Conhecimento e direcionamento para aumento da fertilidade do solo. |
| E7 | Manejo de agroquímicos. | Aplicação de insumos feitas fora da recomendação do técnico capacitado. | Conscientização para seguir as recomendações do receituário agrônomo. |
| E8 | Qualidade do produto. | Baixa consideração de opções de incremento de qualidade do produto. | Planejamento para expansão da área de processamento da fazenda. |
| E10 | Tratos culturais. | Desconhecimento sobre pragas e doenças que afetam o cafeeiro. | Capacidade de identificação de pragas e doenças. |
| E11 | Tratos culturais. | Baixa produtividade da lavoura. | Aumento de produtividade do cafeeiro. |
| E11 | Tratos culturais. | Ausência de um planejamento de poda. | Elaboração de uma estratégia de poda para redução de custos do cafeeiro. |

Fonte: Do autor (2019).

Com relação as alterações nas práticas sociais, relacionadas ao Bloco C do Código de Conduta UTZ, os produtores mencionaram diversos aspectos que não são necessariamente relacionados com a legislação trabalhista brasileira, que evidentemente se aplica caso tenham funcionários contratados ainda que temporariamente.

Os produtores E1, E4, E5, E6, E7, E8, E11 e E13 relataram que antes da certificação não tinham o costume de tomar cursos ou realizar capacitações relacionadas ao trabalho no campo, e que após adotarem a certificação UTZ passaram a buscar mais cursos de capacitação promovidos localmente, internalizando uma cultura de melhoria contínua, conforme depoimento de E5: “Olha depois que, antes eu não tinha feito, não, tinha feito alguns cursos

sim, de maquininha, de, mas depois que certificou mudou sim, eu já fiz mais curso, já fiz curso de agrotóxico” (E5).

Outro ponto relatado por E3, E5, E7, E8, E9, E10, E11 e E12 é que, antes da certificação, não havia organização do trabalho a ser realizado na fazenda e que a documentação e registros dos colaboradores era dispersa e desorganizada. Após a certificação, passaram a incluir os colaboradores sejam fixos ou temporários no contexto da certificação, explicando e instruindo a eles as premissas da certificação para que pudessem realizar seus trabalhos de acordo com a norma UTZ, organizando o trabalho e com maior atenção aos documentos desses colaboradores, conforme coloca o depoimento de E8:

Não eu sempre já sou, sou muito aberto, sabe? Sou aberto com eles, eu preciso disso aqui funciona da, a certificação funciona assim, assim, assim e tem que, a gente vai ter que respeitar esse regulamento, entendeu? Então, ele tá aderindo bem a, o processo (E8).

Ainda na temática de instruções e segurança, os produtores E4, E6, E7, E8, E9, E10, E11 e E12 relataram que antes da certificação era um desafio considerável a questão dos Equipamentos de Proteção Individual sob as perspectivas de utilizarem eles mesmos e de exigirem de seus colaboradores que utilizassem o equipamento. Após a adoção da certificação, relatam haver uma conscientização muito maior acerca da relevância do equipamento e utilizá-lo para as atividades cotidianas, conforme coloca E7:

Ah, eu não tinha nada disso. Por exemplo eu nem sabia que aquela máscara, aquela roupa tal, se podia usar só trinta vezes no máximo, não sabia disso. Lendo um instrumental da UTZ que eu vi. Mas os óculos, a luva, a bota, aquela caneleira (E7).

Ainda nesse tema, E2, E3, E9 e E13 colocam que antes da certificação existia uma baixa conscientização, em geral, nos trabalhos da propriedade rural com medidas de segurança e prevenção de riscos. Situação que mudou após a adoção da certificação, onde E3, E9 e E13 colocam que o aumento da segurança do trabalho foi uma alteração. E2 salienta as melhorias de segurança também nas estruturas e instalações da propriedade.

Os produtores E5, E7 e E12 também reportam que havia uma baixa preocupação com a formalidade dos funcionários fixos da propriedade, não apenas os safristas. Após a adoção da certificação UTZ, houve uma maior preocupação com a formalização dos contratos de trabalho para com esses colaboradores. E12 também relaciona isso com a estabilidade de trabalho que uma fazenda certificada pode promover para um colaborador, uma vez que as despesas da

formalização do contrato de trabalho no que tange a impostos e custos incorridos, são financiados com o prêmio da certificação, conforme coloca E12:

Ajuda demais, porque o seguinte, se eu não tivesse condição de manter ele certificado, ele *tava* trabalhando sem registro, ele não tinha direito a nada disso, entendeu? E a certificação *tá* me ajudando a manter isso, entendeu? E parte desse lucro que eu *tô* ganhando com a certificação, é repassado *pros* meus empregados, entendeu? Ele é repassado, eles nem sabe que é repassado, por eles, por que que é repassado? Ai hoje, um dia de chuva o camarada que *num* tem condições de trabalhar na lavoura, ele *tá* recebendo o dia dele normal, ele *tá* sendo recompensado normal (E12).

Por fim, E11 e E12 relatam que antes da implementação da certificação UTZ não havia muitas preocupações com as áreas comuns colocadas à disposição dos colaboradores fixos e temporários que trabalham, principalmente, na colheita do café. Após a adoção da certificação UTZ, áreas comuns como refeitórios e sanitários recebem maior atenção, conforme relata E11: “Ah, muda muito, porque antes igual, eles *gostava* de almoçar lá, agora tem um lugar pra eles almoçar, tem horário certinho, respeita mais” (E12).

O Quadro 11 resume as alterações sociais provadas pela certificação UTZ dentro das propriedades pertencentes aos produtores entrevistados.

Quadro 11 – Alterações nas práticas sociais provocadas pela Certificação UTZ.

| Entrevistado | Temática | Ante Certificação | Pós-certificação |
|-----------------------------------|-----------------------|--|---|
| E1, E4, E5, E6, E7, E8, E11, E13 | Cursos e capacitação. | Baixa procura por capacitação para aumentar a eficiência do trabalho. | Aprimoramento constante e periódico através de cursos de capacitação. Cultura de melhoria contínua. |
| E3, E5, E7, E8, E9, E10, E11, E12 | Ambiente de trabalho. | Critérios de organização de trabalho e contratação dispersos e desorganizados. | Melhor organização do trabalho e instruções da certificação para trabalhadores temporários. Documentação de funcionários temporários é observada com atenção. |
| E4, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12 | Segurança | Ausência de uso de EPI ou baixa conscientização sobre sua relevância. | Utilização do EPI em todas as atividades necessárias, conforme indicação. |

Fonte: Do autor (2019).

Quadro 11, parte final.

| Entrevistado | Temática | Ante Certificação | Pós-certificação |
|---------------------|-----------------------|--|--|
| E2*, E3, E9, E13 | Segurança | Baixa conscientização sobre segurança no trabalho. | Melhoria dos aspectos de segurança das atividades envolvendo trabalhadores. Melhoria na segurança das estruturas da propriedade* |
| E5, E7, E12 | Salários e Contratos | Baixa preocupação com a formalidade de funcionários. | Funcionários fixos tem seus contratos de trabalho formalizados. Uso do prêmio para arcar com despesas de formalização*. |
| E11, E12 | Ambiente de trabalho. | Ausência de áreas de convivência comuns para os colaboradores. | Implementação de áreas comuns de convivência para os colaboradores, como sanitários e refeitórios. |

Fonte: Do autor (2019).

Com relação às alterações ambientais, correspondentes ao Bloco D do Código da UTZ, o grupo de produtores que considera que não houve nenhuma alteração em relação ao antes e depois da implementação da certificação foi maior, representados por E3, E5, E6 e E12. No caso dos produtores E9, E13, alegaram que já cumpriam boa parte da legislação ambiental antes de implementar a certificação UTZ, que serve como um direcionador de atenção apenas.

Por outro lado, os produtores E2, E7, E8 e E10 relataram que antes da implementação da certificação não havia clareza em saber o que de fato era necessário se fazer em termos de demandas ambientais na propriedade, situação melhorada com a implementação da certificação que proveu diretrizes sobre conservação, especialmente quanto ao cercamento e proteção de nascentes, conforme E2 “Orientando a gente, onde a gente deve proteger uma nascente, cercamento, fazer um cercamento nas nascentes” (E2).

E1, E2, E10 e E11; e E7 e E8 relataram que antes da implementação da certificação havia uma baixa conscientização sobre temas e aspectos de conservação de florestas na propriedade rural. Essa situação mudou após a implementação da certificação quando, no primeiro grupo, ela acarretou uma maior conscientização sobre conservação de cursos d’água e florestas, considerando também os aspectos legais de Área de Proteção Permanente e Reserva Legal; e no segundo grupo, com relação ao plantio de árvores em áreas reservadas. A fala de

E11 sobre o tema indica “Então eu *tô*, até *tô* reflorestando lá umas mina, umas coisa, *tô* fazendo, plantando umas árvores lá” (E11).

Ainda E7 e E8 colocam que após a certificação passaram a desenvolver ações para recuperar pastagens degradadas através do plantio de árvores adequadas para a recuperação daquele contexto ecológico. Os produtores E7 e E10, por sua vez salientaram que antes da certificação existia certo risco de erosão nas lavouras devido à falta de manejo das águas pluviais e que após a certificação, instalaram caixas de contenção para direcionar essas águas, mitigando o risco de erosão na lavoura.

O produtor E4 reportou que antes da adoção da certificação, esporadicamente derrubava árvores sem os devidos estudos e autorizações legais, o que foi alterado pela certificação para uma rotina de conservação desses recursos naturais, conforme relata: “A ambiental, *nois* cortava *umas árvore* aí sem pensar. E agora hoje não acontece isso mais não, *nois* não ligava muito *pra* essas coisas não” (E4).

O produtor E7 coloca que antes da certificação utilizava queimadas para incinerar o lixo produzido na propriedade, e que após a adoção da certificação passou a destinar o lixo de forma correta. Enquanto o produtor E8 relata que antes da certificação existia pouca conscientização para a proteção da fauna e da flora, algo alterado após a certificação com a proibição da casa e práticas de conservação. As alterações nas práticas ambientais se resumem no Quadro 12.

Quadro 12 – Alterações nas práticas ambientais provocadas pela Certificação UTZ.

| Entrevistado | Temática | Ante Certificação | Pós-certificação |
|------------------|----------------------------|--|--|
| E3, E5, E6, E12 | Gestão Ambiental. | N/D. | Sem melhorias observadas. |
| E2, E7, E8, E10 | Proteção de cursos d'água. | Falta de clareza no que fazer para cumprir com as demandas ambientais necessárias. | Orientações recebidas sobre como cercar nascentes e cursos d'água de forma correta para preservação. |
| E1, E2, E10, E11 | Conservação de florestas. | Falta de clareza no que fazer para cumprir com as demandas ambientais necessárias. | Informações obtidas sobre APP e RL. Ações direcionadas a conservação de minas d'água e florestas na propriedade. |
| E7, E8 | Conservação de florestas. | Baixa conscientização sobre os temas de conservação de florestas nas áreas da propriedade. | Ações de plantio de árvores para conservação de áreas reservadas. |

Fonte: Do autor (2019).

Quadro 12, parte final.

| Entrevistado | Temática | Ante Certificação | Pós-certificação |
|---------------------|---------------------------|---|---|
| E7, E8 | Gestão Ambiental. | Baixa conscientização sobre recuperação de áreas degradadas. | Ações de plantio de árvores para recuperação de pastagens. |
| E9, E13 | Gestão Ambiental. | Já havia cumprimento da legislação ambiental na íntegra. | Certificação como direcionador de atenção para temas de relevância ambiental. |
| E7, E10 | Gestão Ambiental. | Riscos de erosão devido ao não direcionamento de águas pluviais na lavoura. | Instalação de caixas de contenção para direcionar águas pluviais e evitar erosões. |
| E4 | Conservação de florestas. | Cortes de floresta secundária não planejados ou sem autorização legal. | Criação de rotinas de preservação e conservação, implementando áreas reservadas e protegidas. |
| E7 | Gestão Ambiental. | Descarte do lixo feito através de queimadas dentro da propriedade. | Eliminação das queimadas e destinação correta do lixo gerado na propriedade. |
| E8 | Conservação de florestas. | Baixa conscientização de preservação de fauna e flora na propriedade. | Proibição de caça de animais e conscientização sobre o tema de preservação. |

Fonte: Do autor (2019).

Por fim, com relação a questão da legislação, não foi possível identificar dos produtores como era o cumprimento legal da propriedade antes e depois da certificação, isto porque, foi possível inferir que não está claro para os produtores o que são demandas da legislação brasileira e o que são demandas da certificação UTZ. O trabalho de implementação da norma não distingue esses dois fatores, conforme relatam E1 e E2.

Os produtores E1, E5, E8 e E9 conseguem relatar que houve uma melhora geral no aspecto de conformidade legal da fazenda, porém não são capazes de precisar onde ou em quais aspectos essas melhorias ocorreram, conforme relato de E1 “Acaba enxergando sim, acabou melhorando sim. [...] na área do café, na área ambiental, tudo, acabou ajudando sim” (E1).

Por outro lado, E3 e E5 pensam que a certificação não ajuda a cumprir a lei, mas sim a se manter em conformidade legal. Os produtores E7, E10, E11 e E13 entendem a certificação UTZ como uma importante via de comunicação, informação e acesso para que possam cumprir

com demandas legais impostas pelo Estado em suas legislações pertinentes, conforme relato de E11:

Ela ajudou a gente orientar mais passando pelo lado do funcionário da gente, por esses cursos que eles dão aí, de treinamento pros funcionários, entendeu? Aí o funcionário começa a pensar junto com a gente, isso que eu, eu achei mais importante foi isso, que aí eles *entende*, igual eles que trabalha lá na propriedade, onde que executa o serviço, aí é onde eles passa a fazer melhor, eles tendo treinamento, eles *tá* orientado, eles começa a pensar, abre a visão deles (E11).

Por fim, E2 salienta que a UTZ auxiliou na conscientização para cumprir com requerimentos legais referentes a contratação de mão de obra terceirizada para prestação de serviços, enquanto E4, E6 e E12 relatam não terem observado alterações pois já cumpriam a legislação nacional. O Quadro 13 resume as percepções dos produtores quanto ao cumprimento da legislação pertinente.

Quadro 13 – Alterações na conformidade legal provocadas pela Certificação UTZ.

| Entrevistado | Percepções |
|---------------------|--|
| E1, E5, E8, E9 | Nota uma melhora, porém não pode precisar no quê. |
| E7, E10, E11, E13 | Certificação como via de cumprimento da lei com informação e acesso. |
| E4, E6, E12 | Sem percepção de melhora, pois já seguia a legislação. |
| E1, E2 | Não é capaz de fazer distinção entre o que é requerido pela lei e o que é requerido pela certificação. |
| E3, E5 | Percepção de que a certificação não ajuda a cumprir com a lei, mas que ajuda a se manter conforme a ela. |
| E2 | Cumprimento com a lei de mão de obra terceirizada, legislação ambiental. |

Fonte: Do autor (2019).

5.3.3. *O entendimento da UTZ como filosofia sustentável*

A categoria de análise da UTZ enquanto filosofia sustentável engloba as relações que os produtores conseguem realizar entre a certificação UTZ e o seu significado atribuído à sustentabilidade, ou como o entendimento desse conceito foi alterado através da adoção da certificação; e ao seu entendimento da UTZ como negócio juntamente com as percepções gerais da UTZ enquanto organização em si, não apenas como certificação.

Com respeito à relação da UTZ com o conceito de sustentabilidade, ou mesmo o entendimento da UTZ em termos de filosofia de trabalho agrícola, as opiniões foram diversas e subjetivas, ainda que partilhadas por alguns produtores, mostrando que a manifestação da

norma enquanto filosofia possui pilares fundamentais que permitem a sua assimilação, porém reserva espaços para que os próprios produtores atribuam seus significados. Essa categoria foi composta quando questionados se a certificação alterou sua visão ou entendimento sobre sustentabilidade.

Os produtores E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E10, E11 e E13 colocam, de forma geral, que existe uma melhoria na estética e na organização da fazenda, no entanto, sem serem capazes de precisar exatamente onde e em que momentos essa estética foi percebida. O que se nota nessa percepção é que existe uma clara mudança do que é uma ‘fazenda’ antes e após a certificação onde termos como ‘limpeza’, ‘organização’ e uma melhoria geral são mencionados. Um exemplo dessa representação está na fala de E7 “Eu acho que a higiene dos espaços, a limpeza, sabe? É... do próprio cafeeiro, por exemplo, eu não deixo nem que uma sacola fique, nem um plástico, esse tipo de coisa” (E7).

Mais centralizado ao conceito de sustentabilidade em si, os produtores E1, E2, E3, E4, E5, E8, E9 e E13 colocaram que a certificação UTZ aumentou a sua conscientização sobre o tema de sustentabilidade, trazendo à tona diversas questões culturalmente negligenciadas, conforme coloca E9:

Agora questão de coisa, é mais a conscientização com a parte de agrotóxico, nota essas coisas, antes não tinha tanto cuidado, hoje eu já chego a primeira coisa que eu faço é guardar a nota no lugar certo, pra depois eu saber e o mesmo caso as *embalage* que já tem o lugar. Então, essa parte aí melhorou, porque antes a gente não tinha muita conscientização disso (E9).

Em outra percepção, os produtores E4, E5, E6, E8, E10 e E11 mencionam, de forma geral, o cuidado com a natureza e o aumento da preocupação com os animais, ou seja, direcionando mais cuidados para preservação da fauna e flora local, considerando que antes isso também era um aspecto negligenciado, conforme coloca E5:

Até porque, se não fosse a certificação, eu vou te falar a verdade, eu tava no mesmo. Ainda tem muita coisa a melhorar, igual eu falei, mas já mudou, minha cabeça já mudou. [...] É porque antes eu punha os defensivos ali onde guarda o milho, tem acesso de criança, tem acesso animal, tem alimento né? Que põe banana e pegava a água aqui nesse terreiro e *caba* caindo resíduo de veneno né? Ai nossa, isso melhorou (E5).

Todavia, também se observam entendimentos divergentes, principalmente no contexto em que a norma UTZ se propõe a ser entendida. De uma forma geral, observado mais enfaticamente em E1, E2, E3, E6 e E8, os produtores não são capazes de relacionar os aspectos da norma UTZ com a realidade da propriedade rural, o que aparenta modificar o seu

entendimento da organização do Código de Conduta UTZ. Um exemplo recorrente é o entendimento de que o manejo de agroquímicos é um tema ambiental para os produtores, logo deveria estar alocado no Bloco D do Código UTZ, no entanto, a UTZ o considera ser um tema de prática agrícola, alocado no Bloco B; outro exemplo é o tema de segurança do trabalho ser entendido como um tema gerencial pelos produtores devendo estar alocado no Bloco A, todavia a UTZ entende que é um tema social e o aloca no Bloco C. Um exemplo é a declaração de E2, quando questionado sobre melhorias ambientais na sua propriedade: “Melhorou é... que eu digo, que eu já disse o **descarte de defensivo, a devolução de embalagem**, as proteções de nascente” (E2), onde os temas em destaque estão alocados no Bloco B do Código UTZ, e não no Bloco D que era o tema do questionamento.

Alguns produtores direcionaram o conceito de sustentabilidade para o seu eixo econômico, caso de E2, E3, E6, E7 e E12, declarando uma mudança de sua filosofia de trabalho com a adoção da certificação sendo essa visão mais direcionada a economia de recursos e redução de despesas, relevante para o fomento de resiliência econômica, conforme coloca E12 o foco da sustentabilidade econômica em sua declaração:

Essa parte de cuidar da fazenda, de tudo que *ocê* tem, *ocê* ter 100% de controle daquilo que *cê tá* fazendo, essa, pra mim a sustentabilidade é isso aí, ter controle de tudo. Saber quanto que eu *tô* gastando aqui, quanto que eu *tô* gastando ali, quanto que eu *tô* arrecadando, quanto que eu *tô* fazendo e isso aí (E12).

No entanto, os produtores que centralizam a filosofia da UTZ no seu aspecto econômico têm dificuldade em relacionar a sustentabilidade proposta pela UTZ com os outros eixos de trabalho, social e ambiental, conforme coloca E2, quando perguntando qual seu entendimento sobre a sustentabilidade promovida pela UTZ, não relacionando com outros aspectos:

Eu já tinha sim, um, assim, é... um controle de custo de produção, mas com a agregação da certificação aí, vem sempre aprimorando onde a gente pode economizar, a gente pode fazer controle de algum, diminuir custo, porque o preço final é o mercado que coloca *né* (E2).

Um importante câmbio filosófico também relatado pelos produtores E4, E5 e E12 é que a certificação UTZ foi assimilada como uma poderosa ferramenta de mudança de cultura, cuja percepção é positiva, tão positiva ao ponto de continuarem praticando as demandas da certificação mesmo que tenham que deixar de ser certificados por algum motivo, conforme declara E4: “(Caso a certificação acabe) continuaria com a visão que eu tenho hoje, entendeu? Não ia *vorta lá trás* do jeito que era, tudo desorganizado.” (E4), e E3:

(caso a certificação acabe) eu continuo no meu, sem tá com os benefícios da certificação eu vou continuar com a minha, buscar minha organização, aí tentar melhorar o máximo possível, reduzir, reduzir serviços, é... uma coisa que eu não gostava muito é serviço muito braçal, muito. Então, eu procuro tornar o serviço mais prático possível.

Como colocado anteriormente, a filosofia da UTZ pode ser assimilada de formas muito subjetivas, como é o caso de E1 e E7, que entendem a UTZ como uma filosofia de melhoria contínua, e são capazes de implementar essa filosofia através da constante busca de cursos e capacitações. E3 e E12 colocam que a certificação possui foco na prática e na produtividade, entendendo essa como sua principal filosofia.

Por fim, entendimentos isolados foram observados como o de já ser sustentável antes da implementação da certificação (E2); o de que não existe uma relação entre certificação e sustentabilidade, pois as demandas de implementação da certificação não necessariamente dependem da certificação para serem implementadas (E3); o entendimento de que há um limite de melhoria que é possível ser atingida em uma propriedade (E5); e a percepção de que a certificação não é capaz de alterar a visão sobre sustentabilidade, mas sim reforça-la (E7). Todas as percepções dos entrevistados sobre a filosofia de sustentabilidade a UTZ estão sumarizadas no Quadro 14, divididas entre as distintas assimilações da filosofia UTZ e os aparentes gargalos observados para essas assimilações.

Quadro 14 – Percepções da filosofia sustentável da Certificação UTZ.

| Categoria | Entrevistado | Percepções |
|-------------------------------|---|---|
| Assimilações da filosofia UTZ | E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E10, E11, E13 | UTZ como ator que viabiliza organização e melhoria estética da propriedade, de forma geral. |
| | E1, E2, E3, E4, E5, E8, E9, E13 | UTZ como promotor de conscientização para temas de sustentabilidade. |
| | E4, E5, E6, E8, E10, E11 | UTZ como promotor da preservação da fauna e da flora. |
| | E2, E3, E6, E7, E12 | UTZ como redutor de despesas, custos e promotor de sustentabilidade exclusivamente econômica. |
| | E3, E4, E5, E12 | UTZ como ator de modificação de cultura gerencial, internalizando práticas mesmo que o produtor deixe a certificação. |
| | E1, E7 | UTZ como promotor de melhoria contínua, aumentando a capacidade do produtor de adquirir conhecimento. |
| | E3, E12 | UTZ como promotor de eficiência prática e produtividade. |
| | E7 | UTZ como ator de reforço de filosofia sustentável, não promotor. |

Fonte: Do autor (2019).

Quadro 14, parte final.

| Categoria | Entrevistado | Percepções |
|-------------------------|---------------------|---|
| Gargalos de assimilação | E1, E2, E3, E6, E8 | Organização dos temas do Código não refletida no entendimento do produtor. Ex. Agroquímicos (Bloco B) entendidos como tema ambiental (Bloco D). |
| | E2 | Produtor com percepção de sustentabilidade atingida antes da certificação. |
| | E3 | Percepção de que demandas de sustentabilidade podem e devem ser implementadas sem a certificação. |
| | E5 | Percepção de um limite de melhoria que é possível de ser alcançado. |

Fonte: Do autor (2019).

A categoria que tem relação à percepção a UTZ como negócio e seu entendimento como organização, no geral não entendida relacionada à organização UTZ, mas sim no que essa organização significa dentro do ambiente da propriedade. Além disso, alguns produtores conseguiram relacionar essa categoria com a compreensão negocial do mercado de sustentabilidade e seu funcionamento.

Os produtores E1, E2, E5, E6, E7, E8, E10, E11, E12 e E13, reverberando opiniões colocadas em outras categorias, consideram a certificação UTZ como algo positivo que enriqueceu e melhorou o funcionamento da propriedade. Em outras palavras, tem a imagem de que a certificação é algo positivo, motivando outros produtores a adotar essa iniciativa, conforme coloca E12:

Quanto mais organizado, mais fácil é de tocar, entendeu? Então, a certificação caiu como uma luva, era exatamente o que eu *tava* precisando, além *deu* organizar, eu *tô* recebendo pra organizar e é o que eu queria fazer mesmo se não tivesse certificado, entendeu? (E12).

Embora a grande maioria dos produtores reconheça uma imagem positiva da adoção do programa, o fator de motivação de entrada no programa de certificação tem dois eixos muito distintos. O primeiro deles, colocado claramente por E1, E2, E7 e E9, é a percepção de que a motivação de ganho econômico, no caso o prêmio, é o principal incentivo para entrar ou se manter na certificação, nas palavras de E2: “É, e principalmente o incentivo final né? Se não tiver o incentivo final no preço agregado, a gente vai desanimando” (E2).

Por outro lado, conforme declaram E5, E11 e E12, a motivação econômica não é o principal fator que viabiliza a entrada na certificação ou manter-se nela, e entendem que o valor do negócio da certificação UTZ está na capacidade de promover uma visão diferenciada de agricultura, e não no ganho econômico, conforme coloca E5 quanto questionado sobre sua

opinião do valor do prêmio UTZ: “(sobre a quantia do prêmio) *Ah*, não sei pra te falar se é muito se é pouco, a gente já ganha de se organizar, já é bom pra gente.” (E5).

Os produtores E10 e E13 colocam que a certificação é uma necessidade, não apenas de mercado, mas de empoderamento e possibilidades ao produtor, conforme coloca E10: “é uma, uma necessidade. [...] De adequação as normas, e a proteção da natureza, porque ela, a certificação por si só ela te orienta e te, quase que te obriga a respeitar mais a natureza” (E10). Não obstante, E6 e E12 salientam que o período de adaptação e transição da fase não certificada para a certificada é penoso, algo percebido em todos os discursos, no geral.

A profundidade de compreensão da norma e seus conceitos intrínsecos e implícitos tem relação direta com o nível de escolaridade e abertura dos produtores, conforme coloca E7:

Um parêntese nessa questão, eu acho que o pequeno produtor. Então, eu acho assim que eu tenho um privilégio que eu tenho nível superior, meu marido tem, as irmãs, eu tenho sobrinho veterinário, eu tenho irmã advogada, então assim, a gente tem um nível de instrução legal e que permite a gente não ter dificuldade de ir num lugar conversar, perguntar, tal e de ir atrás de conhecimento (sobre certificação). Eu acho que, isso é uma colaboração isso que eu vou falar, eu acho que o pequeno produtor que nasceu ali, que vive duramente da lavoura, eu acho que ele tem um bloqueio de buscar isso (E7).

Por fim, algumas percepções isoladas foram observadas como as perspectivas de retorno financeira positiva (E12) e negativa (E9); falta de clareza em saber o que é a UTZ e onde está localizada (E4); uso confuso de nomenclaturas da norma, como por exemplo certificação e certificadora (E4), salientando uma incompreensão dos termos¹⁴. As percepções observadas estão resumidas no Quadro 15.

Quadro 15 – Percepções sobre o modelo de negócio da Certificação UTZ.

| Entrevistado | Percepções |
|--|--|
| E1, E2, E5, E6, E7, E8, E10, E11, E12, E13 | Ser certificado é passar uma imagem positiva. |
| E1, E2, E7, E9 | A principal motivação para entrar ou se manter na certificação é econômica. |
| E5, E11, E12 | A principal motivação para entrar ou se manter na certificação é a mudança cultural. |

Fonte: Do autor (2019).

¹⁴ Segundo a nomenclatura comumente utilizada pela ISEAL Alliance, ‘Certificação’ é o termo que se refere à empresa que elabora as regras da certificação, enquanto ‘Certificadora’ se refere a empresa que realiza serviços de auditoria e verificação dessas normas.

Quadro 15, parte final.

| Entrevistado | Percepções |
|--------------|--|
| E10, E13 | Certificação é uma ferramenta necessária de empoderamento do produtor. |
| E6, E12 | A transição cultural da não-certificação para a certificação é penosa. |
| E4 | Há falta de clareza em saber o que é a UTZ e onde ela está. |
| E4 | É confuso distinguir Certificação de Certificadora. |
| E7 | O nível de entendimento e profundidade da norma é afetado pela escolaridade e vontade do produtor certificado. |
| E9 | Percepção de que, financeiramente, não compensa ser certificado. |
| E12 | Percepção de que, financeiramente, compensa ser certificado. |

Fonte: Do autor (2019).

As percepções contraditórias narradas pelos entrevistados E9 e E12 em relação à certificação ser um elemento compensatório ou não passa pela percepção dos reais benefícios da certificação. Pôde-se observar, de forma geral, que existem duas percepções claras dos benefícios da certificação: o financeiro, que pode ou não ser percebido mediante à uma conjuntura econômica e de custos da propriedade; e um mais ‘colateral’ que permeia outros tipos de benefícios não financeiros como acesso a mercado, organização e outros.

Em geral, os produtores que colocam o foco na parte financeira tem certa propensão a posicionar a certificação como algo sem compensação financeira, seja pelo esforço empregado ou pelo retorno financeiro em si. Por outro lado, aqueles que possuem uma visão mais holística e integrada do funcionamento da certificação da fazenda, apesar do mercado não estar em termos mais favoráveis ao produtor naquele momento, enxergam benefícios na certificação.

5.3.4. A representação dos produtores na construção do programa

A categoria de representação dos produtores tem relação com a possibilidade de os produtores interagirem diretamente com a UTZ no sentido de participarem em sessões de construção da norma e veiculação de suas necessidades enquanto produtores certificados e relação que possuem com a gerência do grupo certificado em que estão inseridos.

Com relação a interação desses produtores com a UTZ durante os processos de construção da norma UTZ ao longo das sessões de consulta pública, que ocorrem de acordo com os procedimentos da ISEAL Alliance, **todos** os produtores reportaram que jamais participaram em qualquer evento organizado pela UTZ, participando apenas de eventos de certificação organizados pela Coopercam.

Ainda, em declarações isoladas, observou-se que a cooperativa realiza a entrega dos documentos UTZ a serem utilizados na propriedade, como por exemplo o checklist de

verificação com todos os pontos de controle a serem implementados na propriedade (E4); a parceria de um produtor com a certificação UTZ na instalação de um biodigestor (E6); e uma percepção de que a UTZ, em geral, está distante do pequeno produtor, conforme relata E7:

Sabe por que eu falo isso, por exemplo, a gente lá em casa, a gente não tem nenhum vício de lavoura, ah eu sempre fiz assim, vou fazer, mas quem tá lá na terra tem, porque vem vindo naquela vida dura de tirar o sustento da terra. A gente tem outra renda então, mas a gente quer ter renda da terra, mas eu penso que a, talvez a UTZ, já que vai lidar com o pequeno produtor, a COOPERCAM e as empresas né? Que estão com elas, acho que podiam encontrar uma dinâmica, uma forma de alcançar essas pessoas, né? [...] Tá (distante) sim. [...], então eu acho que vocês têm que achar um mecanismo de aproximar do agricultor (E7).

As percepções acerca da relação dos produtores diretamente com a UTZ estão sumarizadas no Quadro 16.

Quadro 16 – Percepções da relação entre produtor e Certificação UTZ.

| Entrevistado | Percepções |
|--|--|
| E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13 | Conhecimento sobre certificação obtido exclusivamente com a cooperativa. Sem participação em eventos organizados pela UTZ. |
| E4 | Acesso aos documentos de certificação facilitados pela cooperativa. |
| E6 | Desenvolvimento de uma parceria direta com um projeto da UTZ. |
| E7 | Sensação de distância entre da UTZ e o pequeno produtor |

Fonte: Do autor (2019).

Com relação acerca da relação do produtor com a gerência do grupo certificado foi possível observar dois fatores muito importantes relatados por todos os produtores entrevistados. O primeiro deles é que todos declaram não ter acesso ao sistema de rastreabilidade da UTZ *Good Inside Portal*, tendo acesso apenas ao sistema de rastreabilidade do grupo certificado, onde podem colocar informações sobre os tratos culturais, porém não relacionados a certificação. O segundo fator é que não existe uma distinção entre as funções da Empresa Privada e da cooperativa que implementa a certificação, fazendo com que todos entendam a operação como conduzida apenas pela cooperativa, que é o elo que possuem mais contato. Na prática, isso significa que os produtores têm acesso apenas ao sistema de rastreabilidade do grupo certificado e entendem que a Cooperativa é quem organiza o grupo de certificação, o que não corresponde à realidade sob a perspectiva do escopo da certificação.

Os produtores E1, E5 e E6 relatam que, apesar de terem acesso ao sistema de rastreabilidade do grupo certificado, entregam todas as anotações para o técnico responsável que realiza as visitas de campo para acompanhamento na propriedade, e esta pessoa que realiza os lançamentos desses dados dentro do sistema de rastreabilidade. Tal fato foi observado em declarações isoladas de outros produtores como uma atividade corriqueira, e pode ser observado pela explicação do Técnico de Campo B, durante a entrevista realizada com o produtor E5:

Cada um tem um login e senha, todo mundo tem, o problema é que as vezes, como, igual, por exemplo, é muito corrido o dia a dia, não dá tempo de fazer e a gente não pode, tem prazo pra entregar alguma coisa, lançar alguma coisa. Então se eles não lançar, a gente tem que lançar (Tec-B, em E5)

A concepção do funcionamento do grupo também é conhecida por poucos produtores, uma vez que a maioria não foi capaz de pontuar as dinâmicas de organização do mesmo, uma vez que, como demonstra E9, não fica clara a distinção do que é função da cooperativa e do que é função da Empresa Privada: “*Uai, eu num sei, a partir desse ano, a relação entre a Empresa Privada e a Coopercam parece que alterou, mas eu não sei a fundo não*” (E9).

O produtor E1 entende que certificação é basicamente a obrigação de levar as anotações de suas atividades para o Técnico de Campo para que ele possa digitalizar esses dados, excluindo componentes importante desse processo: “Então essa parte aí acho que a gente faz é na cooperativa, eles levam o café pra lá e quando vende o café já tem *as notação*, entrega na mão deles né?” (E1). Essas anotações são cadernos de campo fornecidos pela gestão do grupo.

Nesse sentido, o produtor E9 pode pontuar que o prêmio da certificação obtido com a venda posterior dos cafés certificados é responsável pela manutenção do grupo certificado, embora não observe o retorno financeiro esperado:

Esses dez reais aí (prêmio), segundo eles é um bônus que cooperativa paga pra incentivar continuar no plano, porque não sei, segundo eles não *tão* conseguindo vender o café como um café certificado. Então, esses dez reais é o bônus que a cooperativa paga só pra manter o grupo funcionando, isso é o que eles me passaram, porque eu já questionei várias vezes (E9).

Porém, aparentemente há uma questão mais profunda em relação a configuração do grupo e sua organização. Os produtores E2 e E10 citaram que existe um programa institucional da Empresa Privada que financia o grupo que estabelece um sistema de *barter*¹⁵ que, ao

¹⁵ *Barter*, em resumo, é uma operação em que um produtor pode adquirir insumos agrícolas e pagá-los com produtos agrícolas colhidos na próxima safra através de um contrato, permitindo que não despenda recursos financeiros em espécie.

aderirem, permite que os produtores ingressem ou permaneçam no grupo certificado, sendo esse o meio pelo qual o grupo se financia, também confirmado pelo Técnico de Campo A.

Os produtores E2 e E10 entendem que a iniciativa é positiva e justa, porém E10 cita que gostaria de utilizar outros defensivos químicos de outras empresas para realizar um rodízio de princípios ativos para que as pragas e doenças de sua propriedade não criem resistência a esses produtos, algo que não pode fazer devido à exigência do grupo em permanecer dentro do programa institucional para permanecer dentro do escopo de certificação UTZ como parte do grupo trabalhado pela cooperativa e pela Empresa Privada que coordena e financia a implementação de certificação:

“A gente, eu sou profissional da área, eu sei que um grupo químico ali, vai indo vai causar uma resistência, aos microrganismos. [...] Já faz doze *ano*, treze *ano* que eu *tô* com a Empresa Privada, eu gostaria de trocar assim, pra dar um choque de químico” (E10).

O produtor E3 enxerga uma relação de poder negativa pela forma que o grupo é manejado e tal relação limita o seu poder de escolha e ação, conforme declara E3:

Uma crítica que tenho da UTZ, é que ela não é um, ela não me parece, o que eu estudei no site, ela não me parece que é uma coisa pra pequeno produtor, o que eu entendi no site é que ela foi criada pra ser pra grandes fazendeiros. Pequeno produtor, se não existisse esses grupos ele *num* poderia entrar *né*? E essa Empresa Privada exige seja fiel a ela, pra que a gente continue nesse grupo. A gente, minha única crítica a respeito disso é isso, entendeu? Eu me sinto um pouco refém da Empresa Privada, por *tá* na UTZ (E3).

De forma geral, existe um sentimento de que as informações de organização do grupo são vagas, onde o maior contato que os produtores tem com a gerência do grupo é o contato com os técnicos de campo. Todas as percepções declaradas pelos produtores em relação à sua relação com a gerência do grupo certificado estão resumidas no Quadro 17.

Quadro 17 – Percepções da relação do produtor e gerência do grupo certificado.

| Entrevistado | Percepções |
|--|--|
| E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13 | Desconhece o sistema de rastreabilidade da UTZ <i>Good Inside Portal</i> . |
| E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13 | Não é capaz de apontar a divisão de responsabilidades entre entidade privada gerente do grupo e cooperativa. |
| E5, E6 | Produtores tem apenas acesso ao sistema do grupo de certificação, porém quem realiza o lançamento dos dados é o técnico de campo do grupo. |

Fonte: Do autor (2019).

Quadro 17, parte final.

| Entrevistado | Percepções |
|---------------------|--|
| E2, E10 | Cita o <i>barter</i> como exigência para participação no grupo de certificação, como modelo de financiamento do grupo. |
| E1 | Visão de que a certificação se resume a anotação nos materiais fornecidos pelo grupo e sua entrega na cooperativa quando o café é armazenado como certificado. |
| E3 | Percepção de uma relação de poder desigual com a Empresa Privada que gerencia o grupo, pois caso o grupo seja dissolvido por ela, não teria condições financeiras de optar pela certificação individual. |
| E9 | Entendimento de que o prêmio da venda posterior dos cafés certificados financia as atividades de certificação do grupo. |

Fonte: Do autor (2019).

5.3.5. A perspectiva de transação da certificação

A categoria de perspectivas de transação da certificação engloba os mecanismos de venda do produto certificado, buscando observar se houve alterações após a adoção da certificação quando os produtos são negociados; a observação de agregação de valor ao produto certificado; e o entendimento da transparência da formação e comunicação do valor agregado.

Com relação às modificações nos mecanismos de venda, todos os produtores declararam haver uma diferenciação do valor entre produto certificado e não certificado. A nomenclatura desse diferencial é mencionada por eles como prêmio (E3, E5, E8, E9, E10 e E13), bônus (E1, E4), adicional (E7, E11, E12), ágio (E2, E6), porém todos os termos utilizados para se referir ao valor do prêmio UTZ que incorre na transação de produto certificado, mandatário conforme determina a certificação UTZ (UTZ, 2015, p. 14).

Apesar do prêmio, os produtores E1, E2, E6, E8, E9 e E10 colocam que não houve alterações no meio pelo qual a venda é realizada, isto é, é realizada com os mesmos critérios e com os mesmos parceiros comerciais antes da certificação, demonstrando um aspecto de cultura fortemente mantida mesmo após a certificação, conforme coloca E1 “Não, isso não mudou não. O jeito de vender é o mesmo, só tem o café que é já tem a rastreabilidade e eles pagam o bônus a mais. Isso que mudou. O jeito de vender é o mesmo jeito” (E1).

Não obstante, diversas modificações de mecanismos de venda foram observadas nas declarações dos produtores, como por exemplo nos depoimentos de E12 e E13 que declaram trabalhar de forma distinta após a certificação, enxergando-a como uma diferenciação e classificando produtos certificados e não-certificados como produtos diferentes, observando uma possibilidade de trabalho refletida em estratégia de precificação, conforme coloca E12:

Mudou, porque é o seguinte, toda vez que eu vendia o café o preço era X, com a certificação é X mais 1, então quando *cê* vai, quando eu vendo, eu nunca vendo naquele preço que *tá*, eu procuro, todo mundo procura sempre um preço melhor (E12).

Os produtores E11 e E12 declaram que, após a certificação começaram a realizar ou aumentaram a quantidade de operações no mercado de derivativos, nesse caso, o mercado futuro, como uma operação importante para garantia de preço e viabilidade financeira da propriedade agrícola. Observa-se esse comportamento na continuação de diálogo de E12:

Eu *tô* falando do adicional da certificação e da qualidade que eu *tô* oferecendo, pedindo mais, principalmente quando eu vou fazer uma fixação de café, entendeu? Quando eu vou fazer uma venda futura. O café tem um preço, eu *tô* oferecendo um café certificado, então ele tem que valer mais (E12).

Nota-se que E12 realiza a comparação entre os preços de cafés certificados e qualidades equivalentes não certificadas: “Sei, primeiro eu pego o preço do café normal, pra depois eu entrar na certificação, eu nunca agrego o preço com a certificação” (E12). Na sua visão, o mercado entende o conceito de premiação de forma diferente conforme propõe a norma UTZ, havendo um prêmio para a certificação e um prêmio para a qualidade do café, ou seja, quanto mais alta a qualidade de seu café, maiores preços são capazes de serem acessados.

Porém aspectos negativos nesses mecanismos foram observados, indicando que existem gargalos na operação de mercado, e um exemplo é a declaração dos produtores E2 e E5 que declaram realizar operações de venda por necessidade para equilibrar o seu fluxo de caixa, o que os impede de acessar preços mais vantajosos em determinadas épocas do ano, indicando haver uma falha no mecanismo, conforme coloca E2: “Não, não porque o jeito de vender, eu acho que quem põe preço é o mercado e a gente sempre, geralmente, trabalha um dia, as vezes a gente *tá* no vermelho, a hora que vai vender *cê tá* na necessidade de vender” (E2).

Ainda, E2 reconhece que o preço do café é determinado através de uma relação de oferta e demanda do mercado, e entende que é incapaz de desenvolver uma estratégia de precificação ou de mercado se os mecanismos de oferta e demanda dificilmente são favoráveis ao produtor, o que se resume a possibilidade de redução de custos, conforme declara:

Eu já tinha sim, um, assim, é... um controle de custo de produção, mas com a agregação da certificação aí, vem sempre aprimorando onde a gente pode economizar, a gente pode fazer controle de algum, diminuir custo, porque o preço final é o mercado que coloca *né* (E2).

Os produtores E2 e E9 se queixam de a cooperativa não automatizar o recebimento do café como certificado em seu momento de entrega, já que em algumas oportunidades

esqueceram de mencionar serem certificados e perderem os benefícios da certificação. Entendem que uma vez que se trata de uma relação comercial, a cooperativa deveria ter alguma forma de automatizar esse processo, conforme explica E9: “Não, a gente tem que falar, nem isso eles têm lá. Já cobre pra deixar, porque as vezes você esquece depois não paga nem o bônus. Já aconteceu comigo duas vezes de ter que ir lá falar não pagou, aí depois vem” (E9).

O produtor E7, por ser a primeira venda de produção certificada realizada sob sua gestão não se sentiu capaz de realizar comparações entre os mecanismos de venda antes e após a certificação. Essas percepções estão sumarizadas no Quadro 18, dívidas entre estratégias e gargalos de operação no mercado.

Quadro 18 – Percepções dos mecanismos de venda da certificação.

| Tipo | Entrevistado | Percepções |
|--------------------------|--|--|
| Estratégias de operação. | E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13 | Observa uma diferenciação de valor ao realizar operações de venda certificadas. |
| | E12, E13 | Entendimento da certificação como diferenciação e estratégia de mercado com produtos de qualidades distintas. |
| | E11, E12 | Aumento das operações com mercado futuro como meio de garantia de preço e viabilidade econômica. |
| | E12 | Concepção de existência de prêmio para a certificação e prêmio por qualidade. |
| | E12 | Observação e comparação do preço do café certificado com qualidades equivalentes não-certificadas para posicionamento. |
| Gargalos de operação. | E1, E2, E6, E8, E9, E10 | Nenhuma alteração do mecanismo observada. |
| | E2, E5 | Realização de vendas por necessidade de fluxo de caixa, impossibilitando acesso a melhores preços. |
| | E2, E9 | Queixa do processo de informação da certificação dentro da certificação, penalizando produtores que não informam seu estado de certificação. |
| | E2 | Reconhecimento de que o preço do produto é uma relação de oferta e demanda, impossibilitando uma estratégia de precificação. |
| | E7 | Sem elemento comparativo. |

Fonte: Do autor (2019).

Com relação à efetiva agregação de valor ao café após a adoção da certificação, os produtores E1, E3, E4, E5, E6, E7, E9, E10, E11, E12 e E13 declaram terem observado uma

agregação de valor no produto, ainda que em declarações curtas e sucintas, conforme coloca-se em E13: “Tem uma diferença aqui, no dez *real* por saco” (E13).

Apesar a incidência desse prêmio e de ele ser quantificado com facilidade pelos produtores entrevistados, os produtores E1, E6, E8, E9 e E10 tem uma opinião de que há uma necessidade de que o seja prêmio maior, conforme declara E8: “Olha, eu só vejo, aqui não, porque não *tá* tendo, você tem uma valorização muito pequena” (E8). Mais detalhadamente, E1, E2, E8 tem a percepção de que o valor do prêmio é insuficiente em relação ao esforço investido para manter-se certificado, nas palavras de E2: “Eu acho que o custo final não paga o esforço” (E2). O produtor E1 entende que a agregação é crucial para o desempenho agrícola ser incrementado, desencadeando processos mais profissionais, tendo que existir e ser percebido.

Os produtores E2 e E8 atentam para o fato de que ser um produtor certificado demanda que atividades corriqueiras sejam realizadas conforme procedimentos estabelecidos, nesse caso, pela UTZ, e que essas atividades incorrem em aumento de custos. A agregação de valor obtida com a certificação, em sua visão, não é suficiente para arcar com esses custos, o que na prática significa não haver agregação, por vezes prejuízo, conforme declara E2:

É. Até porque, vou te citar um exemplo, já comentei com o *TecA*, já levei até isso na diretoria, a questão do armazenamento. A certificação, através da rastreabilidade ali, no começo eu *tava* tendo que separar lote, então *pra mim* separar um lote e pagar o frete, eu teria que pagar meio frete *pra* transportar esse café *pra* cooperativa (E2).

O produtor E3 salienta uma outra forma de agregação de valor relacionada ao acesso a novos mercados para posicionar seu produto. No entanto, tem críticas à certificação UTZ pois considera que ela falha em prover os produtores com informação e possibilidade de acesso, causado até pela centralização da atividade comercial na cooperativa, conforme declara:

É, porque na verdade, isso é uma coisa paga pela cooperativa *né?* e quando você tem um café certificado, eu percebi, ele *tá* a disposição pra você negociar até com outras pessoas, aí você pode até conseguir. Eu acho, uma coisa que a certificação poderia tentar nos ajudar nesse ponto, era tentar apresentar outros clientes, eu acho, sei lá, a certificação talvez, nosso nome tenha em algum lugar no site, onde o cliente que quer comprar café certificado, ele acha esse pessoal aqui. [...] . É... porque na verdade isso é um processo lento, apesar de *tá* desde 2014, mas eu ainda não me sinto capaz de jogar meu café *num* mercado mais exigente. Entendeu? [...] Eu sei que tem um mercado, que ele, ele quer comprar teu produto, mas ele exige o quê? (E3).

Sobretudo, E3 enxerga que os processos de agregação de valor propostos pela certificação, seja através da agregação efetiva de valor no preço de venda do produto ou através

do acesso a novos mercados e clientes é lento, o que causa um desestímulo ou desencorajamento dos produtores em investir na manutenção da certificação, liderados por esse sentimento de frustração com, na sua visão, a falha da certificação em cumprir seus propósitos.

As percepções dos produtores em relação ao tema de agregação de valor ao seu produto após a certificação estão reunidas no Quadro 19.

Quadro 19 – Percepções sobre a agregação de valor com a certificação.

| Entrevistado | Percepções |
|--|--|
| E1, E3, E4, E5, E6, E7, E9, E10, E11, E12, E13 | Incidência de agregação efetiva de valor com a certificação. |
| E1, E6, E8, E9, E10 | Há a necessidade de que a agregação de valor com a certificação seja maior. |
| E1, E2, E8 | A agregação de valor é insuficiente em relação ao esforço investido na manutenção da certificação. |
| E2, E8 | Não há agregação de valor, já que os custos que incorrem da manutenção da certificação não são remunerados pela agregação de valor, se perdendo ao longo dos custos agregados. |
| E3 | Agregação como acesso a mercados diferentes. Enxerga a certificação UTZ como falha em prover informação e acesso sobre novos mercados. Processo de agregação de valor lento. |
| E1 | Percepção de que a agregação de valor é um desencadeador de eficiência de venda. |

Fonte: Do autor (2019).

Com relação à transparência do valor do prêmio que é oferecido aos produtores certificados pelo grupo, todos os produtores foram capazes de indicar que o valor do prêmio da certificação é estabelecido em R\$ 10,00 (dez reais) a mais por saco de café. Os produtores E1, E3, E5, E10, E11 e E13 declararam que esse valor é fixado e que sua discriminação é correta.

Os produtores E2, E6, E8 e E9 demonstram uma frustração muito clara com o valor, em sua opinião, baixo do prêmio estabelecido pela Cooperativa, indicando não entender o porquê de estar estabelecido nesse valor principalmente quando se coloca a variável qualidade nessa equação de formação de preço, conforme se vê em E8:

Não, confunde um pouquinho, porque a valorização é pequena, o trabalho é maior, até porque, veja bem, uma pessoa que faz o café de qualquer maneira, se ele colher um café bebida dura e tal, chega a valorizar o dele é dez reais a menos do que eu *tô* tendo. Teria que ter, a certificação teria que dar uma melhorada no valor (E8).

Os produtores E1 e E9 especificam essa frustração com o processo de queda do valor do prêmio da certificação UTZ ao longo do tempo, enquanto membros do grupo, colocando que

ao longo do período de certificação esse valor foi alterado, e que há três anos o valor do prêmio não é reajustado, sem indicação dos critérios para tal. Conforme a declaração de E9:

Porque a proposta inicial, quando vieram com esse negócio, o café *tava* em torno de duzentos e cinquenta reais, aí eles *falou* que poderia chegar até vinte reais, aí dá 8%, 8% hoje dá mais de trinta. E nunca, aí na verdade, no primeiro ano pagaram cinco reais no bônus, depois no segundo ano não pagaram nem isso, porque deu uma parada, depois aí eu até parei, aí depois voltou, voltou com dez aí já faz três anos (E9).

E1 coloca que sua frustração também é relacionada com o fato de que o prêmio pago pela certificação é apenas direcionado ao ‘café bom’, como potencial produto de exportação:

Não, é, nessa parte, nesse bônus aí, nessa parte acho que foi sim. A gente empolgou. Até na época que a gente entrou, eles falaram que iam pagar mais um pouco, entre dezoito e vinte reais. Aí, *num* foi. Aí pagou dez reais a mais por saco e veio vindo. Dez reais no saco de café bom, né (E1).

Não obstante, também há a percepção positiva do valor do prêmio e da sua transparência, principalmente no seu uso, conforme indicam os produtores E4, E7 e E12, mencionando diferentes estratégias para uso do prêmio como o pagamento de contas da propriedade (E4), o pagamento dos custos de armazenagem (E7) e o pagamento dos registros e obrigações tributárias de trabalhadores registrados (E12); conforme se vê em E4:

Hoje, por exemplo, tudo que vim a mais pra gente é *baum*, eu acho que tipo, um real pra mim é muito dinheiro *né?* Tipo assim hoje é dez reais *né?* Ai muita gente fala assim *cê* é certificado, sou, mas quanto eles te paga, *ah* paga dez, uai mas *tá loco* dez reais não compensa, é muito pouco, mas ai *cê* para, *cê* colhe cem saca de café *ocê* vende a dez reais, dá mil, já quase paga a luz da sua propriedade durante um ano, quer dizer que é muito dinheiro, *né?* (E4).

O Quadro 20 resume as percepções dos produtores acerca da transparência do valor do prêmio e sua destinação dentro da propriedade certificada.

Quadro 20 – Percepções sobre a transparência da formação e uso do prêmio.

| Entrevistado | Percepções |
|---------------------------|---|
| E1, E3, E5, E10, E11, E13 | Discriminação do valor é correta com fixação de prêmio fixo em R\$ 10,00 por saca de café. |
| E2, E6, E8, E9 | Frustração com o valor baixo do prêmio. |
| E4, E7, E12 | Percepção positiva. Uso para pagar custos da propriedade. |
| E1*, E9 | Frustração com a queda do prêmio ao longo do processo de certificação e permanência no grupo. Pago apenas ao café de bebida boa*. |
| E9 | Frustração com o prêmio não ser reajustado há três anos. |

Fonte: Do autor (2019).

5.3.6. A construção de relacionamentos através da certificação

A categoria da construção de relacionamentos através da certificação está relacionada com como os produtores alteraram relações com outras organizações, especialmente a cooperativa com a qual são filiados. No contexto em que se entrelaçam os fatos de serem cooperados e serem certificados, os produtores E1, E2, E3, E5, E6, E7, E9, E10, E11 e E13 declaram que a cooperativa é seu principal parceiro de implementação e orientação em relação à certificação e ao cumprimento da legislação do país, narrando as visitas de campo como principal meio de contato relacionado com a certificação. Um exemplo é a declaração de E7 sobre como funciona esse trabalho de orientação:

Melhorou muito, que abriu um canal de relacionamento assim, muito próximo, muito estreito, muito aberto, franco. [...] Da abertura de eu vir aqui, posso falar com você olha *tá* acontecendo isso e isso, me orienta. Olha eu não entendi isso aqui me ensina. Um aprendizado mesmo (E7).

Os produtores E2, E3, E5, E6, E7, E9, E11, E12 e E13 declaram que, após a adoção da certificação houve uma melhoria do relacionamento institucional entre si e a cooperativa, conforme coloca E6, demonstrando esse aumento de contato “*Uai* melhorou. Melhorou, dona Maria *cê* mesmo viu que *nois* conheceu muita gente. O convívio nosso hoje é diferente. Recebe mais visita, a gente. É mais incluído” (E6).

No entanto, os produtores E1, E4, E8 e E10 não perceberam mudanças no convívio ou relacionamento institucional, após a adoção da certificação, com a cooperativa, conforme coloca o produtor E8:

Acho que não teve alteração não, não mudou muita coisa não. Acho que *tá*, antes *aí* e agora, acho que teve muita influência ainda não. Não, que eles, a maneira que eles, aqui por exemplo, são muita propriedade, no caso, que eles têm que visitar, tanto certificado, quanto não certificado, *né?* Então, não (E8).

Alguns produtores possuem queixas como E9, que se queixa do fato de a cooperativa não ser capaz de vender o produto certificado adiante na cadeia como certificado, o que impossibilita o repasse de agregação de valor:

Esses dez reais *aí*, segundo eles é um bônus que cooperativa paga pra incentivar continuar no plano, porque não sei, segundo **eles não tão conseguindo vender o café como um café certificado**. Então, esses dez reais é o bônus que a cooperativa paga só pra manter o grupo funcionando, isso é o que eles me passaram, porque eu já questionei várias vezes (E9, grifo nosso).

E4, que se queixa de o pequeno produtor não ser uma prioridade institucional da cooperativa, conforme coloca:

Eu sempre martelo, que eu falo assim que nós somos pequeno produtor, e que a gente é que pega, quando você é dono, que você que pega, que faz, você faz com amor e carinho e deveria ter uma atenção maior, *cê* entendeu? Do que o grande produtor que paga pra fazer, e as vezes nem tá lá pra ver se *tá* sendo bem feito. Ai nessa área, a gente não é olhado com prioridade não, *cê* entendeu? (E4).

Os produtores E5, E9 e E12 declararam operar com mais de uma cooperativa para garantir melhores preços para seus produtos; objetivo buscado pelo produtor E3. O produtor E12 utiliza esse tipo de relacionamento para endereçar a percepção de que a Coopercam realiza o pagamento de prêmio apenas para o café com potencial de exportação, direcionando cafés de qualidade inferior, ou mesmo quando a situação de preço é mais favorável para o café de exportação, para cooperativas que tem condição de pagar premiação sobre os mesmos:

Na comercialização o fato de ser certificado já interessa o comprador. Vou só ter de dar um exemplo, seguinte, *não* coloquei café só na COOPERCAM, eu coloquei café na CooperativaX também, e a certificação da CooperativaX, ela me remunera mais do que a COOPERCAM, ela me remunera quinze por saca e quando eu ofereço o meu café, eles me dão um preço, eu não vendo naquele preço (E12).

As percepções dos produtores sobre a construção de relacionamento com a cooperativa se resumem no Quadro 21.

Quadro 21 – Percepções sobre a relação com a cooperativa.

| Entrevistado | Percepções |
|---|--|
| E1, E2, E3, E5, E6, E7, E9, E10, E11, E13 | Enxerga a cooperativa como orientador e implementador da norma/legislação. |
| E2, E3, E5, E6, E7, E9, E11, E12, E13 | Observação de melhoria de relacionamento comercial e institucional. |
| E1, E4, E8, E10 | Sem percepção de mudança. |
| E5, E9, E12 | Realização de operações com mais de uma cooperativa |
| E3 | Objetiva procurar outros parceiros comerciais para buscar melhores preços. |
| E4 | Queixa de o pequeno produtor não ser uma prioridade para a cooperativa, em relação à grande propriedade. |
| E9 | Queixa de a cooperativa não ser capaz de vender o produto como certificado. |

Fonte: Do autor (2019).

6. DISCUSSÃO

Ao longo da pesquisa documental realizada com os documentos referentes a auditoria do grupo pode-se evidenciar dois fatores primordiais a caracterização do grupo certificado em relação aos seus produtores e o desempenho do mesmo em relação ao processo de certificação, indicando seus principais desafios de trabalho.

Com relação à caracterização dos produtores, notou-se que, na área de amostragem do estudo, os produtores de fato têm características que representam pequenas unidades produtivas no Brasil. Indicadores como áreas totais e de cultivo menores, produção em quantidade absoluta reduzida, porém altamente eficiente em termos de produtividade e utilização de mão de obra. Essa caracterização é importante pois é um indicativo de que a área amostrada para o estudo esteve condizente com seu propósito de trabalho com pequenos produtores de café no contexto sul-mineiro de produção.

Para iniciar o processo de discussão dos dados obtidos com a pesquisa documental e das entrevistas dos produtores certificados, triangulando esses dados, propõe-se sistematizar os entendimentos obtidos acerca do funcionamento do grupo de certificação, seguido pelos contextos de representação, normativos e de transação, conectando-a aos Estudos de Mercado Construtivistas.

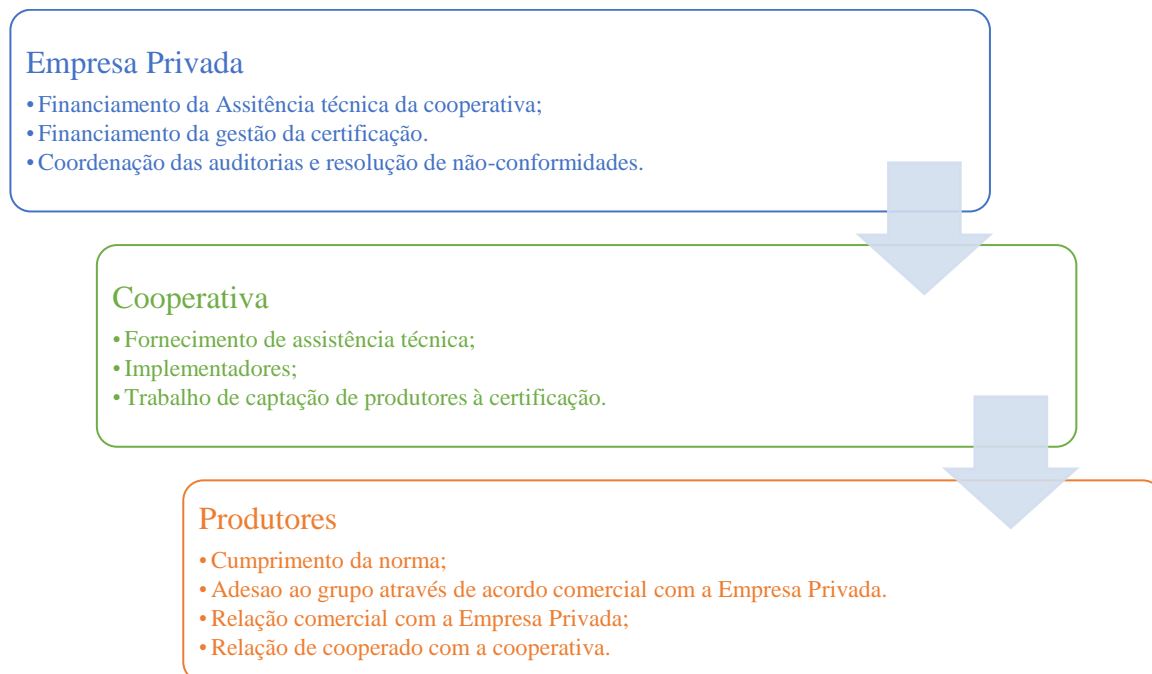
6.1. O processo de constituição do grupo de certificação.

Uma vez que as percepções dos produtores sobre a certificação são conhecidas, é também necessário entender o contexto em que os produtores foram envolvidos na certificação. Com as entrevistas dos produtores de E1 a E13 e a entrevista com o TecA E14, foi possível compreender como o vínculo desses produtores com a certificação UTZ ocorre através do intermédio da Cooperativa com a gestão de uma Empresa Privada; e a compreensão desse contexto é relevante para entender como as Práticas de Mercado realizadas pela certificação UTZ são, de fato, efetivadas.

De forma resumida, a Empresa Privada é a figura principal do grupo de certificação pois é quem institucionalmente o representa e através de uma relação de financiamento com a Cooperativa, realiza certas atividades de campo conduzidas pela cooperativa. A Cooperativa, é o elo de relação da Empresa Privada com o produtor, que será captado para adentrar o grupo de certificação, realizando atividades de implementação e fornecimento de assessoria técnica para os produtores que estão pleiteando a certificação. Aos produtores cabem implementar as

práticas caso façam a adesão ao grupo, sendo cooperados à cooperativa e tendo uma relação comercial com a Empresa Privada, conforme indica a Figura 37.

Figura 37 – Atores identificados no contexto da pesquisa.



Fonte: Do autor (2019).

No contexto analisado, existem quatro momentos muito importantes na linha do tempo que se inicia a partir da não-certificação, culminando na manutenção do certificado ora obtido, são elas: [1] Pré-certificação; [2] Vinculação; [3] Preparação; [4] Certificação.

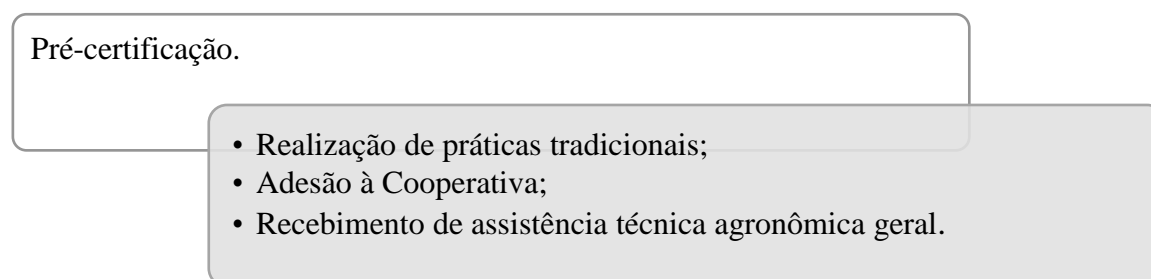
Ao longo da fase de Pré-certificação, nota-se que os produtores realizam as práticas de gestão, agronômicas, sociais e ambientais em suas fazendas de acordo com os princípios da tradição da região. Em outras palavras, isso significa realizar as aplicações de insumos em quantidades não determinadas em análise, ou negligenciar registros gerenciais, ou fomentar a informalidade de trabalhadores safristas para reduzir custos e outras atividades reportadas pelos produtores em suas declarações, e conforme o coordenador de certificação da cooperativa TecA E14 corrobora:

A certificação ela é uma quebra de paradigmas. A gente *tá* no sul de Minas, *num* local que é extremamente tradicionalista, principalmente na cultura do café, aqui é uma tradição, paisagem aqui da região é lavoura de café, você observa muito bem isso. Então a questão de dificuldade ser anotações, na verdade a dificuldade é sair da zona de conforto. Porque é tradicional que o produtor faça aquilo, da maneira dele sem anotar, sem ter um controle mais rígido, entendeu? (E14).

Nessa fase, um produtor pode escolher ser cooperado Coopercam para ter acesso às instalações da cooperativa e receber assistência técnica agrônômica geral fornecida pela própria Coopercam, como um serviço prestado aos seus cooperados. Para poder pleitear a certificação, mesmo que esta seja coordenada por uma Empresa Privada externa à Coopercam, o produtor deve ser cooperado.

Dessa forma, três componentes integram a etapa de constituição do grupo de Pré-certificação: a realização de práticas tradicionais, a adesão à cooperativa e o recebimento da assistência técnica geral fornecida para o produtor cooperado, conforme é demonstrado na Figura 38.

Figura 38 – Etapa de constituição do grupo 1: Não-certificação.



Fonte: Do autor (2019).

A razão pela qual um produtor que deseja pleitear a certificação deve ser cooperado é que, para acessar à certificação em grupo operada pela Empresa Privada, ele deve aderir à um programa institucional dessa empresa. Esse programa institucional prevê que o produtor pode receber uma série de serviços financiados por essa empresa sendo um desses serviços o financiamento do grupo de certificação. A proposta de um vínculo institucional, ou adesão, com essa Empresa Privada marca o início da etapa de vinculação, onde o produtor pode aceitá-la e acessar serviços ofertados por essa Empresa Privada, sob a condição de adquirir uma cota mínima de produtos agroquímicos dessa empresa, e realizar operações de registro em cadernos de campo fornecidos pela Empresa Privada.

Esses serviços são adquiridos pelo produtor e são pagos para a Empresa Privada, significando uma operação de troca de produtos fitossanitários ou serviços por sacas de café, efetivando uma operação de *barter*. Quando esta operação é efetivada, o produtor está elegível para participar do grupo de certificação coordenado pela Empresa Privada, dentro dos critérios estabelecidos por esta entidade.

Ao realizar a operação de *barter*, e, portanto, estando elegível para participar do grupo de certificação, os técnicos de certificação da Cooperativa começam um trabalho de motivação

e conscientização para que esses produtores conheçam a certificação UTZ e considerem aderir às práticas propostas por ela. Nesse momento, os benefícios da certificação dentro da propriedade e as possibilidades de ganho financeiro compõem a construção de um *case* motivacional para atrair o produtor à certificação, conforme coloca o E14:

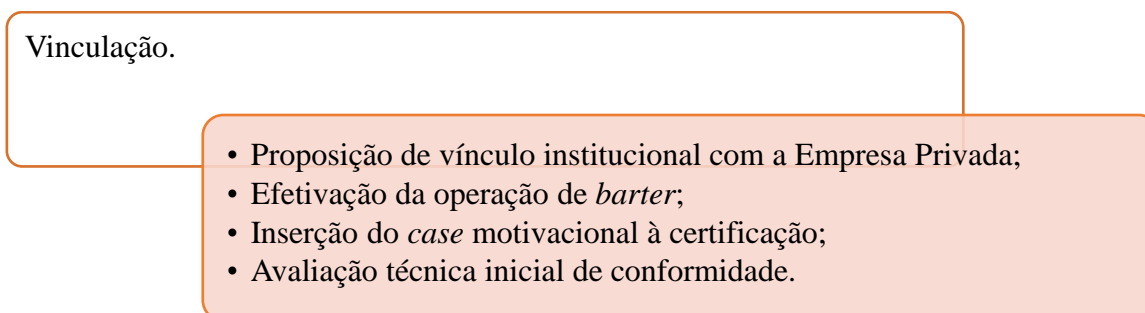
Então, aí *tá* o meu desafio, é sempre trazer esses produtores para o pensamento daquele que enxerga a gestão, que enxerga os benefícios por trás do prêmio *né*? Eu falo que é um lucro indireto, o produtor ele tem uma gestão melhor, ele vai ter menos custos, vai ter mais produtividade, por aí vai, ele vai ganhar mais, já é um prêmio, entendeu? (E14).

Uma vez que o *case* motivacional é veiculado e o produtor aceita a proposta de aderir à certificação UTZ, o produtor recebe uma avaliação técnica contra o Código de Conduta UTZ, para que seja possível avaliar o quão distante esse produtor está da conformidade completa com a certificação UTZ para que seja possível dimensionar os trabalhos necessários a serem implementados para trazer esse produtor para o nível de conformidade, conforme explica em suas declarações E14:

Porque quando eu começo a fazer o trabalho, primeiro eu tenho que saber o que tá errado, trabalhar em cima do erro dele e o que *tá* bom a gente melhora, então você tem que saber em que nível, em que pé que ele *tá*, se ele *tá* partindo do zero ou se ele já cumpri o bloco C, de condições de trabalho quase todo, então você tem que fazer uma avaliação (E14).

Assim, a segunda etapa de constituição do grupo, vinculação, é composta por quatro componentes: a proposta de vínculo institucional com a Empresa Privada; a efetivação do programa de *barter*; a inserção do *case* motivacional, e sua posterior aceitação; e a avaliação técnica para determinação do nível de conformidade desse produtor. Esses componentes estão resumidos na Figura 39.

Figura 39 – Etapa de constituição do grupo 2: Vinculação.



Fonte: Do autor (2019).

Uma vez vinculado ao programa institucional da Empresa Privada que coordena a certificação e com sua conformidade avaliada, inicia-se a etapa de preparação – onde os produtores iniciam os trabalhos de adequação para a obtenção certificação UTZ para o período que compreende uma safra.

Os produtores que foram avaliados e estão elegíveis à certificação, nesse momento são formalmente incluídos no grupo de certificação coordenado pela Empresa Privada. Esse processo se dá quando o produtor recebe o termo de adesão ao grupo juntamente com o regimento interno, que dispõe às regras de inserção, exclusão, sanções, direitos e deveres dos produtores membros do grupo e da unidade gestora do grupo, conforme demandado pelo Código de Conduta UTZ (UTZ, 2015, p. 19).

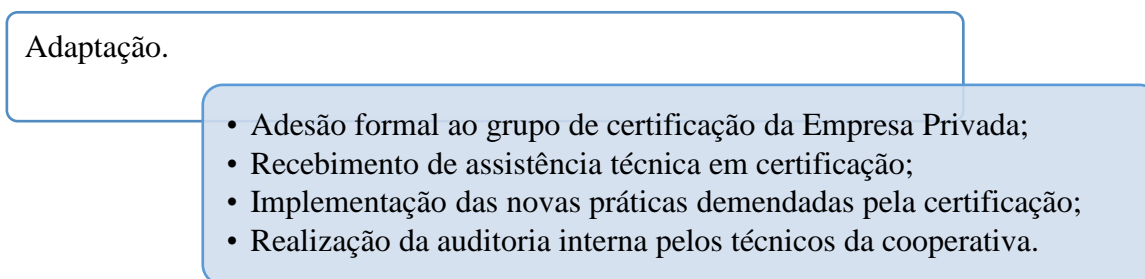
Uma vez formalmente parte do grupo, o produtor passa a receber uma assessoria técnica especializada no cumprimento da certificação UTZ, recebendo instruções sobre os componentes de conformidade, orientações para procedimentos, e direcionamentos sobre práticas demandadas pela certificação que faltam ser implementadas para a conformidade. Simultaneamente às orientações, os produtores realizam a implementação dessas novas práticas, sob a orientação da equipe técnica da Cooperativa, fundamentando a quebra de paradigmas tradicionais da região.

Por fim, como parte das exigências do escopo de certificação em grupo da UTZ (2015, p. 20), a unidade gestora do grupo deve organizar auditorias internas para inspecionar todos os membros que pertencem ao seu grupo de certificação, garantindo sua conformidade com os princípios da norma. Essa auditoria interna é realizada pelos técnicos de certificação da Cooperativa, que também é uma oportunidade e corrigir os detalhes finais para conformidade com a certificação UTZ, conforme coloca E14:

O meu diagnostico (se tem condições de pleitear a certificação) parte da auditoria interna, porque é a chance que eu tenho de olhar com os olhos do auditor externo. O produtor vai se sentir auxiliado ou não dependendo do ponto que ele *tá* dentro do código de conduta (E14).

A etapa de preparação, portanto, é composta de quatro componentes: a adesão formal ao grupo de certificação; o recebimento de assessoria técnica especializada em certificação; a implementação simultânea de novas práticas, relacionadas à certificação; e a realização da auditoria interna para verificação final de conformidade antes de iniciar a etapa final de certificação. Esses componentes identificados na etapa de adaptação estão resumidos na Figura 40:

Figura 40 – Etapa de constituição do grupo 3: Adaptação.



Fonte: Do autor (2019).

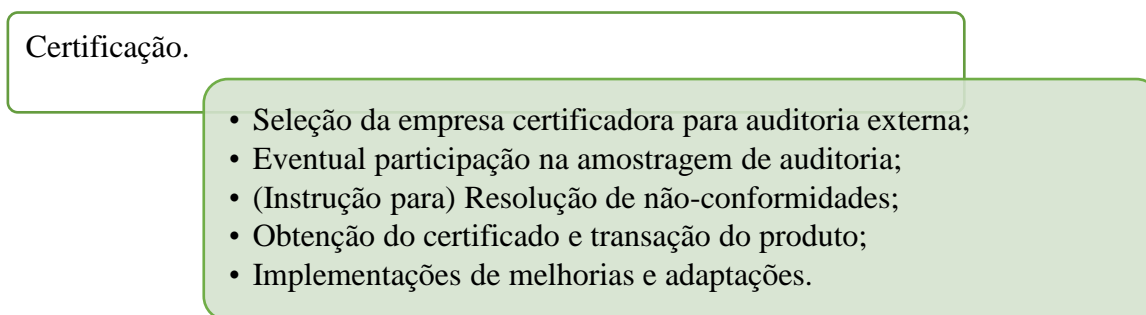
A última etapa é a etapa de certificação, onde o processo de certificação é efetivamente levado a cabo, chancelado por uma entidade certificadora externa. Esse processo se inicia com a cotação e seleção de uma empresa certificadora autorizada para realização da auditoria externa de campo. Esse processo é totalmente conduzido pela Empresa Privada que realiza a gestão da certificação do grupo.

Uma vez que essa empresa é selecionada, a mesma conduz a auditoria. Esse processo de auditoria engloba a unidade gestora do grupo e os produtores membros do grupo, estes últimos compõem uma amostragem que indica a realização da auditoria em campo. De todos os produtores entrevistados, apenas E9 foi selecionado como parte da amostragem em uma oportunidade.

Após a realização da auditoria, os produtores devem solucionar as não conformidades obtidas, conforme ocorreu com E9 no caso da ausência da análise de água, sendo a resolução dessas não conformidades é coordenada pela equipe técnica de certificação da Cooperativa. Após a resolução das não-conformidades encontradas em todos os produtores auditados externamente, o grupo obtém o certificado, podendo transacionar seus produtos como certificado com os diversos parceiros também certificados ou registrados no programa UTZ. Logo, iniciam-se as adequações para o próximo ano de certificação, com base na avaliação de eventuais não-conformidades ou melhorias requeridas pelo próprio Código de Conduta UTZ para o próximo período de certificação, caso assim o produtor deseje e manifeste o interesse de permanecer no grupo para o próximo período de certificação.

Assim, no que tange unidade gestora e produtores, a etapa de certificação tem cinco componentes: a seleção de uma empresa certificadora; a participação da amostragem da auditoria externa; a resolução de eventuais não-conformidades; obtenção do certificado para transação de produto certificado; e melhorias e adaptações para o ano seguinte. Essa etapa é resumida na Figura 41.

Figura 41 – Etapa de constituição do grupo 4: Certificação.

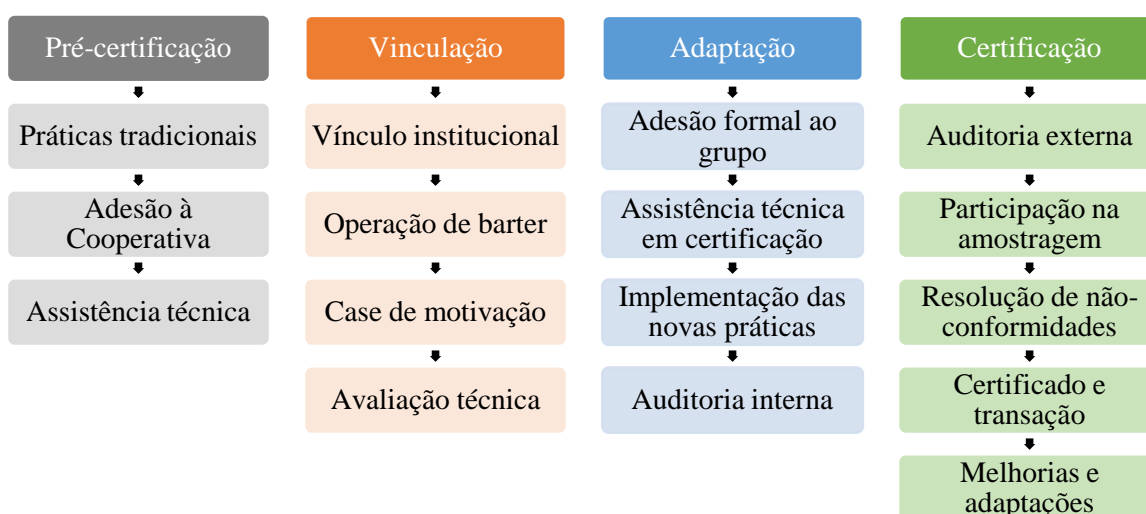


Fonte: Do autor (2019).

O processo de constituição do grupo envolve responsabilidades compartilhadas por membros certificados, técnicos da cooperativa e unidade gestora do grupo a fim de que todas as etapas necessárias sejam conduzidas para que o processo culmine na obtenção da certificação. Esse processo é importante pois, se um membro do grupo eventualmente amostrado falha em cumprir com a auditoria de certificação externa, todo o grupo pode ser penalizado, prejudicando produtores em conformidade.

Dessa forma, todo o processo de constituição desde o estabelecimento de uma relação com a cooperativa, na etapa de não-certificação, até a etapa de certificação, com as instruções necessárias para solucionar não-conformidades eventualmente obtidas, compõem um todo que permite que o grupo funcione de forma coesa e em conformidade. Esses processos são sequenciais, conforme é representado na Figura 42.

Figura 42 – Consolidação das etapas de constituição do grupo de certificação.



Fonte: Do autor (2019).

Uma vez exposto o contexto pelo qual o grupo é constituído, desde sua formação até sua operação e as políticas gerenciais envolvidas, é possível explorar com mais profundidade como as Práticas de Mercado de Kjellberg e Helgesson (2007), identificadas por Leme (2015) são efetivadas dentro do contexto dos produtores e da gerência do grupo de certificação.

Como se pode observar, existe uma figura que conduz ações muito importantes além do produtor, que é a gerência do grupo de certificação conduzindo ações que coordenam e direcionam o funcionamento dessa estrutura.

6.2. As representações da certificação no contexto produtivo.

Com relação às representações, entende-se as diferentes formas que os produtores e unidade gestora enxergam o programa de certificação UTZ, considerando os aspectos identificados por Leme (2015) de inspiração em outras normas e sistemas de certificação e a própria filosofia UTZ a qual se propõe aos produtores quando aderem à certificação.

Primeiramente, é preciso observar que em diversos momentos os produtores atribuíram significados à certificação UTZ, que eram subjetivos, distintos e adequados às realidades muito particulares da forma em que os produtores experienciavam sua implementação. Não obstante, foi possível observar palavras-chave que indicavam certos processos de atribuição de significados à certificação, dentro do contexto produtivo, pelos produtores entrevistados.

Ao considerar as categorias analíticas Funcionamento da UTZ (1) e Filosofia de Sustentabilidade (2), principalmente, nota-se uma relação da certificação UTZ com critérios de organização e visão estratégica, salientando que a UTZ significa enxergar a propriedade rural não como uma fazenda, ou uma pequena propriedade, mas sim como um empreendimento rural buscando a profissionalização contínua. Essa ressignificação reverbera no comportamento dos próprios agricultores, alterando a representação do próprio agricultor sobre si – passando a ser uma pessoa mais envolvida com seu empreendimento, buscando aperfeiçoar constantemente seus conhecimentos acerca do meio em que vive e em que trabalha. O implementador E14 confirma essa ressignificação:

Quando fala que amplia a visão é justamente porque a gente leva informação a qual eles são carentes demais. Eles são carentes de atenção, são carentes de informação, entendeu? O máximo de contato que eles têm, apesar que hoje aqui na nossa região graças a Deus a gente tem uma facilidade muito boa com internet, telefone e tudo mais, mas o produtor não tem, não acessa ele próprio, o máximo que ele vê é uma televisão, um canal agrícola, uma coisa assim do tipo. Mas vê coisas lá de fora, normalmente não vê que são sempre aplicáveis pra realidade dele e a certificação traz isso, traz informação sobre semente, saúde e segurança no trabalho, a parte social aí né? Os cursos que eles

precisam fazer, os funcionários precisam fazer, manejo de praga e doença, então acredito sim que a certificação amplia a visão da maneira como eles disseram, porque traz sempre uma inovação, sempre uma novidade e de fato amplia os horizontes que, que *tão* sempre ali fechado no mundinho deles, não tem tempo na verdade, não é falta de vontade, é que não tem tempo de *tá* sempre saindo, visitando lugar diferente (E14).

Uma outra atribuição de significado, ao observar as categorias analíticas Funcionamento da UTZ (1), Filosofia de Sustentabilidade (2), Alterações na Gestão (6) e Alterações nas Práticas Agrícolas (11) até Cumprimento com a Legislação (15), é a imagem do que é uma propriedade sem certificação e uma propriedade com certificação. Os produtores ao refletirem sobre como era a sua propriedade e como ela passou a ser após a certificação revelam que ressignificam a imagem de uma fazenda alterando suas representações, ou visões, estéticas, funcionais e mesmo motivacionais; ainda que não saibam onde essas mudanças ocorrem, a sensação estética de mudança positiva prevalece, conforme coloca o implementador E14:

Eu chamo essa organização que o produtor *tá* falando aí, de gestão, de administração, o código de conduta ele é uma ferramenta poderosa de gestão, entendeu? Então é, a maneira como eles se expressam talvez leva a um entendimento diferente, que a gente acha que a organização é colocar a ferramenta no lugar certinho e pegar e devolver. É também, mas vai muito além de manter as coisas no lugar, é *cê* ter um entendimento mais amplo do que que *tá* acontecendo com a propriedade, é *cê* conseguir de alguma forma ter números, ter padrões, ter processos, que te levam a essa administração mais profissional, que é a chamada organização do produtor (E14).

Não obstante, por diversas vezes os produtores mencionaram aspectos de eficiência gerencial como atributos chaves da certificação, o que significa que a representação atribuída à certificação UTZ não é a de uma certificação socioambiental como ela mesmo se propõe e se coloca ao longo de seus documentos de certificação, como se pode observar nas categorias analíticas Funcionamento da UTZ (1), O negócio UTZ (4) e Transparência do valor agregado (9). Ainda que reconheçam os atributos agrícolas, sociais e ambientais do código UTZ, a principal representação da norma é de uma metodologia consolidada de gestão de fazendas, onde é possível implementá-la de maneira gradativa para atingir melhores índices de eficiência agrícola no uso de recursos; confirmado por E14:

Quando você fala em gestão, você tem que pensar em algum meio de medir, *cê* tem que medir o que que *tá* acontecendo né? E *cê* não foge do papel, a nível de produtor é papel, é... as vezes a gente procura trabalhar com filho de produtor uma planilha, Excel, tipo alguns vai bem outros não, mas é, gestão pra eles é anotação, entendeu? E eu, de certo modo eu concordo, nem tinha nada disso, entendeu? (E14).

Assim, sob a ótica do produtor, é possível observar Práticas de Representação que consistem na **ressignificação da propriedade em empreendimento rural** gerenciado profissionalmente e a **ressignificação estética e funcional** da propriedade ante e pós certificação. Esses processos de ressignificação, principalmente a estética, fazem um paralelo adequado com a analogia do Jardim inglês, utilizado para ilustrar as representações do mercado proposta por Kjellberg e Helgesson (2007)

Considerando a gerência do grupo, nota-se que exerce um papel proeminente na relação com os produtores em dois eixos: representar a UTZ para eles, e representá-los ante à UTZ.

O primeiro eixo é visível quando se observa que o grupo é responsável por fornecer informações sobre a certificação, fornecer os documentos oficiais da UTZ para acompanhamento e implementação, dirimir dúvidas quando aos processos e operações demandadas pela UTZ. Ao **substituir a UTZ como representação da certificação**, a gerência do grupo consolida uma Prática de Representação, que muda – aos olhos do produtor – o ator responsável de fato pela certificação, uma vez que a UTZ jamais contactou diretamente esses produtores, segundo seus depoimentos, em treinamentos ou sessões de revisão da norma.

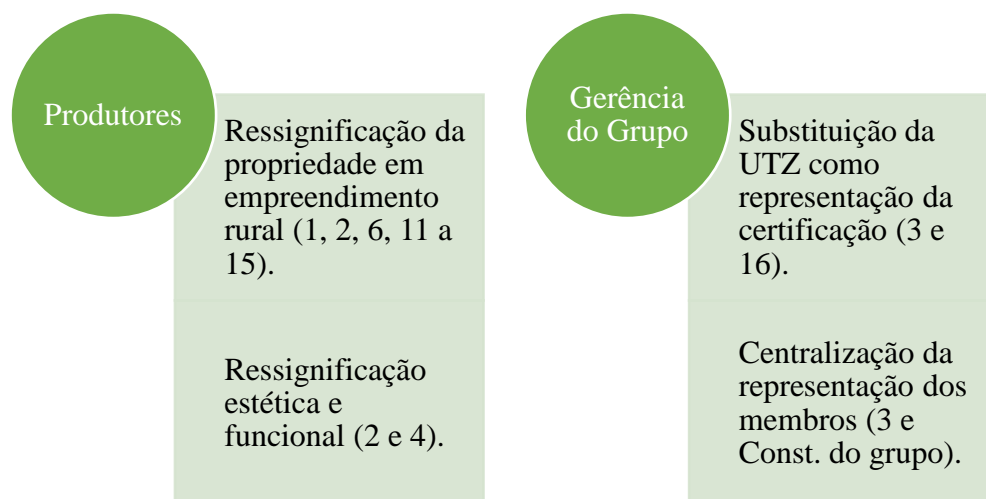
Da mesma forma, devido à configuração de certificação em grupo, há uma concentração de responsabilidades na gerência do grupo no que diz respeito a representar seus produtores, seja conduzindo as tratativas do processo de certificação com a UTZ, ou mesmo realizando a operação do sistema de rastreabilidade de forma centralizada. Ao **centralizar a representação de seus membros**, o grupo conduz ações frente à UTZ para manter o grupo de certificação em andamento, cumprindo com os requerimentos demandados, além de participar na construção e revisão da norma UTZ nos processos de consulta pública. Isso é um exemplo de um processo de tradução no contexto do Código de Conduta UTZ aplicado em campo.

A forma pela qual a gerência do grupo assume a função de certificação através da centralização dessa representação é visível na fala de E14, ao explicar a dificuldade dos produtores em distinguir a função da cooperativa da entidade privada que financia as atividades:

Não, o entendimento deles não *tá* errado, porque as vezes a maneira como a gente se apresenta também dá esse entendimento, certo? Porque os meninos que estão aqui, que tocam o projeto, eles são uniformizados pela COOPERCAM, utilizam carros com o logotipo da COOPERCAM e a gente sempre fala muito COOPERCAM, COOPERCAM, a gente veste muito a camisa da empresa, não que deixa a empresa parceira de lado, cada um no seu momento, mas sempre o que *tá* na visão do produtor é a COOPERCAM, *né*? E sempre que eles precisam de alguma informação referente a isso é aqui na COOPERCAM que eles vêm buscar essa informação (E14).

Considerando a distinção entre produtores e gerência do grupo dentro do processo de certificação, a Figura 43 demonstra as Práticas de Representação consolidadas observadas nos produtores e na gerência do grupo, indicando se as práticas foram observadas em categorias analíticas numeradas ou no processo de constituição do grupo.

Figura 43 – Práticas de Representação conduzidas dentro do grupo de certificação.



Fonte: Do autor (2019).

6.3. O contexto normativo da UTZ aos produtores.

Observando o contexto normativo, isto é, o ambiente de regras e serem seguidas para o funcionamento do grupo de certificação, também foi possível observar práticas distintas conduzidas pelos produtores e pelo grupo de certificação, considerando que Leme (2015, p. 208) observou a inserção das versões das normas UTZ revisadas e o sistema de governança da UTZ como as Práticas Normativas conduzidas pela certificação.

Sobretudo, os processos normativos são menos subjetivos e mais objetivos uma vez que estão embasados em diversos documentos elaborados pela certificação, ou em documentos que a certificação demanda que os produtores e/ou a gerência do grupo desenvolvam e comuniquem aos produtores membros do grupo de certificação. Esses documentos parecem ser uma herança dos sistemas de governança aplicados dentro da própria UTZ, onde comitês deliberativos tem acesso à procedimentos normativos claros sobre como colocar em discussão certos temas, por exemplo. Trazer essa visão de clareza para o contexto de certificação é endereçar a transparência das ações de membros para com a gerência, e vice-versa.

Com relação aos produtores, a **implementação das práticas** de gestão, agrícolas, sociais e ambientais demandadas pela certificação UTZ é visível nas categorias 6 e de 11 a 15, como a principal forma de direcionar esforços para a conformidade com a certificação UTZ.

Esse processo de implementação também é visível ao longo do processo de constituição do grupo, onde os produtores devem manter-se em melhoria contínua, adequando-se para o seguinte ano de certificação. Inúmeras citações foram colocadas ao analisar as falas dos produtores que indicam diversas formas em que essas práticas foram implementadas.

Não obstante, o processo de vivência normativa é mais claramente observado na observação prática das atividades cotidianas da certificação, que consiste em um forte aparato gerencial, demandando diários registros em um caderno de campo que recebe os registros diários de todas as atividades realizadas na propriedade. **O preenchimento do caderno de campo** é uma atividade crucial para viabilizar a permanência do membro dentro do grupo, sendo uma regra de sua operação, que por sua vez impacta no funcionamento do grupo para si e para o membro individualmente, determinando por exemplo se seu produto pode ser negociado como certificado ou não. O produtor E6 coloca o modo em que isso funciona na prática “Eu vou trabalhando, aí uma vez *por* ano eles vem *pegá* o caderno e passa” (E6).

Considerando a perspectiva da gerência do grupo de certificação, é de interesse do grupo que os membros implementem as práticas demandadas pela certificação da melhor forma possível para que o processo de certificação ocorra sem contratempos. Ao **fornecer assessoria técnica**, antes da certificação enquanto cooperativa e em preparação à certificação, a gerência do grupo estabelece procedimentos normativos para formalmente instruir e recomendar aos seus membros como os processos de certificação devem ser conduzidos dentro do grupo, conforme explica E14:

Acontece o seguinte, apesar que aqui na COOPERCAM, a gente tem o departamento técnico que possui seus consultores muito bem instruídos e sempre fazem as recomendações dentro do necessário, né? Sempre tem produtor que é mais teimoso, que não segue, pega a receita, joga pra um canto e faz do jeito dele né? Faz como era antes ainda, acaba usando produto que é feijão, coloca no café, por exemplo, porque fazia e dava certo, continua fazendo né? E a certificação veio e causou um certo impacto porque tiveram que mudar a postura né? Mas hoje são gratos por isso. Cômodo de defensivo, nenhum produtor tinha cômodo de defensivo quando a gente começou a certificar, nenhum, todos eles tiveram que fazer o cômodo a partir da certificação, entendeu? Isso foi, isso é 100%, salvo aquele que já eram produtores certificados individuais e adentraram no grupo, fora isso, aquele que não tinha certificação nenhuma tiveram que fazer o cômodo pra atender a legislação e a certificação (E14).

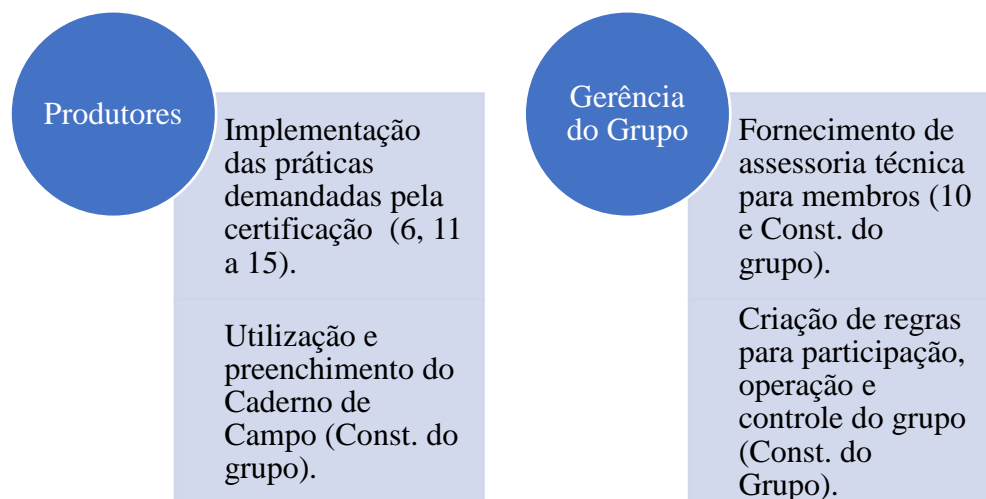
Ainda, a gerência do grupo certificado deve estabelecer as normativas quanto a inserção, exclusão e sanção de membros, conforme demanda a certificação UTZ; e esses processos são conduzidos em linha com as demandas institucionais da gerência do grupo, que relaciona os

critérios de elegibilidade e manutenção com o cumprimento de regras que não necessariamente estão contidas no Código UTZ, como por exemplo o preenchimento do caderno de campo ou a exigência de uma cota mínima de bater de cada produtor para viabilizar financeiramente a existência do grupo. Ao **criar as regras de participação, operação e controle do grupo**, a gerência utiliza Práticas Normativas para sustentar esses processos, conforme coloca E14:

E aí o produtor tem um mal entendimento da situação, dizendo que talvez a empresa tá ganhando alguma coisa a mais que isso, por aí vai, se sente amarrado, não é que ele se sente amarrado, ele não tá amarrado, no próprio termo de adesão, regimento interno tá bem claro, isso fica na mão do produtor, que ele pode ir e vir, quando ele se sentir confortável, ou seja, não é obrigado a ficar ali, entendeu? (E14).

A Figura 44 indica as Práticas Normativas dos produtores e gerência do grupo de certificação relacionando as categorias analíticas e no processo de constituição do grupo.

Figura 44 – Práticas Normativas conduzidas dentro do grupo de certificação.



Fonte: Do autor (2019).

6.4. O mercado transacional prático da certificação.

No que diz respeito às Práticas de Transação, isto é, todas as práticas que envolvem trocas de valor ou bens dentro do ambiente do mercado, observou-se também uma maior objetividade nas práticas observadas nas entrevistas dos produtores e através da análise do processo de constituição do grupo de certificação, tendo em mente que Leme (2015) identificou como Práticas de Transação realizadas pela UTZ a formação do preço do café e seu prêmio e as práticas de controle de transparência através do portal eletrônico de rastreabilidade.

Os produtores relataram, principalmente ao longo das categorias analíticas Mecanismos de venda do Produto (7) e Agregação de valor (8) as diferentes formas com as quais trabalham

seu produto certificado no sentido comercial, identificando atributos de agregação de valor, exercendo atividades de planejamento e desenvolvimento de estratégias comerciais, enxergando o valor do prêmio distintamente entre certificação e qualidade, e na maioria das vezes posicionando seus produtos de forma diferente quando estes são certificados e tem potencial para qualidade. Ao **desenvolver estratégias de venda e diluição de riscos**, os produtores estão conduzindo Práticas de Transação para aumentar a sua resiliência econômica, impactando em sua viabilidade econômica. E14 explica que esse funcionamento varia por perfil de produtor:

Então, essa parte de venda de café a informação que eu levo pra um produtor, eu levo pra todos, entendeu? Fixação futura se tá boa, se tá ruim, quando a gente toca no assunto a conversa é igual, eu não diferencio produtor por nível de relacionamento, eu não posso nem fazer isso. Isso vai muito do perfil do produtor, o quão empreendedor ele é, o quão ele tá disposto a correr seus riscos, entendeu? Então tem produtor que é pra frente mesmo, ele já tem ideia de quanto ele vai colher numa safra que nem florada teve, ele sabe que vai acontecer se correr tudo bem com o clima e tudo mais, então ele arrisca, faz suas travas de 20/30% e vai esperando as coisas acontecerem e vai travando mais. E tem produtor que já é mais medroso, fala, não eu não sei o que vai acontecer, se não chover, se não fizer sol e por aí vai, eu não vou travar nada e vou vender o dia que eu precisar, então é muito também de perfil de produtor (E14.).

Outra Prática de Transação observada pelos produtores é que, uma vez que o acesso ao sistema de rastreabilidade da UTZ – GIP é gerenciado exclusivamente pela gerência do grupo, é o acesso e inserção de dados (ainda que via anotações em campo entregues ao técnico de campo) no sistema de rastreabilidade do grupo. O sistema de rastreabilidade do grupo é uma parte mandatória do programa institucional privado que rege o grupo de certificação e ao **operar o sistema de rastreabilidade do grupo**, fisicamente ou digitalmente, o produtor realiza uma Prática de Transação pois há uma troca que envolve o serviço de assessoria e certificação fornecido pela Empresa Privada e as informações obtidas em nível de fazenda. O TecB explica que os produtores têm acesso apenas ao sistema do grupo, na entrevista do produtor E5:

E5: Não, não tenho conhecimento, fica mais pro grupo né? Que faz, não é?
 TecB: Tipo assim, cada um tem um login e senha, todo mundo tem, o problema é que as vezes, como, igual, por exemplo, é muito corrido o dia a dia, não dá tempo de fazer e a gente não pode, tem prazo pra entregar alguma coisa, lançar alguma coisa. Então se eles não lançar, a gente tem que lançar. [...] no sistema do grupo. GIP não, eles não têm acesso não (E5).

Sob a perspectiva da gerência do grupo, também é possível observar Práticas de Transação utilizadas principalmente para manter a existência do grupo e financiar as atividades de assessoria técnica prestadas aos seus membros. A **criação de um programa institucional** que ofereça serviços aos produtores, incluindo um sistema de rastreabilidade próprio desenvolvido pela Empresa Privada gestora do grupo é uma Prática de Transação criada para estabelecer critérios para prestação de serviços dentro do escopo de certificação de grupo para seus membros certificados, conforme E14 explica:

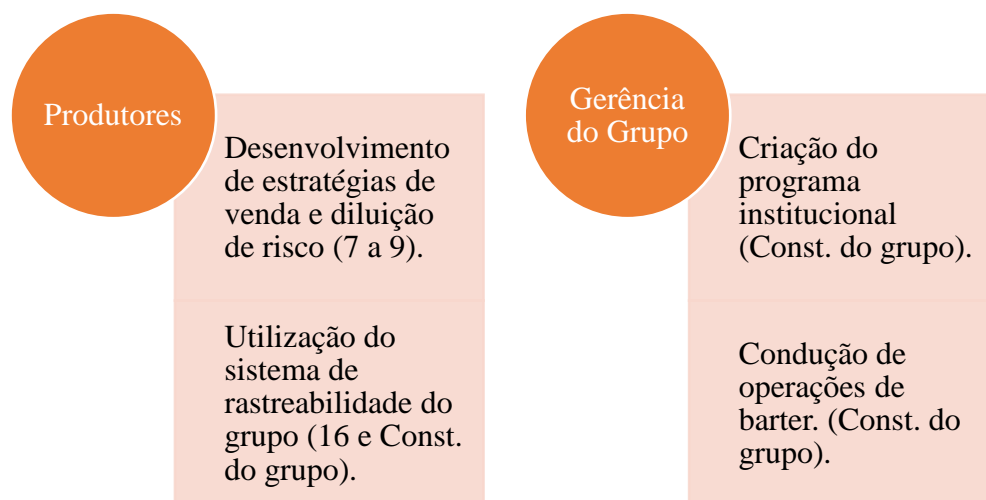
[...] o modelo de negócio que esses produtores são inseridos pra poder ficar no grupo, isso é uma coisa justa, *cê* entendeu? Porque a empresa que mantém esse grupo, ela tem custos, que são altíssimos, né? Marketing, os próprios contratos aí *pra* poder fazer as auditorias (E14).

A efetivação financeira da troca desses serviços por café é representada nas operações de *barter* realizadas entre a empresa mantenedora do grupo e os produtores membros do mesmo, que devem realizar uma cota mínima dessa operação para permanecerem usufruindo dos serviços do grupo. Ao **conduzir operações de barter**, a Empresa Privada lança mão de uma Prática de Transação para garantir a viabilidade do grupo de certificação, onde E14 explica:

Tem as premiações pela entrega de rastreabilidade, ou seja, existe benefícios ali ainda dentro dessa campanha de troca, que ainda torna mais barato ainda do que ficar vendendo café fazendo dinheiro e comprando produto no financeiro, pagando juros. (É necessário) uma contrapartida. (e é o programa de troca) que viabiliza a manutenção do grupo (E14).

As Práticas de Transação observadas na gerência do grupo e nos seus membros certificados são resumidas na Figura 45, indicando onde foram observadas:

Figura 45 – Práticas de Transação conduzidas dentro do grupo de certificação.



Fonte: Do autor (2019).

6.5. O contexto estrutural da certificação na prática.

Leme (2015) identificou Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ que não se encaixavam na classificação de Práticas de Representação, normativas e de transação proposta por Kjellberg e Helgesson (2007).

De acordo com Leme (2015), “para a construção das Práticas Normativas, de representação e de transação, são essenciais as Práticas de Construção de Mercado, que atuam como mediadoras entre as Práticas de Mercado, e entre as Práticas de Mercado e os Arranjos de Mercado”. Posteriormente, Leme (submetido à publicação) conceituou estas práticas como “Práticas Estruturantes”.

Especificamente, no caso analisado da construção do mercado da UTZ no Brasil, Leme (2015) aponta que para a construção de Arranjos de Mercado e para a consolidação de Práticas de Mercado, algumas práticas de gestão específicas foram trabalhadas nestes arranjos, práticas que tinham por objetivo construir o mercado.

Neste trabalho, da mesma forma, algumas práticas observadas não puderam ser classificadas como Práticas de Representação, normativas e de transação, mas tem desempenho fundamental no funcionamento da certificação no contexto observado. Essas práticas estão relacionadas com a manutenção da estrutura do grupo de certificação e construção dos mecanismos de constituição do grupo enquanto entidade e, sobretudo, tem função de facilitar a assimilação de habilidades e fomentar Cadeias de Transação que possam sofrer **Inscrições**. Essas práticas identificadas foram conduzidas pela Gerência do Grupo e pelos Produtores.

Em seu trabalho, Leme (2015) apontou que este processo de performance do mercado UTZ Certified no Brasil, se materializou em práticas de gestão (pelos atores envolvidos com a consolidação da certificação no Brasil) que tinham como objetivo específico construir ou moldar o mercado. Sendo assim, as práticas de construção precedem e fornecem suporte para as Práticas de Mercado. Como resultado, Leme (2015) identificou que a UTZ desenvolve práticas de controle interno para construção do mercado, práticas construtivas de Dispositivos de Mercado para disseminação de filosofia, práticas de construção de fóruns híbridos, e práticas ligadas à construção do portal eletrônico da UTZ.

No presente estudo, sob a perspectiva da gerência do grupo, foi possível observar uma importante atividade do grupo de certificação é atrair produtores não certificados para o seu programa institucional e, em seguida, para o grupo de certificação UTZ através da veiculação de informações sobre o processo de certificação e seus benefícios. A **criação de um case motivacional** em que essas informações são colocadas aos produtores é uma atividade crucial

para a estruturação do grupo de certificação e do seu modelo de operação no mercado, conforme representa E14:

Então, aí *tá* o meu desafio, é sempre trazer esses produtores para o pensamento daquele que enxerga a gestão, que enxerga os benefícios por trás do prêmio *né*? Eu falo que é um lucro indireto, o produtor ele tem uma gestão melhor, ele vai ter menos custos, vai ter mais produtividade, por aí vai, ele vai ganhar mais, já é um prêmio, entendeu? Esse é o meu ponto de vista (E14).

Outra prática observada é a **orientação estratégica da gerência do grupo** que pode influenciar no meio pelo qual o grupo funciona e inclusive no nível de conformidade do mesmo em função da norma UTZ. Ao considerar o processo de auditoria, notou-se que a mudança do Código de Conduta ocasionou mudanças importantes na dinâmica da certificação do grupo. Primordialmente, o Código que era mandatório no período de auditoria de 2014/15 não determinava diretrizes em relação a como a gerência do grupo deveria se estabelecer, o que foi uma novidade trazida pela norma aplicável a partir do período de 2015/16, um movimento previsto como uma Prática de Mercado realizada pela UTZ em Leme (2015).

A inclusão do escopo ‘gerência’ dentro do processo de auditoria revelou que o sistema de gerenciamento do grupo recorrentemente apresenta não-conformidades em relação a metodologia demandada pela UTZ para gestão do grupo. Isso é observável na Figura 33, que indica que grande parte das não conformidades obtidas, são relacionadas à gerência do grupo e não às fazendas. Mesmo considerando um contexto de amostragem, é uma indicação interessante observar que as não conformidades observadas na auditoria 2017/18 representaram um nível de 40% de reincidência em relação às observadas em 2016/17, o que pode ter relação com como o Sistema de Gestão Interno interpreta certos componentes da norma UTZ.

Por outro lado, fica claro os desafios em relação a temas como potabilidade da água, que foi recorrente em todas as auditorias realizadas sob a norma atualmente vigente; treinamento de colaboradores, armazenamento de defensivos agrícolas. Em geral, esses temas são temas que requerem investimento ou uma organização ativa dos produtores em organizar essas sessões de capacitação e conscientização dos colaboradores, e em uma perspectiva macro, entende-se que é função do Sistema de Gestão Interno, realizar essa organização. Assim, nota-se que a gerência do grupo exerce uma função importante quanto ao panorama de certificação da fazenda que pertence a ele, isto é, caso a gerência falhe, a fazenda mesmo que não auditada, pode ser indiretamente prejudicada pela ausência de componentes obrigatórios do Código que estão em responsabilidade do grupo.

A orientação estratégica da unidade gestora também é responsável pela expansão ou retração do escopo geográfico, conforme foi observado ao analisar a evolução da presença geográfica e do número de fazendas que compõe o grupo. O meio pelo qual a unidade gestora organiza o grupo enquanto ao seu funcionamento, considerando fatores de homogeneidade, viabilidade e logística, reitera o fato de ser uma Prática Estruturante para o contexto da certificação UTZ e sua operação.

Outra Prática Estruturante conduzida pela unidade gestora do grupo é **a adaptação da norma ao contexto local**, que estrutura a compreensão dos produtores da norma UTZ enquanto Dispositivo de Mercado dentro do contexto da fazenda. Isso fica visível quando se observa os produtores tendo dificuldade de relacionar os temas do Código UTZ com a divisão proposta pelo mesmo.

Em diversos pontos das entrevistas dos produtores, especialmente nas categorias analíticas Filosofia de Sustentabilidade (2) e Representatividade e participação (3), foi possível observar o entendimento do manejo de agroquímicos, alocado no Bloco B: Práticas Agrícolas, como uma prática ambiental, que seria o Bloco D: Ambiental do Código UTZ. Da mesma forma, o registro de salários e contratos, alocado no Bloco C: Condições de Trabalho do Código da UTZ, é entendido como uma prática de gestão, que corresponde ao Bloco A: Gestão, do Código UTZ.

A unidade gestora, portanto, adapta a norma UTZ para critérios práticos e adequados à realidade do produtor sendo um fator relevante dentro do aspecto de Práticas de Mercado. Essa orientação da gerência pode modificar o meio pelo qual as descrições do Código de Conduta são transladadas dentro do contexto produtivo da fazenda certificada. É importante colocar esse fator em evidência pois é possível observar a ausência de não conformidades em certos temas do Código UTZ durante as auditorias de campo, o que permite a inferência de que existem áreas-foco de orientação da unidade gestora, uma vez que desempenha a função de fornecer assistência técnica. A adaptação do modelo em que essa assistência técnica é fornecida passa por uma releitura ou contextualização de temas centrais da certificação; partindo de Representações para estabelecimentos Normativos, no contexto do grupo.

O implementador coloca essas adaptações em temas centrais: agrícolas, sociais e ambientais, nos quais realiza declarações muito claras, como por exemplo temas sociais, relacionando com temáticas que não estão absolutamente evidentes no Código de Conduta UTZ e são produto de uma contextualização da norma ao local onde ela é aplicada, implementada e acompanhada:

Na parte social, pecava muito, porque o produtor e ele não tá errado, sempre diz que o maior custo é a mão de obra e é, de fato é a mão de obra, os encargos que tem aí, *cê* sabe são pesados, então era muita gente sem registro, entendeu? Fornecia EPI, mas não tinha aquela fiscalização pra que se utilizasse, o produtor pensa que, o empregador pensa que o que ele tem que fazer é entregar o EPI e só, se a pessoa não quiser usar é problema dela e a gente veio trazendo informação que ele além de fornecer o EPI ele tem que fazer usar, que ainda tá na responsabilidade do empregador né? Então isso melhorou muito, qualidade de vida dos funcionários, posso dizer que melhorou, porque a partir dos cursos conseguiram ter uma boa manutenção de máquina e equipamento, então o relacionamento, até, com o empregador fica melhor, o empregador vê isso com bons olhos né? Análise de água, nenhum produtor nem sabia pra que que servia isso, entendeu? Hoje todos eles fazem (E14).

Existem indícios dessas interpretações também na parte ambiental, conforme segue o relato do implementador E14 sobre como a norma foi adaptada com base na realidade dos produtores parte do grupo:

Então a questão ambiental é interessante porque a maioria dos produtores, acho que até já tinha comentado isso, acho que a maioria dos produtores já tinha uma área de reserva *né?* Então o que eles fizeram foi formalizar isso, através de um CAR – Cadastro Ambiental Rural, *né?* Cercar essa área de preservação e não mexer nela mais, então talvez por ser uma ação tão simples e meio que corriqueira, passa despercebido e eles não *conseguem* identificar que isso foi um benefício trazido pela certificação. Mas eu como implementador, eu vejo que a certificação agregou muito nesse ponto, porque tem produtor que tem secador, nem sempre usa queimador de palha, ia cortar lenha de mato e aí vai, então eles deixaram de fazer isso e passaram a utilizar outras fontes de combustíveis mais sustentáveis (E14).

Também, por fim, em temas sobre a legislação essa adaptação também é observada pelo produtor E14:

Acontece e ela é variável, justamente por conta do que *cê* falou aí, tem produtor que já atende sem saber, entendeu? Ele já, ele já registra funcionário, já entrega EPI, então se você for fazer uma pergunta relacionada a condição de trabalho, ele vai falar que não ajudou, justamente porque ele já fazia, entendeu? Então você sempre vai encontrar esse tipo de situação, se você pega um produtor do zero, que não faz nada, que só toca a propriedade ali, colhe o café dele, mas ele desmata, ele não registra funcionário, não tem cômodo de defensivo, ou seja, aos olhos de um código de conduta, do ponto de vista de um código de conduta ele tá tudo errado, quando você implementa ele vai falar, nossa foi mil, porque eu não fazia nada. Então você sempre vai ter os produtores com essa variação (E14).

Assim como a UTZ conforme demonstrado por Leme (2015), foi observada a **criação de Dispositivos de Mercado** também ela unidade gestora do grupo certificado. Ao desenvolver

o Caderno de Campo, a unidade gestora busca direcionar as Práticas de Representação, normativas e de transação de acordo com os entendimentos e direcionamentos estratégicos do grupo de certificação, fazendo com que os produtores membros do grupo tomem ações condizentes com o planejamento da unidade gestora do grupo.

Da perspectiva dos membros do grupo, também foi possível observar Práticas Estruturantes, principalmente nas categorias analíticas Transparência do valor agregado (9) e Relação com a cooperativa (10), onde se nota o **desenvolvimento de parcerias estratégicas** para estabelecer e fundamentar atividades acessórias à certificação, como por exemplo o fortalecimento da relação institucional entre produtor cooperado e sua cooperativa, não necessariamente envolvendo termos de transação, e também relações estratégicas isoladas com a própria UTZ, como é o caso de E6:

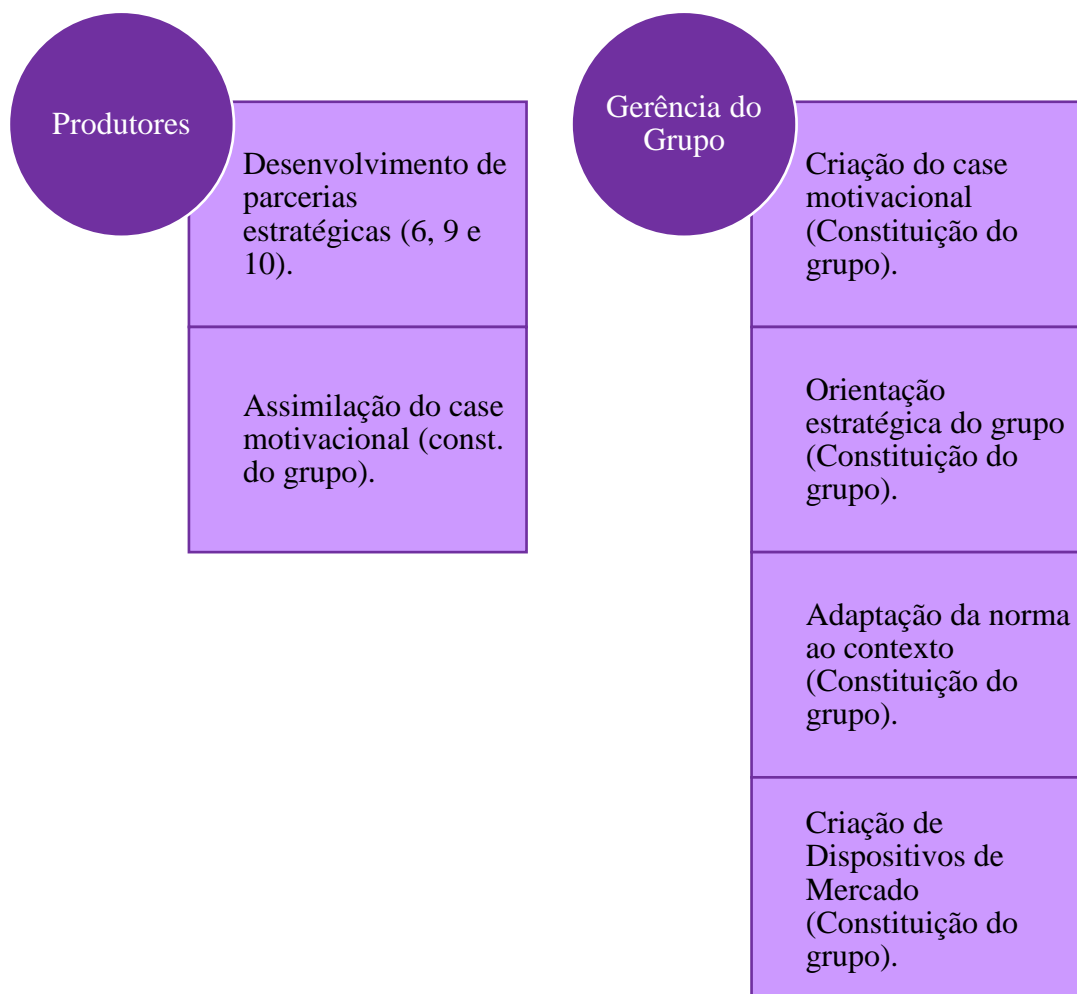
Teve a parceria que nois teve aqui, a UTZ também tava junto. A parceria que a gente implantou o Biodigestor, eles implantar o biodigestor. O (máquina) despoldador esse já veio com a Empresa Gestora do Grupo e a UTZ né. Foi parceria dela também (E6).

Por fim, a **assimilação do case motivacional** proposto pela unidade gestora é indicada como uma Prática Estruturante importante para fundamentar a participação do produtor dentro do contexto de grupo certificado. A assimilação, nesse sentido, indica a aceitação de uma proposta estratégica de parceria entre produtor e uma entidade privada envolvendo a consideração de uma nova proposta de agricultura sustentável e eficiente, como por exemplo é possível observar no depoimento de E3, onde cita algumas premissas centrais do case motivacional e das propostas de adaptação ao contexto da norma elaboradas pela Gerência do Grupo:

Cara, eu penso assim, a certificação, ela é um, uma coisa que te faz cê trabalhar com responsabilidade, entendeu? É... principalmente com relação aos agroquímicos né? E no meu modo de ver cara, antes, quando eu não tinha, a gente não tinha essa visão, achava que aquilo ali era tudo, não tinha muita importância como a gente manjava aquilo ali, eu vi os malefícios que a gente tinha com aquilo ali, entendeu? (E3).

As Práticas Estruturantes identificadas na gerência do grupo e em nível de produtor certificado estão dispostas na Figura 46, indicando se as práticas foram observadas em falas dos produtores através das categorias analíticas numeradas ou ao longo do processo de constituição do grupo, sendo fundamentais para determinar o meio pelo qual as Translações são inscritas dentro do Arranjo de Mercado. Importante salientar que as Práticas Estruturantes funcionam como catalizadores dos processos de Inscrição que ocorrem dentro do contexto do mercado.

Figura 46 – Práticas Estruturantes conduzidas dentro do grupo de certificação.



Fonte: Do autor (2019).

6.6. Aplicação consolidada dos EMC no contexto da produção certificada.

Considerando as Práticas de Mercado observadas no contexto dos produtores certificados e na gerência do grupo, é necessário relacioná-las com as Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ identificadas por Leme (2015) para consolidar a observação e classificação dessas práticas. Esse processo de relação é importante para que seja possível compreender como os impactos propostos pela certificação UTZ ocorrem ou se efetivam na realidade prática de seus membros certificados.

Essas Práticas de Mercado identificadas são sumarizadas no Quadro 22, indicando as Práticas de Mercado realizadas pela UTZ que correspondem as Práticas realizadas pela Unidade Gestora e também pelos produtores do grupo certificado, mostrando não uma relação de dependência ou hierarquia, mas sim, Práticas conduzidas relativamente em simultâneo pelas partes que compõem o grupo para o mercado analisado.

Quadro 22 – Relações entre as Práticas de Mercado identificadas.

| | UTZ ¹⁶ | Unidade Gestora | Produtor |
|----------------------|--|---|--|
| Representação | Normas e regras de outros sistemas. | Centralização da representação dos membros. | Ressignificação da propriedade em empreendimento rural. |
| | Filosofia UTZ e suas transformações. | Substituição da UTZ como representação da certificação. | Ressignificação estética e funcional. |
| Normativa | Novas versões do Código UTZ | Fornecimento de assessoria técnica. | Implementação das práticas demandadas pela UTZ. |
| | Sistema de governança/comitês deliberativos. | Criação das regras de operação e controle do grupo. | Preenchimento do caderno de campo. |
| Transação | Formação de preço e prêmio. | Consolidação da operação de <i>barter</i> . | Desenvolvimento de estratégias de venda e diluição de risco. |
| | Práticas de transparência nas transações. | Elaboração do programa institucional. | Utilização do sistema de rastreabilidade do grupo. |
| Estruturante | Controle interno da construção do mercado. | Orientação estratégica do grupo. | Desenvolvimento de parcerias estratégicas. |
| | Construção de fóruns híbridos. | Adaptação da norma ao contexto local. | |
| | Construção de dispositivos. | Construção do caderno de campo. | Assimilação do <i>case</i> motivacional. |
| | Construção do portal eletrônico. | Construção do <i>case</i> motivacional. | |

Fonte: Do autor (2019).

Nota-se que há, portanto, uma relação entre as Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ e práticas observadas pelos produtores entrevistados e na forma que a gerência do grupo conduz os trabalhos de certificação. Em outras palavras, **foi possível observar evidências práticas de que as Práticas de Mercado da UTZ realizam alterações na forma como os atores envolvidos no mercado construído por ela conduzem suas Práticas de Mercado.**

Observa-se que as Práticas Estruturantes conduzidas tanto pela UTZ como pela Gerência do Grupo também influenciam nos mecanismos os quais os produtores utilizam dentro do escopo de atividade da certificação UTZ, incluindo suas Práticas de Mercado. **As Práticas Estruturantes estão** presentes ao longo de todas as interações entre as Práticas de

¹⁶ Resumido e consolidado a partir de Leme (2015).

Representação, normativas e de transação realizadas pela UTZ, Unidade Gestora e produtor, umas mais evidentes que outras, porém todas relevantes para a forma de operação desse mercado **auxiliando na assimilação de habilidades e processos de Inscrição entre elas**.

Dessa forma, existem processos de interação entre as Práticas de Mercado realizadas pelos diferentes atores envolvidos dentro do contexto observado. As Práticas de Mercado são facilitadas pelas Práticas Estruturantes, viabilizando essas interações, especialmente como forma de transmitir aos produtores os conceitos, filosofias e práticas que a Certificação UTZ deseja que seus produtores certificados assimilem.

Neste momento é necessário compreender dois fatores: como as Práticas de Mercado de representação, normativas e de transação influenciam umas às outras, e não apenas entre si; e como essas mesmas Práticas de Mercado puderam ser transportadas entre os diferentes atores ao longo do Arranjo de Mercado. O primeiro é possível observar através das Cadeias de Translação e segundo através dos processos de Inscrição.

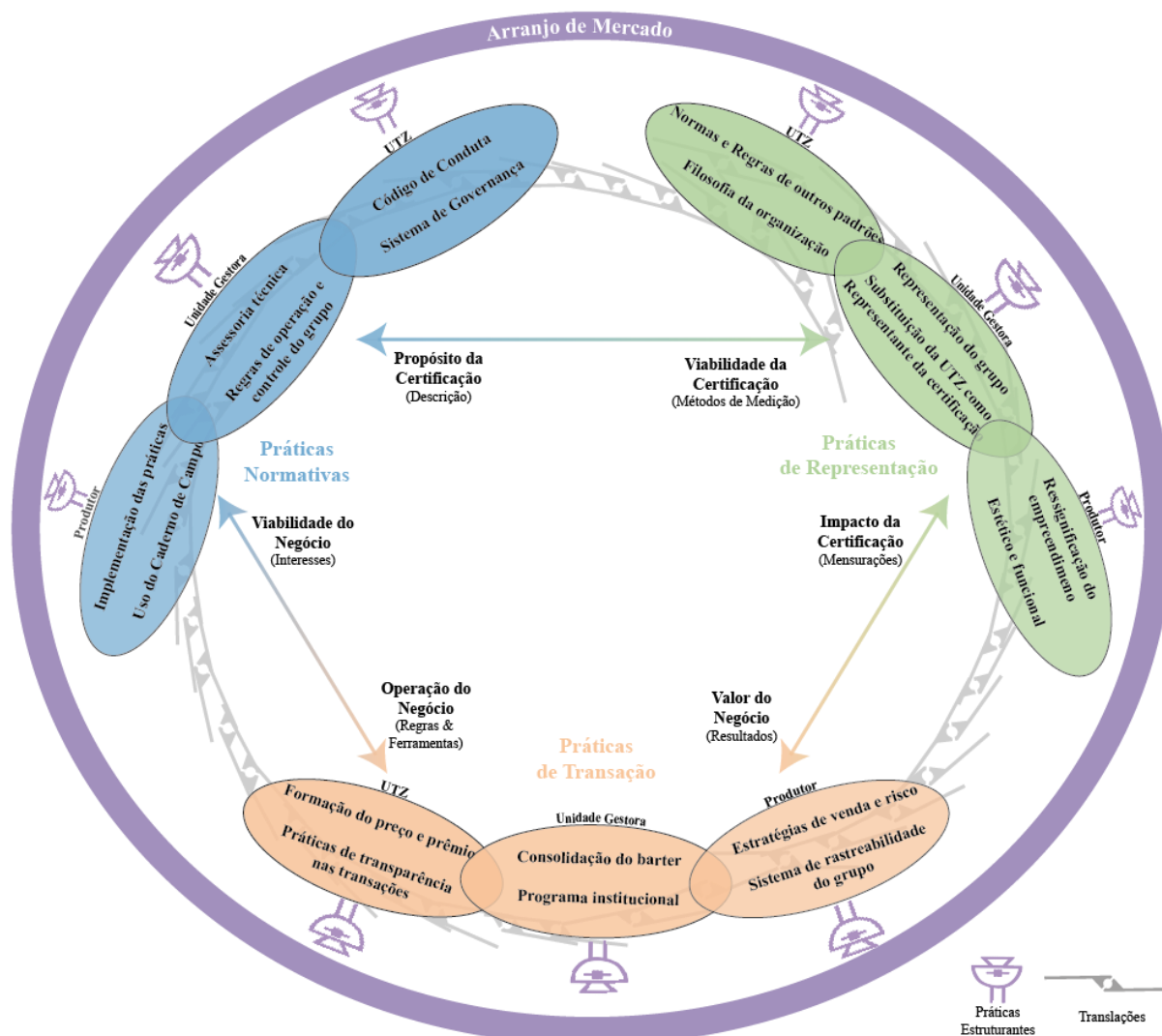
6.6.1. As cadeias de Translações entre as Práticas de Mercado observadas.

As Práticas de Mercado observadas complementam o modelo proposto por Leme (2015) na aplicação dos EMC ao contexto da certificação UTZ. O modelo é complementado pelo fato de que existem Práticas de Mercado conduzidas por atores além da UTZ, considerando apenas o contexto de certificação e não de cadeia de suprimento do café.

O que se observa é que as Práticas de Mercado conduzidas podem ser agrupadas relacionadas às Práticas de Representação, normativas e de transação, sendo realizadas em diferentes níveis hierárquicos, em uma perspectiva de ordenação, não de subordinação, uma vez que existe uma instituição coordenadora imposta através do Protocolo de Certificação UTZ, que rege como a certificação, nesse caso em grupos, deve ser coordenada e operacionalizada.

Inicialmente, conforme indicado na seção 3.5, pensou-se que apenas práticas relacionadas ao produtor iriam ser observadas ao expandir o modelo teórico dos EMC para o contexto produtivo, no entanto, como o contexto observado envolvia uma certificação no escopo de grupo, um outro ator foi observado juntamente com suas práticas, não invalidando as práticas observadas nos produtores, que podem ser eventualmente exploradas em um contexto individual de certificação. A Figura 47 expande o modelo inicial, acrescentando as Práticas de Mercado observadas pela Unidade Gestora e pelos Produtores que compõem o grupo de certificação estudado, salientando as Práticas Estruturantes conduzidas por todas as partes que auxiliam na manutenção ou alteração do Arranjo de Mercado:

Figura 47 – Modelo Teórico dos EMC com as Práticas de Mercado observadas.



Fonte: Do autor (2019).

Para compreender como as Práticas de Mercado observadas interagem entre si, independentemente do nível em que se observa, é necessário nomear as Cadeias de Translação que formam esse processo. Essas **Cadeias de Translação** (KJELLBERG e HELGESSON, 2007) representam processos de transformação genéricos observáveis pelos atores envolvidos e em suas Práticas, sendo contextualizados cada qual à forma de percepção desses atores.

As **descrições** se referem a como as representações do mercado são estabelecidas em componentes normativos, ou seja, o meio pelo qual as normas descrevem como o mercado ideal deve funcionar. Observa-se o Propósito da Certificação como uma Cadeia de Translação de descrição onde está relacionado com a missão de entrega de sustentabilidade contextualizada em requerimentos de controle, para a UTZ; o uso de modelos gerenciais como indutores de

sustentabilidade no campo, para a Unidade Gestora; e as visões atribuídas à propriedade rural normatizadas no Código de Conduta, pelos produtores.

Os **métodos de medição** são a forma pela qual os componentes normativos são assimilados pelas representações através de metodologias que possam aferir e comprovar este efeito. No caso, identificou-se a Viabilidade do Propósito como a Cadeia de Translação genérica de métodos de medição que corresponde ao asseguramento do cumprimento aferindo credibilidade a certificação, pela UTZ; aos limites de operação que dão forma à figura de uma Unidade Gestora, para a mesma; e à alteração das metodologias de condução da propriedade uma vez estando abaixo do componente normativo estabelecido, para os produtores.

As **mensurações** se relacionam com a noção de valor e função de um mercado enquanto ambiente de trocas econômicas, não necessariamente financeiras, indicando a efetividade de uma dada representação em termos mercadológicos. Observa-se o Impacto da Certificação como uma Cadeia de Translação genérica capaz de representar as interações observadas que representa o alcance do programa de certificação, da UTZ; a base para estabelecer critérios de gestão e operação do grupo conforme suas orientações e delineamentos, pela Unidade Gestora; e todas as mudanças culturais atribuídas à certificação, pelos produtores.

A respeito dos **resultados**, correspondem ao retorno e efetividade de um mercado em termos financeiros ou cálculos de valores, representando as interações calculadas da certificação. Nota-se o fomento da resiliência financeira da UTZ enquanto organização advinda de processos credíveis e de que parceiros tomam parte, pela mesma; da viabilidade da existência do grupo de certificação em uma relação de investimento em adaptações gerenciais e retorno a partir da certificação, pela Unidade Gestora; e a operação comercial com adicional de mercado resultante da certificação, pelos produtores.

Regras e ferramentas se referem a como os componentes normativos modificam o ambiente transacional de um dado mercado, estabelecendo premissas para as suas trocas de valores. No caso é possível observar que essas regras estão relacionadas à atribuição de valor nas mensurações, por exemplo, onde se estabelecem ações em direção à transparência da cadeia e das operações, pela UTZ; ações condizentes com a estratégia de operação do grupo em termos de escopo geográfico entre outros, pela Unidade Gestora; e ações direcionadas à conformidade da norma para prosseguimento da certificação, pelos produtores.

Por fim, os **interesses** representam como o ambiente transacional provoca modificações nos componentes normativos de um mercado, fazendo com que seja adaptado às demandas de determinados atores. Foi observado que os interesses representam a função primordial da norma no mercado, sendo o engajamento de produtores na sustentabilidade, pela UTZ; o fomento de

uma proposta de valor adequado e lucrativa, para a Unidade Gestora; e o desenvolvimento de resiliência econômica, ambiental e social, pelos produtores.

O Quadro 23 dispõe das Cadeias de Translação observadas, considerando os termos genéricos e as diferentes percepções dos atores envolvidos.

Quadro 23 – Relações entre as Práticas de Mercado identificadas.

| Cadeia de Translação | Genérico | UTZ | Unidade Gestora | Produtor |
|-----------------------------|------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|
| Descrições | Propósito da certificação. | Caráter de sustentabilidade da norma. | Modelo de gestão. | Atribuição de visões da propriedade. |
| Métodos de Medição | Viabilidade da certificação. | Garantia de conformidade. | Limites de operação. | Condução da propriedade. |
| Mensuração | Impacto da certificação. | Alcance do programa. | Critérios gerenciais. | Mudanças culturais. |
| Resultados | Valor do Negócio. | Resiliência financeira. | Viabilidade do grupo. | Operações certificadas. |
| Regras e Ferramentas | Operação do negócio. | Direcionamento à transparência. | Direcionamento à estratégia do grupo. | Informação de atividades. |
| Interesses | Viabilidade do negócio. | Produtores interessados. | Proposta de valor lucrativa. | Resiliência. |

Fonte: Do autor (2019).

As Cadeias de Translação de descrição, métodos de medição e mensuração estão mais relacionadas com os aspectos funcionais do mercado, ou seja, a maneira que ele deve operar em uma forma ideal, visto que representam os elementos mais fundamentais para o funcionamento do mercado, enquanto proposta. As Cadeias de resultados, regras/ferramentas e interesses representam os aspectos funcionais do mercado, ou seja, a maneira que de fato ele opera na prática do mercado, enquanto consequência.

Quando as Cadeias de Translação ocorrem e são mantidas existe o Enquadramento do Arranjo de Mercado, ou seja, sua estabilização. Porém, quando essas Translações ocorrem em um rumo diferente, tensionam o mercado e os Arranjos sofrem Transbordamentos revelando imperfeições.

Desta forma, como uma contribuição teórica deste estudo, sugere-se que uma tensão no mercado é causada por uma falha na assimilação de perspectiva em um dado mercado, e não apenas na condução de uma Prática de Mercado. Em outras palavras, uma tensão pode ocorrer tanto da inserção de uma nova Prática de Mercado em um Arranjo de Mercado como derivar de uma assimilação distinta do esperado dessa dada prática por um ator qualquer.

Ao agrupar as Cadeias de Translação em temáticas metodológicas (descrição, métodos de medição e mensuração) e funcionais (resultados, regras/ferramentas e interesses) é possível visualizar exemplos de tensões no Arranjo de Mercado, que inspirarão Enquadramentos posteriores para serem corrigidos. Nesse sentido, as Práticas Estruturantes também são importantes para **favorecer a mais adequada assimilação de Práticas de Mercado**, evitando Transbordamentos e possibilitando a manutenção do arranjo.

Por exemplo, a Prática Estruturante de “adaptar a norma ao contexto local” viabilizou um entendimento diferente da norma pela Unidade Gestora, que resume todo o aparato normativo colocado pela UTZ em um Caderno de Campo entregue ao produtor. Ao tomar a decisão de realizar a adaptação da norma, a Unidade Gestora opta por criar um Dispositivo de Mercado que auxilia no estabelecimento do arranjo através da ação do produtor certificado.

Porém, para que isso seja possível, a UTZ desenvolve um protocolo normativo que permite que os produtores sejam organizados em grupos, e demanda que a Unidade Gestora desenvolva outros Dispositivos de Mercado para efetivar essa afiliação como o Termo de Adesão ao grupo. Assim, todas as ações estruturadas dentro desse mercado visam estabelecer precedentes para a próxima parte operar em consonância com o arranjo, fazendo com que o mercado se estabilize. Ou seja, as Práticas Estruturantes funcionam como estabilizadoras de mercados.

Um outro momento onde isso é observável é a situação onde a Empresa Privada dispõe um profissional para coletar os dados do Caderno de Campo e colocá-los no sistema de rastreabilidade do grupo, efetivando o compartilhamento de informações e a constante adaptação da norma à realidade o qual estão imersos os produtores. Em outras palavras, as Práticas Estruturantes possibilitam Translações que fomentam o surgimento de Inscrições, ou seja, a partir das diferentes perspectivas das Cadeias de Translação (de Práticas entre Práticas), é possível compreender como as Práticas de Mercado reverberam umas às outras dentro de suas próprias naturezas (Práticas de Translação de ator A para as de ator B, por exemplo).

A percepção de que as perspectivas das Cadeias de Translação não são assimiladas corretamente pelos atores envolvidos cria tensões no arranjo do mercado. Essas tensões ocorrem entre Práticas de Mercado, e não entre Práticas de mesma natureza, por isso a nomenclatura ‘tensão’ remetendo à uma situação estrutural do arranjo, e não uma falha de assimilação entre práticas de mesma natureza.

Ao observar as categorias analíticas Funcionamento da UTZ (1), Filosofia de Sustentabilidade (2), Representatividade e participação (3), O negócio UTZ (4) e Relação com o grupo de certificação (16) nota-se tensões ou falhas referentes à metodologia da certificação

no que diz respeito a assimilação de ideias, motivação para entrar na certificação e percepções distintas das geralmente esperadas pela certificação. As tensões nesse sentido são um resultado de dissociações das Cadeias de Translação de descrição, métodos de medição e mensurações, e são resumidas no Quadro 24.

Quadro 24 – Tensões no mercado de natureza metodológica.

| Categorias | Tensões |
|---|--|
| Funcionamento da UTZ (1) | Dúvidas na viabilidade e manutenção da certificação devido ao seu custo. |
| | Dúvidas aos processos operacionais da certificação e pertencimento ao grupo. |
| | Falhas no entendimento da proposta resultantes em não-conformidade. |
| Filosofia de Sustentabilidade (2) | Organização dos temas do Código não refletida no entendimento do produtor. Ex. Agroquímicos (Bloco B do Código UTZ) entendidos como tema ambiental (Bloco D do Código UTZ) e temas sociais (Bloco C do Código UTZ) entendidos como tema gerencial (Bloco A do Código UTZ). |
| | Ceticismo da efetividade da certificação em relação à sustentabilidade. |
| Representatividade e participação (3) | Distanciamento entre a UTZ e o produtor certificado. |
| O negócio UTZ (4) | Transição cultural da situação não-certificada para a certificada em termos empíricos. |
| | Dúvidas nas nomenclaturas adequadas propostas pela certificação. |
| | Nível de entendimento afetado por atributos subjetivos ao produtor. |
| | Retorno financeiro insuficiente para motivar à certificação. |
| Relação com o grupo de certificação (16) | Nebulosidade sobre as funções dos atores do grupo de certificação envolvidos no contexto. |
| | Dinâmicas de poder desiguais dentro do contexto de certificação revelando uma capacidade de agência limitada do produtor. |

Fonte: Do autor (2019).

Com relação as categorias Alterações na Gestão (6), Mecanismos de venda do Produto (7), Agregação de valor (8), Transparência do valor agregado (9), Relação com a cooperativa (10), Alterações nas Práticas Agrícolas (11), Alterações Sociais (12), Alterações Ambientais (13) e Cumprimento com legislação (15), notam-se tensões mais relacionadas ao funcionamento do mercado como tal.

Salientando a diferença do mercado ‘ideal’ para o mercado que ocorre no plano empírico, envolvendo os atores observados dentro do contexto observado. Essas tensões acarretadas pelas Cadeias de Translação de resultados, regras/ferramentas e interesses estão dispostas no Quadro 25.

Quadro 25 – Tensões no mercado de natureza funcional.

| Categorias | Tensões |
|--|---|
| Alterações na Gestão (6) & Agrícolas (11) – Legislação (15) | Falhas na implementação da norma resultantes em não-conformidade. |
| Mecanismos de venda do Produto (7) | Primazia do fluxo de caixa em detrimento da estratégia de venda. Dificuldades de comunicação do status certificado. |
| Agregação de valor (8) | Valor do prêmio de certificação é percebido como insuficiente. Esforços não adequadamente remunerados pela certificação. Dificuldades de acesso à informação. |
| Transparência do valor agregado (9) | Condicionamento da existência do grupo a redução do prêmio, como estratégia de custo. |
| Relação com a cooperativa (10) | Dúvidas quanto a transparência do processo de relacionamento. Dúvidas quanto a transparência do processo comercial. |

Fonte: Do autor (2019).

Essas tensões metodológicas e funcionais revelam discrepâncias no funcionamento, em tese, ideal da certificação. Essas tensões permitem críticas ao funcionamento da certificação enquanto proposta de melhoria do nível geral de sustentabilidade dos produtores de café.

Considerando o funcionamento da certificação nota-se que existem falhas em como as informações da certificação chega aos produtores certificados, observando o meio pelo qual os produtores não assimilam certos conceitos e nomenclaturas colocados pela certificação. O que eventualmente é agravado pelo fato de a certificação UTZ ser institucionalmente ausente e distante desse contexto onde ela está implementada.

Tal distanciamento está relacionado também com o ceticismo de alguns produtores em visualizar a UTZ como uma ferramenta viável de ser implementada e de efetividade comprovada, avaliando a UTZ como “mais do mesmo”, não assimilando os blocos de trabalho segundo a proposta da UTZ, e muitas vezes não compreendendo o próprio processo de certificação. Nesse ponto, nota-se que o distanciamento da UTZ para esses produtores, ou no mínimo o nível didático e de compreensão dos materiais utilizados, causas graves assimetrias de assimilação nos conceitos em que a UTZ deseja promover no campo, não o suficiente para impactar na assimilação de sua filosofia, mas deturpando os processos de atribuição de significados que propõe.

Sobretudo, existe uma dinâmica de poder dentro do grupo de certificação que aparenta ser desigual em termos de condições ao considerar Unidade Gestora e Produtores. O programa

UTZ permite a existência de Unidades Gestoras como propagadores da certificação em determinados contextos, porém isso aparenta afastar a UTZ dos produtores uma vez que o contato a respeito da certificação se dá através apenas da Unidade Gestora e não através do programa de certificação em si. Percebe-se que há uma dinâmica de poder que pode eventualmente causar desconforto com relação à forma como a adesão ao grupo ocorre, já que alguns produtores sentem “reféns” do modelo de negócio proposto, muitas vezes comprando produtos que não desejam comprar, mas fazendo-o mesmo assim para que possam permanecer no grupo.

Esse tipo de relação comercial não é previsto no Protocolo de Certificação UTZ, que aparenta ser uma ferramenta pouco contextualizada às realidades do Brasil, aparentemente delegando essa função para a Unidade Gestora também, que é responsável por adaptar a norma ao contexto em que ela é aplicada.

Sem dúvida o eixo transacional é o mais problemático da certificação, onde a maioria dos produtores se queixou da falta de capacidade de poder de negociação do produto certificado para a obtenção de prêmio. A perspectiva de empoderamento econômico da certificação através do prêmio obtido pela venda do produto parece estar fadada a desaparecer, considerando que os produtores relatam que o valor do prêmio é cada vez mais baixo, e em alguns casos não chega a arcar com os custos dos processos de certificação colocados na propriedade após a adoção do programa. Essa tensão afasta os produtores de um estado de resiliência econômica, fazendo com que tenham que priorizar o fluxo de caixa da propriedade em detrimento de um planejamento financeiro mais robusto e efetivo.

Logo, cabe a reflexão desses temas em relação a como a certificação se propõe a funcionar em comparação com seu atual funcionamento. De maneira geral, os produtores percebem melhorias em suas propriedades, porém ao comparar isso com o que o programa UTZ se propõe a fazer, existem claras lacunas de entendimento e operação que a UTZ ainda não conseguiu enquadrar em seu modelo de negócio, impactando negativamente os produtores certificados no programa UTZ.

Em suma, ao observar as Práticas de Mercado conduzidas pelos atores envolvidos, observou-se que Cadeias de Translação genéricas viabilizavam **as transformações entre essas práticas de natureza distinta**. A assimilação dessas Cadeias contribui para a manutenção do mercado, enquanto as dissociações criam tensões dentro do mercado.

A condução de Práticas de Mercado e de Práticas Estruturantes, tem como objetivo primário o estabelecimento de Arranjos de Mercado. Ficam claros também Arranjos de Mercado observados ao longo do processo de formação do mercado da UTZ quando se coloca

os Produtores e Unidades Gestoras como atores nesse contexto, onde cada um pode assumir uma função diferente para a consolidação do Arranjo de Mercado.

O primeiro momento, onde ocorre a **Pacificação dos Bens** (CALLON e MUNIESA, 2015), é relacionado sobre como o ‘negócio’ de certificação é singularizado para as partes envolvidas, onde a UTZ cria uma proposta sólida dos Pontos de Controle a serem colocados que caracterizam esse produto (certificação socioambiental), a Unidade Gestora, quando substitui a UTZ como representação da certificação assume a função de ponto de contato e intermediário de informações por parte dos produtores, e os produtores podem desenvolver uma parceria estratégica com essas partes em um mercado ora pacificado.

Com relação ao arranjo de **Agência Marketizante**, cujo o objetivo é prover valor ao bem que fora pacificado, observa-se que a UTZ utiliza de Práticas de Transparência nas transações para posicionar seu esquema como uma certificação de credibilidade, alinhando os impactos socioambientais obtidos pelos produtores com resiliência econômica através de um sistema melhorado de transações; logo a Unidade Gestora desenvolve um programa de assessoria técnica para garantir que o valor proposto pela norma seja materializado através de sua correta implementação pelos produtores certificados; o valor no caso, é aquele que o produtor assimila: a proposta de uma propriedade estética e funcionalmente ressignificada.

Com relação aos **encontros de mercado**, cujo o objetivo é promover o encontro das partes demandantes e ofertantes do bem pacificado e valorado, é possível observar que a UTZ nesse momento facilita esses encontros através de seu sistema de governança, instituindo a Unidade Gestora como operador da certificação ao configurar o grupo; a Unidade Gestora, por sua vez, elabora um programa institucional onde ela pode lançar mão desse recurso colocado pela UTZ para ofertar um serviço aos produtores de uma determinada região; logo, os produtores, também começam a operar em um nível de direcionamento onde a propriedade certificada passa a ser um empreendimento rural, fundamentando a proposta de valor da certificação.

Com relação à **Formação de Preço**, o objetivo é fazer com que as partes demandantes e ofertantes possam acordar em um valor monetário para a troca de bens envolvida no Arranjo de Mercado e em metodologias de formação desse preço de forma transparente. Nesse sentido, a UTZ deixa claro sua proposta filosófica de empoderamento do grupo produtor e independência das partes ao negociar esses valores considerando o livre mercado em que estão inseridos; a Unidade Gestora cria regras de operação do grupo para estipular os termos em que esse preço e valor são formados e veiculados ao produtor certificado; que por sua vez realiza o preenchimento do caderno de campo como um requerimento obrigatório nessa situação.

Por fim, o **Desenho de Mercado** se relaciona com a manutenção de um dado Arranjo de Mercado, fazendo com que o mesmo opere da forma como opera. A UTZ, nesse sentido, coloca suas políticas de formação de preço e prêmio em evidência como caracteres mínimos e fundamentais da troca de valor que ocorre nesse mercado agora consolidado; a Unidade Gestora assume a centralização da representação dos membros agora efetivados dentro do grupo de certificação para assegurar o cumprimento e a sistemática, enquanto os produtores realizam as implementações necessárias demandadas pela norma ano após ano.

Não necessariamente significa que Práticas de Mercado de outras naturezas não sejam efetuadas nos momentos em que se identifica os Arranjos de Mercado, sobretudo as estruturantes. O Quadro 26 resume as Práticas de Mercado mais evidentes relacionando-as com os Arranjos de Mercado, considerando-os como pontos de referência no histórico do mercado.

Quadro 26 – Arranjos de Mercado observados.

| Arranjo de Mercado | Efetivação | Práticas de Mercado da UTZ | Práticas de Mercado da Unidade Gestora. | Práticas de Mercado do Produtor |
|---------------------------|--|--|---|--|
| Pacificação de bens | A operação certificada é sistematizada pelas partes do Arranjo de Mercado. | Novas versões do Código UTZ. | Substituição da UTZ como representação da certificação. | Desenvolvimento de estratégias de venda e diluição de risco. |
| Agência Marketizante | A certificação é atribuída de valor por todas as partes. | Práticas de Transparência nas transações. | Fornecimento de assessoria técnica. | Ressignificação da propriedade estética e funcional. |
| Encontros de Mercado | O produtor se interessa pelo programa de certificação. | Sistema de governança e comitês deliberativos. | Elaboração do programa institucional. | Ressignificação da propriedade em empreendimento rural. |
| Formação de Preço | Constituição e operação do grupo de certificação. | Filosofia UTZ e suas transformações. | Criação das regras de operação e controle do grupo. | Preenchimento do caderno de campo. |
| Desenho do mercado. | Operação sistemática da certificação. | Formação de preço e prêmio. | Centralização da representação dos membros. | Implementação das práticas demandadas pela UTZ. |

Fonte: Do autor (2019).

Em cada momento de efetivação desses Arranjos de Mercado as Práticas Estruturantes desses atores estão presentes pois auxiliam na sua construção. A efetivação do arranjo, em outras palavras, é o produto do mesmo congregando todas as partes observadas a partir de suas Práticas de Mercado. Nota-se a importância do fator dinâmico nessa análise, pois onde uma parte está fazendo uma Prática de Representação, uma segunda está conduzindo uma normativa e uma terceira uma de transação.

Os Arranjos de Mercado não são estáticos e passam por Transbordamentos oriundos de imperfeições observadas nesses arranjos que as partes buscam estabilizar através de Enquadramentos. Esses processos de Transbordamento e Enquadramento são resultado de assimetrias e assimilações, respectivamente, nas Práticas de Mercado conduzidas pelas partes inseridas no arranjo, e a compreensão desses fatores é a fundamentação da performatividade.

É importante salientar que, ao longo do processo de arranjo essas Práticas de Mercado são modificadas através das Cadeias de Translação, quando são de naturezas distintas; mas também são transportadas entre as perspectivas dos atores envolvidos através de processos de Inscrição, salientando os modos distintos que os atores percebem uma mesma Prática de Mercado e, a partir disso, desenvolvem uma nova Prática de Mercado de mesma natureza.

A condução de Processos de Inscrição, indiretamente fundamenta a existência dos Arranjos de Mercado, pois é a partir dessas diferentes perspectivas de visão das Práticas de Mercado por parte dos atores, que motiva o surgimento de novas Práticas de Mercado que modificarão as estruturas do arranjo quando promovem o surgimento de Cadeias de Translação que unem e transformam as Práticas de Mercado de natureza distinta; onde estas são inscritas novamente quando observadas dentro uma mesma categoria de Práticas de Mercado.

6.6.2. Os processos de Inscrição observados

Dando seguimento aos fatores que salientam o dinamismo dos Arranjos de Mercado, os processos de Inscrição são, resumidamente, o meio pelo qual as Práticas de Mercado são transportadas ao longo do arranjo, onde, na perspectiva de Latour (1986), trata-se de como enxergar um mesmo objeto de uma perspectiva distinta. Nesse sentido, os objetos podem ser entendidos como as Práticas e Dispositivos de Mercado dispersos no mercado e como eles são percebidos e assimilados pelos atores nele inseridos. Em outras palavras, trata-se de uma relação de transporte de ponto A para B, alterando a perspectiva de observação.

O que se propõe nessa seção é explorar como as Práticas de Mercado de representação, normativas e de transação realizadas pela UTZ são observadas pelos diferentes atores que interagem nesse processo de certificação. O que se observou é que existe uma relação de

consequência ou transporte para a assimilação/tradução da Prática realizada por uma parte supostamente superior de uma perspectiva hierárquica, do ponto de vista de certificação.

O termo coordenação, ou ordenação, se refere ao fato de certos atores serem capazes de ditar processos em relação a outros, como por exemplo o fato de que a UTZ dita as diretrizes gerais de um processo de certificação edificado em um Protocolo e a unidade gestora realiza adaptações, impondo regras aos produtores com base em um Termo de Adesão. Essa estrutura de organização do mercado é embasada em dispositivos para imperfeições.

O trabalho de Leme (2015) utilizou o termo tradução, não na perspectiva de Latour (1986) onde o termo correto seria Inscrição, para indicar algumas evidências observadas em seu trabalho sobre como a UTZ no Brasil realiza a adaptação da norma para o país de sua aplicação, o que gerou o questionamento se Inscrições semelhantes ocorreriam nas Práticas de Mercado observadas:

A tradução é um processo, realizado pelos atores com base em suas habilidades, experiências e conhecimento para a sua execução. Para isso podem construir novas ferramentas e documentos, criar fóruns híbridos para divulgar a filosofia da Utz e seu código de conduta, fazer reuniões, ministrar palestras, gerir o sistema de rastreabilidade e controle, apoiar os auditores, etc. (LEME, 2015, p. 191).

O ato de adaptar a norma ao contexto é uma Prática Estruturante e não uma tradução, e que as Inscrições são os meios que demonstram como certas práticas são visualizadas por outros atores. Em outras palavras mais resumidas, as Inscrições são os **rastros observáveis de que Translações ocorreram entre Práticas de Mercado de mesma natureza.**

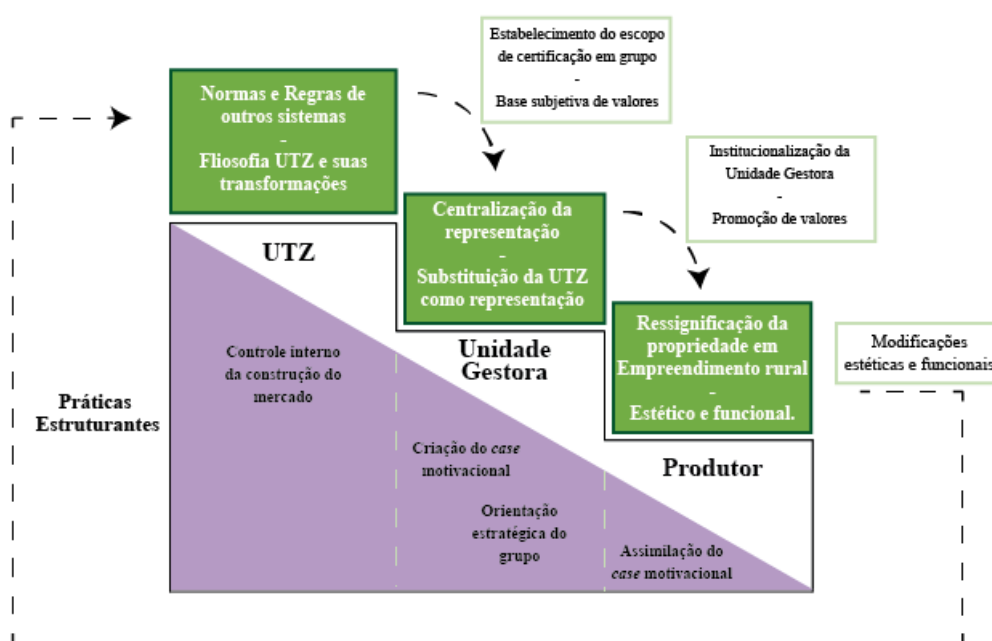
No contexto das representações, a UTZ se inspirou em outras normas e regras de outros sistemas de certificação para estabelecer o seu programa de certificação, conforme identifica Leme (2015). No estabelecimento dessa norma, a UTZ deliberadamente elaborou o escopo de certificação de grupo, formalizando a instituição Unidade Gestora, que pode então realizar a representação dos membros certificados sob esse escopo e centralizar a gerência da certificação conforme as atividades atribuídas pela UTZ a este corpo de gestão. Uma vez que a Unidade Gestora tem a responsabilidade de fazer a representação de seus membros e conduzir certas atividades de certificação, isso acarreta em uma ressignificação da propriedade rural por parte do produtor que passa a ser exposto à uma nova realidade de condução das atividades da fazenda sob a coordenação da Unidade Gestora, posteriormente influenciando a forma pela qual a UTZ assimila suas próprias regras e inspira a si mesmo como sistema, fundamentando os posteriores e recorrentes processos de revisão do Código UTZ, em conformidade com as diretrizes do

sistema de certificação regidos pela ISEAL Alliance, em que a proposta da norma é reavaliada em relação à proposta de impacto a qual se propõe.

Ainda, nessa ótica, observa-se que a UTZ também traz aspectos de sua filosofia de trabalho e as transformações da organização ao longo de sua história, esses aspectos filosóficos são uma base subjetiva dos valores principais que a UTZ carrega como empoderamento de produtores, sustentabilidade, entre outros. Lançando mão desses valores e promovendo-os através da coordenação do grupo, uma vez que a Unidade Gestora possui uma abordagem centralizada instituída pela Própria UTZ, realiza uma prática de substituir a UTZ como instituição que representa a certificação, o que permite um contato direto com os produtores membros do grupo, propiciando que façam ressignificações nas representações estéticas e de funcionamento da propriedade rural; que posteriormente podem provocar alterações na própria filosofia da UTZ enquanto proposta de empreendimento rural eficiente, fomentando resiliência econômica para o produtor rural e fornecendo ferramentas para aumentar sua resiliência..

No contexto de representações também é auxiliado por Práticas Estruturantes, pois quando a UTZ estabelece uma metodologia de Controle Interno da construção do mercado e do seu portal eletrônico, delegando à Unidade Gestoras partes de suas atribuições enquanto detentora da norma através de seu Código de Conduta e Protocolo de Certificação, essa Unidade Gestora usa essas ferramentas para criar um case motivacional, com base na sua estratégia convencendo produtores a assimilar as habilidades demandadas, conforme a Figura 48.

Figura 48 – Interações observadas nas Práticas de Representação.



Fonte: Do autor (2019).

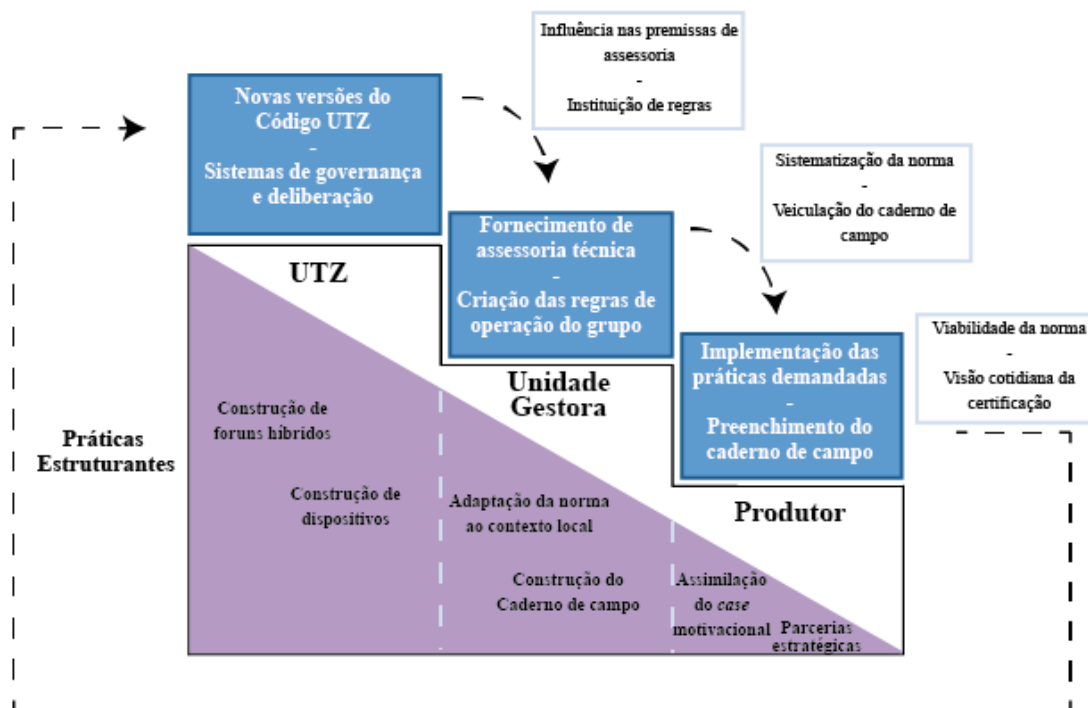
Com relação ao contexto normativo, Leme (2015) aponta que as novas versões do Código da UTZ que recorrentemente são revistas e melhoradas são uma Prática de Mercado conduzida pela UTZ, que influencia nas premissas básicas que a Unidade Gestora realiza a prestação de assistência técnica, que é o principal meio de orientação para que os produtores possam implementar as demandas da certificação UTZ de forma adequada. A forma com a qual os produtores conseguem implementar essas demandas também retorna à UTZ como retroalimentação importante sobre o nível de viabilidade da norma no contexto produtivo.

Ainda, os sistemas de governança e os comitês de deliberação instituídos pela UTZ, permite que a Unidade Gestora, além de centralizar a representação dos membros do grupo, possa estabelecer critérios e regras de operação do grupo que determinam como o grupo deve funcionar, quais membros são elegíveis e quais infrações são passíveis de sanções. Uma dessas regras é a utilização do Caderno de Campo por parte dos produtores, que acarreta a prática de preenchê-lo como uma atividade intrínseca à certificação demandada pelo grupo, atribuindo uma visão cotidiana da certificação, sendo utilizada para auditoria retroalimentando o próprio sistema de governança do programa da certificação estabelecido pela UTZ.

As Práticas Estruturantes são importantes nesse contexto normativo pois é através da Construção de fóruns híbridos promovida pela UTZ que a Unidade Gestora estabelece adaptações da norma ao contexto local, permitindo uma relação benéfica entre a Unidade Gestora e o produtor, que desenvolve uma parceria estratégica com o grupo de certificação e outros atores relevantes. Da mesma forma que a UTZ constrói Dispositivos de Mercado como checklist ou um Protocolo de Certificação para veicular suas filosofias e sistemas, a Unidade Gestora cria o Caderno de Campo para realizar a mesma função, auxiliando na forma com a qual os produtores assimilam os fatores motivacionais de entrada na certificação.

Resgata-se aqui a importância do contexto normativo dentro da concepção estratégica do grupo, uma vez que em um momento de assimilação de uma nova norma, entre os anos 2015 e 2016, o grupo de certificação passou por profundas mudanças em seu desenho estratégico, na expansão geográfica e na elaboração de ferramentas para que a equipe técnica pudesse ser capaz de orientar os produtores em relação à nova norma. De um ponto de vista mercadológico, o lançamento de uma nova norma por parte da UTZ reverbera em uma profunda avaliação de planejamento e alocação de recursos por parte da Unidade Gestora, que deve realizar adaptações no seu próprio funcionamento para que a certificação, em um novo modelo de norma proposto, possa continuar sendo viável para seus produtores certificados, conforme são ilustradas as interações normativas se ilustram na Figura 49.

Figura 49 – Interações observadas nas Práticas Normativas.



Fonte: Do autor (2019).

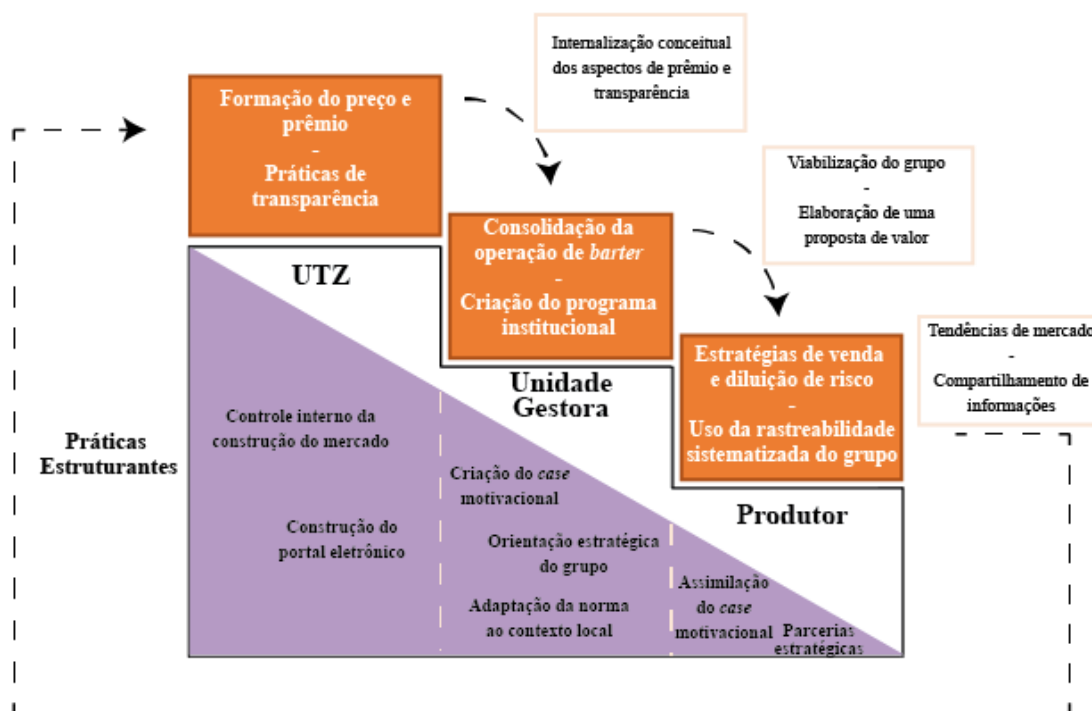
Com relação ao contexto de transação, a UTZ estabelece as diretrizes de comercialização e incidência do prêmio somado ao valor do produto comercializado como uma demanda da certificação e ao internalizar essa prática, a Unidade Gestora desenvolve uma operação de troca de produtos por café certificado para viabilizar a existência do grupo financiando suas operações, que também permite que os produtores apliquem estratégias de diluição de risco e de venda ao utilizarem o *barter* como uma estratégia de custeio da produção e do uso do produto certificado como uma estratégia comercial consolidada, retroalimentando às práticas de formação de preço da UTZ com base no comportamento do mercado, revelando suas tendências observáveis ou reações à elas.

A UTZ aplica práticas de transparência nas transações que envolvem café certificado, o que fomenta o desenvolvimento de um programa institucional por parte da Unidade Gestora para internalizar essas premissas de transparência além de edificar uma proposta de valor ao produtor que não esteja unicamente relacionada ao prêmio obtido pela certificação, mas também à tecnologia e prestação de serviços que ele tem acesso quando se filia ao programa institucional, que por sua vez demanda do produtor a operação do sistema de rastreabilidade do grupo, ainda que seja operado pelos técnicos de implementação para que informações desses produtores estejam visíveis à toda gerência do grupo, fomentando práticas de transparência.

Para as transações, a formação de preço e prêmio é uma forma pela qual a UTZ busca controlar internamente a construção do mercado, que influencia na orientação estratégica do grupo e no case motivacional criado por ele para fazer com que os produtores assimilem o *case*, seja ele atrelado à princípios de ganho financeiro ou não. Por outro lado, quando a UTZ constrói o portal eletrônico, ela inspira o grupo a realizar a mesma prática através da adaptação da norma ao contexto local, consolidando a parceria estratégica entre grupo e produtor certificado.

Essa interação é especialmente importante pois está relacionada com o processo de constituição do grupo que, sobretudo, vem com uma proposta de troca de valor através do programa de institucional elaborado pela Empresa Privada que realiza a gestão da certificação do grupo de produtores. A proposta de criar valor através dos serviços providos pelo grupo certificado ao produtor que obtém a certificação ao invés da motivação unicamente financeira é evidente nesse esquema de interações, conforme coloca a Figura 50.

Figura 50 – Interações observadas nas Práticas de Transação.



Fonte: Do autor (2019).

Os processos de Inscrição são importantes para o desenho do mercado pois realizam o transporte das Práticas de Mercado entre os atores que compõem o arranjo fazendo com que as mesmas sejam assimiladas através de diferentes perspectivas. As Inscrições revelam os meios pelos quais as Translações que ocorreram internalizadas pelos atores envolvidos.

As Práticas Estruturantes são componentes importantes para viabilizar esses processos, pois é através delas que os atores lançam mão de práticas e Dispositivos de Mercado para direcionar suas mensagens ao longo do mercado. Um exemplo claro de Inscrição observada é a forma como a Unidade Gestora traduz o Código UTZ para uma versão resumida dos registros necessários das atividades, sendo essa Inscrição possível através das Práticas Estruturantes de Construção de Dispositivos de Mercado e Adaptação da norma ao contexto local.

Os processos de Inscrição assim como revelam os rastros de como as Translações são assimiladas pelos atores, também revelam rastros de suas não-assimilações, assimetrias que podem causar tensões nos Arranjos de Mercado. Um exemplo corriqueiramente de assimetria observado é o entendimento assimétrico da Prática de Transação da UTZ Formação de Preço e Prêmio, onde a Unidade Gestora enxerga esse prêmio como uma forma de manutenção financeira do grupo, enquanto o produtor observa o prêmio como um fator de motivação e viabilizador da certificação. Essas Inscrições distintas revelam assimetrias do processo de assimilação das práticas, revelando uma tensão – que posteriormente pode vir a provocar Transbordamentos.

Quando se observa o fato de que a Unidade Gestora assume a representação da UTZ para os produtores, assimetrias se revelam que envolvem principalmente as nomenclaturas utilizadas pelos produtores, falhas na implementação e a perda de motivação relacionado às atividades de certificação. Esta última, relacionada com os fatos de que existem percepções de que a sustentabilidade não está relacionada com a certificação, ou de que melhoras e impactos não são percebidos pelos produtores, afetando a assimilação do *case* motivacional colocada pela Unidade Gestora.

A própria dificuldade por parte dos produtores em compreender as funções da entidade privada e da cooperativa que realizam a gestão do grupo demonstra uma profunda assimetria do processo de certificação, que parte da premissa de que existe um entendimento pleno das funções e papéis relacionados à certificação, conforme o próprio Código UTZ determina.

Além disso, é interessante observar que existem Transbordamentos ao longo do processo de Inscrição e exemplos disso podem ser observados ao enxergar o processo de certificação como um processo sequencial, ou seja, é necessário compreender como um processo onde a UTZ institucionaliza a Unidade Gestora, que institui o produtor como certificado, através de relações de coordenação entre essas partes.

Um Transbordamento observado, de forma geral, por exemplo é o fato de que os produtores possuem entendimentos da norma UTZ diferentes daqueles propostos pela própria certificação. Recorrentemente os produtores mencionaram aspectos que o Código UTZ propõe

como temas de práticas agrícolas, como por exemplo o uso de agroquímicos como temas ambientais; ou temas de registro de empregados e segurança do trabalho, que são temas propostos como temas sociais pela norma UTZ, como temas de natureza gerencial.

Isso ocorre, pois, a Unidade Gestora propõe entendimentos distintos ao adaptar a norma ao contexto local, rompendo com as premissas de configuração do Código UTZ e propondo uma nova configuração da norma que seja mais adequada à realidade dos produtores que assiste. Há uma quebra das estruturas hierárquicas no processo de assimilação das Práticas de Mercado.

Outro Transbordamento observado é fato de que alguns produtores buscam realizar parcerias com outras cooperativas além da Coopercam, utilizando uma Prática Estruturante de desenvolvimento de relacionamentos estratégicos. Estes arranjos são motivados, por exemplo, pelo ceticismo de alguns produtores em relação às capacidades da Coopercam em operar vendas com o produto certificado para aumentar sua proposta de valor, assim, desenvolvem novos relacionamentos para enfraquecer ou quebrar a relação anterior.

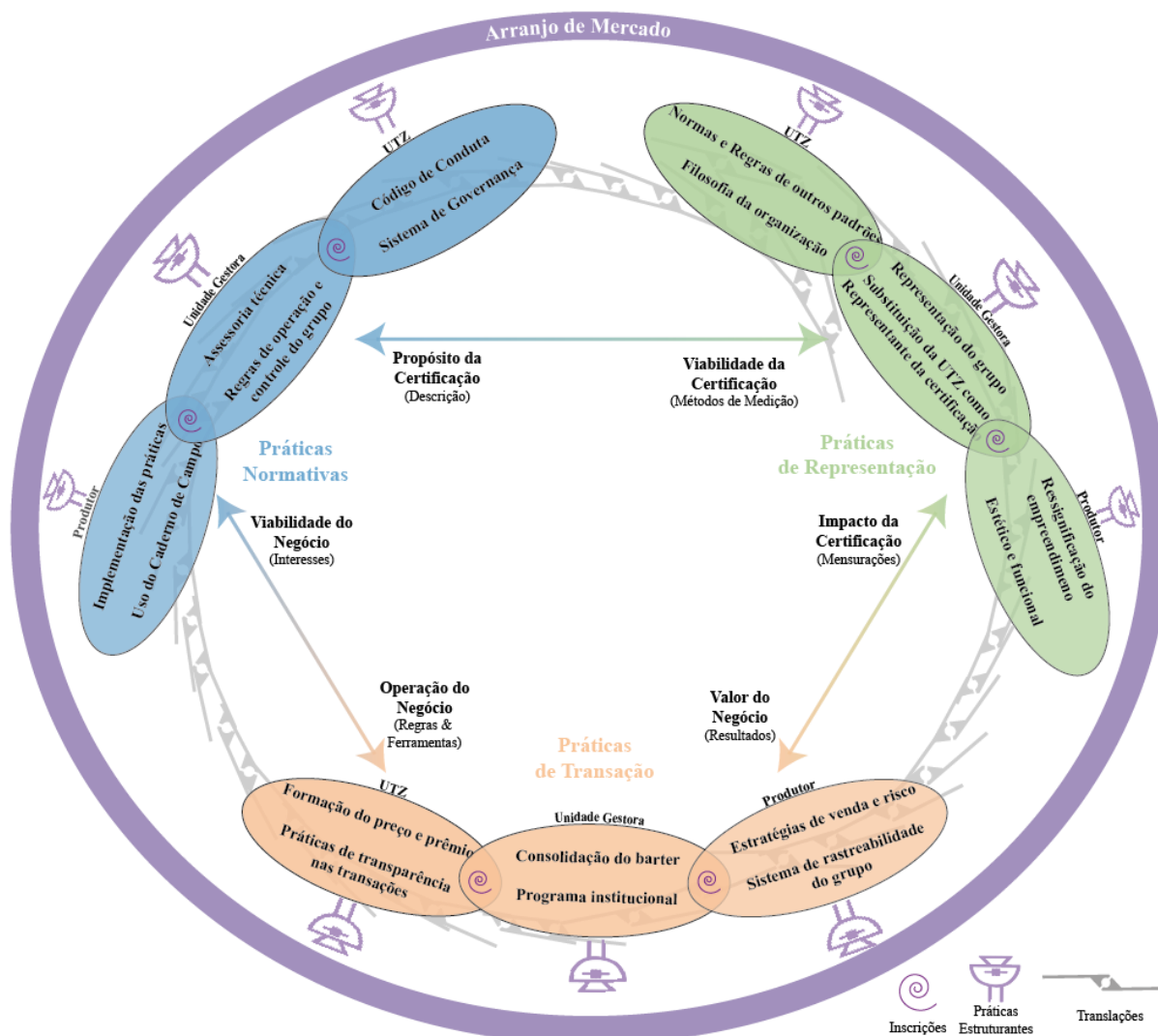
De forma mais simples, considerando que diversos produtores se mostraram insatisfeitos com o fator prêmio da certificação, um pilar fundamental para a criação do *case* motivacional da Unidade Gestora, um potencial Transbordamento é a saída do grupo de certificação devido às assimetrias previamente observadas. As dinâmicas de poder são pontos nodais de tensão dentro do mercado, e são ocasionados por assimetrias na relação entre os atores e por Transbordamento que configuram novos Arranjos de Mercado.

Não obstante, a relação de rizoma não é sequencial como a ordenação da certificação em grupo, uma vez que diversos produtores que se queixaram de que os benefícios financeiros e comerciais são insuficientes, aqueles que são relacionados com as estrutura hierárquica em relação à Unidade Gestora; porém reconhecem que os benefícios da certificação e as mudanças estéticas e funcionadas da propriedade são interessantes e atribuem valor à essas mudanças, logo, não rompem a estrutura hierárquica diretamente com a certificação UTZ, ao contrário, fomenta e valida as práticas propostas pela UTZ dentro da propriedade rural.

Em suma, as assimetrias revelam imperfeições, controvérsias e contradições no processo de Inscrição das Práticas de Mercado de mesma natureza pelos diferentes atores, por sua vez os Transbordamentos indicam momentos de quebra ou enfraquecimento de estruturas oriundas desses processos.

A Figura 51 finaliza o modelo teórico proposto no estudo com a inserção das Inscrições, consolidando todos os conceitos centrais dos EMC no contexto da certificação UTZ observada nas propriedades rurais produtoras de café. Indicando as Práticas de Mercado observadas nos atores observados, as Práticas Estruturantes, as Cadeias de Translação e Inscrições.

Figura 51 – Modelo final proposto para a certificação com base nos EMC.



Fonte: Do autor (2019).

Assim, o modelo de análise proposto reconhece estruturas de ordenamento sequencial dentro do mercado e sistematiza as Inscrições entre as Práticas de Mercado de mesma natureza, ausentes no modelo original proposto por Kjellberg e Helgesson (2007), porém cruciais para compreender o meio pelo qual essas Práticas de Mercado são efetivadas, deixando rastros observáveis ao longo do mercado.

Entende-se que o modelo analítico proposto traz novos elementos que auxiliam na compreensão das pedras fundamentais da dinamicidade do mercado, e, por conseguinte da performatividade, revelando com mais detalhes os movimentos ocorridos no mercado para que este possa ser materializado. Apesar de haver uma certificação como objeto desse estudo, entende-se que é um modelo que pode ser expandido para toda certificação no contexto café como um todo, considerando o conceito de meta normatização de Reinecke et al (2012).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo geral de identificar como as Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ provocam Translações na estrutura da propriedade e nas práticas cotidianas de gestão de pequenos produtores de café, foi possível **observar que as Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ provocam diversas alterações estéticas, filosóficas e práticas nas propriedades produtoras de café consideradas neste trabalho**. Não obstante, observou-se que no contexto de certificação de grupo, a Unidade Gestora também conduz Práticas de Mercado, notou-se evidências de processos de Inscrição e novas Práticas Estruturantes foram observadas e contextualizadas na operação da certificação na amostra da população que participou da análise.

Ainda, observou-se que as Inscrições são o meio pelo qual é possível observar como as Práticas de Mercado são assimiladas ou dissociadas por diferentes atores dentro do mesmo mercado, e que as Práticas Estruturantes também funcionam como catalisadores dos processos de Inscrição auxiliando nessas assimilações ou dissociações.

Primeiramente, a contribuição social desse trabalho se destaca pois traduz como os impactos da certificação UTZ modificam a vida de pequenos produtores rurais através da implementação de práticas sustentáveis, fomentando transformações positivas em suas propriedades. Entender as necessidades dessa população tão exposta à riscos econômicos e climáticos é reestruturar a viabilidade do agronegócio café no Brasil.

Na perspectiva de contribuições gerenciais, salienta-se a observação das relações entre certificação, Unidade Gestora e Produtor sob uma perspectiva organizacional de grupo de certificação, expandindo o entendimento quanto ao funcionamento desse sistema do cumprimento da certificação para a operação do grupo enquanto ator independente.

Como contribuição teórica, os Estudos de Mercado Construtivistas se mostraram uma perspectiva teórica relevante para abordar questões tanto mercadológicas quanto mais subjetivas dos atores dentro do contexto do mercado. Uma vez que foi considerada a premissa de que o impacto da certificação é um produto ("bem") e tem valor, entender a estrutura do mercado que circunda e percorre esse 'produto' é importante para compreender o funcionamento do mercado da sustentabilidade em geral, onde os EMC foram um modelo teórico adequado para estruturar essas análises.

Ainda, observa-se que existem lacunas nos EMC, como o conceito de Inscrição, que é pouco explorado nos EMC, e crucial para seu entendimento uma vez que dizem respeito aos rastros das Translações no mercado, algo importante para compreender a performatividade do mercado. Entende-se que está é a principal contribuição teórica do trabalho: **a sistematização**

das Inscrições no processo de assimilação de Práticas de Mercado de mesma natureza dentro do contexto dos Estudos de Mercado Construtivistas. A dissociação (assimetrias) de Inscrições provoca Transbordamentos, enquanto suas assimilações os Enquadramentos.

Também foram observadas evidências importantes da unidade gestora como um pilar fundamental para a operacionalização da certificação na prática, e evidências positivas a respeito do impacto da certificação nas propriedades rurais, relacionando esses impactos com aspectos de sustentabilidade e resiliência econômica.

Retomando o objetivo geral, conclui-se que a UTZ **conduz Práticas de Mercado que são assimiladas pelas partes envolvidas no processo de certificação através de Inscrições, ressignificando essas Práticas através de premissas condizentes com seus níveis de atuação na cadeia de certificação, fazendo com que a atribuição do valor à certificação e a própria obtenção do certificado por parte do produtor seja viável.** Através dessas Inscrições as partes internalizam as diferentes Práticas de Mercado propostas pela UTZ e lançam Práticas Estruturantes no mercado a fim de serem catalisadores desse processo de assimilação, alinhando a UTZ com seus objetivos estratégicos e suas formas de atribuição de valor.

Três objetivos específicos foram delineados para auxiliar na compreensão desse objetivo, os quais se detalham a seguir.

7.1. O processo de certificação como viabilizador de impacto.

Conclui-se que a certificação é um viabilizador de impacto positivo em aspectos da sustentabilidade e que o escopo da certificação em grupo é uma ferramenta importante para democratizar e popularizar o acesso à certificação através de orientação e assessoria técnica. Ao partilhar com a UTZ a missão de promover sustentabilidade em produtores rurais, a Unidade Gestora assume um papel fundamental em estruturar essas mudanças, através de diversas Práticas e atividades.

A UTZ, quando institucionaliza o papel da Unidade Gestora dentro de seu Código de Conduta, estabelece responsabilidades, direitos e deveres para que essa unidade seja um catalisador das mudanças que a certificação propõe, estabelecendo uma relação com a UTZ na promoção de sua missão em construir um mundo onde a agricultura sustentável seja o novo modelo de agricultura global.

A Unidade Gestora é quem motiva e atrai os produtores para a certificação; os prepara, assessora e organiza; coordena todo o trabalho de auditorias internas e agendamento das auditorias externas; além de ser um importante pilar para viabilizar a melhoria contínua através

do acompanhamento desses produtores. A Unidade Gestora também realiza a adaptação da norma para o contexto local, instruindo os produtores conforme sua realidade e objetivando realizar mudanças culturais em que produtores gerenciam as suas fazendas de produção de café.

Observou-se que os impactos da certificação, sobretudo visam endereçar desafios e riscos do contexto produtivo em que o produtor certificado está inserido. No Brasil diversas questões ambientais, e principalmente de cunho social, como trabalho forçado e infantil, são colocados como desafios a serem superados, além das barreiras de produtividade e tecnologia.

Na seção três deste trabalho uma revisão de literatura é apresentada abordando impactos positivos da certificação observados por vários autores ao redor do mundo em diversos contextos produtivos. Vários desses impactos positivos foram mencionados por produtores ao longo da pesquisa, e estão resumidos e relacionados com autores de referência no Quadro 27, contribuindo com um melhor entendimento deste tema no contexto brasileiro.

Quadro 27 – Benefícios da Certificação UTZ no Brasil na revisão de literatura.

| Local | Certificação | Impactos | Autores |
|--------------------|--------------------|---|---|
| Índia | RA | Relacionamento com atores organizadores da certificação; Redução do custo da produção; Aumento da produtividade; Manutenção de registros; Saúde e segurança de trabalhadores. | Bose, Vira e Garcia, 2016. |
| Etiópia | Org, FT e RA | Aumento da lucratividade. | Mitiku, de Mey, <i>et al.</i> , 2017. |
| Etiópia/ Quênia | FT/UTZ | Aumento da produtividade e qualidade do produto. | Van Rijsbergen, Elbers, <i>et al.</i> , 2016. |
| Nicarágua | FT | Melhor relação com cooperativas. | Bruce, 2016. |
| | FT e Org. | Aumento da produtividade; Acesso à diferencial de mercado. | Jena, 2017. |
| Peru | FT e Org. | Melhoria na gerência da propriedade; Melhor gestão de insumos. | Ruben e Fort, 2011. |
| Colômbia | FT e Org. | Redução do risco químico (Org). | Ibañez e Blackman, 2016. |
| Costa Rica | RA, FT e Org. | Resiliência econômica. | Snider, Galegos, <i>et al.</i> , 2017. |
| Brasil | UTZ, RA, FT e Org. | Gestão Documental; Potencial aumento de qualidade. | Moreira, Fernandes e Vian, 2011. |
| | Org. | Obtenção de melhores preços. | Siqueira, Souza e Ponciano, 2011. |

Fonte: Do autor (2019).

A literatura é escassa com relação aos impactos da certificação, sobretudo no Brasil, e mais ainda em relação à pequenos produtores. Entende-se que a certificação é uma poderosa

ferramenta de transformação gerencial e de perspectiva social, empoderando pequenos produtores para que possam aumentar a sua resiliência econômica e ambiental.

Assim, conclui-se que a **UTZ viabiliza o impacto positivo aos produtores certificados através da proposição de metodologias de trabalho e estrutura de governança ao longo do seu Código de Conduta e Protocolo de Certificação**, onde no caso do grupo de certificação a estrutura de governança é a própria Unidade Gestora instituída pela UTZ.

7.2. As atividades conduzidas ante e pós a certificação.

Os produtores narraram mudanças que ocorreram em suas propriedades após a adoção da certificação. Essas mudanças englobam a proposta de uma visão de empreendimento rural esteticamente distinto de uma fazenda não certificada, ajudando o produtor a representar melhor as mudanças provocadas pela certificação em termos funcionais e visuais.

Ficou evidente, no entanto, que os produtores não relacionam todos os aspectos da certificação UTZ com o Código de Conduta da forma proposta, revelando que processos de Inscrição são conduzidos para que esse Código de Conduta seja mais bem assimilado para sua realidade. Para apontar a relação com as práticas de certificação conduzidas pelos produtores certificados, os temas do Código de Conduta UTZ foram classificados da seguinte forma com relação à sua observância, conforme o Quadro 28 resume.

Quadro 28 – Temas do Código de Conduta UTZ observados em Campo.

| Categoria | Bloco A: Gestão | Bloco B: Práticas Agrícolas | Bloco C: Condições de Trabalho | Bloco D: Meio Ambiente. |
|-------------------|---|--|---------------------------------------|--------------------------------|
| Observadas | Identificação da área de produção. | Manutenção da exploração agrícola. | Educação. | Água. |
| | Manutenção de registros. | Diversificação. | Horário de trabalho. | |
| | SGI: Pessoas responsáveis. | Gestão de solo e fertilidade. | Salários e contratos. | Proteção da natureza. |
| | SGI: Identificação dos membros e contratos. | Manejo de pragas e doenças. | | |
| | Auditoria Interna e autoavaliação. | Pesticidas e fertilizantes (Armazenagem, uso, aplicação e gestão). | Primeiros socorros e emergências. | Mudanças Climáticas. |
| | Treinamentos e conscientização. | | Manuseio de pesticidas. | |
| | Rastreabilidade. | Colheita e pós colheita. | Água potável e higiene. | Resíduos. |
| | Prêmios e transparência. | | | |

Fonte: Do autor (2019).

Quadro 27, parte final:

| | | | | |
|-----------------------|---------------------------|--------------------------------|------------------------------|----------|
| Não observadas | Gestão de riscos. | Material de plantio e viveiro. | Trabalho forçado e infantil. | Energia. |
| | Otimização do Rendimento. | Irrigação. | Liberdade de associação. | Ar. |

Fonte: Do autor (2019).

A Unidade Gestora fornece materiais e assessoria técnica para que os produtores possam implementar as práticas de gestão, agrícolas, sociais e ambientais que a certificação UTZ demanda deles, ao passo que também devem cumprir com as prerrogativas e regras do grupo para manter-se inseridos nesse contexto.

Há a percepção clara de que existem mudanças relacionadas ao estado anterior e posterior a certificação em todos os eixos da Norma UTZ, incluso o aspecto de legislação onde percepções importantes de conformidade foram observadas. Essas mudanças em nível de fazenda visam edificar os princípios de resiliência econômica, transformação ambiental e social com eficiência agrícola.

Assim, conclui-se que **as práticas de gestão, agrícolas, sociais e ambientais narradas pelos produtores certificados estão condizentes com a maioria dos princípios do Código de Conduta UTZ**, sendo possível constatar uma mudança e percepção positiva da propriedade rural após a adoção da certificação em termos funcionais e estéticos, buscando endereçar desafios do cultivo do café no Brasil.

7.3. As Práticas de Mercado no contexto produtivo da certificação UTZ.

As Práticas de Mercado conduzidas pela UTZ foram identificadas no trabalho de Leme (2015), identificando também o que chamou de Práticas Estruturantes como Práticas conduzidas pela UTZ que auxiliam na concepção e formação do próprio mercado em que atua. Essas Práticas Estruturantes são importantes para fazer com que o mercado adote certos movimentos que fundamentem e efetivem certas Práticas e faça com que o mercado seja aquilo que sua representação ilustra.

Ao longo deste trabalho também se explorou se os produtores certificados também realizam Práticas de Mercado ao participar desse contexto de certificação promovido pela UTZ. Não apenas participam com Práticas de Mercado como também realizam Práticas Estruturantes, buscando melhor se adaptar ao mercado. Não obstante, a Unidade Gestora do grupo, que auxilia e gerencia os produtores no contexto de certificação, também realiza os mesmos movimentos ao colocar Práticas de Mercado e Práticas Estruturantes.

Essas Práticas de Mercado, quando de mesma natureza, são inscritas através dos níveis hierárquicos desse contexto observado, fazendo com que uma parte assimile ou dissocie os elementos colocados pela parte anterior mediante processos facilitados pelas Práticas Estruturantes. Foi observado que existe uma relação de coordenação entre UTZ, Unidade Gestora e Produtor, que facilita identificar esses processos de Inscrição que ocorrem quando uma Prática é proposta de um ator para outro.

Quando existe uma dissociação, ou assimetria, no mercado, é identificado um Transbordamento na estrutura que revela tensões nos Arranjos de Mercado. É a partir de assimetrias, dissociações e Transbordamentos que é possível identificar que os Arranjos de Mercado estão em momentos de modificação. Essas Inscrições são um produto das Cadeias de Translações genéricas que modificam e regem as transformações de mercado, sendo um rastro da inserção de uma Prática ou da ocorrência de uma Translação demonstrando como o arranjo propõe um Enquadramento para si, por exemplo.

Assim, fica nítido que existem dois movimentos dentro dos Arranjos de Mercado: [1] as Cadeias de Translação, que envolvem Práticas de Mercado de natureza distinta, considerando como essas Práticas se influenciam e modificam no curso do Arranjo de Mercado; e [2] os Processos de Inscrição, que envolvem Práticas de Mercado de mesma natureza (performadas por diferentes atores), considerando relações de coordenação e processos de assimilação e dissociação, revelando pontos onde o mercado é enquadrado ou transbordado.

Esses movimentos distintos são os fatores que oferecem dinamismo ao mercado, pois a partir da assimilação ou dissociação de Práticas de Mercado de mesma natureza, é natural que esse fato reverbere nas Cadeias de Translação, afetando como Práticas de Mercado distintas se alteram e promovem modificações umas às outras. É importante salientar que ambos os movimentos são facilitados pelas Práticas Estruturantes com o objetivo de fundamentar o caráter dinâmico do mercado.

Os atores se relacionam dentro do contexto do mercado e o meio pelo qual essa relação é efetivada, questionada ou rompida, também altera a forma pela qual as Práticas de Mercado serão inscritas ao longo do Arranjo de Mercado. **Trata-se do elo fundamental entre a TAR e os EMC: a Inscrição é a ligação entre a ação do ator enquanto estrutura de rede (TAR) com a Prática de Mercado conduzida no mercado enquanto processo performático (EMC) rastreável**, consolidando os dois modelos teóricos em um modelo híbrido de análise.

O Quadro 29 relaciona, de forma resumida e adaptada, as Práticas identificadas com seus atores, as Inscrições observadas com as estruturas que facilitam essa ocorrência.

Quadro 29 – Relação das Práticas de Mercado, atores, Inscrições e estruturas.

| Categoria | Ator | Prática | Inscrição | Evidências estruturais |
|------------------|-----------------|---|---|---|
| Representação | UTZ | Normas e regras de outros sistemas & Filosofia UTZ e transformações. | Estabelecimento da certificação em grupo & Base subjetiva de valores. | Controle Interno da construção do mercado. |
| | Unidade Gestora | Centralização da representação dos membros & Substituição da UTZ como representação. | Institucionalização da Unidade Gestora & Promoção de valores. | Criação do <i>case</i> motivacional & Orientação estratégica do grupo. |
| | Produtor | Ressignificação da propriedade em empreendimento, estético e funcional | Modificações Estéticas/Funcionais. | Assimilação do <i>case</i> motivacional. |
| Normativas | UTZ | Versões do Código UTZ & Sistema de governança/comitês deliberativos. | Influência nas premissas de assessoria & Instituição de regras. | Construção de dispositivos & Construção de fóruns híbridos. |
| | Unidade Gestora | Fornecimento de assessoria técnica & Criação das regras de operação e controle do grupo. | Sistematização da norma & Veiculação do caderno de campo. | Construção do caderno de campo & Adaptação da norma. |
| | Produtor | Implementação das práticas demandadas pela UTZ & Uso do caderno de campo. | Viabilidade da norma & Visão cotidiana da certificação. | Assimilação do <i>case</i> motivacional & Parcerias estratégicas. |
| Transação | UTZ | Formação de preço e prêmio & Práticas de transparência nas transações. | Internalização conceitual dos aspectos de prêmio e transparência. | Construção do portal eletrônico & Controle Interno da construção do mercado. |
| | Unidade Gestora | Consolidação da operação de <i>barter</i> & Elaboração do programa institucional. | Viabilização do grupo & Elaboração da proposta de valor. | Criação do <i>case</i> motivacional; Orientação estratégica & Adaptação da norma. |
| | Produtor | Desenvolvimento de estratégias de venda e diluição de risco & Uso do sistema de rastreabilidade do grupo. | Tendências de mercado & Compartilhamento de informações. | Assimilação do <i>case</i> motivacional & Parcerias estratégicas. |

Fonte: Do autor (2019).

Dessa forma, conclui-se que além da UTZ, **produtores e Unidade Gestora conduzem Práticas de Mercado e Práticas Estruturantes** e que a sua relação entre elas se dá através de uma **relação de coordenação que revela Inscrições entre práticas de mesma natureza**. Essas relações de coordenação são importantes pois auxiliam na compreensão do fluxo de Inscrições necessários para compreender se uma Prática de Mercado foi assimilada ou dissociada.

Também é possível observar que o processo de Inscrição é cíclico no caso da certificação, ou seja, uma vez que as Inscrições chegam ao nível do produtor, retroalimentam as estruturas de coordenação, considerando que o produtor ao assimilar ou dissociar uma Inscrição realizará uma Prática de Mercado, outros atores podem se manifestar conduzindo novas Práticas de Mercado, ou adaptando-as, com base nessa retroalimentação. Esse processo é relevante pois exemplifica como os mercados podem ser aperfeiçoados de forma prática.

Com as evidências coletadas, **sugere-se que o processo de Inscrição entre Práticas de Mercado de mesma natureza é ponto primordial para gerar transformações, sejam Transbordamentos ou Enquadramentos no mercado**, uma vez que partir dos processos de Inscrição em Práticas de Mercado de mesma natureza, seus resultados reverberam para as Cadeias de Translação, afetando Práticas de Mercado de natureza distintas às ora inscritas. De maneira transversal, **as Práticas Estruturantes são importantes catalisadores para a efetividade dos processos de Inscrição, seja na assimilação ou dissociação das Práticas de Mercado e Estruturantes, para dinamizar o mercado**, provendo estrutura ao mercado.

Ademais, conclui-se que **as Práticas Estruturantes também são utilizadas com o objetivo de fortalecer ou enfraquecer relações de coordenação e fundamentar novas Práticas de Mercado a partir desses novos padrões de relação construídos por elas**. As Práticas Estruturantes são importantes viabilizadores de Arranjos de Mercado, intensificando a dinamicidade do arranjo efetivado.

O dinamismo provido ao mercado através das Inscrições, Práticas Estruturantes, assimetrias e Transbordamentos são as diversas possibilidades de explicação da performatividade dos mercados, isto é, sugere-se que não são apenas as Cadeias de Translação que modificam o mercado, mas que esses processos são iniciados através de processos de menor potência dentro das esferas hierárquicas a partir dos atores pertinentes ao mercado e de Práticas de Mercado de mesma natureza.

Entende-se que é possível complementar a analogia do Jardim Inglês proposta por Kjellberg e Helgesson (2007) indicando que Representações são os quadros de jardins ingleses pintados no séc. XVIII e as Transações são os tratos culturais para que esse jardim permaneça

em ordem. Complementa-se: Os Dispositivos de Mercado são as ferramentas utilizadas por esse jardineiro; as Práticas Normativas estabelecem quais flores podem ser plantadas para que esse jardim de fato seja inglês; as Práticas Estruturantes representam a terra presente nesse jardim pois, dependendo da estrutura do solo ela pode acelerar ou retardar o crescimento dessas flores; as Translações são as transformações que ocorrem no jardim; e as Inscrições são os rastros da ação dos agentes desse jardim no próprio jardim, como pegadas do jardineiro ou sinais de aplicação de insumos, ou seja, rastros que indicam que algo foi feito em algum lugar.

A utilização dos Estudos de Mercado Construtivistas se mostrou uma lente teórica apropriada para analisar o mercado de cafés certificados, sobretudo com o foco na certificação UTZ dando seguimento ao trabalho de Leme (2015). Com este trabalho foi possível compreender como o impacto sustentável em uma propriedade rural é economizado e atribuído de valor ao longo do mercado, considerando os processos de Práticas de Mercado e Inscrições que ocorrem.

Foi possível realizar um extenso levantamento de percepções, assimilações, dissociações que resultam em Enquadramentos ou Transbordamentos nos Arranjos de Mercado, identificando os Arranjos de Mercados formados ao longo do processo de certificação, sob a perspectiva do produtor e de sua Unidade Gestora. Ou seja, outros atributos não necessariamente relacionados aos objetivos traçados na concepção da pesquisa foram possíveis de serem identificados e sistematizados dentro dos resultados e discussão dos mesmos ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

De forma geral, entende-se que foi possível expandir o modelo teórico de análise proposto ao integrar as Inscrições e as relações de coordenação como elementos integradores importantes para compreender como os movimentos de transformação ocorrem de fato, edificando a performatividade de um mercado analisado.

Não obstante, o alcance desse trabalho tem limitações. Evidentemente que a cadeia de suprimento do café envolve mais atores do que apenas os três observados no âmbito da certificação e a inclusão de atores distintos nesse contexto pode revelar mais Práticas de Mercado e Práticas Estruturantes. Por uma questão de capacidade de processamento de análise, apenas três atores foram considerados para esse estudo, limitando-o unicamente à cadeia sequencial da certificação e não à cadeia de suprimento do café.

Uma outra limitação observada é o fato de que não foi considerado a perspectiva da empresa de auditoria dentro do processo de certificação, uma vez que o trabalho teve limitações relacionadas ao sigilo do processo de certificação, que por questões oriundas do Protocolo de Certificação não puderam ser exploradas ou superadas.

Existem possibilidades de desenvolvimento e exploração de situações apontadas nesse trabalho que podem ser mais bem elaboradas como sugestões para futuras pesquisas. A primeira delas é realizar um refinamento teórico para fundamentar as perspectivas de análise Translacional e Inscricionária dos EMCs, adicionando os elementos teóricos revelados neste trabalho, com o intuito de identificar em quais situações a utilização desses modelos é mais adequada.

Há também a possibilidade de observar o contexto de produção de café por outras lentes teóricas como o Marketing Agrícola para analisar como a comunicação do impacto da certificação se dá no mercado sob essa perspectiva teórica como uma abordagem alternativa. Considerando o fato de que os produtores possuem uma capacidade de agência limitada no contexto observado pois estão sob as regras e determinações da Unidade Gestora, entender a real capacidade de agência desses produtores é uma sugestão de estudo para enriquecer a perspectiva de construção do mercado.

Outra sugestão de trabalho é entender melhor os Arranjos de Mercado formados dentro do eixo produtivo da cadeia de certificação, principalmente sob a perspectiva da interação do Produtor rural com outros agentes da cadeia de suprimento, não necessariamente a cooperativa – mas outros compradores, cafeterias, por exemplo. Este trabalho focou em compreender as Práticas de Mercado, e uma lacuna que ficou em aberto é a de uma sistematização mais profunda sobre como os Arranjos de Mercado são construídos e edificados a partir das Práticas de Mercado, Práticas Estruturantes, tensões e dos processos de Inscrição identificados a partir contexto observado.

Entende-se que existe uma especial oportunidade em analisar as tensões identificadas neste trabalho de forma mais profunda, buscando entender as origens sistêmicas dessas tensões, questionando ou confirmando a função da certificação enquanto promotora de sustentabilidade no que diz respeito a tentativa de enquadrar essas tensões com Práticas de Mercado, a fim de estabilizar o mercado que ela própria criou, no caso da UTZ. Com isso, entender mais a fundo como a certificação de fato realiza Enquadramentos através da identificação das Inscrições nesse processo de estabilização do arranjo.

Por fim, sugere-se utilizar as mesmas metodologias utilizadas nesse trabalho para questionar a meta-normatização proposta por Reinecke et al (2012), averiguando se, apesar de os critérios e procedimentos das normas de certificação serem semelhantes bem como suas propostas de valor, os processos de Inscrição e as Práticas de Mercado ocorrendo em produtores certificados com outras certificações além da UTZ, ou mesmo em outras cadeias produtivas além do café, são distintos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. L. MinasGerais Municíp CamposGerais. **Wikipedia**, 2006. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Campos_Gerais#/media/File:MinasGerais_Municíp_CamposGerais.svg>. Acesso em: 19 Setembro 2018.
- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria Ator-Rede e análise organizacional: Contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Organizações & Sociedade**, 16, n. 51, Outubro 2009. 647-664.
- ANDRADE, J. A. Actor-network theory (ANT): uma tradução para compreendero relacional e o estrutural nas redes interorganizacionais? **Cadernos EBAPE**, 2, n. 2, Julho 2004. 1-14.
- ANTONIALLI, L. M. **Modelo de gestão e estratégias**: O caso de duas cooperativas mistas de leite e café de Minas Gerais (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 2000. 192 p.
- ARAÚJO, L. Markets, market-making and marketing. **Marketing Theory**, Londres, 3, 1 Setembro 2007. 211-226.
- ARAÚJO, L.; FINCH, J.; KJELLBERG, H. **Reconnecting Marketing to Markets**. 1. ed. [S.l.]: Oxford University Press, 2010. 320 p.
- ARAÚJO, L.; KJELLBERG, H.; SPENCER, R. Market practices and forms: introduction to the special issue. **Marketing Theory**, Londres, 8, n. 1, 1 Março 2008. 5-14.
- BACHUR, J. P. Assimetrias da antropologia simétrica de Bruno Latour. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 31, n. 92, Outubro 2016. 1-21.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.
- BARRA, G. M. J.; LADEIRA, M. B. Modelo de maturidade para processos de certificação no sistema agroindustrial do café. **REGE - Revista de Gestão**, p. 134-148, 2017.
- BENNETT, E. Who Governs Socially-Oriented Voluntary Sustainability Standards? Not the Producers of Certified Products. **World Development**, n. 91, 2017. 53-69.
- BOSE, A.; VIRA, B.; GARCIA, C. Does environmental certification in coffee promote “business as usual”? A case study from the Western Ghats, India. **Ambio**, 45, 2016. 946-955.
- BRUCE, A. The Legacy of Agrarian Reform in Latin America: Foundations of the Fair Trade Cooperative System. **Geography Compass**, Outubro 2016. 485-498.
- ÇALISKAN, K. Price as a market device: cotton trading in Izmir Mercantile Exchange. **The Sociological Review**, 2007. 241-261.
- ÇALISKAN, K.; CALLON, M. Economization, part 1: shifting attention from the economy towards processes of economization. **Economy and Society**, 38, n. 3, 14 Agosto 2009. 369-398.
- ÇALISKAN, K.; CALLON, M. Economization, part 2: a research programme for the study of markets. **Economy and Society**, 39, n. 1, 1 Fevereiro 2010. 1-32.

- CALLON, M. The Sociology of an Actor-Network: The Case of the Electric Vehicle. In: CALLON, M.; LAW, J.; RIP, A. **Mapping the dynamics of science and technology**. 1^a. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 1986. Cap. 2, p. 19-34.
- CALLON, M. Keynote Speech: 'Actor-Network Theory - The Market Test. **Actor Network and After Workshop**, Julho 1997. 1-9.
- CALLON, M. An Essay on Framing and Overflowing: Economic Externalities Revisited by Sociology. **The Sociological Review**, Oxford, 46, n. S1, 1 Maio 1998. 244-269.
- CALLON, M. Elaborating the notion of performativity. **Le Libello d'AEGIS**, 5, n. 1, 2 Março 2009. 18-29.
- CALLON, M. Revisiting marketization: from interface-markets to market-agencements. **Consumption Markets & Culture**, 20 Agosto 2015. 1-21.
- CALLON, M.; LAW, J. After the Individual in Society: Lessons on Collectivity from Science, Technology and Society. **Canadian Journal of Sociology**, 22, n. 2, 1997. 165-182.
- CALLON, M.; MUNIESA, F. Economic Markets as Calculative Collective Devices. **Organization Studies**, 26, n. 8, 2005. 1229-1250.
- CALLON, M.; MUNIESA, F. Peripheral vision: Economic markets as calculative collective devices. **Organizational Studies**, Londres, 26, n. 8, 2015. 1229-1250.
- CHIPUTWA, B.; SPIELMAN, D.; QAIM, M. Food Standards, Certification, and Poverty among Coffee Farmers in Uganda. **World Development**, 66, 2015. 400-412.
- CHIU, L. V. et al. Socially Responsible Products: What motivates a consumer to pay a premium? **Allied Social Sciences Association**, 3 Janeiro 2016. 1-32.
- COCHOY, F. Calculation, qualculation, calqulation: shopping cart arithmetic, equipped cognition and the clustered consumer. **Marketing Theory**, Londres, 8, n. 1, 1 Março 2008. 14-44.
- COCHOY, F.; TROMPETTE, P.; ARAÚJO, L. From market agencements to market agencing: an introduction. **Consumption Markets & Culture**, 19, n. 1, 2016. 1-16.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da Safra Brasileira - Café. **Monitoramento Agrícola - Café**, Brasília, 5, n. 1, Janeiro 2018. 1-72. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/18_01_24_17_34_27_cafe_janeiro2018.pdf>. Acesso em: 24 Janeiro 2018.
- CRAWFORD, C. Action-Network Theory. In: RITZER, G. **Encyclopedia of Social Theory**. Maryland: SAGE Publications, 2004. p. 1-3.
- CRESSMAN, D. A Brief Overview of Actor-Network Theory: Punctualization, Heterogeneous. **Engineering & Translation**, Abril 2009. 1-17.
- CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Magda França Lopes. 3^o. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.
- DAVIRON, B.; PONTE, S. **The Coffee Paradox: Global markets, commodity trade and the elusive promise of development**. Londres: Zen Books, 2006. 295 p.

DE CAMILLIS, P. K.; BUSSULAR, C. Z.; ANTONELLO, C. S. A agências dos não-humanos a partir da Teoria Ator-Rede: Contribuições para as pesquisas em administração. **Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência em Administração**, Março 2013. 1-21.

DEFRIES, R. et al. Is voluntary certification of tropical agricultural commodities achieving sustainability goals for: small-scale producers? A review of the evidence. **Environmental Research Letters**, 14 Março 2017. 1-12.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **A thousand plateaus: Capitalism and schizophrenia**. Tradução de Brian Massumi. 2ª. ed. [S.l.]: University of Minnesota Press, 1987. 629 p.

EMIRBAYER, M.; GOODWIN, J. Network Analysis, Culture, and the Problem of Agency. **American Journal of Sociology**, 99, n. 6, 1994. 1411-1454.

FAIRTRADE. Critério do Comércio Justo Fairtrade para Organizações de Pequenos Produtores. **Fairtrade**, 1 Maio 2011. Disponível em: <https://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/standards/documents/SPO_PT.pdf>.

FAIRTRADE. Certifying Fairtrade. **Fairtrade**, 20 julho 2017. Disponível em: <<https://www.fairtrade.net/about-fairtrade/certifying-fairtrade.html>>.

FAIRTRADE. The History of Fairtrade. **Fairtrade Internationaç**, 20 Julho 2017. Disponível em: <<https://www.fairtrade.net/about-fairtrade/history-of-fairtrade.html>>.

FLIGSTEIN, N.; CALDER, R. Architecture of Markets. **Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences**, Maio 15 2015. 1-14.

FORMENTINI, M.; TATICCHI, P. Corporate sustainability approaches and governance mechanisms in sustainable supply chain management. **Journal of Cleaner Production**, n. 112, 2016. 1920-1933.

GEIGER, S.; KJELLBERG, H.; SPENCER, R. Shaping exchanges, building markets. **Consumtion markets & culture**, 15, n. 2, 1 Fevereiro 2012. 133-147.

GIULIANI, E. et al. Decoupling Standards from Practice: The Impact of In-House Certifications on Coffee Farms' Environmental and Social Conduct. **World Development**, 96, 2017. 294-317.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. Entrevista Qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais - Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 301-323.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 115-146.

GRÜNINGER, B. et al. **Effects of UTZ certification according to coffee farmers in Brazil**. São Paulo: BSD Consulting, 2015. 54 p.

GUIMARÃES, E. R. et al. The brand new Brazilian specialty coffee market. **Journal of Food Products Marketing**, 31 Maio 2018. 1-23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10454446.2018.1478757>>.

HAAGSMA, B. et al. **External Evaluation of the UTZ Tea Programme in Sri Lanka**. Amsterdam: Fair & Sustainable Advisory Services, 2016. 64 p.

HAGGAR, J. et al. Environmental-economic benefits and trade-offs on sustainably certified coffee farms. **Ecological Indicators**, 79, 2017. 330-337.

HÄNI, F.; PINTÉR, L.; HERREN, H. **Sustainable agriculture: From common principles to common practices**. Berna: IISD, 2007. 249 p.

HARDT, E. et al. Does certification improve biodiversity conservation in Brazilian coffee farms? **Forest Ecology and Management**, 2015. 181-194.

IBAÑEZ, M.; BLACKMAN, A. Is Eco-Certification a Win-Win for Developing Country Agriculture? Organic Coffee Certification in Colombia. **World Development**, 82, 2016. 14-27.

IFOAM. Principles of organic agriculture. **IFOAM**, 21 Julho 2017. Disponível em: <<https://www.ifoam.bio/en/organic-landmarks/principles-organic-agriculture>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 1-775 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>.

INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION. Coffee Trade Stats. **International Coffee Organization**, 16 Julho 2019. Disponível em: <http://www.ico.org/monthly_coffee_trade_stats.asp>. Acesso em: 01 Abril 2019.

INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION. World Coffee Production. **International Coffee Organization**, 29 Junho 2019. Disponível em: <<http://www.ico.org/prices/po-production.pdf>>. Acesso em: 01 Abril 2019.

ISEAL ALLIANCE. **Understanding certified small producers' needs: Interviews with certified producers to understand their needs and how sustainability standards can innovate to meet them**. London: ISEAL, 2018. 39 p.

JAFFEE, D.; HOWARD, P. Who's the fairest of them all? The fractured landscape of U.S. fair trade certification. **Agriculture Human Values**, 33, 2016. 813-826.

JANSSEN, F. J. J. M.; VAN BERKEL, B. Making Philosophy of Science Education Practical for Science Teachers. **Science & Education**, 24, n. 3, 13 Dezembro 2014. 229-258.

JENA, P. Can coffee certification schemes increase incomes of smallholder farmers? Evidence from Jinotega, Nicaragua. **Environment, Development and Sustainability**, 19, Fevereiro 2017. 45-66.

KJELLBERG, H.; HELGESSON, C.-F. Multiple versions of markets: Multiplicity and performativity in market practice. **Industrial Marketing Management**, 35, 25 Julho 2006. 839-855.

KJELLBERG, H.; HELGESSON, C.-F. On the nature of the markets and their practices. **Marketing Theory**, 7, n. 2, 2007. 137-162.

KOLK, A. Corporate Social Responsibility in the Coffee Sector: The Dynamics of MNC Responses and Code Development. **European Management Journal**, 23, n. 2, Abril 2005. 228-236.

KOLK, A. Mainstreaming Sustainable Coffee. **Sustainable Development**, 2011. 1-14.

LATOUR, B. Visualisation and cognition: Drawing things together. **Knowledge and Society Studies in the Sociology of Culture Past and Present**, 6, n. 0, 1986. 1-33.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34, 1994. 149 p.

LATOUR, B. On actor-network theory: A few clarifications. **Soziale Welt**, 47, n. 4, 1996. 369-381.

LAW, J. Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. **Centre for Science Studies Lancaster University**, Lancaster, 1992. 1-11.

LEME, P. H. M. V. **A construção do mercado de cafés certificados e sustentáveis da UTZ Certified no Brasil: As práticas e os arranjos de mercado** (Tese de Doutorado). Lavras: UFLA, 2015. 274 p.

LEME, P. H. V. M.; REZENDE, D. C. Práticas de Mercado e a Construção de Mercados: Análise dos Cafés Certificados e Sustentáveis da Utz Certified no Brasil. **Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós Graduação em Administração**, 2016 Setembro 2016. 1-16.

LEME, P. H. V. M.; REZENDE, D. C. D. A construção de mercados sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede e dos Estudos de Mercado Construtivistas (EMC). **RIMAR - Revista Interdisciplinar de Marketing**, Maringá, 8, n. 2, Jul/Dez 2018. 133-151.

LEVY, D.; REINECKE, J.; MANNING, S. The Political Dynamics of Sustainable Coffee: Contested Value Regimes and the Transformation of sustainability. **Journal of Management Studies**, n. 53, Maio 2016. 364-401.

MACGREGOR, F.; RAMASAR, V.; NICHOLAS, K. Problems with Firm-Led Voluntary Sustainability Schemes: The Case of Direct Trade Coffee. **Sustainability**, 19 Abril 2017. 1-25.

MANSON, K.; KJELLBERG, H.; HAGBERG, J. Exploring the performativity of marketing: theories, practices and devices. **Journal of Marketing Management**, Oxford, 31, n. 1-2, 2015. 1-15.

MCFALL, L. Devices and desires: how useful is the 'new' new economic sociology for understanding market attachment? **Sociology Compass**, 3, n. 2, 18 Março 2009. 267-282.

MIRANDA, P. R. D. M. A Teoria Ator-Rede como Framework Teórico para o Estudo dos Processos de Participação Democrática Apoiados por Tecnologia da Informação no Brasil. **II Encontro de Administração da Informação**, Recife, 21 Junho 2009. 1-15.

MITIKU, F. et al. Do Private Sustainability Standards Contribute to Income Growth and Poverty Alleviation? A Comparison of Different Coffee Certification. **Sustainability**, 11 Fevereiro 2017. 1-21.

MOREIRA, C. F.; FERNANDES, E. D. N.; VIAN, C. E. F. Características da certificação na cafeicultura brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, 13, n. 3, 2011. 344-351.

MORISSET, J. Unfair trade? The increasing gap between World and Domestic prices in commodity markets during the past 25 years. **The World bank Economic Review**, 12, n. 3, Setembro 1998. 503-526.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, Curitiba, 15, n. 4, Julho/Agosto 2011. 731-747.

MUNIESA, F.; MILLO, Y.; CALLON, M. An introduction to market devices. **The sociological review**, 55, 10 Setembro 2007. 1-12.

NASSAR, A. Certificação no agribusiness. In: ZYLBERSTAJN, D.; SCARE, R. **Gestão da qualidade no agribusiness**. São Paulo - SP: Atlas, 2002. p. 50-66.

OLIVEIRA, S. R. D. **Construção o mercado de alimentação local**: Um estudo com base na teoria ator-rede (dissertação de mestrado). Lavras: UFLA, 2013. 168 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Our Common Future**. United Nations. Brundlandt, p. 300. 1987.

PATERNIANI, E. Agricultura sustentável nos trópicos. **Estudos Avançados**, São Paulo, 15, n. 43, 2001. 303-326. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/9839/11411>>.

PEROVANO, D. **Manual de Metodologia Científica**. Curitiba: Juruá, 2014. 230 p.

PETROKOFKY, G.; JENNINGS, S. **The effective of standards in driving adoption of sustainability practices**: A state of knowledge review. Oxford: 3Keel, 2018. 93 p.

PINTO, L. F. G. et al. Group certification supports an increase in the diversity of sustainable agriculture network–rainforest alliance certified coffee producers in Brazil. **Ecological Economics**, 107, 2014. 59-64.

RAINFOREST ALLIANCE. **Biodiversity Conservation in Coffee**: Transforming productive practices in the coffee sector by increasing market demand for certified sustainable coffee 2006-2013. Nova York: Rainforest Alliance, 2015. 4 p.

RAINFOREST ALLIANCE. **Impact Report**: Evaluating the effects of the SAN/Rainforest Alliance certification system on farms, people, and the environment. Nova York: Rainforest Alliance, 2015. 124 p.

RAINFOREST ALLIANCE. About. **Rainforest Alliance**, 20 Julho 2017. Disponível em: <<http://www.rainforest-alliance.org/about>>.

- REARDON, T.; FARINA, E. The rise of quality and safety standards: illustrations from Brazil. **International Food and Agribusiness Review**, n. 4, 2002. 413-421.
- REINECKE, J.; MANNING, S.; VON HAGEN, O. The Emergence of a Standards Market: Multiplicity of Sustainability Standards in the Global Coffee Industry. **Organization Studies**, 33, n. 5, 1 Maio 2012. 791-814.
- RUBEN, R.; FORT, R. The Impact of Fair Trade Certification for Coffee Farmers in Peru. **World Development**, 40, n. 3, 2011. 570-582.
- SAES, M. S. M. Evitando a queda da rentabilidade na produção agrícola: basta diferenciar? **Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração**, Curitiba, 28, 2004. 1-14.
- SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, D. **Metodologia Científica**. São Paulo: Cengage, 2011. 272 p.
- SANTOS, J. A.; SIMÃO, J. B. P. Avaliação de conformidade da agricultura do Caparaó Capixaba nos processos de produção integrada visando a certificação de café. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Junho 2015. 261-270.
- SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@as Revista Eletrônica**, 17, n. 1, 2015. 1-14.
- SIQUEIRA, H. M.; SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J. Café convencional versus café orgânico: perspectivas de sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares do Espírito Santo. **Ceres**, 58, n. 2, Março 2011. 155-160.
- SNIDER, A. et al. Social Capital and Sustainable Coffee Certifications in Costa Rica. **Human Ecology**, 11 Março 2017. 235-249.
- SOLÉR, C.; SANDSTRÖM, C.; SKOOG, H. How Can High-Biodiversity Coffee Make It to the Mainstream Market? The Performativity of Voluntary Sustainability Standards and Outcomes for Coffee Diversification. **Environmental Management**, 59, 2017. 230-248.
- SUSTAINABLE AGRICULTURE NETWORK. How our system works? **Sustainable Agriculture Network**, 20 Julho 2017. Disponível em: <<http://san.ag/web/how-our-system-works/>>.
- SUSTAINABLE AGRICULTURE NETWORK. Our Standard. **Sustainable Agriculture Network**, 20 Julho 2017. Disponível em: <<http://san.ag/web/our-standard-2/>>.
- SUSTAINABLE AGRICULTURE NETWORK. Who are we? **SAN**, 20 Julho 2017. Disponível em: <<http://san.ag/web/about-us/who-are-we-2/>>.
- TAKAHASHI, R.; TODO, Y. Coffee Certification and Forest Quality: Evidence from a Wild Coffee Forest in Ethiopia. **World Development**, 92, 2017. 158-166.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: Estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, 3, 10 Setembro 2009. 20-27.
- TONELLI, D. F. Origens e afiliações epistemológicas da Teoria Ator-Rede: implicações para a análise organizacional. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, 14, n. 2, Abr/Jun. 2016. 377-390.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TURETA, C.; ROSA, A. R.; SANTOS, L. L. D. S. Estratégia como Prática Social e Actor-Network Theory: uma Possível Conversação para o Estudo da Estratégia. **Anais do 30º Encontro da ANPAD.**, Salvador, 23 Setembro 2006. 1-16.

UTZ. Código de Conduta Núcleo 1.1 para certificação em Grupo e Multi-Grupo. **Resource Library**, 2015. Disponível em: <https://utz.org/wp-content/themes/utz/download-attachment.php?post_id=3673>. Acesso em: 21 Outubro 2018.

UTZ. Código de Conduta Núcleo 1.1 para certificação individual e multisite. **UTZ Resource Library**, 2015. Disponível em: <https://utz.org/wp-content/themes/utz/download-attachment.php?post_id=5656>. Acesso em: 11 Maio 2018.

UTZ. Módulo Café. **UTZ Resource Library**, 2015. Disponível em: <https://utz.org/wp-content/themes/utz/download-attachment.php?post_id=5688>. Acesso em: 29 out. 2018.

UTZ. [Infographic] UTZ's Theory of Change: aka how sustainable farming helps your bottom line. **Better Business Hub**, 2016. Disponível em: <<https://dev.utz.org/better-business-hub/strengthening-your-reputation/utzs-theory-of-change-aka-how-sustainable-farming-helps-your-bottom-line/>>. Acesso em: 18 Setembro 2018.

UTZ. UTZ: What's in a name? **UTZ**, 18 Fevereiro 2016. Disponível em: <<https://utz.org/better-business-hub/marketing-sustainable-products/utz-whats-in-a-name/>>.

UTZ. Annual Report. **UTZ**, Fevereiro 2017. Disponível em: <<https://utz.org/wp-content/uploads/2018/05/UTZ-annual-report-2017.pdf>>.

UTZ. Sector Change. **UTZ**, Julho 2017. Disponível em: <<https://utz.org/what-we-offer/sector-change/>>.

UTZ. Steps to join UTZ - Coffee Producers. **UTZ**, Julho 2017. Disponível em: <<https://utz.org/join-utz/join-as-farmer/steps-to-join-utz-for-coffee-producers/>>.

UTZ. The Standard. **UTZ**, 16 Julho 2017. Disponível em: <<https://utz.org/what-we-offer/certification/the-standard/>>.

UTZ. Protocolo de Certificação 4.2. **UTZ Resource Library**, 2018. Disponível em: <https://utz.org/wp-content/themes/utz/download-attachment.php?post_id=16306>.

VAN RIJSBERGEN, B. et al. The Ambivalent Impact of Coffee Certification on Farmers' Welfare: A Matched Panel Approach for Cooperatives in Central Kenya. **World Development**, 77, 2016. 277-292.

WILLIAMSON, O. Transaction Cost Economics: An Introduction. **Economics Discussion Papers**, n. 3, 01 Março 2007. 1-34.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução de Daniel Grassi. 2º. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

APÊNDICE I – Roteiro De Entrevista Semiestruturado

| Perguntas | Práticas de Mercado UTZ | Práticas Objetivadas | Translações Consideradas |
|--|--|------------------------|--------------------------|
| 1) Qual a sua opinião sobre o programa UTZ? Como ele mudou a fazenda, em geral? | As normas e as regras de certificações. | Normativas. | Regras & Ferramentas. |
| 2) Como a UTZ mudou a sua visão sobre sustentabilidade? | Filosofia do programa. | Normativas. | Interesses. |
| 3) Você já participou de alguma revisão da norma UTZ? Como foi essa transição? | Modificações no mercado quando Código de Conduta entra em vigor. | Representativas | Descrições. |
| 4) Qual sua percepção geral da certificação UTZ? | O sistema de governança. | Representativas | Métodos de Medição. |
| 5) O que é mais difícil ser feito para manter a certificação? | | | |
| 6) Como era a gestão da fazenda/grupo antes da certificação? Como foi essa mudança e o que foi modificado? | | | |
| 7) Como se dava a venda do café antes da certificação? Houve alguma mudança? | Formação do preço do café UTZ. | Transação. | Resultados. |
| 8) Houve aumento do valor agregado ao produto certificado? | | | |
| 9) Qual sua opinião sobre a transparência do valor do prêmio? | Transparência das transações. | Transação. | Mensurações. |
| 10) Como a certificação alterou o relacionamento com sua cooperativa? Você notou alguma diferença? | Controle interno no sistema de construção de mercado. | Construção de Mercado. | Regras & Ferramentas. |
| 11) Como era a gestão agrícola da fazenda nos termos de manejo, solo, irrigação e Colheita? E após a certificação? | Dispositivos para a disseminação da filosofia de gestão. | Construção de Mercado. | Interesses. |
| 12) Como era a gestão social da sua fazenda? E com seus funcionários? | | | |
| 13) Como era a situação ambiental da fazenda? A certificação mudou algo? | | | |
| 14) Quais os maiores benefícios, na sua opinião em obter a certificação? | | | |
| 15) Como era o cumprimento da legislação na sua fazenda? E após a certificação? | Práticas de construção de fóruns híbridos. | Construção de Mercado. | Descrições. |
| 16) Qual sua opinião sobre a transparência do portal eletrônico da UTZ? | Construção do sistema do portal eletrônico. | Construção de Mercado. | Mensurações. |

Fonte: Do autor (2019).